

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**Querer e poder: análise quantitativa dos determinantes da  
participação política no regime democrático brasileiro  
(VERSÃO CORRIGIDA)**

GUILHERME PIRES ARBACHE

São Paulo  
2015

GUILHERME PIRES ARBACHE

**Querer e poder: análise quantitativa dos determinantes da  
participação política no regime democrático brasileiro**

**(VERSÃO CORRIGIDA)**

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Ciência Política da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade  
de São Paulo, para obtenção do título de  
Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. José Álvaro Moisés  
*(DE ACORDO)*

São Paulo  
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Guilherme Pires Arbache

Querer ou poder: análise quantitativa dos determinantes da participação política no regime democrático brasileiro

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. José Álvaro Moisés

Aprovado em:

### **Banca Examinadora**

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Aos meus pais, meus irmãos  
e à pequena Helena que acaba de chegar ao mundo,*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor José Álvaro Moisés, por todo seu apoio, inclusive nos momentos mais difíceis, e por suas sugestões e críticas, de valor inestimável.

À toda minha família, em especial meus pais e meus irmãos, por todo apoio que me deram nesses anos.

A meus amigos de infância, por seus comentários e críticas que ajudaram a trazer uma visão diferente, de fora da Ciência Política, sobre meu problema de pesquisa.

À professora Elizabeth Balbachevsky, que participou de minha banca de qualificação e também contribuiu com sugestões de muito valor.

À professora Lorena Guadalupe Barberia, por também ter participado de minha qualificação e feito sugestões muito úteis, além de aceitar o convite para minha Defesa de Tese. Estendo esse último agradecimento ao prof. Edison Nunes.

A todos os colegas e amigos da Ciência Política, em especial Danilo Freire, por ter contribuído de maneira ímpar com críticas metodológicas e substantivas para o amadurecimento desta dissertação e participado como coautor de trabalhos apresentados em congressos diversos. Da mesma forma, ao colega e amigo Pietro Rodrigues, por também ter colaborado em coautoria. Destaco a disposição dos colegas que contribuíram com sugestões no e-mail do grupo da pós-graduação em ciência política da Universidade de São Paulo.

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política, particularmente Maria Raimunda (Rai), Vasne e Ana Maria, por toda a boa vontade que demonstraram e toda ajuda que me deram sempre que foi solicitado.

Ao professor Matthew Winters, pela sua humildade, e por suas sugestões muito atentas, todas as vezes que o contatei.

Ao professor João Paulo da Cândia Veiga, pela sua cordialidade e apoio, inúmeras vezes.

Às professoras Pippa Norris e Susan Stokes, por terem respondido solicitações por e-mail referentes a dados e literatura sobre participação política.

A todos aqueles que comentaram e debateram meus trabalhos em eventos nacionais e internacionais, em particular o Professor Hermínio Meireles Teixeira, por seus comentários no Congresso Mundial de Ciência Política da IPSA (International Political Science Association), em Montreal; Professor Wagner de Melo Romão, por suas sugestões e comentários no Encontro Internacional sobre Participação, Democracia e Políticas Públicas, realizado na UNESP

(Universidade Estadual Paulista), campus de Araraquara; e por fim, ao professor Jairo Marconi Nicolau, pelas ideias sugeridas sobre o tema da participação eleitoral no Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, realizado pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), em 2013.

Um agradecimento especial também à toda equipe do NUPPS (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo), em especial à Vera Cecília Silva, Nuno Mesquita, e a todo o grupo de Sociedade Civil e Cultura Política.

Ao corpo editorial da IAPSS (International Association of Political Science Students) por ter me acolhido no Blog “A Different View” e me apoiado desde então.

A todas pessoas que me expressaram suas sinceras opiniões sobre política e outros temas relacionados ao longo desses anos, pelo Brasil e pelo mundo, e reforçando minha convicção de que o trabalho científico depende também de criatividade para encontrar novas questões e novas maneiras de abordá-las, e de que o conhecimento sobre temas das Ciências Sociais como comportamento e cultura política dependem também de uma experiência real da vida em sociedade.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo financiamento do projeto.

*Now the reason why man is more of a political animal than bees or any other gregarious animals is evident. Nature, as we often say, makes nothing in vain, and man is the only animal whom she has endowed with the gift of speech. And whereas mere sound is but an indication of pleasure or pain, and is therefore found in other animals (for their nature attains to the perception of pleasure and pain and the intimation of them to one another, and no further), the power of speech is intended to set forth the expedient and inexpedient, and likewise the just and the unjust. And it is a characteristic of man that he alone has any sense of good and evil, of just and unjust, and the association of living beings who have this sense makes a family and a state.*

Aristóteles, *Politics*, Kitchener: Batoche Books, 1999, p.5.

ARBACHE, Guilherme P. *Querer e poder: análise quantitativa dos determinantes da participação política no regime democrático brasileiro*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2015.

## RESUMO

Considerando que a qualidade de uma democracia depende não apenas de níveis altos de participação, mas de uma participação equilibrada entre diferentes grupos, o presente trabalho realiza uma investigação sobre os determinantes da participação e o perfil das pessoas que participam de atividades políticas diversas no regime democrático brasileiro. Foram realizadas regressões logísticas e ordinais com a participação em: *petições, protestos, boicotes, voto; atividades de partidos políticos, Conselhos e Orçamento Participativo, e discussões*. Os resultados demonstram que o *interesse por política* é importante para todos os tipos de participação, exceto a *participação eleitoral*. A educação só demonstrou relações estatisticamente significantes com *protesto, petição e discussão*, contrariando as tendências frequentemente achadas na literatura nacional e internacional. A participação em Conselhos demonstrou uma correlação robusta com variáveis relacionadas ao capital social. Destaca-se também a correlação negativa entre *apoio à democracia* e participação em alguns modelos estimados.

Palavras-chave: participação política; cultura política; interesse por política; qualidade da democracia

ARBACHE, Guilherme P. *Querer e poder: análise quantitativa dos determinantes da participação política no regime democrático brasileiro*. Dissertation (Master's Degree). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2015.

## ABSTRACT

Given that the quality of democracy depends not only on high levels of political participation, but also on the equality of participation among different groups, this dissertation aims to investigate the determinants of participation and the profile of people who engage in several political activities in the Brazilian democratic regime. In order to attain that goal, we carried out logistic and ordered regressions on the participation in *petitions, protests, boycotts, vote, party activities, Social Councils and Participatory Budget and political discussion*. Results show that *political interest* is important for all kinds of participation, except for turnout. Education has shown statistical significance only with *protest, petition and discussion*, going against trends frequently found in both national and international literature. Engagement in Councils and Participatory Budget has shown a robust correlation with independent variables related to social capital. It is also worth to emphasize the *negative* correlation found between *support for democratic regime* and some kinds of participation.

Keywords: political participation; political culture; political interest; quality of democracy

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Teorias sobre o conceito de participação</b> .....	<b>12</b>
1.1. Tipologias de Participação .....	15
1.2. Operacionalização do conceito de participação política na literatura especializada .....	25
1.2.1 .....	31
<b>Capítulo 2 – As causas da participação na literatura suas causas</b> .....	<b>37</b>
2.1. Variáveis explicativas para a participação política .....	47
2.1.1. Variáveis socioeconômicas .....	48
2.1.2. Variáveis demográficas .....	50
2.1.3. Cultura Política e Ideologia .....	55
<b>Capítulo 3 – Considerações sobre o contexto político brasileiro</b> .....	<b>65</b>
<b>Capítulo 4 – Análise empírica dos determinantes da participação política no Brasil</b> .....	<b>84</b>
4.1. Desenho de Pesquisa .....	84
4.1.1. Banco de Dados .....	84
4.1.2. Variáveis Dependentes .....	85
4.1.3. Variáveis Independentes .....	86
4.1.4. Método de Análise .....	91
4.2. Resultados .....	92
4.2.1. Interpretação dos Modelos de Regressão apresentados .....	120
4.2.2. Efeitos indiretos e interesse como variável mediadora .....	123
4.2.3. Efeitos não-lineares das variáveis explicativas .....	133
<b>Conclusão</b> .....	<b>139</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>144</b>
<b>Apêndice A – Codificação das variáveis utilizadas na análise</b> .....	<b>162</b>
<b>Apêndice B – Modelos alternativos para variáveis dependentes binárias</b> .....	<b>172</b>

*“Genuine democracy is not simply a machine that, once set up, functions by itself. It depends on the people”*

Inglehart e Welzel (2005)

## **INTRODUÇÃO**

A participação política constitui um elemento central da *qualidade da democracia*. Se a democracia é o governo do povo, o grau de democracia de um país depende diretamente do nível de participação nele encontrado (NIE, 1987).

Se em países como o Brasil, o regime democrático já está relativamente consolidado, com apoio de boa parte da população (MOISÉS, 2005, MOISÉS; CARNEIRO, 2008), servindo até como modelo de democracia para outros países da região (AVRITZER; ANASTASIA, 2006), por outro lado há deficiências consideráveis em termos de *qualidade democrática*. Resta compreender aonde essas deficiências permanecem.

A participação se insere nesse debate porque, ainda que a participação não seja o grande problema da democracia brasileira para alguns (HAGOPIAN, 2005) e que o país tenha desenvolvido mecanismos institucionais de participação direta que se tornaram um sucesso mundial (CABANNES, 2006; SINTOMER; HERZBERG; RÖCKE, 2008), há *desigualdades de participação* (inclusive nesses novos dispositivos institucionais) que também afetam a democracia e carecem de análise. Todas as democracias do planeta passam por um longo processo para erradicar desigualdades políticas, e em todas elas algum tipo de desigualdade persiste (SANTOS, 2005).

Ademais, há diferenças nos *níveis de participação* em atividades políticas diversas (como protestos, partidos políticos, entre outros). Se na comparação internacional o Brasil aparenta ter uma frequência considerável de participação em atividades como petições públicas, o mesmo não acontece com outras formas de ação política. Mesmo nas eleições não há níveis tão altos de participação, em comparação a outros países com *voto obrigatório*.

Cabe lembrar também que a cultura política brasileira é apontada por alguns como individualista e com níveis baixos de “capital social” (BAQUERO, 2001). O grau de confiança pessoal (POWER; JAMISON, 2005; JUNIOR; EISENBERG, 2006) e

confiança política (MOISÉS, 1995; 2005; 2010) é consideravelmente baixo. Essa escassez de capital social pode trazer consequências para o *interesse por política* e, conseqüentemente, para a *participação*.

Sendo assim, o presente trabalho dedica-se a investigar os determinantes da participação no Brasil em momentos diversos do atual período democrático. Além do impacto direto de fatores socioeconômicos e da cultura política sobre a participação, buscamos compreender como esses diversos fatores se relacionam entre si (em especial, no que se refere ao *interesse por política*) causando impactos *indiretos* sobre a participação. Para atingir esses objetivos, foram realizadas *análises quantitativas* de dados de pesquisas de opinião. Neste capítulo introdutório, partimos de uma exposição sobre como a participação foi vista (em especial, no que se refere à sua importância para a democracia) por diferentes pensadores, em especial no século 20. Em seguida, procedemos para um detalhamento da *importância* de estudar a participação, e mais especificamente, de estudá-la no contexto do atual período democrático brasileiro.

A participação não é central apenas para a democracia, mas para a ciência política de maneira mais ampla. Ela foi apontada como importante para o bom funcionamento de um sistema político desde pensadores como Aristóteles, Rousseau e John Stuart Mill.

Aristóteles considerava a participação como fator central da democracia e até mesmo da existência humana (NICHOLS, 1991, p.3). Para Rousseau, ela era “uma forma de proteger interesses privados e garantir boa governança” (PATEMAN, 1970, p.24). Rousseau e Stuart Mill também viam na participação um efeito educativo (ELKIN; SOLTAN, 2007, p.294)<sup>1</sup>. Pateman reafirma essa função educativa, entre outros benefícios *individuais e coletivos* da participação (O'NEILL; SHANLEY, 2010).

É verdade, no entanto, que sempre houveram desconfianças quanto à importância ou mesmo conveniência da participação para uma democracia. De certa maneira, o próprio Aristóteles traz dúvidas sobre os efeitos *positivos* da participação popular em excesso.<sup>2</sup> De fato, alguns autores referem-se a um duelo entre os advogados de “mais

---

<sup>1</sup>Esses efeitos educativos da participação sutis e difíceis de detectar, levando muitos cientistas políticos a desacreditarem na existência deles (ELKIN; SOLTAN, idem, p.192-3).

<sup>2</sup> Ao caracterizar sistemas políticos entre 3 tipos (o governo de *um, de poucos ou de muitos*), e ao apontar para a existência de “bons regimes” e “regimes corrompidos” entre essas 3 formas, Aristóteles (1997, p.1279b) concebe não apenas que um governo com participação de poucas pessoas ou de apenas uma pode ser desejável (*monarquia e aristocracia*), mas também que um governo onde há participação popular pode ser ruim (a *democracia*, forma degenerada do “governo constitucional”). Mulgan (1991) e Nichols (1990)

participação” *versus* “menos participação” (BOOTH; SELIGSON, 2009) ou “teoria realista” *versus* “teoria participativa” da democracia<sup>3</sup> (DAY, 1992). Autores como Huntington (1968), acreditavam que o excesso de participação pode levar à instabilidade política (BOOTH; SELIGSON, 2009). Nessa concepção “realista” a “saúde de uma democracia” não é medida por “altos níveis de envolvimento dos cidadãos mas, ao invés disso, pela estabilidade dos sistemas e pela sua capacidade de permitir ‘freios’ (*checks*) nas lideranças.” (DAY, 1992, p.5).<sup>4</sup>

No século 20, a participação começou a ser associada com o totalitarismo e com regimes frágeis que levaram a ele<sup>5</sup>. Além disso, a explosão demográfica e a crescente complexidade das cidades industrializadas tornaram difícil manter o funcionamento de uma democracia nos moldes clássicos (PATEMAN, 1970; p.2).

Paralelamente a esses fatos reais, no mundo da teoria, Joseph Schumpeter (1942) desenvolvia o que ficou conhecido depois como a *teoria elitista da democracia*, que diminui a importância das diversas formas da participação para a democracia, ao colocar apenas o voto e a discussão como formas de ação política essenciais para uma democracia. Ademais, Schumpeter diminui a importância do próprio *direito* à participação, quando aponta o *sufrágio universal* como algo *prescindível* para o bom funcionamento de um regime democrático (PATEMAN, 1970, p.4-5)<sup>6</sup>.

---

analisam mais detalhadamente a posição de Aristóteles sobre a participação e, ainda que, como eles mesmos apontam, não haja unanimidade entre todos aqueles que tentaram interpretar essa posição (justamente devido a essa concepção favorável a regimes como a *aristocracia*), por outro lado, é inegável que esse autor considera a participação imprescindível para a existência de um “estadista” (NICHOLS, p.5), e mesmo, como já mencionado, para a realização do ser humano enquanto tal.

<sup>3</sup> Mendes (2007) apresenta (em língua portuguesa) uma boa síntese do debate entre defensores dessas duas visões a partir do final do século 18.

<sup>4</sup> Não pretendemos aqui agregar indistintamente as concepções contrárias à democracia, concepções contrárias ao *direito de participação* e o *sufrágio universal*, e as concepções contrárias à maior participação popular efetiva, como se fossem a mesma coisa. Nem tudo se resume a defensores da participação e democracia *contra* os opositores de ambas. Autores como Dye e Ziegler (1970), por exemplo, acreditam que um nível de participação baixo pode ser até bom para a consolidação democrática, já que as “massas” tendem a ser menos democráticas do que as elites.

<sup>5</sup> “O colapso da República de Weimar, com suas altas taxas de participação das massas, culminando no fascismo, e o estabelecimento no pós-Guerra de regimes totalitários baseados em altas taxas de participação” trouxeram um questionamento às formulações clássicas da democracia, que enfatizavam a participação como elemento central de um regime democrático (PATEMAN, 1970, p.2, tradução nossa).

<sup>6</sup> Cabe notar que houve resistência por parte de muitos pensadores até o século 20 para aderir ao *sufrágio universal*. Condorcet parece ter feito, quase dois séculos antes de Schumpeter, uma mudança de posição bastante interessante a esse respeito: segundo Hobsbawm (2006, p.261, tradução nossa, grifo nosso), ele teria sido “*convertido pela queda da Bastilha de uma crença no sufrágio limitado para uma crença na democracia, embora com fortes salvaguardas para o indivíduo e para as minorias*”.

Em contraposição a isso, uma visão *participativa* da democracia já se encontrava nessas concepções clássicas de Aristóteles, Rousseau e John Stuart Mill. Essa perspectiva encontra alento na segunda metade do século 20 (PATEMAN, 1970, p.1):

Durante os últimos anos da década de 1960, a palavra ‘participação’ se tornou parte do vocabulário popular. Isso ocorreu a partir de demandas pela abertura de novas áreas de participação – nesse caso, na esfera da educação superior – e das demandas de grupos diversos pela implementação prática de direitos de participação que eram deles, em teoria.

De fato, falava-se em “revolução da participação” (ALMOND E VERBA, 1963, tradução nossa) ou “explosão participativa” (PATEMAN, 1970). Da mesma forma que a visão *realista* se fortaleceu com o crescimento demográfico nas cidades, a visão *participacionista* foi impulsionada pelo desenvolvimento de tecnologias de transporte e comunicação que permitem (ao menos em teoria) uma participação mais direta das pessoas (DAY, 1992, p.4). Defensores da perspectiva participacionista como Carole Pateman criticam Schumpeter e procuram mostrar que “*os defensores da participação civil não sustentam ideais baseados em interpretações românticas da história Grega*” (TRANJAN, 2012, p.1).

Na *teoria democrática*, Dahl (1973) reafirmou a necessidade do *direito à participação* para a existência de uma “poliarquia”. A participação surge, portanto, como uma *segunda* dimensão básica de um regime democrático (em contraposição ao enfoque de Schumpeter apenas na outra dimensão - a existência de *competição pelo poder* entre lideranças políticas). Mesmo antes disso, T.H. Marshall em “*Citizenship and Social Class*” (1950) também traz à tona o *direito à participação*, ao discorrer sobre as três formas de cidadania (*direitos civis, direitos políticos e direitos sociais*). A cidadania política à qual ele se referia baseava-se justamente no direito de participação política (embora numa concepção ainda limitada, focada na participação eleitoral).

Com a expansão do regime democrático para várias partes do planeta na “terceira onda democrática”, a *qualidade da democracia* surgiu como tema relevante, já que em muitos países o problema não era mais a mera existência *ou não* da democracia, mas a *qualidade deste regime*. Aqui, novamente, a participação política adquire papel central. Dois autores fundamentais nesta área de estudos, Diamond e Morlino (2005), consideram

a participação como um dos elementos básicos da dimensão *procedimental* da qualidade democrática. Em outras palavras, a participação é, acima de tudo, importante como *procedimento* para tomada de decisões públicas melhores e mais justas.<sup>7</sup>

Autores como Frey e Al-Roumi (1999) apontaram para uma importância da participação também no incremento da *qualidade-de-vida* pois, se houver mais participação, as necessidades dos cidadãos são mais facilmente determinadas pelos elaboradores de políticas públicas. Amartya Sen, no seu renomado livro *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), argumenta de forma semelhante, ao sustentar que a “condição de agente” dos cidadãos permite que o Estado faça escolha melhores e aloque os recursos de maneira mais eficiente para o bem-estar de todos. Stutzer e Frey (2006) caminham na mesma direção, ao defenderem que a participação é importante para gerar resultados mais favoráveis à sociedade. Eles adicionam também que a participação é necessária para *legitimar* decisões políticas.

Segundo Godbout (1991) ainda que por um lado o entusiasmo exagerado da década de 1960 com a participação tenha sido considerado até como uma “ingenuidade”; por outro, é inegável a importância da participação numa democracia. Na América Latina, o descontentamento com regimes autoritários levou inclusive a reivindicações por formas mais intensas e radicais de participação (TRANJAN, 2012, p.4). Governos mais responsivos, próximos da população, tornaram-se prioridade inclusive para órgãos internacionais como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e foram o objeto de reformas descentralizadoras dos anos 1990 (CORNWALL; COELHO, 2007). Nos anos 2000, evidenciou-se que a participação “aprofundou e estendeu seu papel no desenvolvimento” (HICKEY; MOHAN, 2004, p.3).

Com a democratização e a conquista do *sufrágio universal* em grande parte do planeta, de um lado, e o declínio das *taxas* de participação política, de outro, estudiosos começaram a voltar sua preocupação para essa segunda questão. Ou seja, dado que o direito à participação está garantido, o quanto as pessoas de fato usufruem desse direito?

---

<sup>7</sup> Esses autores tipificam três concepções de *qualidade da democracia*, importadas do mundo da produção industrial e do marketing: qualidade nos *procedimentos*, no conteúdo e nos resultados. Essas dimensões se desdobram em cerca de 8 fatores que compõem a qualidade da democracia, sendo a participação justamente um desses 8 fatores, incluída na dimensão dos *procedimentos*. Mas eles também sugerem uma relação profunda da participação com outros elementos fundamentais da qualidade da democracia, inclusive em termos de *resultados* (por exemplo, a participação ajuda a garantir o *accountability* dos governantes).

E o quanto elas são impedidas, na prática, de participar, devido a fatores como a falta de recursos socioeconômicos ou a alienação política<sup>8</sup>?

Essa é uma preocupação especialmente para novas democracias. Por essa razão, Altman e Pérez-Liñán (2002, p.86) analisam a qualidade da democracia em 18 países latino-americanos sob a justificativa de que ainda que todas as poliarquias “permitam uma participação (quase) universal e uma oposição legal ao partido governista, a participação efetiva e a competição variam de país para país.”

O problema da participação efetiva dos cidadãos nos leva à segunda razão para realizarmos um estudo como este: baixas taxas de participação geralmente ocorrem entre grupos *historicamente excluídos* (LIJPHART, 1997).

Com efeito, Diamond e Morlino (2005), sugerem um *círculo vicioso* entre a desigualdade socioeconômica e a desigualdade política, tornando a superação de ambas uma tarefa difícil para qualquer país. Solt (2008), em estudo comparativo entre países, verifica que a *desigualdade de renda* traz menores taxas de participação e interesse por política pelos mais pobres, permitindo que as elites dominem completamente a política.<sup>9</sup>

Essa *distorção na representação* de diferentes classes sociais é uma questão de importância premente para países como o Brasil, com seu histórico de desigualdade. Ainda que a pobreza e a desigualdade social tenham se reduzido consideravelmente nas últimas décadas, essa estrutura social profundamente desequilibrada pode deixar marcas na *cultura e estrutura política*. Nesse sentido, cabe perguntar: essa redução nas desigualdades sociais está sendo acompanhada por uma redução nas desigualdades políticas, em termos de participação?<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Alguns índices como o *Economist Intelligence Unit Democracy Index*, aliás, incluem as *taxas de participação* entre os indicadores de *qualidade da democracia*. Em contraposição a isso, o *Freedom House* traz questões mais relacionadas ao *direito de participação livre*, sem *constrangimentos* por parte do Estado.

<sup>9</sup> Podemos abordar essa questão através da ótica de Marshall (1950), que sugeria diferentes caminhos possíveis para garantir a cidadania política, civil e social: um país pode antes garantir os direitos civis e políticos que, por sua vez, trarão os direitos sociais; ou ele pode fazer o oposto. Curiosamente, o Brasil adotou o caminho “de baixo para cima”, segundo Carvalho (1996), garantindo direitos sociais *antes*. Mas como sabemos, isso não impediu que o país tenha figurado por muito tempo entre as primeiras colocações no ranking mundial de desigualdade social.

<sup>10</sup> Se desequilíbrios políticos permanecem, isso pode significar a permanência do círculo vicioso sugerido por Diamond e Morlino; ou seja, a queda na desigualdade socioeconômica pode ficar estagnada, e os cidadãos em condições mais difíceis podem ficar à mercê de políticas paliativas e populistas (algo bastante comum na América Latina).

Outras clivagens sociais que geram desigualdade na participação, como a diferença de gênero (ANDERSEN, 1975; WELCH, 1977; BURNS; SCHLOZMAN; VERBA; 2001) ou de etnias (BOBO e GILLIAM JR, 1990; VERBA, 1993a; LEIGHLEY e VEIDLITZ, 1999), foram estudadas ao longo das últimas décadas.<sup>11</sup>

Mas a sub-representação de interesses não se manifesta apenas por *clivagens* socioeconômicas e demográficas, estando também ligada a diferenças ideológicas entre as pessoas que participam e aquelas que não participam (BEST; KRUEGER, 2005)<sup>12</sup>.

Estudar as causas da participação também se justifica pelo fato de que isso nos auxilia a compreender o *comportamento político* e o *comportamento humano* em geral<sup>13</sup>. O “paradoxo da participação”, por exemplo, tem sido um dos maiores desafios para a teoria da escolha racional (Leighley, 1995), e só este fator já constitui um motivo mais do que suficiente para analisar as causas da participação. O que faz com que os indivíduos gastem seu tempo (e outros recursos) para se engajarem em atividades políticas, se isso não trará nenhum ganho pessoal direto? Essa é a grande preocupação trazida pelos trabalhos seminais de Olson (1965) sobre a ação coletiva, em geral, e de Downs (1957), sobre a participação eleitoral.<sup>14</sup>

Por essa razão, Whiteley e Seyd (2002) afirmam que “a tarefa de compreender por que algumas pessoas participam enquanto outras não participam da política talvez seja a preocupação central da ciência política” (grifo nosso, tradução nossa).

---

<sup>11</sup> Verba, Nie e Kim (1979) dedicam um livro inteiro à questão da participação política e igualdade nos Estados Unidos.

<sup>12</sup> Cabe lembrar a distorção entre a participação de produtores e consumidores que deriva do trabalho de Olson (1965) sobre a ação coletiva: os produtores tendem a participar mais do que consumidores em assuntos como políticas tarifárias, porque o custo ou benefício dessas políticas serão muito maiores para o produtor do que para o consumidor. Esta questão não está incluída no estudo empírico aqui apresentado porque este estudo trata da participação de indivíduos em um dado período de tempo ou durante toda sua vida, e não a participação em uma questão específica (como as barreiras tarifárias). Um indivíduo pode agir politicamente como produtor em um dado momento (protestando ou votando em favor de sua classe), e num momento posterior, ele pode agir como consumidor ou cidadão de maneira mais ampla.

<sup>13</sup> Essa ideia de que as causas da participação constituem uma questão científica importante por si só (independentemente de qualquer pressuposição normativa sobre a participação, ou seja, independentemente de acharmos que *mais participação* é algo positivo ou não) foi trazida por Donald Green no 4º Congresso Internacional da EPSA (European Political Science Association). Leighley (1995) por sua vez, inicia seu artigo lamentando que a participação, apesar de ser a manifestação *real* do comportamento político, é menos estudada do que o comportamento político latente (*political attitudes*, ou seja, posicionamento político, ideologia).

<sup>14</sup> Posteriormente, diversos autores, como Riker e Ordeshook (1968) buscaram resolver o “paradoxo do voto” ou da participação em geral. Um balanço da literatura que se produziu depois desses autores buscando resolver essa questão pode ser encontrado em Leighley (1995).

Estas diversas formas de *sub-representação de grupos via participação* se manifestam de forma diferente para cada tipo de participação, segundo Best e Krueger (2005). Além disso, para Leighley (1995), fazem-se necessários mais estudos sobre tipos diferentes de participação para entender a capacidade mobilizadora das *elites políticas*, e também para entender como os indivíduos se comportam em relação a essas formas de ação mais “instrumentais” do que o voto (algo que, segundo esta autora, seria muito frutífero para aqueles que partem da perspectiva da *escolha racional*).

Considerando todas essas razões para estudar *as causas da participação política*, ainda resta justificar o recorte específico proposto aqui. Afinal, já existe uma vasta literatura sobre participação.

No entanto, a maioria dos estudos versam *apenas* sobre a participação eleitoral, ainda que outras formas de participação como a chamada “participação não-convencional” tenham adquirido importância nas últimas décadas, se tornando algumas vezes até mais frequentes do que o ato de votar (NORRIS, 2002; DALTON, 2008).

Entre os estudos que incluem a participação *não-convencional*, frequentemente eles agregam todas essas formas de ação *indistintamente* em índices de participação, como Kaase (1999), Norris (2002), Dalton (2008) ou Booth e Seligson (2009); ou preferem focar em algumas dessas atividades como os *protestos*, deixando de lado formas de ação cada vez mais relevantes, como *petições* ou *boicotes*.

Cabe destacar também a existência de outras formas de ação política que também passam despercebidas em boa parte da literatura, como o ato de *discutir sobre política* ou mesmo a participação ativa em *partidos políticos*. Por fim, mecanismos participativos como os *Conselhos Populares* e, sobretudo, o Orçamento Participativo, ganharam atenção internacional por serem uma esperança de acabar com o clientelismo (ABERS, 2000) e estimularem a participação de baixo para cima (O’DONNELL, 1991, WAMPLER, 2010). Cabe, portanto, indagar: quem participa desses mecanismos de participação direta? Será que as desigualdades *socioeconômicas* que se refletem em formas de participação como o voto também aparecem nesse tipo de participação mais direta, como sugere Romão (2011)?<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup>Outra questão interessante é se esses mecanismos participativos tornam as pessoas mais engajadas em outras formas de ação política. O desenho de pesquisa aqui proposto não é adequado para verificar isso,

Este trabalho também se justifica pela relativa escassez de estudos sobre participação em democracias mais recentes (NORRIS, 2002). O Brasil, país de proporções continentais e com uma diversidade cultural considerável, constituindo a *terceira maior democracia eleitoral* do planeta em tamanho populacional (e a maior entre os países com *voto obrigatório*), ainda não foi objeto de estudos quantitativos mais sistemáticos sobre os determinantes de formas diversas de participação. Destaca-se, a esse respeito, o trabalho de Rennó et al. (2011, cap. 6). No entanto, este trabalho não aborda todas as formas de participação aqui estudadas, além de não contar com bases de dados mais atuais.

O Brasil também constitui um caso interessante para tratar da relação entre Estado e sociedade, por possuir alguns elementos institucionais curiosos no que se refere ao *engajamento político*. De um lado, temos instituições mais “positivas”, como os *Conselhos Populares* e o *Orçamento Participativo*, os quais acabamos de mencionar. De outro, temos formas *impositivas* de informar o cidadão sobre assuntos políticos e fazê-lo participar. A principal delas é o *voto obrigatório*, mas podemos destacar também o *horário eleitoral obrigatório* e a *Voz do Brasil*, principal canal de comunicação do Estado com os cidadãos brasileiros, que foi apontada como mecanismo de manutenção do poder e propaganda oficial (PEROSA, 1995).

A existência desses mecanismos institucionais faz do Brasil um campo de estudos ímpar para questões como a relação entre *participação e interesse por política*. No que tange o presente trabalho, uma questão interessante que surge é se a participação eleitoral, no contexto do voto obrigatório, está correlacionada com o interesse por política (e com a eficácia política), já que um indivíduo pode votar apenas para manter a regularidade de seu Título Eleitoral, mesmo sem interesse algum por política ou crença de que sua participação terá alguma importância<sup>16</sup>.

Além disso, o país tem outras características notáveis, como *um dos mais baixos índices de confiança interpessoal da América Latina* (POWER; JAMISON, 2005) *ou mesmo do planeta* (JUNIOR; EISENBERG, 2006). O nível de *confiança nas instituições*

---

porque não seria possível saber a direção causal dessas relações, gerando parâmetros enviesados. No entanto, trata-se de uma questão interessante para trabalhos futuros.

<sup>16</sup> Outra questão interessante, para ser explorada numa análise comparativa entre países com voto obrigatório e países com voto facultativo: Esses mecanismos institucionais “impositivos” deixam o eleitor mais interessado por política, criando um círculo virtuoso entre participação e interesse, como defendem alguns apoiadores do voto obrigatório?

como o Poder Legislativo e os partidos políticos, por sua vez, também é baixo, coexistindo com um apoio ao *regime democrático* cada vez maior (MOISÉS, 1992; 2005).

Esses sentimentos negativos em relação ao *Poder Legislativo e o sistema partidário* vieram à tona com a onda de protestos iniciada em junho de 2013, que trouxe o mote dos “sem partido” e até mesmo a ocupação do Congresso Nacional por centenas de manifestantes, um ato simbólico que marcou o momento político. A magnitude desses protestos torna os estudos sobre a participação política no Brasil ao mesmo tempo mais interessantes e mais necessários, por se tratar de um fenômeno imprevisível e histórico, com consequências ainda não compreendidas, e que guarda semelhanças com outros protestos de massa que ocorreram nos últimos anos por todo o planeta.<sup>17</sup>

Por fim, outra lacuna da literatura internacional reside na relação causal entre *interesse por política*, participação política e outras variáveis como a educação. Ainda que o *interesse* seja abordado em muitos estudos, há pouca atenção para o efeito *mediador* do interesse sobre a participação. Ou seja, nem sempre é levado em conta o impacto *indireto* de outras variáveis explicativas sobre a participação (fatores como a educação podem impactar o interesse por política, que por sua vez impacta a participação). O desenho de pesquisa aqui proposto não nos permite fazer inferências causais precisas a esse respeito, mas ao menos nos permite explorar essa questão de forma mais detalhada do que estudos anteriores.

Portanto, a partir do caso brasileiro (e de suas peculiaridades), pretende-se também colaborar para preencher algumas lacunas da literatura internacional, além de testar hipóteses já existentes nesta literatura mas pouco abordadas em democracias mais novas e, em particular, no Brasil.

Foram realizadas análises quantitativas (*regressões logísticas*) com *seis diferentes formas de ação política*: voto, participação em atividades partidárias, participação em Conselhos e Orçamento Participativo, protestos, petições, boicotes, discussões políticas. Utilizamos dados do World Values Survey (WVS) em todas as edições realizadas no Brasil (1991, 1997 e 2006), e de duas pesquisas de opinião realizadas pelo NUPPS-USP (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo), nos anos de

---

<sup>17</sup> Susan Stokes está coordenando uma pesquisa em várias cidades do mundo que passaram por esse tipo de fenômeno recentemente, como Istambul, (Turquia) e São Paulo (Brasil).

2006 e 2014. Com isso, pretende-se apreender 4 momentos diferentes da democracia brasileira, desde seu início até o período posterior aos protestos de 2013. A utilização de dois bancos de dados diferentes também é vantajosa para dar mais robustez às análises (em especial, para o ano de 2006, aonde temos as pesquisas dos 2 institutos) e por permitir testes com algumas variáveis que existem em apenas um desses bancos.

Com isso, acredita-se contribuir para uma compreensão mais detalhada sobre o engajamento político dos cidadãos na democracia brasileira. No primeiro capítulo, realiza-se uma discussão sobre o conceito de participação. Adicionalmente, são sugeridas algumas tipologias dos tipos de participação, de acordo com fatores importantes para o presente trabalho, como os custos e benefícios possíveis de cada forma de ação. Em seguida, parte-se para uma operacionalização do conceito, isto é, uma descrição e justificativa das variáveis dependentes que serão utilizadas neste trabalho. Optamos por apresentar as variáveis dependentes neste capítulo porque isso está intimamente relacionado com a discussão sobre a definição do conceito de participação. No capítulo 2, procede-se para um balanço da literatura sobre os fatores determinantes da participação, partindo de formulações teóricas como a Teoria da Escolha Racional (e seus críticos) para um resumo das análises empíricas. No capítulo 3, efetua-se uma breve descrição do cenário político brasileiro no que se refere a temas relacionados à participação, à qualidade da democracia e à relação entre cidadãos e as instituições políticas. No capítulo 4 apresentamos e discutimos uma análise empírica sobre os determinantes da participação política no Brasil. Finalmente, concluímos com uma síntese dos resultados desta análise e suas implicações para a democracia brasileira.

## CAPÍTULO 1 – TEORIAS SOBRE O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

*Think for a moment about what you would do if you wanted to influence the government on a policy that was important to you. We often equate political participation with the act of voting. If you think of political influence from the citizen's perspective, however, participation is not limited to voting, nor is voting necessarily the most effective means of affecting the political process.*

Russell J. Dalton, *Citizen Politics*

Há pouco consenso sobre a definição de *participação política*<sup>18</sup> (RAUSCHENBACH, 2012a; SALISBURY, 1975), da mesma forma que ocorre com outros conceitos-chave da ciência política (SARTORI, 1970)<sup>19</sup>. Cabe então, resolver a seguinte questão: de que maneira podemos definir *participação política* para, ao mesmo tempo, dar conta de sua importância teórica e possibilitar uma análise empírica promissora?

A discussão sobre a definição de participação política se desdobra em debates filosóficos ao longo do tempo. Questões como a inclusão do comportamento *passivo* ou ações não-instrumentais como formas de participação, além da dificuldade de separar a política de outras dimensões da vida coletiva como a esfera social e econômica, permearam o debate sobre a definição desse conceito.

Knauer (1980) analisa a perspectiva de Hannah Arendt sobre o conceito de *ação política*. A perspectiva de Arendt, diz Knauer, coloca a ação política como algo ao mesmo

---

<sup>18</sup> Neste trabalho os termos “ação política” e “participação política” são utilizados de maneira indistinta. Não parecem haver diferenças significativas no uso desses termos ao longo da literatura (ao menos no que se refere às problemáticas analisadas neste trabalho). O termo *participação* é frequentemente aparece carregado com um conteúdo mais normativo, ligado à democracia. Outros termos, como *participação social* e *participação comunitária*, se confundem ocasionalmente com *participação política* (pois atividades como a participação em *associações comunitárias* podem ser consideradas como *participação política*). A questão da *participação em associações* como forma de ação/participação política será abordada posteriormente neste capítulo mas, de qualquer forma, evitaremos o uso dessas expressões para não causar confusões.

<sup>19</sup> Para Schutz (1972), a ideia de que as ciências sociais são *ideográficas* traz, entre outras consequências, uma noção de que não é possível definir conceitos de maneira mais objetiva nessa área.

tempo diferente da *ação instrumental* e do mero comportamento (passivo), diferentemente da interpretação de pensadores como Habermas sobre as ideias de Arendt.

Ademais, Arendt considerava a *ação política* como associada ao Estado, sendo ela *distinta* do trabalho e da ação econômica, relacionados ao mercado. Mas essa *distinção* entre política e economia, ou mesmo entre *ação política* e “ação instrumental” não significa que são coisas completamente opostas, para Knauer. Segundo ele, esse seria o grande erro de Habermas, Kirk Thompson e Martin Jay. Quando Arendt distingue a ação política dessa ação (econômica) instrumental, ela não está dizendo que a ação política está “divorciada do mundo real” (KNAUER, 1980, p. 721).

No entanto, ainda que essas críticas a Hannah Arendt tenham sido injustas, pode-se dizer que ela adotou uma perspectiva em que a política equivale ao Estado. Esta perspectiva foi adotada também por cientistas políticos como Almond (1956)<sup>20</sup>. Schmitt (1996) critica essa visão, descrevendo como a política foi pensada ao longo de séculos não apenas como algo diferente, mas como uma *antítese* da economia, do social e até do científico. No lugar dessa associação com o Estado, ele apresenta uma visão belicosa, segundo a qual a política se define pela oposição “amigo/inimigo”, ou seja, por conflitos e alianças.

Já Hague, Harrop e Breslin (1994) apresentam a política como um processo de *tomada de decisões coletivas*, uma concepção que pode ser bastante valiosa para delimitar o conceito de participação política, como discorreremos abaixo.

Van Deth (2001, p.11), por sua vez, repara que o próprio escopo do governo é algo difícil de determinar. Portanto, mesmo que consideremos como político apenas aquilo que esteja ligado ao Estado, ainda assim o dilema permanecerá. Para ele, nem sempre é fácil determinar o que é estatal e o que não é (o autor utiliza exemplos como as rodovias, que são serviços estatais em alguns locais mas são administradas pela iniciativa privada em outros). A emergência do conceito de governança talvez seja uma tentativa de utilizar um termo mais amplo do que governo como algo equivalente ao Estado.

---

<sup>20</sup> Ainda que o artigo aqui citado se refira a *sistemas políticos* (o que pode ser mais facilmente equiparado ao Estado do que o termo “política” separadamente) ele se refere, em certos momentos, à perspectiva por ele adotada como “uma definição da política e do político” (ALMOND, idem, p. 356).

Mas e o conceito de participação? Para Salisbury (1975, p. 325), o termo *participação* se **refere** a “tomar parte” ou “partilhar”<sup>21</sup>. Por sua vez, Sartori (1970) contrasta o conceito de *participação* com o de *mobilização*, por considerar a primeira como atividade mais autônoma e a última como algo influenciado por “autoridades persuasivas – ou mais do que persuasivas” (SARTORI, 1970, p. 1050).

Sartori também acredita que o conceito de *política* está se ampliando tanto no sentido *objetivo* (um mundo cada vez mais politizado, devido a fatores como o aumento da participação política e da interferência governamental) quanto no sentido *subjetivo* (a definição do que é político).

Na dimensão *objetiva*, podemos adicionar que a interferência de atores não-estatais, nas últimas décadas, amplia a esfera da *política* (seja ela entendida como tomada de decisões coletivas ou mesmo como disputa pelo poder), para além dessa ampliação na esfera meramente *estatal* apontada por Sartori. A globalização e a emergência de atores privados cada vez mais poderosos (como as grandes corporações) impulsionaram novas formas de governança, como a regulação privada (HALE; HELD, 2011). Além disso, o mundo fica cada vez mais complexo, e novas questões emergem na arena política (a exemplo dos problemas ambientais).

O conceito de participação também muda ao sabor de novas realidades políticas. Nesse sentido, Briceño-León (1998) analisa a evolução do conceito de “participação comunitária” na América Latina ao longo do período da Guerra Fria. Shi (1997) analisa a participação na China, estabelecendo uma tipologia conveniente para um ambiente de autoritarismo, aonde elementos como “resistência” se tornam centrais.

Com a emergência de formas não-convencionais de participação e o declínio da participação eleitoral em muitos países (Norris, 2002; Dalton, 2008), passou-se a adotar uma perspectiva mais abrangente sobre o conceito de *participação*, como já se podia ver no trabalho de Barnes, Kaase et al. (1979). Mais recentemente, Hickey e Mohan (2004, p.12) apontam para uma evolução do conceito de participação para algo mais amplo, uma forma de “cidadania multidimensional”.

Ainda que haja uma relativa constância nas formas de ação que são contempladas sob o rótulo de *participação política* nas últimas décadas, ainda restam dilemas sobre a

---

<sup>21</sup> Do inglês “to have a share in common” ou “partake”.

definição do termo. Esses dilemas não são apenas de ordem teórica ou filosófica, como esboçado acima, mas também de ordem prática: por mais que busquemos uma visão abrangente, nem toda ação política pode ser captada nas *pesquisas de opinião*, por exemplo. Portanto, resta ainda atender ao questionamento feito no início deste capítulo: como podemos delimitar o que é *participação política* de uma maneira satisfatória em termos teóricos e práticos?

Antes de entrar de fato nesta questão, fazemos uma breve descrição de algumas tipologias da participação política que serão úteis para respondê-la, e também para identificar diferenças entre as diversas formas de participação em termos de suas *causas* e consequências.

### **1.1. Tipologias de Participação**

Os tipos de *participação política* foram classificados de acordo com os mais diversos critérios, como o grau de envolvimento necessário, a natureza das ações e os objetivos buscados.

Verba e Nie (1972) categorizam as atividades em termos de *potencial de conflito*, *escopo dos resultados* (coletivo ou individual), e *grau de iniciativa necessário*. Além disso, eles separam os 4 tipos de atividade que abordam entre “eleitorais” (voto e atividades de campanha) e “não-eleitorais” (atividades comunitárias e contato com funcionários do governo).

Dalton (2008, p.37) expande a classificação de Verba e Nie incluindo “protestos” (aqui compreendendo não apenas as manifestações, mas outras atividades como petições e boicotes). Além disso, ele inclui outras duas dimensões: *o tipo de influência*, e *o grau de cooperação com outras pessoas*.

Ekman e Amnå (2012) distinguem formas *latentes* das formas *manifestas*. O primeiro grupo está subdividido em ações de “envolvimento” (como a mera atenção em assuntos políticos) e o engajamento cívico (ou seja, “atividades baseadas na atenção e interesse individual por política e por assuntos sociais”). O segundo grupo, por sua vez, está subdividido em *participação política formal* e *ativismo* (ações “extraparlamentares, as quais por sua vez se distinguem entre ações legais e ilegais). Além dessas dimensões, todas as atividades estão divididas em *coletivas* e *individuais*.

Por sua vez, Van Deth (2014) elabora um “mapa conceitual” da participação, dividindo as formas de ação em 4 tipos de acordo com seu “alvo” (Estado e governo VS questões da comunidade) e seu *locus* (novamente diferenciando as ações que ocorrem dentro do governo daquelas que ocorrem fora dele – mas que podem ser direcionadas a ele, como protestos).

A divisão mais frequente na literatura, no entanto, se dá entre a *participação convencional* e *participação não-convencional*, que separa ações como o voto e a participação em partidos de ações como protestos, petições e boicotes. Alguns autores, como Barnes e Kaase (1979) preferem falar em participação *institucionalizada* e *não-institucionalizada*. Hooghe, Marien e Quintelier (2010) consideram esta classificação mais acurada porque a dicotomia convencional/não-convencional pressupõe uma diferença cronológica que não existe (já que atividades como *petições* e *boicote* existem desde o século 18). Os termos institucionalizada/não institucionalizada, por outro lado, se referem à existência ou não de uma *ligação direta de cada atividade com o processo eleitoral*. Já Conway (1990) utiliza a categoria convencional/não-convencional, mas a define não pela dimensão temporal, e sim pela aceitação de cada tipo de atividade pela cultura predominante.

Alguns autores também criaram classificações específicas que procuram dar conta das diferenças *entre* essas formas não-convencionais ou não-institucionalizadas de participação. Dalton (2008, p. 64-65) estabelece uma linha contínua com 4 *limiares*: o primeiro divide o comportamento “ortodoxo” ou convencional das formas não-convencionais (entrando nessa primeira categoria as *petições públicas* e *manifestações*); o próximo divisor se refere a ações diretas que são “semi-legais” segundo ele. Nesta categoria entram os *boicotes*. Em terceiro, entram as ações *ilegais* como as greves não-oficiais. Por último, as ações *violentas* como manifestações ilegais, ocupações de edifícios, danos ao patrimônio público e a violência propriamente dita. Neste quarto grupo, a ação política “claramente excede o que é aceito ou tolerável em uma democracia”.

Por sua vez, Cohen e Valencia (2008) realizam uma análise empírica em busca de uma tipologia da participação não-institucional, concluindo que o custo de cada forma de ação é uma dimensão fundamental para classificar essas diversas formas de ação. O resultado disso é uma ordenação diferente daquela feita por Dalton (2008): aqui, em

primeiro lugar aparecem *petições* e *boicotes*, os quais tomam menos tempo do indivíduo e não necessitam de contato “cara-a-cara” (gerando menos riscos). Em seguida estariam atividades como as manifestações de rua, que seriam mais custosas do que *petições* e *boicotes*. Por fim, surgem ações ilegais ou até violentas, com custos e riscos mais óbvios. Nessa perspectiva, o maior divisor de águas ou “ponto de inflexão” seriam as manifestações, e não os *boicotes*.

Cabe mencionar, antes de partir para a próxima seção, o trabalho de Conge (1988), que procura sintetizar os principais dilemas na definição do conceito de participação através de uma revisão de 4 trabalhos importantes da época sobre participação. Conge aponta para seis dimensões onde há divergências sobre o que pode ser considerado como *participação política* na visão de cada um destes trabalhos:

- *Participação ativa VS participação passiva* (sentimentos como o patriotismo ou “a consciência sobre questões políticas”);
- *Comportamento agressivo VS não-agressivo*;
- *Objetos estruturais VS não-estruturais* (ou “esforços para mudar ou manter a forma de governo” VS “esforços para mudar ou manter autoridades governamentais e/ou suas decisões”);
- *Objetivos governamentais VS não-governamentais*;
- *Ações mobilizadas* (pelo governo) VS *ações voluntárias* (ou seja, iniciadas pelos próprios cidadãos);
- *Resultados desejados VS resultados indesejados*.

As dimensões a que nos referimos anteriormente ressurgem aqui, por vezes com nomes e descrições um pouco diferentes. A dimensão “governamental vs não-governamental”, por exemplo, refere-se à questão da política enxergada como algo ligado necessariamente ao Estado e à divisão entre o político e outras áreas (como o social e a economia). A noção de “ação mobilizada vs ação voluntária” é análoga à contraposição de Sartori (1970) entre “participação vs mobilização”. O fator *violência* mencionado por Dalton (2008), Cohen e Valencia (2012) também reaparece aqui.

Sem a intenção de um balanço exaustivo sobre as tipologias de participação política, propomos a seguir uma classificação em parte informada pelos autores acima mencionados, com adaptações para se adequar ao contexto brasileiro e às finalidades deste trabalho<sup>22</sup>.

Primeiramente, sugerimos uma classificação de tipos de participação em termos das divisões mais tradicionais e significativas da literatura: participação convencional vs não-convencional *ou* **institucional vs não-institucional**. Junto a isso, aderimos outras divisões, feitas para adequar duas formas de ação peculiares: a **participação direta** em decisões públicas através de Conselhos e Orçamento Participativo<sup>23</sup>; e aquilo que denominamos como **participação informal** (discussões políticas). Essas duas formas de ação não foram contempladas nas tipologias acima descritas, fato que reflete o esquecimento delas no âmbito dos estudos sobre as causas da participação.

Como já mencionado, há uma distinção entre participação institucional e participação convencional. Aqui, optamos por utilizar a participação institucional como eixo divisor principal. No entanto, *dentro* desta forma de ação, podemos considerar as formas tradicionais abordadas por Verba e Nie (1972) como *convencionais* (e aqui adicionamos a *doação financeira*), em oposição a essa participação direta nas decisões, a qual *também* está ligada a instituições porém menos tradicional. Desta forma, identificamos 4 grupos principais de atividades:

1. Participação convencional - voto; trabalho em partidos e campanhas; doações para campanhas; contato com funcionários do governo.
2. Participação institucional direta - Conselhos Setoriais, Orçamento Participativo.
3. Participação não-institucional – petições, protestos, boicotes, além de greves e ações ilegais (bloqueio de ruas e ocupação de prédios).

---

<sup>22</sup> Cabe lembrar a existência de tipologias de participação adaptadas para outros contextos, como no trabalho supracitado de Shi (1997), que desenvolve uma tipologia adequada para a realidade não democrática da China.

<sup>23</sup> Poderíamos adicionar a participação em mecanismos de iniciativa popular, referendos ou plebiscitos, mas os plebiscitos e referendos funcionam de maneira semelhante à participação eleitoral, sendo sua única diferença justamente o fato de que se referem a uma decisão direta sobre decisões públicas e não a uma decisão sobre *quem* tomará essas decisões. De forma semelhante, a *iniciativa popular* funciona através de petições, o que nos autoriza a deixá-la de lado considerando os fins do presente trabalho (ver Rauschenbach, 2012a).

#### 4. Participação informal – discussão política.

Na Tabela 1.1, classificamos algumas das principais formas de ação em termos de seu potencial de conflito e violência, com base em Conge (1988) e Dalton (2008). Na coluna ao lado, com base em Cohen e Valencia (2012), incluímos a necessidade ou não de contato pessoal (cara-a-cara)<sup>24</sup>.

Cabe lembrar que Dalton, assim como Verba e Nie (1972) consideram que o voto e a participação de atividades de partidos políticos são ações “conflituosas”. Esses autores consideram que as discussões políticas e conflitos eleitorais envolvidos nessas atividades podem levar a conflitos. A perspectiva adotada aqui, no entanto, parte do potencial de conflito referente a cada ação política em si. Em países democráticos, a ocorrência de conflitos no momento do voto é algo raro.

No caso das atividades partidárias, assim como discussões ou mesmo atividades comunitárias, atribuímos um potencial baixo de conflito, considerando que durante a prática dessas atividades há um potencial para debates calorosos e indisposição entre os participantes, ainda que dificilmente haja violência física.

Protestos, por sua vez, possuem um potencial de conflito bastante incerto. Por serem atividades onde não há debate ou deliberação, eles podem ser até mais pacíficos do que as atividades a que acabamos de nos referir. No entanto, podem haver todos tipos de conflito durante manifestações de rua, especialmente quando grupos adversários se encontram ou quando há confrontos com a polícia. As *petições* e *boicotes* ainda que sejam ações muitas vezes desafiadoras, não-institucionais ou até “anti-institucionais” não envolvem contato pessoal com adversários, o que garante a inexistência de conflito, da mesma forma que ocorre com o voto.

---

<sup>24</sup> Essa categorização tem semelhança com Dalton (2008, p.36) ou Ekman e Amnå (2012), que classificam as ações em termos da necessidade de relação com outros indivíduos.

**Tabela 1.1- Tipologia de Participação (potencial de conflito)**

FORMA DE AÇÃO	CONFLITUOSIDADE	CARA-A-CARA
<b>Convencional</b>		
Voto	Nenhum	Não
Atividades partidárias/campanhas	Baixo	Sim
Contato com funcionários do Estado	Nenhum	Talvez
Atividades comunitárias	Baixo	Sim
Doações para campanhas	Nenhum	Não
<b>Institucional direta</b>		
Conselhos/ OP <sup>25</sup>	Baixo	Sim
<b>Não-institucional</b>		
Petições	Nenhum	Não
Protestos	Variável	Sim
Boicotes	Nenhum	Não
Greves	Médio	Sim
Ocupações	Alto	Sim
Bloqueio de ruas	Alto	Sim
<b>Informal/ Cotidiana</b>		
Discussão	Baixo	Sim

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 1.2 a seguir, abordamos a relação do Estado com os indivíduos que participam de cada tipo de *ação política*. Como debatido no início desse capítulo, algumas correntes teóricas sequer consideram ações não diretamente ligadas ao governo como *políticas*. No entanto, a concepção de *participação política* se alargou nas últimas décadas, tornando possível conceber formas de participação que não são diretamente ligadas ao Estado como políticas.

<sup>25</sup> Aqui nos referimos à participação em Conselhos Setoriais e no Orçamento Participativo. Optamos por deixar essas duas atividades juntas porque elas serão agregadas em nossa análise como uma única variável dependente e porque, ainda que hajam diferenças entre elas, no que se refere às classificações aqui realizadas, elas são semelhantes.

**Tabela 1.2 - Relação com o Sistema Político**

FORMA DE AÇÃO	OBJETIVO GOVERNAMENTAL	MOBILIZADA PELO ESTADO/PARTIDOS
<b>Convencional</b>		
Voto	Sim	Sim
Atividades partidárias/campanhas	Sim	Sim - partidos
Contato com funcionários do Estado	Sim	Às vezes
Atividades comunitárias	Raramente	Raramente
Doações para campanhas	Sim	Frequentemente
<b>Institucional direta</b>		
Conselhos/ OP	Sim	
<b>Não-institucional</b>		
Petições	Frequentemente	Às vezes <sup>26</sup>
Protestos	Frequentemente	Às vezes
Boicotes	Raramente	Não
Greves	Raramente	Não diretamente <sup>27</sup>
Ocupações	Talvez	Não
Bloqueio de ruas	Frequentemente	Não
<b>Informal/ Cotidiana</b>		
Discussão	Talvez	Não

Fonte: Elaboração própria

Com base na classificação de Conge (1988) de *objetivos governamentais ou não-governamentais*, e na classificação análoga feita por Van Deth (2014), estabelecemos a relação de cada forma de ação política com decisões governamentais. Em alguns casos, como *protestos* e *petições*, nem sempre é possível determinar, mas parte considerável

<sup>26</sup> No Brasil *protestos* e *petições* não costumam ter influência direta do governo, mas frequentemente há partidos ligados a eles.

<sup>27</sup> No contexto brasileiro, sabemos que há uma ligação profunda entre sindicatos e partidos políticos e membros do governo. Basta lembrarmos que não apenas o ex-presidente Lula, mas também outras figuras políticas importantes, são ou foram sindicalistas. No entanto, ainda que haja uma ligação íntima, as greves, em geral, não parecem ser convocadas *diretamente* pelo Estado ou mesmo por partidos.

dessas ações tem relação com alguma decisão do governo. No caso dos *boicotes*, geralmente estão relacionados à conduta de empresas privadas (as petições, mesmo quando relacionadas a empresas, costumam buscar alguma ação do *governo* em relação a elas). As *greves* também costumam ser ligadas ao setor privado, a não ser que sejam de funcionários públicos (e mesmo nesses casos, não costumam ser relacionadas a decisões governamentais que afetam a sociedade como um todo).

Na última coluna novamente nos baseamos em Conge (1988) para classificar cada tipo de ação em termos da existência de *mobilização* por parte do governo ou partidos políticos. Incluímos aqui partidos políticos porque, ainda que não sejam necessariamente parte do Estado, estão intimamente ligados a ele.

Deixamos de lado a dimensão estrutural VS não-estrutural, considerando que a maior parte das ações políticas aqui contempladas *não* tem a finalidade de mudar ou manter o atual regime. É claro que em muitos momentos atividades como protestos, ou até mesmo discussões, podem estar relacionadas à mudança ou manutenção do regime político, mas mesmo nesses casos isso é relativamente raro no contexto brasileiro pós-89.

Por último, apresentamos uma tabela com a classificação de cada tipo de *participação* de acordo com os custos e possíveis benefícios individuais diretos. Considerando que desde Olson (1965) a questão dos custos e benefícios individuais envolvidos é central para explicar qualquer *ação coletiva*, essa questão é central para compreender ou mesmo classificar tipos diversos de participação (mais sobre isso no capítulo 2).

**Tabela 1.3 – Custos e benefícios por tipo de participação**

<b>FORMA DE AÇÃO</b>	<b>CUSTOS / RISCOS<sup>28</sup></b>	<b>BENEFÍCIOS MATERIAIS DIRETOS<sup>29</sup></b>
<b>Convencional</b>		
Voto	Baixo (tempo)	Alto (Justiça Eleitoral)
Trabalho para partidos	Médio (tempo)	Médio (carreira)
Contato com autoridades	Médio (tempo)	Médio (resultados)
Atividades comunitárias	Médio (tempo)	Médio (carreira, resultados)
Doações para campanhas	Variável (financeiro)	Médio (decisões)
<b>Convencional</b>		
Conselhos/ OP	Médio (tempo)	Médio (carreira, resultados)
<b>Não-institucional</b>		
Petições	Baixíssimo (tempo)	Nenhum
Protestos	Médio (tempo; conflito)	Nenhum
Boicotes	Médio (financeiro)	Nenhum
Greves	Alto (tempo; conflito)	Médio (resultados)
Ocupações	Altíssimo (tempo; conflito)	Nenhum
Bloqueio de ruas	Altíssimo (tempo; conflito)	Nenhum
<b>Informal/ Cotidiana</b>		
Discussão	Baixo (tempo, conflito)	Nenhum

Fonte: Elaboração própria

<sup>28</sup> Aqui estamos incluindo os *custos em tempo* dispendido para cada forma de participação; os custos financeiros e os riscos possíveis, resumidos sob a alcunha de “conflito”, mas que envolvem desde o risco de conflito verbal até a possibilidade de agressões, prisões, etc.

<sup>29</sup> Aqui consideramos benefícios individuais possíveis, com exceção de benefícios “processuais” (WHITELEY; SEYD, 1996). Esse tipo de benefício se refere à satisfação *psicológica* da participação (os quais podem ocorrer em qualquer tipo de ação política, com intensidades semelhantes. Por “carreira” compreende-se a possibilidade de desenvolver uma carreira política, que pode ser favorecida pela participação em atividades políticas. Por “resultados” nos referimos à possibilidade de um indivíduo ser *diretamente* beneficiado por decisões públicas ou por ações coletivas (como aquelas realizadas por associações comunitárias) que tiveram a sua participação. É claro que este tipo de benefício pode ser muitas vezes *clientelista* ou até ilegal. Este tipo de benefício (e o clientelismo muitas vezes inerente a ele) é mais provável no contato com funcionários do Estado – para alguns autores seria a *única forma de ação* onde esse benefício direto das ações coletivas é possível (VERBA; NIE, 1972; DALTON, 2008). Mas isso pode ocorrer em outras atividades também, especialmente em contextos locais, descentralizados.

É difícil determinar *custos e benefícios* de maneira precisa. O custo de tempo, por exemplo, pode variar muito. Poderíamos adicionar aqui *custos de transporte*, exceto quando se realiza, por exemplo, contato com autoridades, petições ou doações pela Internet. Esses custos variam e podem ser decisivos, como demonstram alguns estudos sobre o efeito da *distância das urnas* na participação eleitoral nos Estados Unidos (BRADY; MCNULTY, 2011) e sobre as diferenças regionais de participação eleitoral no Brasil (COSTA, 2007).

A participação também é afetada pelo *custo de informação* (DOWNS, 1957). Mas a participação em si não requer informação, ainda que a informação *auente* a participação, indivíduos pouco informados podem de fato participar (DALTON, 2008, p.17).

O tempo gasto para *discutir* sobre política é baixo porque ocorre em meio a outras situações da vida cotidiana. Por isso, atribuímos a essa forma de participação um custo baixo.

Dalton (2008) frisa os diferentes custos de cada forma de ação. Cohen e Valencia (2012) fazem uma classificação semelhante, mas apenas para a participação não-institucional.

Em relação a *benefícios pessoais*, Dalton (2008) e Verba e Nie (1972) falam em escopo dos resultados (coletivos e individuais). Entre as formas abordadas por esses dois estudos, estudos, só o contato com funcionários teria um *escopo individual*. Ou seja, os benefícios individuais acima previstos só existiriam nesta forma de atividade. A perspectiva adotada aqui é um pouco diferente. Primeiramente, devido à regra do *voto obrigatório*, a participação eleitoral tem um benefício individual claro (ou melhor dizendo, a não-participação tem um custo).

Também mencionamos aqui as possíveis oportunidades de carreira trazidas por algumas formas de ação, especialmente quando se trata da *participação em partidos políticos e campanhas* (ver WHITELEY; SEYD, 1996).

Também adicionamos esse elemento (oportunidades de carreira) para a participação em *Conselhos e Orçamento Participativo* pois, ainda que essa hipótese não tenha sido explorada, Romão (2011) aponta para uma relação íntima entre os conselheiros do Orçamento Participativo estão intimamente ligados à “sociedade política”, ou seja, a

partidos políticos e autoridades do governo municipal que mobilizam a participação nos Conselhos de Orçamento Participativo como maneira de manter o domínio político.

À participação em associações comunitárias atribuímos um grau “médio” de benefícios pessoais diretos devido ao fato de que há uma possibilidade de desenvolver uma carreira ligada a essas associações, além da possibilidade de um benefício direto com resultados (não necessariamente de *decisões*, mas de ações efetivas que possam trazer uma melhoria para um bairro ou uma rua, por exemplo).

É possível que a participação *não-convencional* também traga oportunidades de carreira, mas isso é um pouco mais improvável do que nos casos acima apontados.

## **1.2. Operacionalização do conceito de participação política na literatura especializada**

Voltando a pergunta que iniciou este capítulo, é necessário determinar que tipos de atividades serão contempladas neste estudo de maneira a satisfazer a noção teórica de participação política e, ao mesmo tempo, viabilizar a análise empírica.

Na definição clássica de Verba e Nie (1972), *participação política* é o “comportamento desenhado para afetar a escolha de membros do governo e/ou políticas públicas”.<sup>30</sup> Salisbury (1975) critica essa visão por não incluir várias formas de participação, da mesma forma que Conge (1988, p.242):

“Eles [Verba e Nie] excluem formas passivas, desobediência civil e violência política, esforços para mudar ou manter a forma de governo, comportamentos que saem da esfera do governo, comportamentos mobilizados pelo governo, e resultados políticos não-desejados”.

Segundo Salisbury (1975), esta concepção *reducionista* foi adotada pela maioria dos cientistas políticos da época. Conge, por sua vez, parte dessa crítica para elaborar sua revisão sobre o conceito de participação a qual nos referimos na seção anterior.

No entanto, não é a definição de Verba e Nie (1972) em si que limita excessivamente o conceito de participação, mas a *análise empírica* realizada por esses autores. Prova disso é o fato de que a maioria das definições elaboradas posteriormente,

---

<sup>30</sup> Uma definição quase idêntica reaparece em Nie (1987): “atividades [realizadas] por cidadãos privados que são mais ou menos diretamente destinadas a influenciar a seleção de membros do governo ou as ações que eles realizam.”

inclusive a do próprio Salisbury<sup>31</sup> possuem um texto muito semelhantes a isso, frisando a ideia de *influenciar decisões públicas ou a escolha de representantes*.

Como recorda Teorell (2006), Verba e Nie (1972) *assumem* a limitação de sua análise, que emprega algumas formas de participação como um *proxy* da participação como um todo. Eles analisam 4 atividades: *voto, participação em campanhas, atividades comunitárias e contato com representantes do Estado*, deixando de lado formas de participação que estão se tornando até mais frequentes, como a “participação não-convencional” (NORRIS, 2002; DALTON, 2008, p.36).

Salisbury (1975) indaga: “O quão direto esse esforço [para influenciar decisões públicas] precisa ser para contar [como participação]?” (SALISBURY, 1975, p. 325, tradução nossa, grifo nosso).

Van Deth (2001, p.4-5) faz uma síntese de seis das principais definições sobre o termo, não havendo diferenças significativas entre elas (aí incluída a concepção de Verba e Nie), a não ser em postulações mais recentes como Brady, Schlozman e Verba (1995a, p.37) que se referem a cidadãos *comunicando suas preferências* ao governo e o pressionando para atende-las, ou Norris (2001, p.16, tradução nossa), que inclui, além da influência sobre decisões do governo, as ações que buscam “impactar indiretamente a sociedade civil , ou tentam alterar padrões sistemáticos de comportamento social”. A participação abarca aqui, portanto, ações destinadas a *informar* o Estado sobre os desejos da sociedade e, no caso de Norris, ações que não se referem ao Estado.

A síntese de Conge (1988) parece bastante útil como referência para descrever e justificar *quais formas de ação* serão abordadas no presente trabalho. Mas isso não significa que todas as possibilidades por ele mencionadas são empregadas na análise aqui apresentada: ainda que possamos aceitar, de um ponto de vista teórico, todas (ou quase todas) as formas de ação citadas por ele, com exceção da “participação passiva” ou não intencional”, dentro da categoria “participação política, é preciso operacionalizar as variáveis dependentes de maneira factível e minimamente parcimoniosa, como o próprio Conge diz.

---

<sup>31</sup> “Temos que incluir *todo* comportamento que pretende influenciar decisões públicas” (SALISBURY, 1975, p.325).

Primeiramente, cabe esclarecer porque estamos desconsiderando ações passivas ou não intencionais. Do jeito descrito por Conge (1988), essa ação passiva seria mais uma *posição política* (ou ideologia) do que do que *participação*. Ideologia, certamente, é algo importantíssimo, inclusive para moldar a participação. Mas não constitui a participação de fato. Além do mais, artigos como Salisbury (1975) e Leighley (1995) se iniciam justamente com um clamor pela análise de comportamentos políticos de fato (em oposição a esses comportamentos “latentes”<sup>32</sup>).

Da mesma forma, parece um exagero incluir ações com consequências políticas *não-intencionais* como ações políticas. Essa perspectiva seria uma aceitação muito literal da definição de Verba e Nie (1972), mas neste caso estamos propondo uma concepção *menos abrangente* do que a deles (na qual qualquer ação com resultados políticos seria uma ação política). Virtualmente, qualquer ação humana poderia trazer consequências políticas, sendo difícil delimitar o recorte de um estudo com essa perspectiva.

Ademais, retomando o debate de Knauer (1980), não queremos dizer aqui que devemos considerar como *ação* ou *participação política* apenas as ações com consequências totalmente previsíveis e desejáveis, mas é preciso que se tenha ao menos a intenção de trazer alguma influência política para uma ação ser caracterizada como tal. Esse detalhe é importante para a decisão sobre a inclusão de *discussões políticas* como forma de participação. De acordo com Day (1992, p.40), para considerarmos uma *discussão* como ação política, isso depende da natureza dessa discussão: se for para mobilizar alguém para uma causa, tentar convencer alguém de votar em um candidato, ou qualquer outra tentativa de influenciar ações políticas, então ela pode entrar no rol de atividades que consideramos como participação.

Com essa justificativa, Day prefere excluir a *discussão política* de suas análises da participação, por considerar difícil garantir que uma discussão política tenha essa finalidade de influenciar resultados políticos. No entanto, ainda que essas discussões nem sempre possam trazer resultados reais, o fato de as pessoas se darem ao trabalho de debater esse tema (levando-as muitas vezes a se indispor com amigos, familiares, colegas de trabalho, etc.) significa que elas têm alguma preocupação com a política.

---

<sup>32</sup> Esses autores consideram irônico que a literatura de comportamento político se dedique mais à análise de posições políticas (*political attitudes*) do que da ação política em si.

E ainda que muitas discussões políticas podem ter efeito nulo sobre a realidade política, isso é algo diferente de *não buscar nenhum tipo de resultado*. Até porque, se formos adotar esse critério, a participação individual em boa parte das ações, inclusive na participação eleitoral, não é “pivotal”, ou seja, não será decisiva para os resultados. Considerando que, em geral, as pessoas se engajam em discussões políticas para, no mínimo, tentar mudar comportamentos de seus pares, podemos dizer que essa é uma forma de ação política com a *intenção* de trazer *resultados políticos*.

Quanto ao comportamento *agressivo*, não há razões teóricas para excluí-lo. Podemos dizer que não é uma forma de *participação democrática*, mas é difícil ter argumentos para desqualificar isso como forma de *participação política*. No entanto, deixamos este tipo de ação de fora por questões de ordem prática.

Primeiramente, ainda que seja incluída em algumas pesquisas de opinião, a mensuração de atividades violentas/ilegais é profundamente sensível ao “viés da deseabilidade social” (*social desirability bias*): mesmo que tenha se engajado neste tipo de atividade, alguns indivíduos não terão coragem de assumir isso numa entrevista. Além disso (e em parte como consequência disso), a porcentagem de pessoas que dizem que realizaram ações violentas ou mesmo ilegais é baixíssima, dificultando uma análise estatística adequada<sup>33</sup>.

Adicionalmente, foi mencionado anteriormente que o segundo limiar da tipologia de Dalton (2008, p.65) citada na seção anterior é, segundo McAllister (1992) o mais importante, pois separa as ações *ilegais* das ações permitidas por lei. Petições, protestos autorizados e boicotes ficam de um lado desse limiar, e ações violentas e/ou ilegais ficam do outro lado. Em termos de *custos da ação*, como também já mencionado, o limiar mais importante para Cohen e Valencia (2012) reside nas manifestações públicas (estando de um lado petições e boicotes e de outro, novamente, as ações violentas e ilegais, que demandam um custo muito maior em termos de tempo, energia, disposição ao risco, etc.). Por fim, indivíduos que “participam em qualquer categoria geralmente participam de formas mais tranquilas” de participação não-institucional (Dalton, 2008, p.65, tradução

---

<sup>33</sup> Na pesquisa do NUPPS de 2006 somente 2,10% dos entrevistados declararam ter participado de “protestos não-autorizados”. Outras atividades ilegais (*bloqueio de ruas e ocupação de edifícios*) não chegaram a 2%. A pesquisa de 2014 apresentou resultados semelhantes (embora protestos não-autorizados não tenham sido contemplados).

nossa), por isso, as atividades aqui contempladas (*protestos, boicotes e petições*) podem funcionar como uma *proxy* para entender as causas das atividades mais conflituosas.

Sendo assim, e considerando que essas ações *ilegais* ou *violentas* possuem uma dinâmica própria, significativamente diferente de outras atividades aqui abordadas, parece mais recomendável analisá-las separadamente, em estudos desenhados com este propósito (dessa forma, poderíamos aferir, por exemplo, até que ponto a premissa de Dalton está certa, e as ações mais pacíficas e legalmente aceitáveis podem funcionar como *proxy*, e até que ponto as ações violentas possuem dinâmicas diferentes, perfis de participantes diferentes, e portanto, determinantes diferentes). Mesmo reconhecendo que não há razões para excluir essas formas de ação da categoria *participação política*, não parece proveitoso incluí-las aqui.

As formas de participação que caem nas outras categorias trazidas por Conge (1988) também serão contempladas aqui. Ações de caráter “não-estrutural”, por exemplo (ou seja, ações que *não* buscam a mudança ou manutenção do regime político atual) não podem ser deixadas de fora, sob pena de excluir quase toda a participação política em países com uma relativa estabilidade democrática (inclusive a participação eleitoral). Além do mais, seria complicado delimitar em que circunstâncias ações como *protestos* pretendem influenciar a mudança (ou manutenção) do sistema político. As manifestações de 2013, ou mesmo as recentes manifestações contra a presidente reeleita Dilma Rousseff, por exemplo, incluíram um grupo de pessoas clamando por uma intervenção militar (o que pode ser considerado como uma busca por mudança de regime), misturadas a uma multidão de pessoas reivindicando outras questões diversas.

De forma semelhante, não podemos deixar de lado os “objetivos *não-governamentais*” citados por Conge (1988). Mas aqui as concepções de Norris (2001) e de Hague, Harrop e Breslin (1994), às quais nos referimos brevemente, parecem mais úteis para resolvermos essa questão do que a dicotomia descrita por Conge, pois a própria linha que separa o governo de outras esferas da vida coletiva não é muito clara. Afinal, muitas atividades são realizadas pelo governo em alguns países e pela iniciativa privada em outros (Van Deth, 2001, p.11).

A definição de Norris (2001) engloba no conceito de *participação* ações que não se referem diretamente à esfera governamental. Já Hague, Harrop e Breslin (1994) consideram a política como *tomada de decisões coletivas*. Seguindo essas definições, é

mais interessante incluir ações que podem mudar comportamentos coletivos (ou *decisões coletivas*) *não necessariamente monopolizados pelo Estado*. Nessa concepção, *não entra* qualquer tipo de ação coletiva, indistintamente: a participação em associações fica de fora porque não é toda forma de ação comunitária que se destina a *mudar comportamentos* (ou mesmo *decisões coletivas*). Boa parte delas se destina a ajudar grupos com algum tipo de dificuldade ou a resolver problemas locais, possivelmente de um único indivíduo ou família por vez.

Por outro lado, *boicotes* têm *frequentemente* a finalidade de mudar o comportamento por parte de *cadeias produtivas* que se veem envolvidas em questões como trabalho escravo e degradação ambiental, além de serem algumas vezes direcionados para influenciar as ações governamentais (HOOGHE; STOLLE; MICHELETTI, 2005).

Por fim, incluiremos as “ações mobilizadas” mencionadas por Conge como forma de *participação*, contrariando o conceito de participação de Sartori (1970). Além de ser difícil determinar em muitos casos quando houve mobilização por parte das lideranças e quando não houve (ou *até que ponto* a ação política de um indivíduo partiu da mobilização por parte do governo ou de partidos), há uma quantidade considerável de ações que envolvem a mobilização por algum agente. Isso não exclui necessariamente a autonomia de um indivíduo para decidir se participa ou não dessas ações. Também não exclui a necessidade de *ter vontade* de participar delas nem de arcar com os *custos* para participar delas, questões de interesse central para entender as *causas da participação*. Por isso, não pareceria haver vantagem alguma em tentar excluir formas de ação desta análise com base nesse critério.

Para concluir este capítulo, sintetizamos, finalmente, todas as formas de participação incluídas, com breves esclarecimentos sobre sua utilização e sobre a não-inclusão de algumas outras formas importantes de ação coletiva (para além das justificativas teóricas e práticas que acabamos de fazer).

### 1.2.1. Variáveis dependentes utilizadas

#### *Participação eleitoral (voto)*

Ainda que tenha sido estudada exaustivamente, não há muitos estudos no Brasil sobre as causas dessa forma de participação *no nível individual*. Além disso, é importante incluí-la para compará-la com outras formas de participação, já que este é o *único* tipo de ação *compulsória* no país (ou em qualquer regime democrático)<sup>34</sup>. Nesse sentido, devemos nos indagar: o interesse por política traz mais participação eleitoral num regime político onde há um incentivo para votar totalmente desconectado do interesse por política, de uma preocupação com os resultados daquela ação política, ou mesmo de qualquer “virtude cívica”? E as outras variáveis que aparecem frequentemente correlacionadas com a participação política (como educação), apresentam correlação com o voto no Brasil?

#### *Participação em campanhas e partidos políticos*

Sendo uma forma de ação também “institucional”, mas não obrigatória, a comparação acima mencionada será mais precisa se incluirmos essa variável: a diferença nos determinantes do *voto* e da participação não-convencional pode ser uma consequência de outras diferenças entre o voto e essas outras formas de participação, e não da compulsoriedade em si. Nesse sentido, a participação em atividades partidárias, semelhante ao voto por também estar ligada a eleições e às instituições representativas, poderia representar um “contra factual” mais preciso<sup>35</sup>.

Ademais, esta forma de participação é importante devido à sua capacidade de influenciar resultados de eleições para além do voto e pela sua capacidade de influenciar a posição de um partido em decisões públicas. Por outro lado, a participação em partidos é considerada como uma atividade política de “alta intensidade” (WHITELEY; SEID, 2002), em contraposição a formas de ação que tomam menos tempo como o voto ou a assinatura de petições públicas. A participação em partidos também ganha importância

---

<sup>34</sup> Há relatos da imprensa internacional de que cidadãos foram coagidos a participar de protestos a favor do governo na China, por exemplo (à época das Olimpíadas de 2008), mas isso não parece ocorrer em nenhuma nação democrática.

<sup>35</sup> Imaginemos, por exemplo, que o *interesse por política* esteja positivamente correlacionado com formas “não-institucionais” de participação, ou mesmo com a participação mais “direta” em Conselhos e Orçamento Participativo, mas não com o voto ou mesmo com a participação em *partidos*. Isso nos levaria à conclusão de que não é o voto obrigatório que faz os menos interessados participarem mais, mas alguma outra característica deste tipo de participação, como a expectativa de receber algo em troca de seu voto e de sua participação nas campanhas (benefícios clientelistas, por assim dizer).

no contexto político contemporâneo de crescente desconfiança e “descolamento” entre indivíduos e o sistema partidário no mundo (NORRIS, 2002) e, particularmente, no Brasil (MOISÉS, 1992; 2005), tal qual mencionado na Introdução deste trabalho. Finalmente, cabe lembrar a escassez de estudos sobre a participação em atividades partidárias no Brasil<sup>36</sup>.

### *Participação em Conselhos e Orçamento Participativo*

A *democracia deliberativa ou participativa* foi premiada pela Constituição de 1988, que possibilitou formas de ação política com influência direta sobre as decisões governamentais: a *participação em Conselhos* e no *Orçamento Participativo*.

É importante acrescentar que este tipo de atividade também tem um sentido especial por serem oportunidades de *participação* criadas pelo próprio Estado. A importância que a Constituição de 1988 deu a esses mecanismos de participação direta, seguida de uma aparente decepção com a capacidade desses mecanismos em atingir as expectativas de democratização sobre eles depositadas (LAVALLE, 2011; COSTA; CUNHA, 2014), tornam importante analisar os determinantes da participação em Conselhos e Orçamento Participativo no contexto da democracia brasileira<sup>37</sup>.

Ademais, ainda que hajam muitos estudos sobre as consequências deste tipo de participação (como Avritzer, 2002, 2008), há poucos estudos sobre seus determinantes. Aqueles que abordam essa questão, como Romão (2011), partem geralmente de metodologias diferentes, como estudos de caso<sup>38</sup>. Por isso, uma análise *quantitativa* parece de extrema valia, inclusive para verificar se as tendências apontadas nestes estudos de caso se confirmam em análises mais generalizadas.

---

<sup>36</sup> Ou mesmo sua relativa escassez na literatura internacional, se considerarmos a dificuldade de encontrar estudos que analisem a *participação em partidos* como variável dependente isolada, e não agregada em “índices de participação”, junto à participação eleitoral e outras formas “tradicionalistas” de ação.

<sup>37</sup> Cabe lembrar, no entanto, que, infelizmente, só havia disponibilidade de dados sobre esse tipo de participação no Banco de dados do NUPPS. Sendo assim, não temos informações sobre a participação em Conselhos e OP na década de 1990. Por essa razão, a análise estatística abaixo apresentada só inclui este tipo de participação em *um* modelo de regressão.

<sup>38</sup> É o caso de Ribeiro e Borba (2010), que analisam os determinantes de formas diversas de participação, inclusive do Orçamento Participativo e de Conselhos Populares, em três cidades sul-americanas (Porto Alegre, Montevideu e Santiago). Análises sobre o Brasil inteiro, no entanto, parecem mais difíceis de encontrar.

### *Petições, protestos e boicotes*

Já fizemos ao longo desse capítulo uma justificativa da importância de incluir a participação não-convencional, que se tornou em muitos casos mais frequente do que a participação tradicional (NORRIS, 2002; DALTON, 2008). A participação em *petições*, por exemplo, é a segunda forma de ação mais frequente no Brasil, estando atrás apenas do voto (portanto, é a forma de ação mais frequente entre as que não são obrigatórias).

Cabe lembrar também que uma das principais lacunas da literatura internacional de *participação* reside justamente na falta de análises desagregadas sobre cada tipo de participação não-convencional, conforme mencionamos na Introdução. Se considerarmos o caso brasileiro especificamente, essa lacuna é ainda maior.

Ademais, faz-se necessário incluir essas variáveis para cumprir o objetivo de testar hipóteses específicas da literatura internacional, como a ideia de que *boicotes* são mais frequentes entre mulheres e pessoas de renda mais alta, devido à natureza dessa forma de atividade, que está ligada a decisões de compras muitas vezes tomadas pelas mulheres mais do que pelos homens (MARIEN; HOOGHE; QUINTELIER, 2010).

A participação em manifestações, por sua vez, ainda que seja abordada com mais frequência na literatura internacional, foi objeto de poucos estudos de caráter *quantitativo* no caso brasileiro. Considerando os fatores teóricos e empíricos já mencionados (inclusive a diferença significativa no *custo* de cada forma de ação), parece lógico incluir esses três tipos de participação<sup>39</sup>.

### *Discussão política*

Como já mencionado, ainda que Day (1992) desconsidere as *discussões* como forma de ação política, por achar difícil garantir que elas têm a intenção de produzir algum resultado político, adota-se aqui uma postura diferente, pois consideramos que *há intenção política* nas discussões políticas de maneira geral. Nas pesquisas de opinião do NUPPS, a análise de *discussões* que têm essa intenção de produzir resultados políticos é

---

<sup>39</sup> Podemos adicionar às razões para incluir essas variáveis o fato de que Norris (2002, p.211) encontra diferenças significativas entre a participação convencional e não-convencional numa *análise fatorial*.

garantida, já que a pergunta realizada explicita isso: “Com que frequência você tenta convencer alguém do que pensa politicamente”<sup>40</sup>.

Adicionalmente, cabe lembrar que a participação em *discussões*, a exemplo de outras formas de ação aqui examinadas, carece de análises na literatura internacional e brasileira.

Em terceiro lugar, devemos notar a importância das discussões para “democracia deliberativa”, já que elas geram efeitos positivos sobre a “qualidade das opiniões” políticas (KIM; WYATT; KATZ, 1999). Por fim, as peculiaridades dessa atividade (como o fato de que ela pode se dar em qualquer momento do cotidiano) a tornam valiosa para os objetivos da análise empírica realizada aqui (identificar os diferentes determinantes socioeconômicos e comportamentais de cada tipo de ação).

### 1.2.2. Esclarecimentos sobre formas de participação não incluídas na análise

Cabe um último esclarecimento sobre algumas formas de ação deixadas de lado no presente estudo. As *doações financeiras para campanhas políticas*, por exemplo, constituem uma forma importante (e por vez custosa) de influenciar a política. No entanto, não há dados sobre este tipo de ação nas pesquisas de opinião.

A exclusão da *participação em associações comunitárias* já foi justificada no debate sobre o conceito de política: essa forma de ação não constitui, necessariamente, uma ação política, no sentido adotado aqui. Cabe adicionar que a ideia de que a participação comunitária constituiria uma forma de *participação política* também foi questionada por autores como Robert Salisbury<sup>41</sup>. Por último, adicionamos que a *participação em associações* foi incluída como *variável explicativa* na presente análise. Poderíamos incluí-la como variável dependente, mas nesse caso teríamos que fazer um modelo adicional para todas variáveis dependentes, sem a participação em associações

---

<sup>40</sup> Infelizmente, a pergunta disponível no *World Values Survey* é menos precisa: “Com que frequência você discute questões políticas?” Portanto, devemos estar sempre atentos para o fato de que as regressões feitas aqui com cada um desses bancos de dados estão medindo atividades diferentes.

<sup>41</sup> A explicação de Salisbury (1975, p. 325-236) para isso é um pouco confusa, referindo-se à ideia de que o termo *participação* tem um significado “ativo”, e o engajamento em associações comunitárias não teria esse caráter necessariamente ativo. Portanto, sua exclusão se justifica pelo sentido do termo “participação”, enquanto aqui estamos justificando essa inclusão através da definição de “política”. Ekman e Amnå (2012), por sua vez, incluem ações como “trabalho voluntário para melhorar as condições de uma comunidade local” como formas de “engajamento cívico”, dentro da categoria de “participação política latente”.

como variável independente, para poder comparar as causas de todos tipos de participação analisados de maneira satisfatória.

O *contato com funcionários públicos*, por sua vez, só foi alvo das entrevistas realizadas pelo NUPPS em 2006<sup>42</sup>. Na outra pesquisa desta instituição, assim como em todas as baterias do World Values Survey, não há dados sobre este tipo de atividade. Portanto, esta atividade também foi excluída da presente análise.

Entre as formas de participação *não-institucional*, ou *não-convencional*, já fizemos uma justificativa da exclusão das ações *ilegais* ou *violentas*. Cabe justificar a exclusão das *greves*, já que são uma forma de ação importante e estão contempladas em diversas pesquisas de opinião, inclusive aquelas utilizadas neste trabalho. Esta exclusão se baseia no fato de que as *greves* possuem uma dinâmica própria. Por mais que consideremos a política próxima da economia, são duas dimensões diferentes. As greves são, na maioria das vezes, relacionadas com a reivindicação por aumento de salários e melhorias nas condições de trabalho. Essa dinâmica específica das greves faz com que o principal determinante da participação nelas seja a profissão e o cargo de cada indivíduo. De um lado, alguém que não tem emprego não entrará em greve. Essa pessoa poderá até apoiar uma greve, participar de *manifestações de apoio*, mas não poderá participar da greve em si. De outro lado, pessoas empregadas em cargos de *confiança*, por exemplo, dificilmente aderem a greves.

Portanto, esta forma de ação coletiva segue uma dinâmica totalmente diferente de outras formas de participação, as quais são abordadas numa literatura específica. Mesmo que a consideremos como *participação política*, não seria pertinente para o presente estudo.

Outras atividades diversas poderiam ser levadas em conta aqui. Van Deth (2001, p.15-16) apresenta uma lista detalhada, com dezenas de atividades que podem ser consideradas como *participação política* (muitas delas sequer mencionadas por outros autores). No entanto, as atividades mencionadas por ele ou foram citadas no presente capítulo ou são *variantes* dessas atividades citadas aqui (ele se refere a diversas atividades específicas de campanhas eleitorais, por exemplo, as quais foram englobadas aqui como “participação em atividades partidárias”).

---

<sup>42</sup> A pergunta realizada foi “Com que frequência você faz um pedido a um funcionário público?”

Portanto, acreditamos que a escolha das *variáveis dependentes* aqui contempladas nos permite abordar as questões aqui propostas da melhor maneira possível, considerando a disponibilidade de dados e a perspectiva teórica esboçada neste capítulo. Em especial, o desenho de pesquisa que elaboramos parece adequado para analisar cada forma de participação separadamente e comparativamente, dados os custos e incentivos diferenciados para cada uma delas (NORRIS, 2002, p.190; DALTON, 2008) e a maneira distinta como podem ser afetadas por fatores socioeconômicos, psicoculturais e institucionais. Definidas as *variáveis dependentes*, agora procedemos para um debate sobre as *causas* da participação e as *variáveis explicativas* a serem utilizadas.

## CAPÍTULO 2 – AS CAUSAS DA PARTICIPAÇÃO NA LITERATURA ESPECIALIZADA

*To exercise power costs effort and demands courage. That is why so many fail to assert rights to which they are perfectly entitled.*

Friedrich Nietzsche, *The Wanderer and his shadow*

O debate contemporâneo sobre as causas da participação foi marcado pela discussão sobre a Teoria da Escolha Racional, em especial depois dos trabalhos seminais de Downs (1957) e Olson (1965).

Para Olson, as ações coletivas possuem a característica de “bens públicos”: não é possível impedir que alguém usufrua delas, ou melhor, do resultado delas. Uma pessoa não precisa votar para usufruir dos resultados das eleições, nem participar de um protesto para poder desfrutar dos resultados deste protesto (caso haja algum resultado efetivo).

Downs (1957) faz um raciocínio semelhante, ao refletir sobre os motivos que os cidadãos teriam para gastar seu tempo se informando sobre política<sup>43</sup>. Por sua vez, Riker e Ordeshook (1968) abordam mais especificamente a questão em termos de participação política (eleitoral). A chance de ter o voto decisivo (*pivotal vote*) seria central na decisão sobre votar ou não votar. Com isso, surge a seguinte equação, que sugere que a pessoa só irá votar se:

**Custo < Benefício Esperado X Probabilidade de ser ‘pivotal’**

A partir dessa ideia, a *proximidade* entre os candidatos se tornou elemento-chave para explicar a participação: quanto mais próximas as intenções de voto em ambos candidatos (e mais importante, quanto mais próximas os *eleitores pensam* que elas estão), maior a chance de um voto decidir as eleições e, por isso, mais pessoas irão às urnas na

---

<sup>43</sup> É curioso que muitos autores se referem a esse trabalho de Downs (1957) como uma referência sobre participação, mas na verdade ele está falando mais sobre o ato de *se informar* do que sobre a participação em si. No entanto, a ideia de que um voto dificilmente será decisivo numa eleição e de que existem “free riders” na participação eleitoral da mesma forma que em outras formas de ação coletiva realmente aparecem nesse autor.

esperança de que seu voto irá importar de alguma maneira. Mas essa proposição foi duramente criticada. Para Schwartz (1987, p.117-118, tradução nossa):

Ainda que a probabilidade... [de um voto ser decisivo] seja maior em eleições acirradas do que naquelas que não são tão acirradas, ela provavelmente será tão pequena em ambos os casos que não importará: os modelos de Downs e de Riker-Ordeshook não farão previsões significativamente diferentes para eleições disputadas do que para outras eleições. Dizer que a proximidade [entre candidatos] aumenta a probabilidade de ser pivotal (...) é como dizer que homens altos têm mais chance de bater a cabeça na Lua do que os homens baixos.<sup>44</sup>

Resumindo o raciocínio de Schwartz, mesmo que uma eleição seja mais disputada, a chance de um voto ser decisivo é extremamente pequena, próxima de zero.

Mas então, o que levaria um indivíduo a *votar*, se ele poderá usufruir dos benefícios que essa ação traria sem participar dela, e se sua participação não mudará consideravelmente os resultados? A mesma pergunta pode ser estendida para outras formas de ação política: por que participar se, do ponto de vista individual, isso não compensa?

Ao longo do tempo, teóricos diversos tentaram solucionar essa questão que ficou conhecida como o “paradoxo da participação”. É bom lembrar que o próprio Olson (1965) menciona a provisão de “benefícios seletivos” (algo que as pessoas recebem por colaborarem com uma ação coletiva, de forma a incentivá-las a fazer essa colaboração). Da mesma forma, Riker e Ordeshook (1968, p. 40) reconhecem que eleitores podem estar preocupados não apenas com *quem ganhou*, mas com quão larga foi a margem de votos. Afinal, resultados eleitorais mais próximos do empate dão menos apoio político a um representante eleito do que resultados mais díspares, e esses resultados têm efeito em todas as disputas políticas, inclusive nas disputas eleitorais subsequentes<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Enos e Fowler (2014) revisitam a questão da “pivotalidade” e as eleições acirradas aproveitando-se de uma situação única: um empate nas eleições de 2010 para deputado estadual (State House) no Estado de Massachussets (EUA). Eles partem da mesma crítica que Schwartz (inclusive citando o mesmo trecho de seu texto que acaba de ser citado aqui) e realizam um experimento para verificar se o conhecimento sobre o empate anterior levaria as pessoas a votarem na eleição que foi marcada para resolver o empate. A conclusão desses autores é, mais uma vez, de que a proximidade entre candidatos ou mesmo o conhecimento sobre ela *não* importam na decisão de ir às urnas.

<sup>45</sup> A escolha de *quem serão os candidatos*, por exemplo, é bastante sensível a resultados passados: candidatos que tiveram um bom desempenho eleitoral terão mais chances do que aqueles que não o tiveram.

Nesse sentido, Schwartz (1987), por sua vez, considera a “pivotalidade” de um voto no nível de seu distrito eleitoral, e não apenas no nível municipal, estadual ou federal para o qual o resultado final conta: ainda que o voto seja secreto, os candidatos eleitos saberão em que regiões foram mais bem-votados e recompensarão essas regiões. Além disso, podemos lembrar que numa eleição estadual e, principalmente, municipal, a chance de ter um voto decisivo pode ser maior.

Uhlaner (1989) sugere que as lideranças oferecem *benefícios seletivos* fornecidos pelos candidatos que ajudaram a eleger. Já Finkel, Muller e Opp (1989) sugerem uma “racionalidade coletiva” como explicação para a participação em *protestos*.

Além dessas tentativas de refinamento na ideia da “pivotalidade” e dos custos e benefícios materiais esperados de cada ação coletiva, outros autores trouxeram a ideia de “benefícios expressivos”, relacionados ao ato de participar em si e não aos seus resultados materiais. Segundo Leighley (1995) essa ideia já estava no próprio Downs (1957) ao sugerir a preocupação de longo prazo dos cidadãos em manter a democracia como uma outra motivação para a participação eleitoral. Essa ideia também aparece em Riker e Ordeshook (1968).

Esses benefícios não-materiais, como a *satisfação psicológica* trazida pelo ato de participar, foram bastante importantes em tentativas de explicar outras formas de participação, como Muller e Opp (1986) ou mais recentemente por Klandermans (2004). O status social trazido pela participação, a satisfação ao participar e o senso de dever foram apresentados por autores diversos como razões para um indivíduo participar (LEIGHLEY, 1995). Ao longo dos anos, todas essas proposições teóricas foram sendo incorporadas na busca de um modelo mais compreensivo.<sup>46</sup>

Brady, Schlozman e Verba (1995a) trazem um olhar um pouco diferente para a questão da participação. Eles sugerem uma perspectiva ainda baseada na escolha racional, mas numa variação dela trazida por economistas de Chicago:

Uma perspectiva [baseada em] recursos leva a sério os *custos* da utilização de recursos. Ao fazer isso, aplicamos à política uma

---

<sup>46</sup> Além de Leighley (1995), Whiteley e Seyd (1996) também fazem uma exposição interessante sobre os diversos modelos explicativos da participação. Mais do que isso, esses autores procuram formalizar e testar estatisticamente esses modelos, chegando a um modelo “ótimo”, que engloba tanto a perspectiva da escolha racional quanto a perspectiva “sócio psicológica” (baseada em questões morais e “benefícios expressivos”).

importante variante da teoria da escolha racional. A Escola de Economia de Chicago mostrou como uma teoria poderosa da escolha pode ser construída não sobre restrições aos motivos da escolha (como a ênfase no *interesse próprio* sobreposto ao altruísmo e ao dever [moral] faz) mas sobre as limitações orçamentárias nos recursos que limitam as escolhas (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995a, p.272).

Em suma, o que esses autores querem dizer é que a ênfase no interesse individual não contribuiu muito para a ciência política, e no caso em questão, para os estudos sobre *participação*. Tentar explicar a participação como algo movido pelo individualismo ou egoísmo não trouxe muitos frutos. Portanto, eles sugerem que pensemos mais sobre os recursos *disponíveis* e os *custos* para utilizar esses recursos (o que não exclui motivações altruístas ou cívicas) do que sobre os interesses que motivam a participação. De fato, como eles notam, essa visão mais limitada da escolha racional (com ênfase no interesse individual) preveria que as classes mais altas *participariam menos*, porque o *custo de oportunidade* da participação seria maior para eles (uma hora para alguém de classes mais altas “vale mais” do que para alguém das classes mais baixas).

A insuficiência da *teoria da escolha racional* e mais especificamente do interesse individual como propulsor da participação foi apontada também através de outras perspectivas. Laniado (2001) aponta para o papel de elementos antropológicos (o *costume da troca* e a *confiança mútua*) como motivações para ações coletivas. De fato, a *confiança interpessoal* tem sido utilizada por muitos autores como variável explicativa da participação. Fowler et al. (2011), por sua vez, trazem uma dimensão inusitada para a explicação, ao demonstrar como a *genética* de um indivíduo influencia a participação (ao influenciar a personalidade, determinando que algumas pessoas sejam mais altruístas do que as outras).

Essa ligação entre participação e altruísmo, por sua vez, é testada por Fowler e Kam (2007). Eles encontram, através de um experimento, evidências de que pessoas com personalidade altruísta têm maiores níveis de participação. Neste experimento, eles também testam se a *identificação com um grupo* qualquer aumenta a participação, encontrando resultados positivos, corroborando a ideia de que a *identificação grupal* ajuda a superar o dilema da ação coletiva (KLANDERMANS, 2002).

Voltando a Brady, Schlozman e Verba (1995a), o modelo proposto por esses autores parece bastante objetivo ao apontar para os três fatores básicos que possibilitam ou impedem a participação: *capacidade*, *vontade* e *oportunidades*. Mas um fato importante aqui, e pouco notado na literatura, é que eles apontam para uma *complementariedade* entre esses fatores. Quanto mais vontade de participar, mais recursos alguém disponibilizará para isso, por exemplo.

O terceiro elemento (*oportunidades*) passou despercebido em boa parte dos estudos de participação. Talvez isso se deva ao fato de que as oportunidades para *participação eleitoral* já estão dadas: a cada 4 anos (ou em períodos diferentes, dependendo do país), você tem a chance de ir às urnas votar. A única possibilidade de variação aqui seria com a realização de referendos e plebiscitos.

No entanto, com outras formas de participação, a existência ou não de oportunidades é uma variável fundamental. Leighley (1995) repara que a causalidade entre “status socioeconômico” (renda e educação, entre outros) e a participação não se dá apenas pela maior *capacidade* ou menor *custo* de participação para as pessoas com maior nível educacional, por exemplo<sup>47</sup>. Ela se daria, sobretudo, pelas redes sociais que trazem mais *oportunidades* de participação para pessoas de classes mais altas do que para as classes menos favorecidas.

Mesmo quando se trata da participação eleitoral, onde as *oportunidades* são dadas de início numa democracia, os grupos e relações sociais de um indivíduo podem fazer a diferença. Como já mencionado, a identificação grupal (KLANDERMANS, 2002, FOWLER E KAM, 2007) e os benefícios seletivos dados a um grupo (UHLANER, 1989) aumentam a participação. A importância dada por Leighley (1995) às relações sociais, portanto, não se dá apenas em termos de *oportunidades de participação*, mas também em termos de *mobilização e incentivos seletivos à participação*<sup>48</sup>.

Além das vantagens teóricas apresentadas aqui, a perspectiva de Brady, Schlozman e Verba (1995a) parece especialmente adequada para pesquisas que tem um

---

<sup>47</sup> Para alguns autores, seguindo a tradição de Downs (1957), o custo de informação é importante para explicar a participação. No entanto, podemos conceber, como já mencionado, que não é necessário estar informado para participar.

<sup>48</sup> Como mencionado na Introdução deste trabalho, para Sartori (1970, p.1050-1051) a mobilização é algo distinto e até oposto à participação. Portanto, se adotássemos a perspectiva deste autor, sequer iríamos considerar essas ações incentivadas por lideranças políticas.

*design* semelhante ao que se propõe aqui (como é o caso de boa parte dos estudos de participação). O *custo* varia de uma ação para outra, como esses autores e Dalton (2008) apontam. Nesse sentido, apontam Leighley (1995) e, de maneira mais enfática, Aldrich (1993), o voto na verdade nem seria um grande problema para a teoria da ação coletiva, já que essa teoria se refere mais a formas de ação com “alto custo e alto benefício (potencial)”, sendo o voto o oposto disso. E se esses autores consideraram o voto como uma atividade de baixo custo, podemos dizer que formas de ação como *petições* (em especial quando são assinadas pela Internet) e discussões políticas têm um custo próximo de *zero*. Isso explica porque essas são as formas de ação mais frequentes (junto com o voto).

Mas o *custo da participação* não varia apenas entre diferentes *formas de ação*. Ele varia também em termos de uma *mesma forma de atividade* em situações diferentes: um protesto pode ser realizado muito longe de sua casa ou de seu trabalho, por exemplo. Essa variação não se dá apenas entre diferentes situações. Aparentemente, grupos diferentes têm *custos* diferentes de participação também: se pessoas de classes mais altas possuem redes de contatos mais propícias à participação (LEIGHLEY, 1995), é fácil imaginar que essas redes organizem ações políticas em locais de conveniência dos participantes<sup>49</sup>. Se isso ocorre, significa que as classes mais altas não possuem apenas mais oportunidades, mas também menos custos de participação (além de possuírem mais *recursos* para arcar com esses custos – com exceção, possivelmente, do tempo, já que muitas vezes as pessoas das classes mais altas possuem menos tempo disponível).

Dessa forma, para analisar as causas da *participação* é preciso controlar por fatores socioeconômicos (como renda e educação) e características como o *tamanho da cidade*, não apenas porque esses fatores influenciam os recursos disponíveis e a *cultura política* do indivíduo, mas principalmente porque esses fatores determinam as *oportunidades* de participação e os *custos embutidos* em cada oportunidade<sup>50</sup>. Adicionalmente, fatores como o associativismo ou mesmo o interesse por política

---

<sup>49</sup> Pensando no caso da cidade São Paulo, por exemplo, a Avenida Paulista é um ponto de encontro comum para a ocorrência de manifestações e, talvez não por coincidência, está situada num dos dois distritos com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade (fonte: Prefeitura de São Paulo).

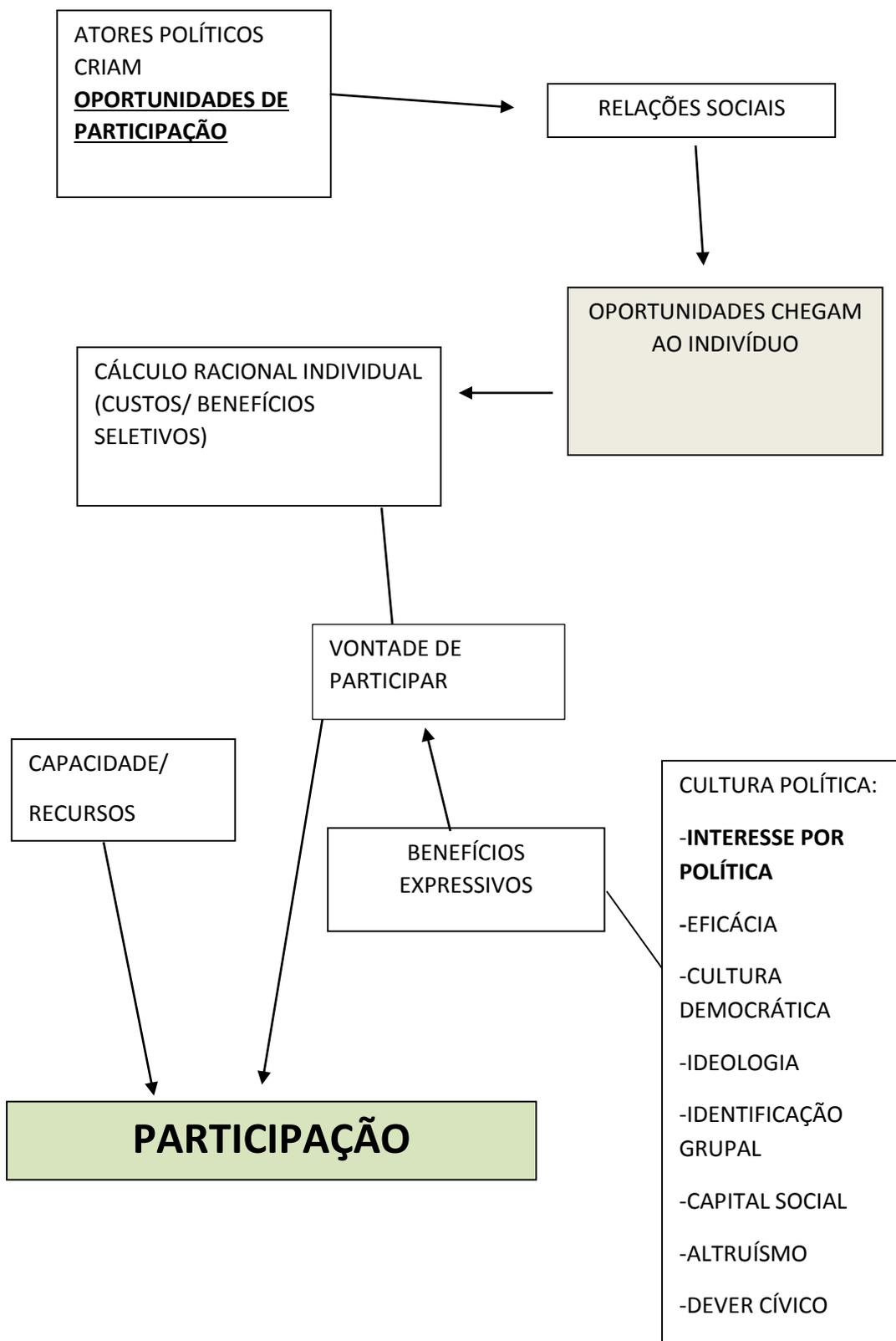
<sup>50</sup> Cabe notar que o trabalho de Brady, Schlozman e Verba (1995a) é o terceiro trabalho mais citado ao se buscar o termo “political participation” no Google Acadêmico. Talvez esta perspectiva teórica um tanto quanto inovadora seja uma das razões disso.

também podem aumentar as *oportunidades* de participação (SCHUSSMAN; SOULE, 2005).

Por isso, as variáveis explicativas que vamos utilizar podem afetar a participação de maneiras diversas (ainda que os especialistas muitas vezes interpretem as correlações encontradas de maneira mais limitada, sem pensar nessas diversas possibilidades – e o que é pior, sugerindo relações causais muitas vezes simplistas a partir dessas correlações). A complexidade toda que acabamos de descrever não afeta necessariamente os modelos estatísticos que utilizaremos, mas afeta a maneira como *interpretamos* os resultados. Em alguns casos, já que a participação é um fenômeno complexo, envolvido numa teia de relações causais diversas, temos que ficar atento para relações *espúrias*. O Gráfico 1 busca expor as relações causais aqui propostas.

A primeira coisa que esse gráfico pretende representar é a ideia de que sem uma oportunidade inicial não há sequer possibilidade de participação. Discussões políticas representam uma grande exceção a isso. O boicote também é uma exceção até certo ponto, porque é uma ação individual, mas para ser efetiva é preciso ter alguma organização coletiva (do contrário a empresa ou instituição que se quer atingir sequer saberá que houve boicote).

Outras formas de ação não-convencional, como petições e até mesmo protestos, podem ser *iniciadas* por qualquer indivíduo, sem depender de qualquer organização como associações, ONGs ou partidos políticos para tal, em especial com o advento da Internet e das redes sociais. No entanto, ainda assim, alguém em algum momento precisa criar a oportunidade para que outras pessoas possam participar (e mais do que os boicotes, é preciso uma participação coletiva para que essas ações tenham alguma efetividade).



**Gráfico 1 – Modelo Teórico dos Determinantes da Participação**

Uma vez estabelecida a oportunidade de se engajar em um dado tipo de participação, é preciso ter *vontade e capacidade de participar* (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995a). Os custos e benefícios individuais (e materiais) que a abordagem da Escolha Racional prioriza são apenas *uma parte da equação*, portanto, constituindo apenas *um dos elementos da vontade de participar*. É difícil conceber que, na grande maioria dos casos, o interesse puramente individual, racional e material (em oposição aos “benefícios expressivos” ou psicológicos da participação), seja suficiente para alguém participar das formas de ação política que estamos considerando aqui.

Por outro lado, seria igualmente equivocado conceber que o interesse individual (tal qual concebido pela Teoria da Escolha Racional clássica) não tem influência alguma sobre a participação. O fato de atividades com custos consideravelmente menores (como *petições públicas* ou discussões políticas) possuírem taxas de participação muito mais altas do que outras formas de ação é uma evidência disso. As altas taxas de participação eleitoral em países com a regra da *obrigatoriedade*, em comparação com países onde votar é uma escolha livre, ou mesmo em relação a outras formas de atividade, é outra prova da importância do cálculo racional individualista.

Portanto, mesmo com todas críticas que realizamos aqui, abandonar completamente a premissa da Escolha Racional não é nossa intenção. Parece mais vantajoso adotar uma perspectiva de complementariedade entre esses diversos fatores, como no modelo de Brady, Schlozman e Verba (1995a). Essa perspectiva também é adotada por Whiteley e Seyd (1996), que fazem isso de maneira bastante objetiva (demonstrando, inclusive, evidências empíricas de que essa combinação do modelo da *escolha racional* com outras perspectivas é superior a abordagens mais limitadas, baseadas apenas na Escolha Racional ou nessas outras perspectivas)<sup>51</sup>.

Algumas relações causais possíveis não estão representadas neste gráfico porque seria difícil representar todas as possibilidades num único gráfico. Mas é bom lembrá-

---

<sup>51</sup>Já o dever cívico, por exemplo, é encarado como “benefício seletivo” por alguns autores (LEIGHLEY, 1995). No entanto, pareceu mais conveniente colocar num mesmo campo os fatores não-individualistas e não estritamente materiais, como o dever cívico. Afinal, o objetivo central desse gráfico é compreender como diferentes fatores condicionam a participação e, nesse sentido, o dever cívico estaria mais próximo do altruísmo (ou racionalidade coletiva). O altruísmo, por sua vez, poderia ser considerado como parte da *personalidade*, além de estar ligado ao *capital social*. Portanto, algumas linhas aqui são tênues e alguns elementos são multifacetados. O que esse gráfico busca não é uma classificação precisa desses fatores, mas sim um desenho das lógicas causais que levam à participação.

las. Primeiramente, fatores demográficos como *idade*, podem afetar a *capacidade* e a *vontade* de participar. A cultura política (aqui também pensando em especial no *interesse por política*) afeta as relações sociais que possibilitam que *oportunidades de participação* cheguem aos indivíduos. Da mesma forma, o status socioeconômico, que define a *capacidade*, também afeta as relações sociais que possibilitam oportunidades de ação política, como já mencionamos. Ele pode afetar também a cultura política de um indivíduo<sup>52</sup>.

A Figura 1 abaixo, por sua vez, se refere aos “atores políticos” do início do gráfico anterior (ou seja, aqueles que criam as oportunidades de participação).



**Figura 1 – Instituições geradoras das diferentes oportunidades de participação**

---

<sup>52</sup> Esses fatores socioeconômicos e demográficos também estão ligados com questões psico-emocionais. Battle e Rotter (1963) apontavam para a etnia e classe social como determinantes da personalidade, Eysenck e Eysenck (1969) encontram na classe social, idade e sexo os determinantes de uma personalidade extrovertida ou mesmo de certas psicopatologias.

## 2.1. Variáveis explicativas para a participação política

A partir dos diversos modelos teóricos comentados acima, a influência dos mais diversos fatores psicológicos, culturais, socioeconômicos e políticos sobre a participação foi testada empiricamente por diversos cientistas políticos. Procede-se agora para uma descrição desses fatores explicativos e, em especial, dos fatores utilizados *nesta* dissertação.

Antes de mais nada, cabe uma menção a fatores de nível “macro” que podem influenciar a *participação política*, ainda que não sejam o objeto de análise aqui.

Com base na teoria do “voto pivotal”, duas variáveis explicativas emergem para explicar a *participação eleitoral*: o acirramento da disputa (medido em termos de distância entre o candidato eleito e o segundo colocado), e o tamanho populacional<sup>53</sup>. Instituições políticas como o unicameralismo (JACKMAN, 1987; BLAIS, 2006), sistemas eleitorais, e *fragmentação partidária* também foram abordadas<sup>54</sup>. Blais e Aarts (2006) reparam que os efeitos dessas variáveis institucionais não se verificam nos países da América Latina ao contrário de Fornos, Power e Garand (2004), que também encontram a influência de fatores como *a ocorrência de eleições simultâneas, o voto obrigatório*<sup>55</sup>, e *as eleições inaugurais*<sup>56</sup>. Fatores operacionais como *eleições no fim de semana* e *a possibilidade de cadastro eleitoral no dia da eleição* também aumentam o comparecimento (NORRIS, 2002). Taylor (2000) analisa o efeito da conjuntura econômica e a interação deste com instituições políticas “confusas” sobre a participação eleitoral<sup>57</sup>. Kurtz (2004) defende que a liberalização econômica *diminui* a participação política na América Latina, sendo contrariado por Arce e Bellinger (2007).

---

<sup>53</sup> Sobre o efeito dessas e de diversas outras variáveis utilizadas para explicar a *participação eleitoral* na literatura, ver a meta-análise de Geys (2006).

<sup>54</sup> A fragmentação partidária não traz resultados claros, diferentemente dessas outras características institucionais (GEYS, 2006).

<sup>55</sup> Sobre o *voto compulsório*, Geys (2006) aponta que a grande maioria dos estudos abordados em sua meta-análise que incluem essa variável encontram uma relação positiva e estatisticamente significativa com a participação (como é de se imaginar).

<sup>56</sup> Kostadinova e Power (2007) também apontam para maior comparecimento nas eleições iniciais na América Latina e no Leste Europeu. Por outro lado, a maioria das “novas democracias” na verdade apresenta um pequeno aumento da participação ao longo do tempo segundo relatório do IDEA (disponível em: [http://www.idea.int/vt/survey/voter\\_turnout5.cfm](http://www.idea.int/vt/survey/voter_turnout5.cfm)). Espera-se que eleições inaugurais terão maior participação com base na teoria do efeito “lua-de-mel” a que nos referimos (aumento de participação durante a transição e posterior declínio), algo que pode ocorrer com diversos tipos de participação (INGLEHART, CATTERBERG, 2002).

<sup>57</sup> Nos referimos aqui a contextos institucionais onde não é claro *quem é responsável* pela política econômica.

Weldon e Dalton (2014) testam um modelo multinível e não encontram nenhuma correlação estatisticamente significativa entre formas diversas de participação e variáveis como federalismo VS unitarismo, modelos consensuais VS majoritários de democracia (seguindo a classificação de Lijphart), PIB per capita ou mesmo a idade do regime democrático (classificada numa variável binária “democracias antigas VS novas democracias”). Por sua vez, Vrábliková (2014) encontra em sua análise o número de partidos *negativamente correlacionado* com a participação não-eleitoral.<sup>58</sup> Finalmente, o efeito da corrupção sobre a participação em *protestos* e *eleições* na África foi abordado por estudo experimental de Inman e Andrews (2009).

Ainda que não possamos abordar essas variáveis no presente estudo (com exceção do tamanho das cidades), é interessante tê-las em mente, pois elas podem ter efeito sobre a relação da participação *com outras variáveis*. Aparentemente não existem reflexões sobre isso na literatura ainda, mas podemos imaginar que o *voto compulsório*, por exemplo, mude a relação entre participação eleitoral e variáveis como *interesse* ou mesmo *eficácia política*: uma pessoa pode votar apenas para manter seu *título eleitoral* regularizado, mesmo sem manter interesse algum pela política ou até mesmo sem ter qualquer crença de que seu voto (e a eleição como um todo) trará algum resultado político. Feita essa observação, podemos prosseguir para as variáveis que são de interesse principal neste trabalho (ou seja, aquelas que são de nível individual).

### **2.1.1. Variáveis Socioeconômicas**

#### *Educação*

Como já mencionado, esse é um dos mais poderosos “preditores” da participação política (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995; DALTON, 2008, entre muitos outros). Além dos efeitos da educação sobre o *grau de informação*, apontado por Downs (1957) como determinante da participação<sup>59</sup>, essa variável pode ter impactos sobre a cultura política (ainda que essa hipótese pareça passar despercebida na literatura). Além

---

<sup>58</sup>A variável dependente utilizada por ela é um índice composto por petições, protestos e ações mais convencionais como contatar funcionários políticos e fazer doações.

<sup>59</sup> Para Downs, as pessoas menos informadas preferem se abster de decisões políticas, deixando-as para os aqueles com mais conhecimento sobre a questão. No entanto, Berelson (1954), acredita que a falta de informação não impede as pessoas de participar.

disso, o nível educacional pode estar correlacionado com *oportunidades de participação* e redes de mobilização, como já mencionado antes (LEIGHLEY, 1995).

Portanto, ainda que a literatura frequentemente frise o papel da educação sobre a *capacidade de participar* e *diminuição dos custos de informação para participar*, o nível educacional pode estar ligado também às duas outras dimensões de Brady, Schlozman e Verba (1995a): *oportunidades e vontade* de participar.

Se a influência da *educação* sobre a participação mais tradicional já foi amplamente confirmada por estudos empíricos, sua relação com a participação não-convencional parece igualmente importante. Nesse sentido, Hooghe, Stolle e Micheletti (2005) encontram uma forte relação entre *educação* e participação não-institucionalizada (protestos, petições e boicotes), afirmando que o nível educacional é um fator que mantém nessas formas de participação a desigualdade que verificamos na participação mais tradicional. Por outro lado, a educação pode ter “retornos políticos decrescentes” sobre a participação no Brasil, segundo Schlegel (2011).

### *Renda*

Junto com a educação, ela compõe o “status socioeconômico”, que traz a *capacidade* de participar (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995a). Porém, mesmo esses autores, que tanto frisam a importância desses recursos, só encontram significância estatística na relação da renda com *doações financeiras* (uma forma de ação que, obviamente, depende muito da disponibilidade de recursos econômicos de uma pessoa).

Devemos lembrar que as formas de participação estudadas neste trabalho e na literatura em geral não parecem ter custos financeiros expressivos (com exceção de alguns custos de transporte, por exemplo, para ir a um protesto ou mesmo votar). Por outro lado, o custo de oportunidade da participação de alguém com renda maior também será maior<sup>60</sup>. Em tese, isso seria um motivo para as classes mais altas participarem menos (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995a).

---

<sup>60</sup> Isso aconteceria porque as pessoas com renda maior podem ter menos tempo disponível, ou esse tempo seria financeiramente mais valioso, por assim dizer (de acordo com o conceito econômico de *custos de oportunidades*). No entanto, lembramos que nosso modelo aqui também inclui como variável independente o status ocupacional – portanto, a diferença de tempo entre pessoas com e sem emprego, ao menos, está controlada aqui.

Afora as doações, podemos prever que o único tipo de participação que pode ter uma relação mais importante com a renda seriam os boicotes: para deixar de comprar produtos por razões políticas muitas vezes o indivíduo precisa pagar mais, já que os substitutos destes produtos que sejam, por exemplo, ambientalmente ou socialmente mais responsáveis, podem ser mais caros (Marien, Hooghe e Quintelier, 2010)<sup>61</sup>.

### 2.1.2. Variáveis demográficas

#### *Tamanho da cidade*<sup>62</sup>

A hipótese que postulamos aqui é que cidades maiores têm mais participação, por motivos diversos. Quando se trata da participação eleitoral isso tem relações com o fato de que, em regiões mais afastadas, os eleitores têm maior dificuldade de acesso às urnas. No entanto, a teoria do voto “pivotal” prevê o oposto: cidades menores terão *mais* participação (porque a chance de ter o voto decisivo será menor nesses locais – para eleições municipais, claro). No caso das outras formas de participação, supõe-se que cidades maiores tenham mais *oportunidades* de participação (especialmente em atividades não-convencionais e ao mesmo tempo presenciais, como o protesto). O tamanho das cidades também se relaciona, hipoteticamente, com a *cultura política* (em especial, com a cultura participativa)<sup>63</sup>.

Dessa forma, essa variável, apesar de ser demográfica, é mais semelhante aos fatores que incluímos como componentes do *capital social*, os quais determinam oportunidades de participação e, ao mesmo tempo, fazem parte da cultura política (contribuindo para determinar a *vontade de participar*)<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup> É importante salientar aqui uma questão metodológica referente à maneira como *renda e educação* foram medidas pelo World Values Survey. Primeiramente, a renda foi medida de maneira subjetiva nas edições de 1997 e 2005, perguntando não o quanto o indivíduo ganha mensalmente, mas em que posição ele acredita se encontrar numa escala de renda de 1 a 10 considerando todas as pessoas de seu país. A educação, por sua vez, envolveu a possibilidade de o indivíduo que ainda não terminou seus estudos falar uma estimativa sobre qual o último diploma que ele pretende receber. Essa maneira de abordar essas duas características pode trazer imprecisões consideráveis.

<sup>62</sup> Ainda que tenhamos feitos menções ao tamanho da população na breve exposição sobre fatores de nível ‘macro’, aqui estamos nos referindo novamente a essa variável porque ela pôde ser incluída no presente trabalho (diferentemente de outras variáveis “macro”).

<sup>63</sup> No nosso modelo (e na maioria dos modelos de participação atuais), já existe um controle para variáveis relacionadas à cultura (interesse por política, apoio à democracia, etc.). Mas ainda assim, a cultura participativa pode não estar sendo completamente apreendida aqui. Por essa razão, não podemos descartar que qualquer diferença de participação encontrada entre as cidades tenha relação com a cultura.

<sup>64</sup> Cabe lembrar que Cho e Rudolph (2008) investigam a “dependência espacial” sobre a participação política, ou seja, eles procuram verificar se há algum “contágio” de indivíduos por outros indivíduos que participam. Essa modelagem é bastante interessante, mas é preciso ter dados com uma especificação muito

## Sexo

A princípio, podemos esperar que as mulheres participem da política menos do que homens, por motivos diversos. Porém, Leighley (1995, p.184) nota que essa correlação entre gênero e participação mudou consideravelmente, tornando-se inexistente para a participação eleitoral ou até se invertendo, segundo alguns estudos, para outras formas de participação.

Nesse sentido, Hooghe, Stolle e Micheletti (2005) notam que as mulheres podem participar até mais de atividades não-convencionais, em especial o *consumerismo* (boicote), pois as mulheres tomam decisões de compra com mais frequência do que homens. Adicionalmente, nota-se que grupos historicamente oprimidos ou “outsiders” tendem a participar mais de atividades menos convencionais (Thomas, 2001).

Dalton (2008), no entanto, encontra uma relação estatisticamente significativa nos 4 países que estuda, indicando que os homens participam mais, justamente para atividades não-convencionais.

Já Hooghe e Stolle (2004), num estudo mais específico sobre a *participação de adolescentes*, concluem que as mulheres nessa faixa etária participam mais de atividades ligadas a movimentos sociais, como protestos pacíficos, enquanto os homens são mais ativos em atividades de confronto (como ocupação de edifícios e bloqueio do tráfego). Esse estudo é interessante porque pode apontar para diferenças de costumes que permanecem na vida adulta.

De forma semelhante, Coffé e Bolzendahl (2010) apontam para uma participação *maior das mulheres* em eleições e “ativismo privado” (ações como boicotes e petições), enquanto os homens se engajam mais em partidos políticos e atividades coletivas como protestos. Mas esses mesmos autores também notam um paradoxo na relação entre gênero e política, com base em estudos diversos em países desenvolvidos:

Mais mulheres estão se candidatando e sendo eleitas para parlamentos nacionais do que sempre houve, e um número recorde de mulheres

---

detalhada da localidade de cada pessoa. Ainda que não possamos (assim como a maior parte dos estudos de participação) controlar essa variável com uma precisão tão grande quanto a desses autores, acreditamos que, ao controlar por *tamanho da cidade* e outras variáveis relacionadas com *as relações sociais e oportunidades de participação* de cada cidadão (inclusive as variáveis socioeconômicas) estamos, ainda que indiretamente, controlando esse fator.

detêm cargos executivos, com importantes consequências nos resultados políticos e prioridades [...] Apesar desse sucesso na influência e representação nos níveis mais altos, pesquisas em diversas democracias ocidentais industrializadas também encontram uma diferença de gêneros persistente na participação política dos cidadãos, com mulheres participando menos do que homens (COFFÉ; BOLZENDAHL, 2010).

Cabe lembrar também que o Brasil, como já mencionado, realizou o sufrágio feminino relativamente cedo, em 1932. Isso anula a hipótese de um “efeito inercial”, onde grupos historicamente excluídos do processo eleitoral demoram um tempo para criar o hábito de votar (FRANKLIN, 2004). Por outro lado, como também mencionado anteriormente, a representação política entre homens e mulheres ainda é bastante desigual (mesmo com leis que impõem cotas de gênero nas eleições). Isso poderia gerar desinteresse da população *feminina* em relação a formas mais institucionalizadas de participação. Se ainda há diferenças na participação de homens e mulheres mesmo em países onde a representatividade política está mais equalizada, é de se esperar que a diferença no Brasil possa ser ainda maior.

Burns, Schlozman e Verba (1994) encontram evidências de que as diferenças de gênero na participação se devem a diferenças de status socioeconômico (SES), ou seja, recursos como tempo, dinheiro, “competências cívicas”<sup>65</sup> e outros. Os mesmos autores, em artigo de 1999, encontram evidências de que o *status ocupacional* afeta a participação de homens e mulheres de forma diferente<sup>66</sup>.

### *Etnia*

A diferença de participação entre pessoas de origens étnicas distintas foi estudada por muitos autores nos Estados Unidos. Miller et al. (1981) atribuem à *consciência de grupo* a participação **maior** de afrodescendentes na vida política (em comparação com os descendentes de europeus). Shingles (1981) também trabalha em cima do mesmo tema, e adiciona que essa consciência de grupo traz *desconfiança política e sensação de eficácia*

---

<sup>65</sup> Do inglês *civic skills*. Esse estudo é muito semelhante a Brady, Schlozman e Verba (1995a), mas aqui o enfoque é na questão de gênero e em como ela afeta a relação entre a participação e as variáveis explicativas abordadas neste outro estudo.

<sup>66</sup> Burns e Schlozman aprofundam a questão de gênero e participação no livro *The Private Roots of Public Action: Gender, Equality, and Political Participation* (2001).

*política interna* para o negro americano, fazendo com que ele participe mais de certas atividades.

Posteriormente, Brady, Verba e Schlozman (1995b) evidenciam uma menor participação dos *latinos* em relação aos brancos<sup>67</sup> e negros de maneira geral. Eles notam também que embora os afrodescendentes apresentem um nível de participação semelhante ao dos brancos, de maneira geral, os primeiros se engajam mais em ações como protestos enquanto os últimos realizam mais atividades como o *contato com funcionários do Estado*.

Por seu turno, Lien (1994) compara as diferenças de participação entre pessoas de origem asiática e descendentes de mexicanos. Leighley e Vedlitz (1999) fazem uma análise semelhante, mas incluem também brancos e afrodescendentes, e concluem que os fatores explicativos da participação não mudam substancialmente entre esses 4 grupos étnicos.

No Brasil, Ribeiro (2002) faz uma abordagem antropológica da participação dos negros desde a época da Independência. Gomes (2005) faz um relato histórico da participação dos afrodescendentes em momentos políticos importantes desde a abolição da escravidão até 1937, enquanto Andrews (1992) estende sua análise até o início da democracia em 1988. Como já mencionado, esses autores descrevem uma intensa participação da população negra em momentos decisivos da política brasileira.

No entanto, parece não haver nenhum estudo sobre etnia e participação política no período democrático, em especial do tipo a que estamos nos referindo aqui (a diferença étnica como condicionante da participação). No presente estudo, incluiremos uma variável binária para *brancos*. Analisando os dados, vemos que os não-brancos são, em sua grande maioria, *negros ou pardos*<sup>68</sup>. Será que o Brasil é, como alguns sugeriram, uma “democracia racial” em termos de participação política?

---

<sup>67</sup> “Anglo-white”, na terminologia utilizada por eles.

<sup>68</sup> Pessoas classificadas como “brancos” constituem 38,57% da amostra do NUPPS de 2006 e 37,3% na pesquisa de 2014. Negros, pardos e mulatos constituem quase todo o restante, sobrando cerca de 1,50% de pessoas classificadas como “amarelos” (30 pessoas) e um contingente ainda menor de população indígena. Não houve mudanças significativas nos modelos ao incluir outros povos (como os *amarelos*) junto com brancos e deixar os afrodescendentes separados, portanto mostramos apenas os modelos com a variável que separa os “brancos” e “não-brancos” para facilitar a apresentação.

### *Idade e ciclo de vida*

A relação entre idade e participação é muito complexa, já que está ligada a fatores como as diferenças de cultura política entre diferentes *gerações*, ocupação e o número de filhos<sup>69</sup>. Podemos esperar uma correlação *positiva* entre participação e idade, pois ao se tornarem adultos, os cidadãos adquirem novas responsabilidades que se ligam ao mundo da política, como o pagamento de impostos e a entrada em programas sociais do governo (Dalton, 2008, p.51).

Por outro lado, os jovens possuem um vigor físico e uma inquietação psicológica que explicam o fato de o mesmo estudo ter encontrado uma relação *negativa* entre idade e participação não-convencional. Zukin et al. (2006) encontram veem relações complexas entre idade e participação, discordando da afirmação (cada vez mais frequente na literatura) de que os jovens estão participando menos, além de encontrarem evidências de que a participação em *boicotes* é cada vez mais frequente em *todas as faixas etárias*. Em sentido semelhante, Hooghe, Stolle e Micheletti (2005) encontram que a participação não-convencional seria mais frequente entre os mais jovens. Goerres (2009), por sua vez, vê complexas relações entre diversas formas de engajamento político e a idade dos cidadãos europeus, com tendências diversas.

### *Status ocupacional*

Como já mencionado, um trabalhador tem *menos tempo disponível*, mas possui também uma rede de oportunidades de participação maior do que um indivíduo desempregado ou aposentado<sup>70</sup>. No entanto, *estudantes* possuem mais tempo disponível

---

<sup>69</sup> De forma semelhante ao status ocupacional, o *número de filhos* pode diminuir o tempo disponível para participar, mas traz também novas responsabilidades, como as mencionadas acima (ter filhos pode significar o usufruto de serviços do Estado como as escolas públicas, por exemplo), além de novas oportunidades de participação dado o contato com outras pessoas que a paternidade/maternidade pode trazer. Com efeito, Jennings (1979) estuda as diferenças entre diversas faixas etárias, além do fato de ter ou não filhos e a quantidade de filhos, mas conclui que a quantidade de filhos não impacta significativamente a participação. No presente estudo, o número de filhos não apresentou relação estatisticamente significativa em diversos modelos de regressão testados (e não impactou os coeficientes de outras variáveis), por isso também não foi incluído nos resultados apresentados abaixo.

<sup>70</sup> Conforme Dalton (2006) menciona, o ambiente universitário em que os jovens vivem pode favorecer (ou seja, trazer mais oportunidades para) o engajamento em atividades como os protestos (veja mais sobre isso abaixo em “ocupação”). Além disso, ser estudante ou desempregado, por exemplo, aumenta o tempo disponível em relação ao de um trabalhador. No entanto, Winters (2009) não encontra relação entre o fato de ser estudante ou desempregado atualmente e participar de protestos. No presente estudo, testamos diversas regressões com uma variável binária para *estudantes*, também sem resultados significativos. Além disso, a inclusão dessa variável *não* alterou de forma significativa os resultados da variável *idade* ou qualquer outra variável independente. Apresentamos resultados com “ocupação” como variável

do que alguém que trabalha 8 horas diárias e também possuem uma rede de relações sociais que podem trazer mais oportunidades de participação (especialmente em ambientes universitários)<sup>71</sup>. Ainda assim, *não* encontramos relação estatisticamente significativa entre o status de estudante e a participação.

### *Internet*

A disponibilidade de acesso às redes virtuais pode alterar de forma significativa os custos de participação e a motivação do indivíduo para participar (Borge e Cardenal, 2011). Além desses fatores, ela cria novos canais de informação e facilita a organização de grupos (Di Gennaro e Dutton, 2006). Com essa organização de grupos, o mundo virtual traz mais *oportunidades* de participação: convites para protestos, petições públicas, ações de boicote coletivo ou mesmo atividades partidárias tornaram-se frequentes nas redes. Por isso, espera-se que o *acesso à Internet* esteja positivamente correlacionado com participação (especialmente em atividades como as petições).

### **2.1.3. Cultura Política e Ideologia**

#### *Interesse por política*

Por razões óbvias, espera-se uma relação positiva e significativa com todos os tipos de participação, exceto (talvez) a participação eleitoral, pois a *obrigatoriedade do voto* pode levar as pessoas às urnas mesmo sem interesse por política. Ainda que o *interesse* apareça como fator explicativo em muitos estudos, há poucas análises sobre o efeito *mediador* do *interesse por política* (ou seja, o efeito *indireto* de outras variáveis sobre a participação, através do interesse).

A educação, por exemplo, pode aumentar o interesse (aumentando, conseqüentemente, a participação). O interesse também pode ser um intermediário entre a participação e fatores como a idade: Glenn e Grimes (1968) apontaram para um aumento do interesse por política entre a juventude e a meia-idade, o qual traria um aumento da participação. A partir da meia-idade, no entanto, o interesse continua aumentando, mas

---

independente para garantir algum controle para o status ocupacional, separando pessoas empregadas de todas essas outras categorias que podem ter mais tempo disponível e menos capital social.

<sup>71</sup> De maneira semelhante, podemos pensar que alguém que não trabalha mas participa de associações estaria numa situação muito favorável à participação.

sem causar aumento na participação, talvez pela menor capacidade de locomoção dos mais idosos.

No presente estudo, pretendemos avançar em relação a essa questão com a utilização do método KHB (nome dos autores Karlson, Holmes e Breen)<sup>72</sup>, o qual nos permite medir efeitos indiretos de uma variável sobre outra.

Além disso, o *interesse por política* tem também, ele próprio, efeitos indiretos sobre a participação: como já mencionado, pessoas com maior grau de interesse recebem mais *ofertas* de participação, pois elas se envolvem mais com pessoas e grupos ligados à política (SCHUSSMAN; SOULE, 2005). Isso é importante para a interpretação dos resultados da análise: além de ser a variável-chave da *vontade de participar*, o interesse por política está ligado a outra dimensão importante do modelo de Brady, Schlozman e Verba (1995): as *oportunidades de participação*.

#### *Sensação de eficácia política interna e externa*

A crença na capacidade de influenciar a política (eficácia interna) e de que o sistema político é permeável a essa influência (eficácia externa) também aumentam as chances de um indivíduo participar segundo inúmeros estudos (por exemplo, BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995b), inclusive para formas não-convencionais de participação (HOOGHE; STOLLE; MICHELETTI, 2005)<sup>73</sup>. Afinal, por que alguém se daria ao esforço de agir politicamente se não acreditasse que sua ação fará alguma diferença?<sup>74</sup>

Aqui, incluímos uma variável relacionada à sensação do indivíduo de que ele tem uma capacidade de compreender a política (eficácia interna)<sup>75</sup> e outra variável relacionada com a sensação de capacidade de influenciar o regime (eficácia externa)<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup> Ver Breen, Karlson e Holm (2013) ou Kohler, Karlson e Holm (2011) sobre essa ferramenta de análise.

<sup>73</sup> Cabe alertar que Finkel (1985, 1987) encontra um efeito inverso também (participação pode trazer *mais sensação de eficácia*). Ben-Eliezer (1993), por sua vez aponta para altos níveis de participação política em Israel mesmo com baixos níveis de sensação de eficácia política.

<sup>74</sup> Podemos incluir a sensação de eficácia como parte da “racionalidade coletiva”, ou seja, dentro dos cálculos racionais (porém coletivistas, em oposição ao cálculo racional dos custos e benefícios individuais, de um lado, e de elementos não-racionais, como impulsos emocionais para a participação, de outro). O benefício esperado de uma ação é uma função da chance de efetividade (portanto, a sensação de eficácia), e do benefício total que a influência buscada traria para a sociedade.

<sup>75</sup> E com uma vantagem de não ser tão sujeita à causalidade inversa como seria o caso ao medir a eficácia interna diretamente

<sup>76</sup> Nas pesquisas do World Values Survey não foi possível controlar essas variáveis porque não existiam dados para isso.

### *Confiança política*

Como já citado, a influência da confiança nas instituições políticas sobre a participação não é clara. Uma proposição comum é de que a *desconfiança* política diminuiria a participação convencional, mas aumentaria a participação em protestos. Porém, isso nem sempre se confirma nos estudos empíricos. A *participação eleitoral* pode ser até maior quando a confiança nos governos está em baixa (DALTON, 2008, p.51). De outro lado, a *participação não-convencional*, que foi considerada como consequência do *descontentamento* com as instituições por autores como Kaase (1999) ou Hooghe, Stolle e Micheletti (2005) não apresentou correlação clara com a *desconfiança política* em outros trabalhos (NORRIS; WALGRAVE; VAN AELST, 2005, DALTON, 2008, DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010)<sup>77</sup>.

Adicionalmente, podemos supor que a *desconfiança política* traga consequências indiretas, ao diminuir a sensação de eficácia política externa (uma hipótese que não parece ser considerada na literatura).

Aqui, utilizamos a *confiança no Poder Legislativo* para medir confiança política, pois ela não está atrelada aos sentimentos por nenhum governo em específico (como a *confiança no Poder Executivo*) e está presente em todas as pesquisas de opinião utilizadas neste trabalho<sup>78</sup>.

### *Capital Social*

O conceito popularizado por Putnam (1994,1995) é utilizado para explicar a participação política a partir de duas variáveis independentes - *confiança interpessoal* e *associativismo* (BÄCK; CHRISTENSEN, 2013).

A *confiança nas pessoas*, em teoria, traria maior interação social e isso, por sua vez, leva a mais participação (pelo aumento das oportunidades de participação, mas também por estímulos à participação que essa interação traz). Kaase (1999) encontra uma *correlação positiva* entre *confiança interpessoal* e a *participação não convencional*, assim como Hooghe, Stolle e Micheletti (2005). Benson e Rochon (2004) encontram

---

<sup>77</sup> Booth e Seligson (2009) medem o impacto de diferentes tipos de “legitimidade” (alguns dos quais correspondem exatamente à *confiança nas instituições*) sobre diversas formas de participação na América Latina, e não acham nenhuma relação significativa com essa variável em particular.

<sup>78</sup> Fizemos testes com a confiança nos partidos políticos também, e os resultados foram quase idênticos.

evidências semelhantes e interpretam essa relação com o argumento de que a confiança traz *expectativas de menores custos e maiores benefícios do ato de participar*.

No entanto, Rennó (2001) aponta para uma relação entre confiança e participação apenas para algumas formas de ação e em *alguns países* abordados de seu estudo sobre a América Latina. Para ele, a confiança pessoal só traz mais participação em alguns contextos.

A *participação em associações*, que constitui o outro componente do capital social especificado nos modelos de participação, pode promover a participação política devido à interação social que traz. Cabe recordar aqui, mais uma vez, a importância das *oportunidades de participação* (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995a) que pode explicar inclusive (ao menos em parte) a influência de fatores socioeconômicos (LEIGHLEY, 1995). Bäck e Christensen (2013) lembram que, entre os dois componentes do capital social apontados por Putnam, o associativismo foi o mais relevante para explicar a participação política.

Como já apontamos, o *capital social* é em certa medida uma característica de *comunidades*, e não de pessoas<sup>79</sup>. Por isso, variáveis como *cidade de residência* podem ajudar a captar o capital social.

#### *Apoio à democracia*

Essa variável tem uma importância adicional para a estabilidade e *qualidade da democracia* porque a participação em massa de pessoas com orientações antidemocráticas pode ser um problema para a democracia (PATEMAN, 1970).

Espera-se que os cidadãos que valorizam mais a democracia também deem mais importância à participação, ainda que uma coisa não esteja necessariamente relacionada à outra. Em países como o Brasil existem traços de uma cultura anti-participativa, paternalista, fatores esses que podem ser sentidos em momentos onde é dada a oportunidade de decidir (como o Referendo sobre o porte de armas, em 2005) mas muitos cidadãos declaram que são os políticos que deveriam resolver essas questões.

---

<sup>79</sup> No entanto, para Brehm e Rahn (1997, tradução nossa), “a relação de reciprocidade entre confiança interpessoal e envolvimento comunitário é uma demonstração do capital social em comportamentos e ideologias individuais”.

Infelizmente, existem poucas análises empíricas que abordem essa questão<sup>80</sup>. Smith (2009) encontra pouco impacto do apoio ao regime democrático sobre a participação em protestos e atividades partidárias na Bolívia. Esta autora lembra também que Norris, Walgrave e Van Aelst (2005), assim como Inglehart e Welzel (2005), sugerem que cidadãos com maior preferência pela democracia tendem a participar mais de movimentos sociais.

### *Ideologia*

Como mencionado na Introdução, nível socioeconômico, gênero e raça não são a única causa de *desigualdades políticas*. A ideologia pode ser uma fonte de sub-representação de certos grupos, já que certos perfis ideológicos podem ser mais participativos do que outros (BEST; KRUEGER, 2005). Encontramos, na literatura, duas dimensões ideológicas apontadas como determinantes da participação: a dimensão materialismo/pós-materialismo e a dimensão esquerda/direita (podemos considerar também a dimensão democrático/autoritário, acima comentada)<sup>81</sup>. Recentemente, uma terceira forma de enxergar a questão ideológica na ciência política tem sido trazida à tona: a diferença entre *extremistas* (ainda pensando no espectro direita-esquerda) e pessoas com posicionamentos mais moderados.

O conceito de *ideologia pós-materialista*, popularizado por Ronald Inglehart<sup>82</sup> ganhou atenção em estudos de participação como Opp (1990), Norris (2002) ou Hooghe, Stolle e Micheletti (2005). Segundo Inglehart (1997), o indivíduo pós-materialista recusa ações ligadas à política partidária em favor dessas formas de ação menos institucionalizadas. No entanto, realizamos neste estudo diversos testes com essa variável e ela só apresentou significância estatística em alguns poucos modelos, além de não representar alterações relevantes em *nenhuma outra variável*, o que nos levou a retirá-la das análises apresentadas abaixo.

---

<sup>80</sup> O inverso (análises sobre o impacto da *participação* no apoio ao regime) foi mais estudado (ver, por exemplo, FINKEL, 1987 ou MULLER; SELIGSON; TURAN, 1987).

<sup>81</sup> Mason (1995) analisa as relações entre participação política e o posicionamento político em relação à economia de mercado e ao socialismo nos países pós-comunistas. Isso pode ser considerado como um elemento da dimensão esquerda/direita, sendo a direita “pró-mercado”.

<sup>82</sup> Esse conceito parece ter se popularizado na década de 1980 na literatura científica. As primeiras menções ao pós-materialismo no Google Acadêmico foram justamente desse autor (INGLEHART, 1981) que procedeu para um debate com Jan Van Deth (1983) sobre o conceito e sobre as tendências relacionadas a essa dicotomia materialista/pós-materialista (ver INGLEHART, 1983). Cabe lembrar também que o conceito de pós-materialismo (e o trabalho de Ronald Inglehart sobre ele) estão intimamente relacionados ao desenvolvimento das pesquisas do World Values Survey.

O posicionamento ideológico no espectro *esquerda/direita* não poderia ser deixado de lado aqui. Ainda que autores como Daniel Bell (1960) tenham sugerido o “fim da ideologia” nos tempos contemporâneos, posteriormente isso foi descartado (ainda que essa dimensão não pareça mais suficiente para abarcar o posicionamento sobre novos temas como o meio-ambiente)<sup>83</sup>. Dessa forma, Verba, Nie e Kim (1979) apontam para diferenças de participação entre pessoas com orientações ideológicas diversas. Verba et al. (1993b) analisam o viés ideológico (além do viés socioeconômico e demográfico) da participação política. Estudos posteriores como Griffin e Newman (2005) analisam as diferenças ideológicas entre eleitores e não-eleitores nos EUA<sup>84</sup>.

Dalton (2008) aponta para uma maior participação não-convencional de pessoas com inclinação ideológica à *esquerda*, mesmo em países com governos de esquerda<sup>85</sup>. Para atividades partidárias, voto e participação comunitária, essa dimensão ideológica *não* apresentou significância estatística.

Análises sobre o *extremismo ideológico* são pouco comuns na ciência política, especialmente na área de *participação*. Ainda assim, a diferenciação entre perfis radicais e perfis mais moderados (ou de centro) já é apontada como algo importante desde o livro *The True Believer* (1951) que considera radicais de esquerda e direita (além de “fanáticos” em geral) como muito parecidos em suas formas de agir. Na ciência política contemporânea, Curini, Joe e Memoli (2014, p.131) defendem que o extremismo pode ser uma categoria de análise mais importante do que a ideologia em termos de posicionamento no espectro, pois extremistas de esquerda e direita podem agir de maneira semelhante, em oposição a pessoas com orientações mais moderadas ou de centro.

Nos estudos de participação, o recente estudo de Weldon e Dalton (2014) inclui o extremismo ideológico como categoria de análise, e encontra uma correlação

---

<sup>83</sup> Não pretendemos nos estender aqui sobre isso. A definição de esquerda/direita e sua importância para entender fenômenos políticos é objeto de debates longos. Para uma análise de como conceituar esquerda/direita na América Latina, ver Power e Zucco Jr (2009). Nas análises baseadas no World Values Survey, utilizamos o auto-posicionamento dos indivíduos na escala esquerda-direita (portanto, é uma caracterização subjetiva, baseada no que *cada entrevistado* considera como esquerda ou direita). Nos dados do NUPPS, partimos da ideia de que a esquerda é mais favorável a uma igualdade enquanto a direita seria mais voltada para ideias de meritocracia. Essa definição é relativamente consensual na literatura e não traz maiores problemas, mas em todo caso, se houverem discordâncias, podemos considerar que, nesse caso, estamos medindo a ideologia “igualitárias” em relação à ideologia “meritocrática”.

<sup>84</sup> Esses estudos, referindo-se aos Estados Unidos da América, referem-se mais à dicotomia “liberal VS conservador” do que “esquerda VS direita”.

<sup>85</sup> Autores como Bruhn (2008) apontam para uma maior participação em protestos de cidadãos com posicionamento mais à esquerda quando o governo *não* é de esquerda.

estatisticamente significativa e *positiva* com atividades como campanhas partidárias, contato com funcionários do Estado, protesto e “persuasão” (semelhante à variável para “discussão política” que utilizamos com a pesquisa do NUPPS). Apenas a participação eleitoral parece não ter relação com essa variável.

A ciência política ainda carece de mais estudos, inclusive para entender *em que circunstâncias* o extremismo pode afetar a participação. Cohen e Valencia (2008), por exemplo, apontam para uma menor participação em atividades com potencial de conflito (como protestos) em *ambientes* mais polarizados (ou seja, onde há, por assim dizer, maior extremismo no nível *macro*). Nesse contexto, as pessoas dão preferência para atividades como *petições*<sup>86</sup>.

Considerando que uma participação intensa de pessoas com posicionamento ideológico mais radical pode levar a políticas públicas mais extremas ou a uma paralisia decisória (BARBER, 2013)<sup>87</sup>, é importante verificar se há influência dessa variável no cenário brasileiro (especialmente se considerarmos o agitado cenário político desde 2013).

Dessa forma, na pesquisa do World Values Survey, criamos uma variável para “extremismo ideológico”, a partir do auto-posicionamento dos indivíduos na escala esquerda-direita, de 1 a 10 (detalhes sobre isso no Apêndice A)<sup>88</sup>.

#### *Outras variáveis psico-culturais*

A personalidade dos indivíduos traz consequências para a participação, seja diretamente ou através da influência sobre outros fatores como a *eficácia política* (VECCHIONE; CAPRARA, 2009). As características psicológicas relevantes para a *participação* podem ser as mais diversas possíveis, e para muitas delas, a linha entre cultura e psicologia é tênue. No presente estudo, incluímos três variáveis da famosa classificação de Schwartz (1992), a qual, convenientemente, se encontra no World Values Survey: *personalidades obedientes, voltadas para riscos e aventuras, e altruístas*. No

---

<sup>86</sup> Nesse sentido, as instituições políticas (como o sistema eleitoral) podem afetar também a relação entre extremismo e participação (podemos imaginar que em alguns ambientes institucionais os *extremistas* vejam suas demandas atendidas por partidos políticos, e dessa forma eles recorreriam menos a formas de ação não-institucionais)

<sup>87</sup> O trabalho de Barber se refere mais ao extremismo/moderação de representantes políticos, mas sua conclusão pode se estender para a participação política da sociedade civil.

<sup>88</sup> Não havia possibilidade de mensurar *extremismo ideológico* a partir dos dados do NUPPS.

entanto, aqui é preciso cuidado, porque os dados disponíveis sobre isso se baseiam em auto-avaliações dos indivíduos. Por essa razão (e para poder comparar com os modelos do NUPPS), foram testados modelos *sem essas variáveis* também (todos eles apresentados no capítulo 4).

A *personalidade voltada para riscos e aventuras* foi incluída aqui porque, de acordo com Ulbig e Funk (1999), traços psicológicos como a disposição ao conflito podem influenciar *positivamente* a participação política<sup>89</sup>. No presente trabalho, infelizmente, não temos à disposição variáveis que meçam a disposição ao conflito, mas fazemos uso de uma variável que mede a “disposição a riscos”, algo semelhante, e que também pode fornecer uma hipótese razoável: pessoas mais aventureiras, mais dispostas a riscos, participam mais de atividades políticas como a participação *não-convencional* ou mesmo atividades partidárias (nas quais discussões inflamadas podem ser comuns, motivando mais os indivíduos “aventureiros” do que aqueles que preferem conforto e segurança).

A *personalidade voltada à obediência* pode estar *negativamente correlacionada* com ações mais confrontadoras (protestos e boicotes) e *positivamente correlacionada* com o voto (em especial devido à compulsoriedade). Porém, não parece haver na literatura especializada atenção para essa característica<sup>90</sup>.

O *altruísmo e a identificação com um grupo*, como já mencionamos, têm uma importância imprescindível para abordagens da *participação* que buscam superar o dilema trazido pela Teoria da Escolha Racional. Segundo Fowler e Kam (2007), ambos fatores têm uma correlação *positiva* com a participação<sup>91</sup>. No presente estudo, esperamos

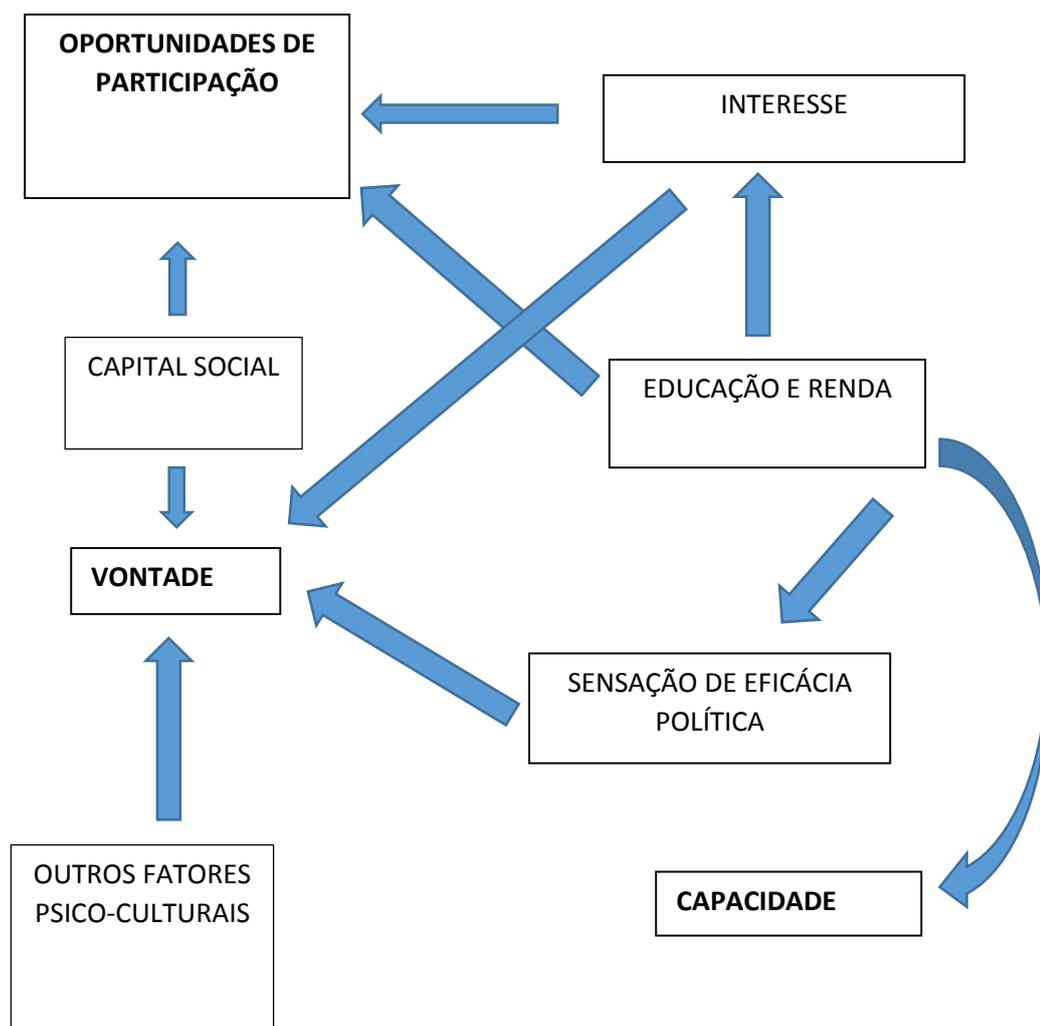
---

<sup>89</sup> Ferguson e Rogers (1984), no entanto, apontam a orientação por *riscos e ameaças* como uma motivação para ações políticas (de maneira geral) maior do que a orientação por oportunidades. Isso vai na direção contrária do que acabamos de dizer (porque se orientar por riscos significa tentar minimizar esses riscos, agir por medo). Esses autores se referem a *quais assuntos* ganham atenção dos cidadãos ao agirem politicamente, e não a *quais personalidades e impulsos emocionais* favorecem a participação, mas ainda assim, é interessante lembrar disso.

<sup>90</sup> Alesina e Giuliano (2011), no entanto, encontram um efeito indireto da valorização da *obediência* sobre a participação: pessoas que dão mais ênfase a essa característica na educação dos filhos estabelecem “laços familiares” mais fortes, e isso por sua vez impacta *negativamente* a participação em boicotes (outras formas de ação não apresentaram correlação estatisticamente significativa com esse fator).

<sup>91</sup> Neste estudo de Fowler e Kam (2007), os autores distinguiram o altruísmo puro (preocupações com *todas* as pessoas) daquilo que chamam de *identificação social*. Aqui, no entanto, não podemos fazer essa distinção, porque o que se mede com a variável do WVS que incluímos é o quanto é importante para um indivíduo “ajudar as pessoas que estão próximas”, o que pode estar até mais ligado a uma identificação e preocupação com um grupo próximo, com o qual o indivíduo tem uma conexão maior, do que com um altruísmo generalizado, impessoal. Cabe lembrar também que a maneira que temos para medir esse fator é, assim como as outras variáveis psicológicas, através da auto-avaliação do indivíduo. Portanto, o que

que essa correlação se confirme com todas as formas de ação abordadas, com exceção do voto, já que o voto compulsório traz uma boa razão para as pessoas votarem por puro interesse individual, o que pode anular qualquer efeito que orientações altruístas teriam sobre essa forma de participação.



**Gráfico 2 – Relações causais entre as variáveis independentes e *oportunidades, vontade e capacidade* de participação**

estamos medindo aqui, mais do que o altruísmo em si, é a *valorização* do altruísmo, das ações em prol de outras pessoas, diferentemente do estudo desses autores, que mede o quanto os indivíduos agem em prol dos outros em experimentos com jogos que envolvem incentivos materiais reais. Por mais que nossa variável possa estar sujeita a um grave viés de “desejabilidade social”, o fato de alguém ao menos defender publicamente uma visão de mundo mais altruísta pode ser um indicativo de o quanto isso importa para essa pessoa.

Valentino (2011, p.156) considera que “forças motivacionais de curto prazo” não recebem a devida atenção nos estudos de participação<sup>92</sup>. Dessa forma, ele encontra no sentimento de *raiva* (mais do que no *medo* ou *entusiasmo*) as explicações para a participação eleitoral. A *raiva* também foi considerada como fator explicativo de protestos por Stürmer e Simon (2009)<sup>93</sup>.

O gráfico acima também apresenta uma relação lógica com os três requisitos fundamentais da participação (*oportunidades, vontade e capacidade*), mas está mais focado nas variáveis de interesse central deste trabalho, deixando de lado questões teóricas como a da *escolha racional*, e deixando de lado também a sequência temporal entre a disponibilização de oportunidades e o momento seguinte, em que as pessoas participam ou não (determinadas pelo desejo e capacidade de participar).

Educação e renda estão juntas mas é questionável se a renda por si só causa efeito sobre o interesse de participar (e mesmo se ela é parte constitutiva da *capacidade* de participação, exceto para atividades como *boicotes* ou *doações*). Fatores demográficos como *sexo, idade, e etnia* estão de fora, porque sua relação com interesse político, vontade de participar, oportunidades de participação e capacidade (no caso da *idade*) é complexa.

Antes de adentrar na análise empírica que objetiva testar essas propostas teóricas, passamos a um debate sobre o contexto político internacional e, especialmente, o contexto brasileiro, no que se refere a questões como a relação da sociedade com o Estado e a cultura política.

---

<sup>92</sup> Ao tentar controlar algumas variáveis relacionadas à personalidade, tentamos dar conta disso, mas esses impulsos momentâneos, infelizmente, não podem ser controlados senão com *designs experimentais*.

<sup>93</sup> Para terminar essa seção, cabe lembrar também que o “true believer” (o verdadeiro “crente”) de Hoffer foi interpretado por Teske (1997, p.5-6) como alguém que participa de ações políticas não por causa de “convicções morais profundas” mas porque está “lutando inconscientemente para resolver seus próprios problemas pessoais através da rebelião contra a sociedade em geral”. Isso parece guardar relações com a personalidade (como já mencionamos, a linha entre personalidade e ideologia/ cultura pode ser tênue).

### CAPÍTULO 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

*Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness [...] Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligados aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulário que sofisticado; noutra, extremamente primitivo [...] Parece dispôr de “consciência”, pois democratizou-se há já quase três décadas.*

Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*

O Brasil é um país com um longo histórico de contradições, seja na cultura (DA MATTA, 1979), na economia, ou nas instituições políticas como as eleições (NICOLAU, 2002). Em relação à *participação política* e à *democracia*, não poderia ser diferente.

Durante a Primeira República (1889-1930) a participação foi impulsionada pela *alfabetização e pela urbanização*. O aumento dela trouxe um “aumento da politização e da violência” e até mesmo do “poder da elite tradicional”. No regime de 1945 a 1964 a inclusão política das massas urbanas colocou o poder dessa elite tradicional em xeque, o que fez com que ela rompesse com a democracia formal (LOVE, 1970, p.3).

As desigualdades sociais foram acompanhadas por agitações políticas em vários momentos da história brasileira. O começo do século 20 foi marcado por protestos ligados a questões econômicas e sociais (como a Revolta da Vacina e as greves operárias). Mas desde a era Vargas, os principais movimentos populares foram diretamente relacionadas ao governo e o *regime político*: as manifestações que se sucederam ao suicídio de Getúlio Vargas; o apoio às Reformas de Base do governo Jango, os protestos contrários àquele governo como a Marcha da Família e, depois do golpe de 64, a Marcha da Vitória; a Passeata dos 100 Mil em 1968, as Diretas Já e, finalmente, o Impeachment de Collor

(GOHN, 1995). Portanto, se as grandes manifestações do começo do século 20 são melhor explicadas pela abordagem da “deprivação” (*deprivation approach*), a partir da década de 30 a abordagem da “desafeição” política (*disaffection approach*) se adequa mais ao caso brasileiro<sup>94</sup>.

Love (1970, p.4) menciona que o clamor por democratização surgiu no Brasil já na época da Revolução Francesa, e focava na questão do *sufrágio universal*. No entanto, para ele, o *sufrágio universal* não seria suficiente para trazer as reformas desejadas pelos liberais que o reivindicavam.

O Brasil é um caso exemplar nesse aspecto, com diversas características paradoxais no que se refere a eleições, sufrágio e igualdade. Para começar, mesmo não tendo sido uma *democracia* na maior parte do tempo, “poucos países têm uma história eleitoral tão rica quanto a do Brasil”, com a ocorrência de *processos eleitorais* constantes desde a Independência e até mesmo eleições para Conselhos Municipais no período colonial (NICOLAU, 2002, p.7).

Outro paradoxo brasileiro foi a convivência de desigualdades de gênero profundas (e que persistem até os dias de hoje) com avanços no *sufrágio eleitoral*. O Brasil foi o segundo país latino-americano a estender o direito de voto às mulheres, tendo o feito antes de muitos países desenvolvidos<sup>95</sup>. Mesmo assim, até hoje as mulheres são sub-representadas politicamente.<sup>96</sup>

Em termos de desigualdades raciais, Andrews (1988, p. 207) repara que “o Brasil – o último país do mundo cristão a abolir a escravidão – tornou-se o primeiro a se proclamar uma democracia racial”. E embora o país tenha sido visto como um exemplo de *democracia racial* por muita gente, permitindo o sufrágio e o casamento entre

---

<sup>94</sup> Ambas expressões se encontram em Dalton (2008, p.69). A primeira se refere a protestos causados pela falta de recursos econômicos básicos. A segunda se refere à insatisfação com as instituições políticas como explicação para os protestos. É claro que esses dois elementos (insatisfação com as condições socioeconômicas e com a política) estão próximos, já que o governo é responsável por políticas econômicas e sociais, mas aqui estamos pensando na razão central de cada manifestação.

<sup>95</sup> O sufrágio feminino veio junto com o Código Eleitoral de 1932. Apenas o Equador, na América Latina, o fez antes disso (1929). França, Itália, Japão e Bélgica o aprovaram na década de 1940; a Suíça em 1971 e Portugal em 1974.

<sup>96</sup> É interessante notar também que o Brasil se encontra entre os 33 países que até o ano de 2003 possuíam uma cota mínima (estabelecida por lei) de mulheres no Congresso Nacional e, entre esses países, apenas 7 possuíam um percentual de mulheres no Parlamento inferior ao brasileiro. Dentre os 12 países latino-americanos aqui incluídos, o Brasil tinha o menor percentual (ver DAHLERUP; FREIDENVALL, 2005). Isso é mais uma demonstração das discrepâncias entre as regras (muitas vezes progressistas) e a realidade do país.

diferentes etnias desde cedo, “aparentemente ninguém votava em candidatos obviamente negros” à época da Segunda Guerra (HELLWIG, 1988).<sup>97</sup> As desigualdades socioeconômicas ou mesmo políticas entre afrodescendentes e brancos permanecem até os dias de hoje<sup>98</sup>.

Já em relação aos analfabetos, o direito à participação eleitoral demorou muito para chegar: o Brasil foi o último país da América Latina a permitir o voto de *analfabetos*, tendo o feito apenas na Constituição de 1988 (FRANÇA E GONÇALVES, 2006; NICOLAU, 2002).<sup>99</sup>

Essa concessão relativamente precoce de direitos políticos às mulheres e afrodescendentes é um exemplo de como a cidadania brasileira se construiu de cima para baixo<sup>100</sup>. Mais do que permitir a participação, o governo brasileiro procurou em diversos momentos incentivar ou até forçar a população a se engajar. Nas palavras de Carvalho (1996, p.354-356): “o Estado Central fez várias tentativas de trazer a população para dentro da esfera de sua atuação”. Como consequência disso, “o brasileiro foi forçado a tomar conhecimento do Estado e das decisões políticas, mas de maneira a não desenvolver lealdade em relação às instituições”.

Essa marca de um Estado mobilizador permanece até hoje em alguns aspectos. A representação de interesse de classes no país também foi dominada pela influência do governo, pautando-se por uma lógica de “cooptação preventiva” (SCHMITTER, 1971,

---

<sup>97</sup> A noção de que a igualdade racial no Brasil seria invejável para países como Estados Unidos e África do Sul gerou estudos comparativos como Marx (1998).

<sup>98</sup> Há poucos estudos sobre as desigualdades étnicas na política brasileira. Amora (2008) demonstra que a sub-representação de afrodescendente entre os deputados federais do Distrito Federal se inicia no momento de *recrutamento*, sendo acentuada pela escolha dos eleitores. Da mesma forma que na questão do gênero, a desigualdade na representação entre brancos e negros é em parte explicada pela *escolha de candidatos* que cada partido faz. O déficit na democracia intrapartidária, que será apontado abaixo, pode ser uma das causas disso.

<sup>99</sup> Um balanço comparativo sobre o sufrágio e outras questões eleitorais em vários países do mundo foi feito por Santos e Guimarães (2002).

<sup>100</sup> Cabe lembrar que o engajamento da população, sobretudo dos grupos mais excluídos, pode ter sido menosprezado pelos principais relatos históricos sobre os quais nos baseamos. Nesse sentido, Ribeiro (2002) aponta para um grau de participação dos negros semelhante ao dos descendentes de europeus na época da Independência do Brasil, mesmo com a condição de escravidão a que a maioria deles estava sujeita. Segundo essa autora, a “noção africana de liberdade” pode ter contribuído para um alto grau de consciência política entre essa população.

1974): Elementos como o *voto obrigatório*, o *Horário Eleitoral Gratuito* e o *Programa Voz do Brasil* também são exemplos da interferência estatal na participação até hoje<sup>101</sup>.

Os partidos políticos brasileiros, por sua vez, não favorecem uma participação efetiva<sup>102</sup>. Para Samuels (1997), a democracia *intrapartidária* é um fenômeno raro no país. Isso significa que as portas para uma importante *oportunidade de participação* estão quase sempre fechadas. Algo muito importante, considerado que o partido político é organização em que a democracia representativa se baseia. Ademais, o sistema partidário brasileiro fragmentado dificulta a “inteligibilidade do processo eleitoral e promovendo um distanciamento entre representantes e representados” (KINZO, 2006).<sup>103</sup>

Mas segundo Hagopian (2005), um dos maiores obstáculos para a qualidade democracia no Brasil estaria na garantia do *império da lei*. Numa comparação com o Chile, ela conclui que fatores como a ineficiência do sistema judicial e a violência policial prejudicam o regime democrático brasileiro. Por outro lado, ela considera que o Brasil avançou mais em termos de *participação política*.

Entre essas tendências favoráveis e desfavoráveis à democracia, muitas delas não são uma exclusividade do caso brasileiro. Com as rápidas mudanças demográficas, econômicas e sociais no mundo contemporâneo, o mundo da política também sofreu alterações importantes. De um lado, a explosão populacional, a industrialização e a complexidade social que surgiu disso trouxeram desafios à democracia (PATEMAN, 1970; p.2). De outro, novas tecnologias de transporte e comunicação facilitaram a articulação e interação política (DAY, 1992, p.4).

---

<sup>101</sup> Downs (1957, p. 147-148) raciocina sobre o problema da falta de incentivo individual para se informar sobre política e comenta que, se a coerção estatal pode ser uma solução para esses problemas de ação coletiva em questões como a coleta de recursos para a Defesa Nacional ou qualquer outro bem coletivo, no caso da informação política seria impossível estabelecer esse tipo de coerção. Podemos encarar políticas como a *Voz do Brasil* e o *Horário Eleitoral* como tentativas de superar o problema apontado por Downs e informar os cidadãos. Ainda que os cidadãos não sejam obrigados a assistir esses programas (da mesma forma que são obrigados a pagar impostos, por exemplo), o fato de que os canais de TV aberta e rádio são obrigados a passar esses conteúdos num horário determinado representa uma interferência significativa (e que pode ser encarada de maneira positiva ou negativa).

<sup>102</sup> É interessante lembrar a importância de ter partidos políticos fortes em autores como Huntington (1968), para quem uma fonte de instabilidade em países menos desenvolvidos é a dissonância entre uma modernização econômica rápida e a lentidão no avanço das instituições políticas, em especial os partidos políticos (BRUHN, 2008).

<sup>103</sup> Ainda que a configuração institucional brasileira permita disciplina partidária e *governabilidade* (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998), elas enfraquecem a oposição, especialmente no Congresso (MOISÉS, 2011). Esse fator pode distanciar a sociedade ainda mais das instituições políticas.

Essas mudanças no plano material foram acompanhadas por mudanças na *cultura política*. Se, para Inglehart e Welzel (2005), a modernização econômica trouxe uma cultura mais democrática (a qual, por sua vez, teria impulsionado a transição para regimes também mais democráticos); por outro há uma crescente *desconfiança nas instituições políticas*<sup>104</sup>. É curioso notar que o Exército, instituição que “menos se pretende democrática”, goza dos maiores níveis de confiança em todos continentes (HJORTH, 2005).

As instituições e atores responsáveis pela *mobilização política* também parecem ter mudado: Thomas (2001) aponta para um declínio na importância de instituições representativas como os *partidos políticos*, enquanto *grupos de interesse* começaram a ganhar relevância. Por sua vez, Norris (2002, p.189-190) defende que os *novos movimentos sociais* é que estariam tomando o lugar de *grupos de interesse mais tradicionais*.

O *declínio da confiança política* não representa necessariamente algo negativo para a democracia, já que isso é consequência da emergência de “*cidadãos críticos*” – pessoas com altos níveis de educação, sofisticação política e expectativas em relação ao Estado, e que sabem valorizar as instituições democráticas e distingui-las dos *governantes* que comandam essas instituições (NORRIS, 1999; DALTON, 2004)<sup>105</sup>. A relação da *confiança política* com a participação, por sua vez, não é clara, tanto para a participação eleitoral quanto não-convencional (DALTON, 2008, NORRIS; WALGRAVE; VAN AELST, 2005, DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010).

Mas, se um certo grau de desconfiança política pode ser um “sinal sadio de distanciamento dos cidadãos de uma esfera da vida social [o governo] sobre a qual têm pouco controle”, um excesso de desconfiança pode trazer preocupações quanto à estabilidade política em democracias mais *recentes* (MOISÉS, 2005; p.35). E ainda que essa tendência de declínio da confiança ocorra em vários países, ela é mais acentuada no Brasil: o país está entre as últimas posições do planeta no *World Values Survey*,<sup>106</sup> abaixo

---

<sup>104</sup> Há divergências sobre a abrangência desse fenômeno pelo mundo: Dalton (2004) acredita que quase *todas* as democracias ocidentais sofreram um declínio nos níveis de *confiança política*, enquanto Norris (2011) questiona isso.

<sup>105</sup> Easton (1965, 1967) frisou a necessidade de diferenciar o *apoio difuso*, referente ao regime político, do *apoio específico*, referente aos governantes.

<sup>106</sup> Nas três edições do WVS em que o Brasil foi incluído: último lugar entre 17 países (1989-1993); 42º entre 51 países (1994-1997) e 47º entre 54 países (2005-2007). Cabe lembrar que em outras bases de dados o Brasil não está tão mal-colocado: o país sustenta um dos maiores níveis de *confiança política* na América

de quase todos países da América Latina que constavam nessa pesquisa. No Gráfico 3, abaixo, podemos ver o nível médio de Confiança no Parlamento entre 2005 e 2007<sup>107</sup>.

O Brasil também apresenta níveis baixíssimos de confiança *interpessoal*, estando entre os menores da América Latina e do mundo (POWER; JAMISON, 2005; JUNIOR; EISENBERG, 2006).

Dessa forma, a *cultura política* brasileira combina traços progressistas com características anti-democráticas. Para Da Matta (1979, p. 168), se de um lado temos “uma moral rígida e universal das leis ou regras impessoais que surgem com uma feição modernizadora e individualista”, de outro temos a “moralidade muito mais complicada das relações totais impostas pelos laços de família e teias de relações sociais imperativas, onde a relação social e a relação substantiva permitem *pular a regra*”<sup>108</sup>.

Ainda que se verifique um avanço significativo no *apoio à democracia* (Moisés, 2005), os traços culturais descritos por Da Matta (1979) permanecem até hoje, constituindo a base cultural do abuso de autoridade e outras infrações ao império da lei que Hagopian (2005) aponta. Para Baquero (2001), a internalização de “um comportamento mais orientado a relações sociais de caráter paternalista, personalista e clientelista” traz fatores como a participação política reduzida. Uma expressão dessa cultura política “fragmentada e individualista”, segundo ele, está nos baixos índices de confiança política e de confiança interpessoal a que nos referimos acima.

Qual seria então o grau de interesse por política dos brasileiros? Essa cultura individualista descrita por Baquero se reflete em alienação política? No gráfico 4 (abaixo), podemos ver que o Brasil se situa numa posição mediana<sup>109</sup>.

Apesar de todas essas características prejudiciais à democracia, o Brasil tem características invejáveis, como as *novas instituições participativas*. É verdade que essas

---

Latina nos dados analisados por Hjorth (2005). Mas em termos mundiais, está bem abaixo da média mesmo nessa base de dados.

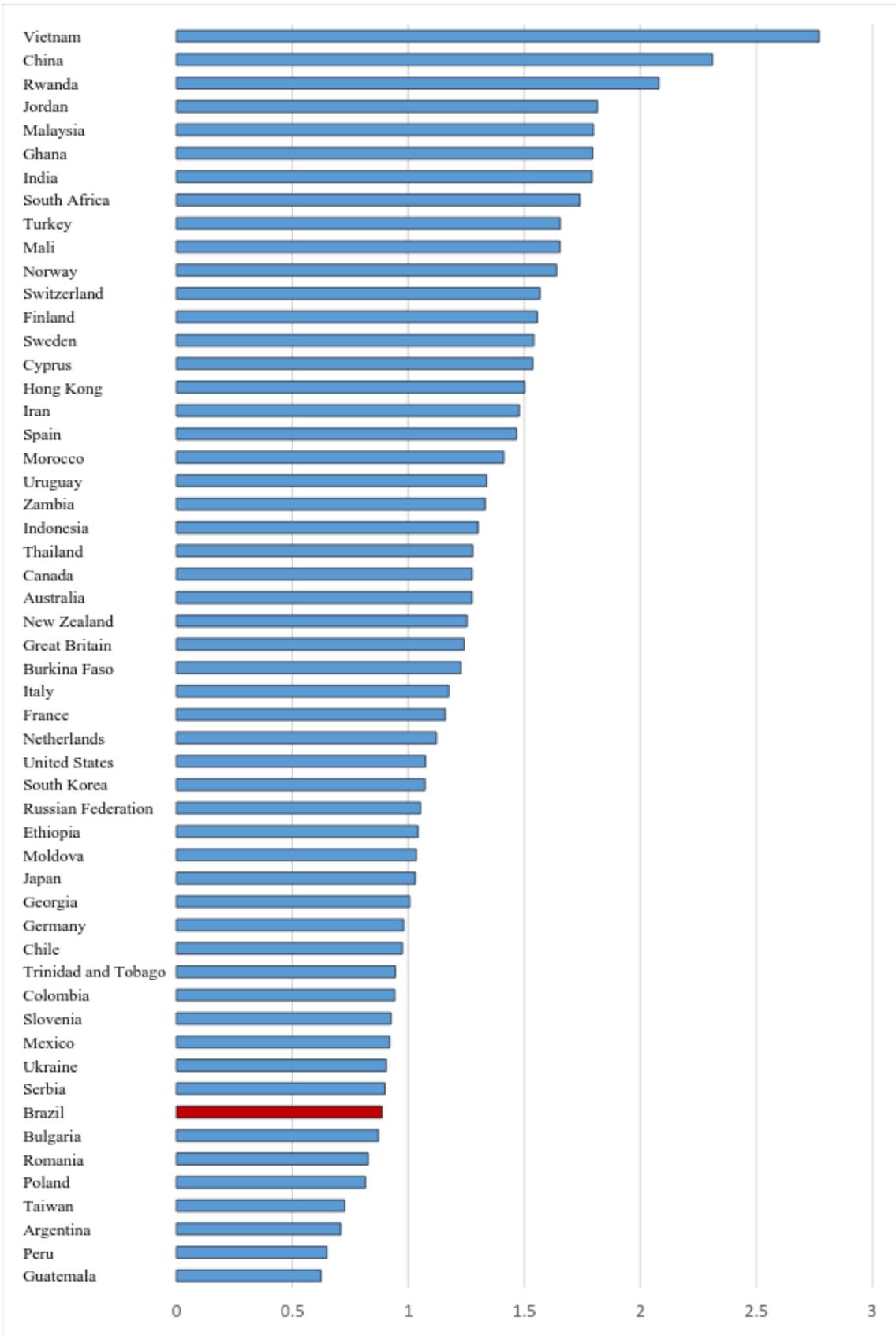
<sup>107</sup> Este gráfico é baseado na média de *confiança no Parlamento* por país (0 representa “nenhuma confiança”, 1 representa “pouca confiança”; 2 representa “alguma confiança” e por fim, 3 representa “muita confiança interesse”). Ainda que a média entre valores que representam, na verdade, categorias ordinais (e não uma escala contínua) possam ser inadequados em termos de precisão matemática, esta pareceu a maneira mais conveniente de resumir os dados para esta comparação internacional.

<sup>108</sup> Almond e Verba (1963, p.26) também reconhecem que traços de uma cultura política *parochial* podem coexistir com uma cultura *participativa*.

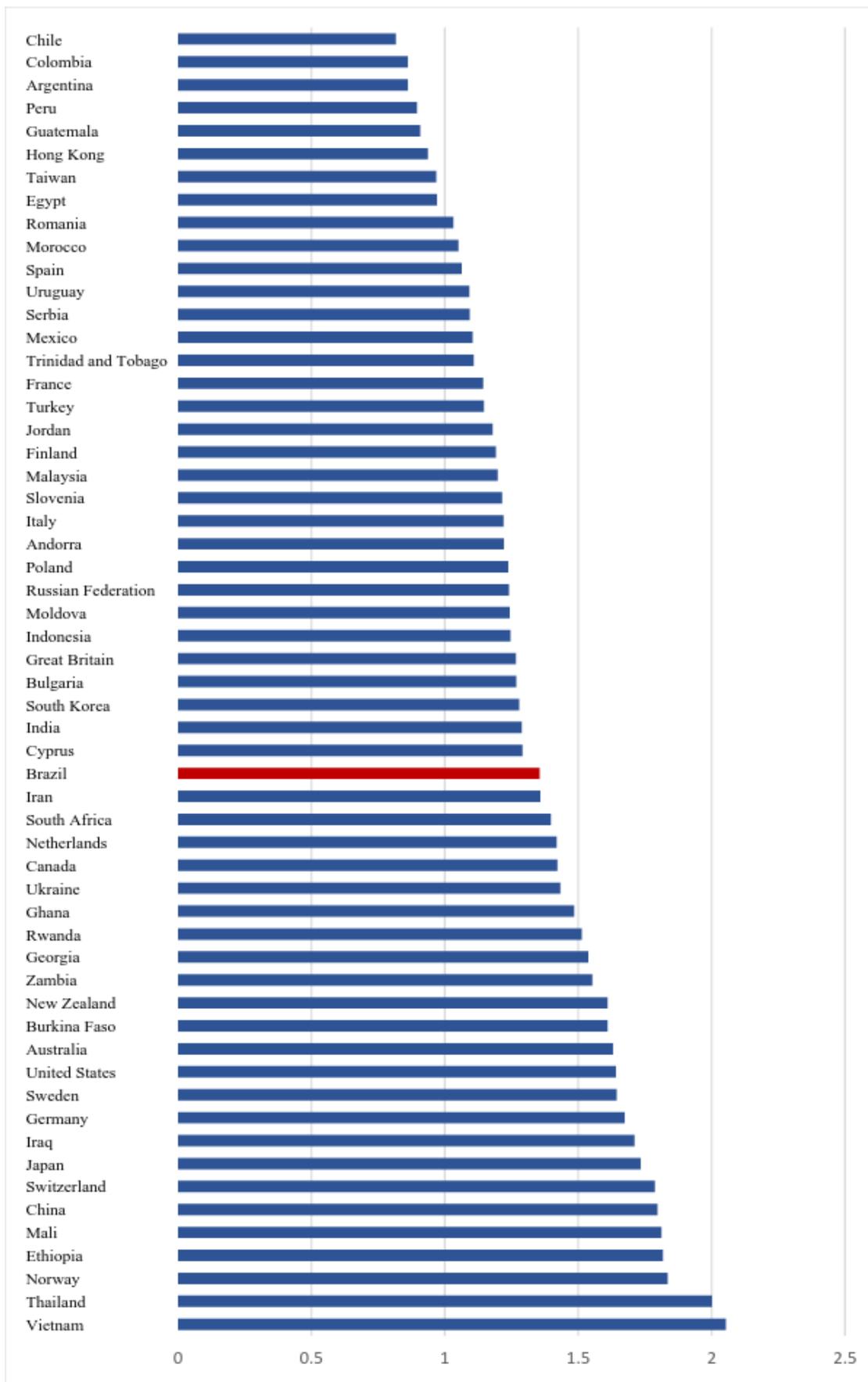
<sup>109</sup> A escala utilizada aqui é semelhante à do gráfico 3 (zero representa “nenhum interesse” e assim por diante, até o valor 3 que representa “muito interesse”).

inovações participativas surgiram em diversos *países em desenvolvimento* nas últimas décadas (HICKEY; MOHAN, 2004, p.3). Mas o Brasil se destacou nesse sentido. O Orçamento Participativo, nascido em Porto Alegre, se difundiu por todo o planeta (CABANNES, 2006; SINTOMER; HERZBERG; RÖCKE, 2008).

Destaca-se também a aprovação de 5 importantes projetos que surgiram da Iniciativa Popular, 2 deles (compra de votos e Ficha Limpa) diretamente ligados às eleições (RAUSCHENBACH, 2012b).



**Gráfico 3 - Confiança no Parlamento (média) - WVS 2005-2007**



**Gráfico 4 - Interesse por política (média por país) - WVS 2005 – 2007**

Em termos de níveis de *participação*, o país se situa em posições medianas na maioria das formas de ação na comparação internacional. Comparando os dados do WVS 2005-2007, por exemplo, o percentual de pessoas que participaram recentemente de *protestos* é o 26º dentre 47 países; no caso de *boicotes*, 22º. Mas no caso das *petições públicas*, o Brasil parece estar um pouco acima da média (11º de 48 países)<sup>110</sup>.

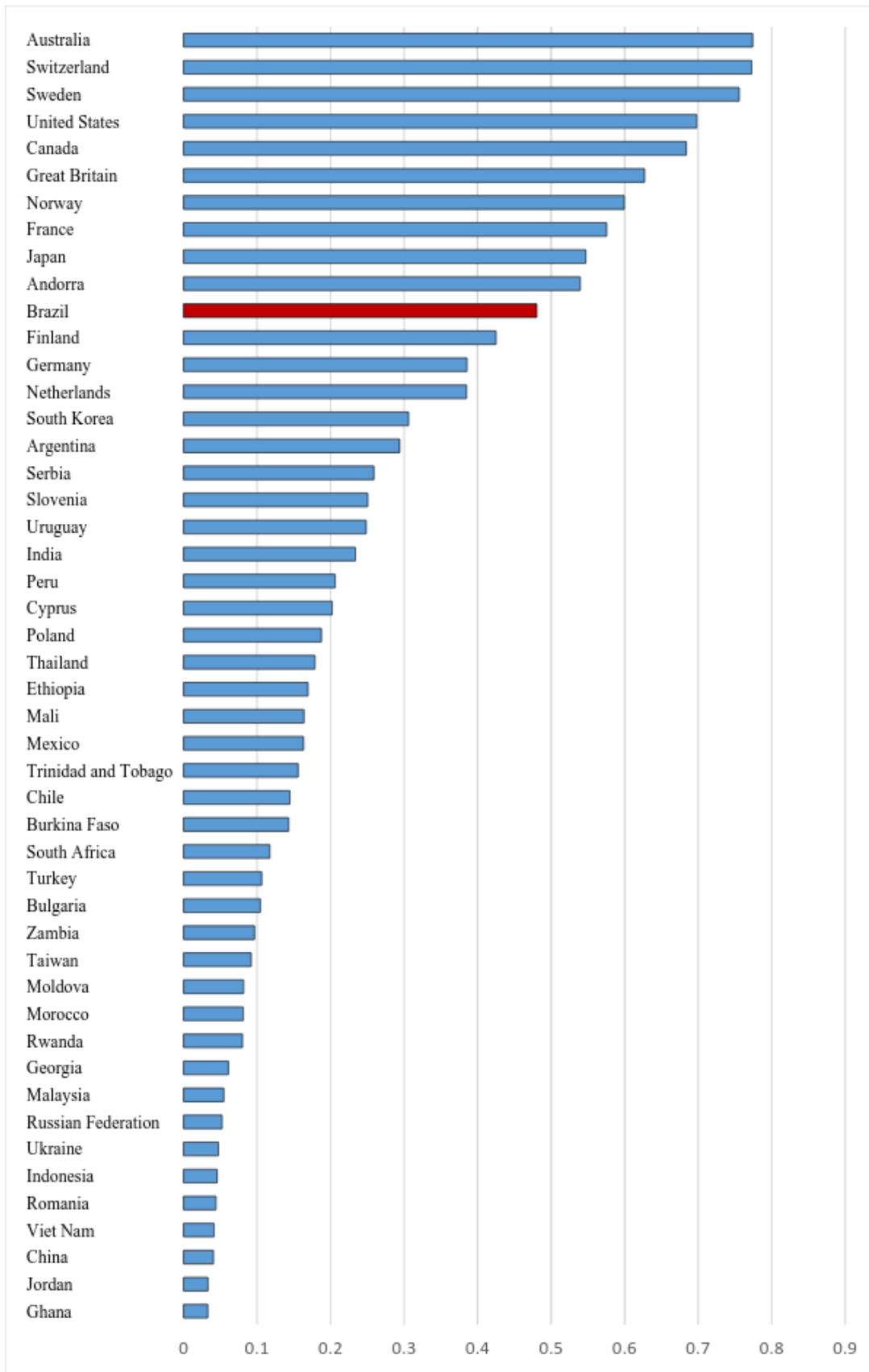
Ainda que os dados incluam países com pouca ou nenhuma tradição democrática, a taxa de participação em *petições* é consideravelmente alta neste comparativo, com valores acima de outras democracias da região (Chile, Argentina e Uruguai)<sup>111</sup>.

A frequência de *discussões políticas* (Gráfico 8, abaixo), no entanto, parece menor entre os brasileiros em relação a outros países: o percentual de pessoas que afirmaram ter se envolvido em discussões políticas (58,21%) dá ao Brasil a 43ª posição entre 54 países. Seria isso uma expressão do provérbio “política, futebol e religião” não se discute? Seria uma herança do período autoritário e da censura que marcou o país? É difícil dizer apenas com esses dados, até porque temos mais da metade dos entrevistados afirmando terem se engajado nessa forma de ação. No entanto, é uma questão interessante a explorar.

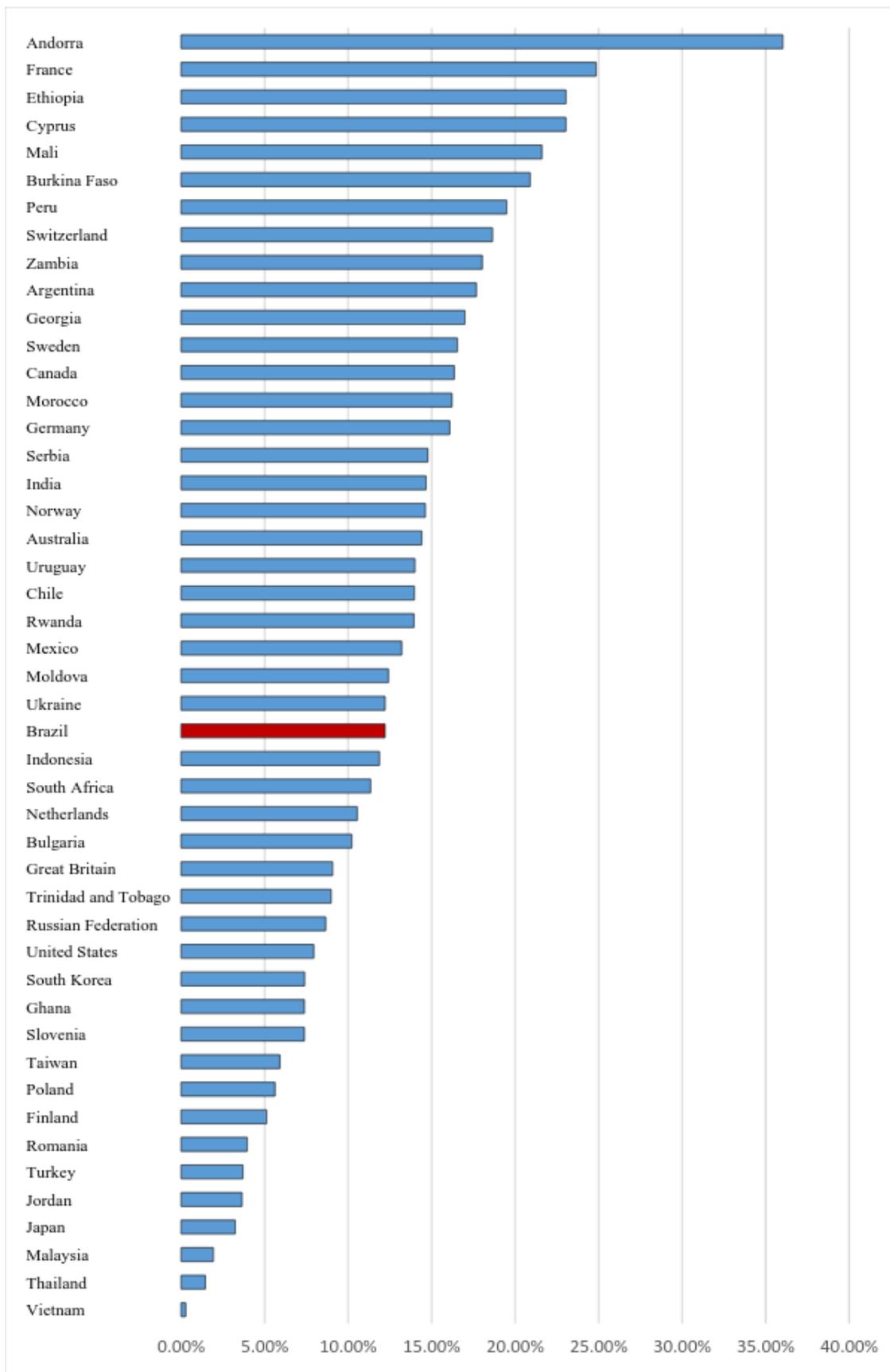
---

<sup>110</sup> Se verificarmos outros dados, como a % de pessoas que declaram ter participado dessas atividades *em toda sua vida*, a posição brasileira é bastante semelhante ao que acaba de ser reportado. Ainda nos dados do WVS de 2005 a 2007, o Brasil está em 23º de 43 países na participação em boicotes e 23º dentre 44 países na participação em protestos. Quanto às petições, a posição brasileira é até um pouco mais alta do que nos dados apresentados acima: 11º dentre 55 países. Nas versões anteriores do WVS o quadro é semelhante: 4º dentre 15 países em 1991; 10º dentre 52 países em 1997. Portanto, a tendência aqui apresentada não parece ser momentânea, verificando-se em outros pontos temporais também.

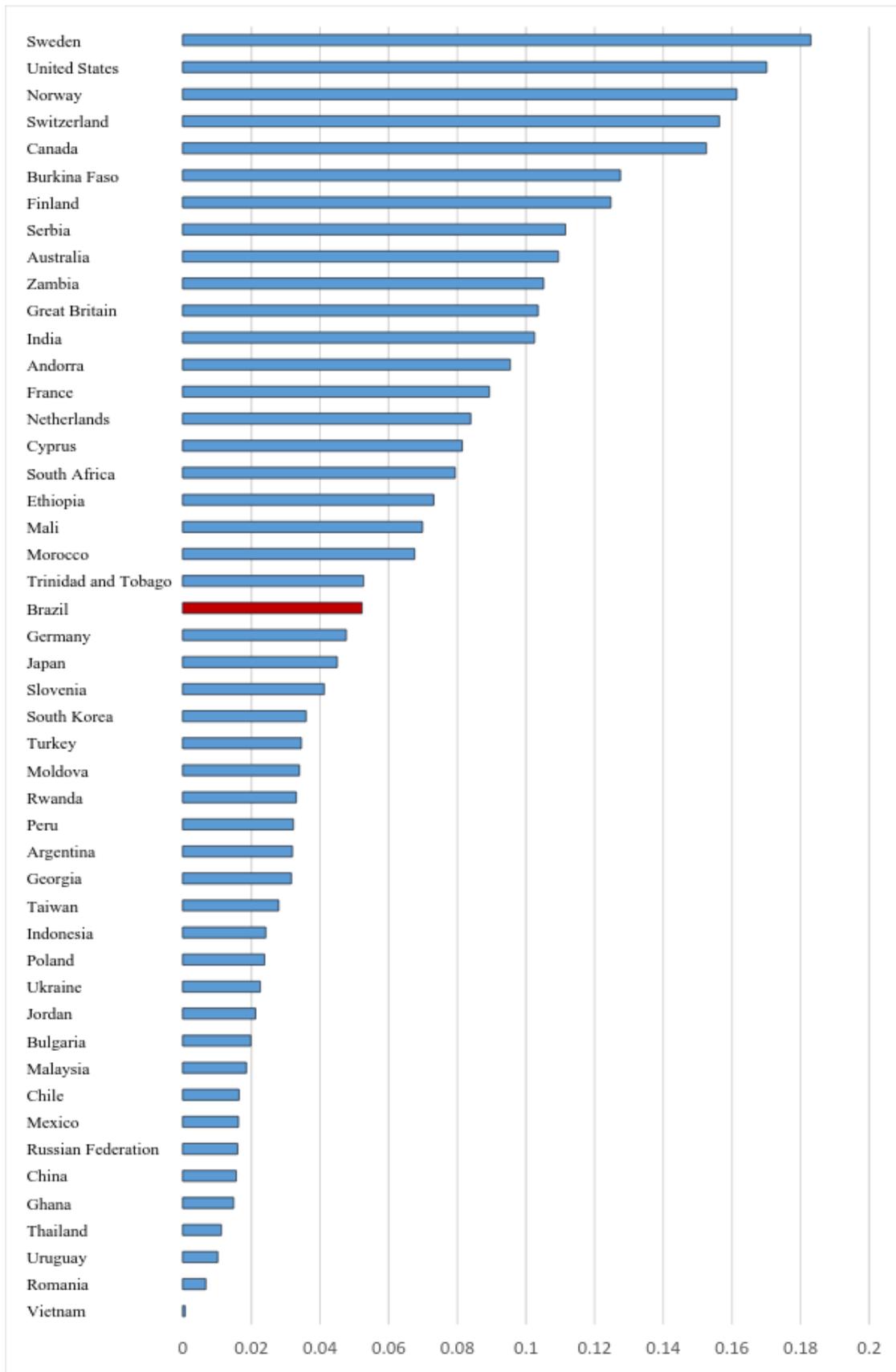
<sup>111</sup> Cabe mencionar que, segundo o site da ONG Avaaz, o Brasil é o país com maior número de pessoas que contribuíram com essa instituição assinando ao menos *uma petição*. Em contato direto com essa organização, foi mencionada uma pesquisa interna que estimou o número de brasileiros participantes em 5 milhões (mensagem de e-mail recebida em 14/10/2013). No entanto, o site da organização atualmente aponta para 8.271.357 de brasileiros tendo participado de suas ações (essa organização foi inaugurada em 2007), muito à frente de qualquer outro país (o segundo colocado é a França, com 4.064.390 participantes). Esses dados estão disponíveis em <https://secure.avaaz.org/po/community.php#memberstories> (acesso em 28/11/2014). Mesmo considerando que existem diversas outras organizações do tipo (como a causes.com, a qual parece ser bastante utilizada, por exemplo, por cidadãos da América do Norte, e para a qual não há dados semelhantes disponíveis), e que esse número provavelmente significa que o Brasil usa esta plataforma mais do que outras, é uma cifra bastante expressiva sobre a frequência com que os brasileiros têm utilizado as plataformas online como mecanismo de participação em abaixo-assinados. No Brasil, ainda existem outros *sites* deste tipo, como o *peticaopublica.com.br*.



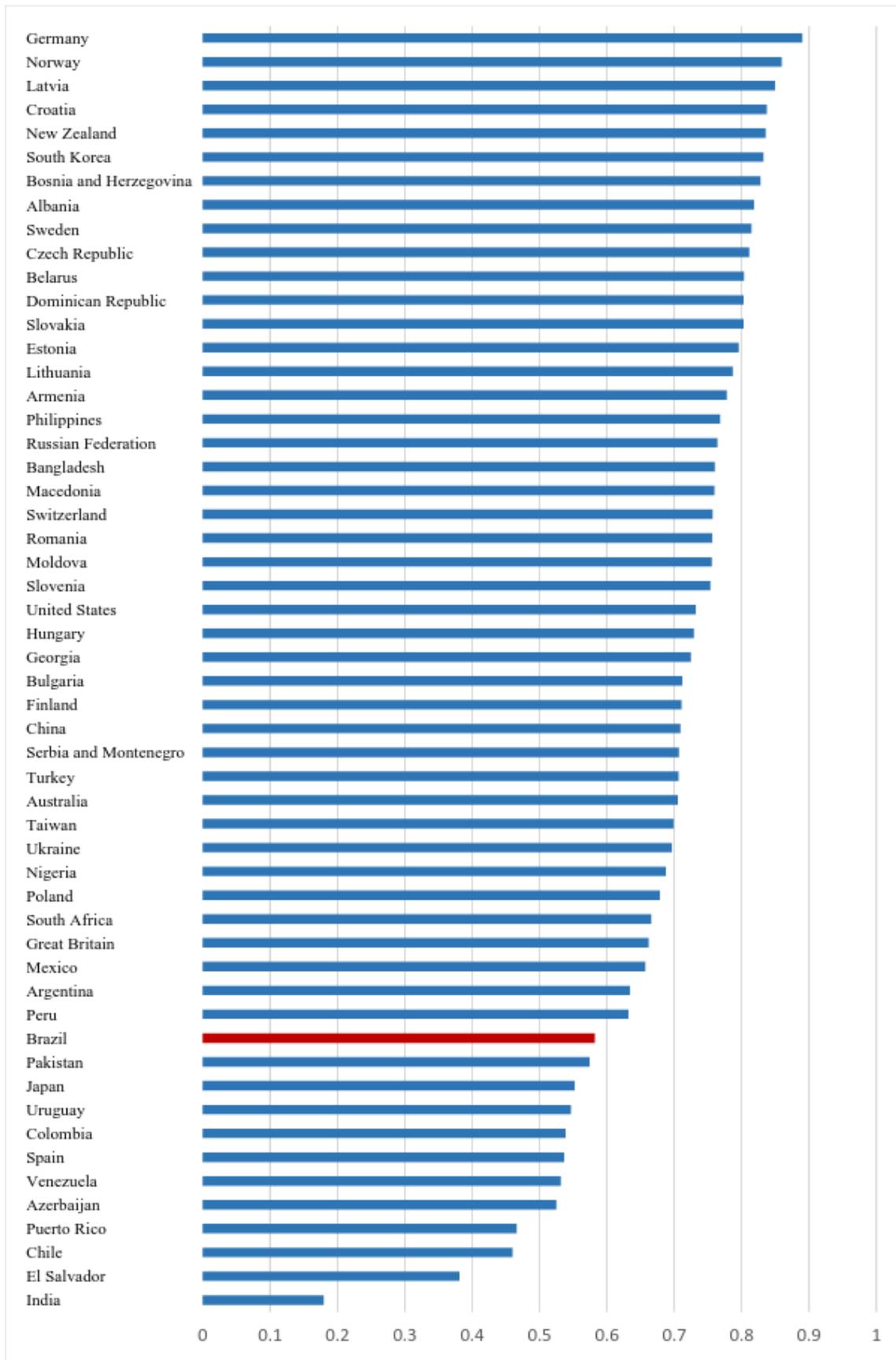
**Gráfico 5 - % de pessoas que assinaram petições nos últimos 5 anos (WVS 2005-2007)**



**Gráfico 6 - % de pessoas que participaram de protestos nos últimos 5 anos (WVS 2005-2007)**



**Gráfico 7 - % de pessoas que participaram de boicotes nos últimos 5 anos (WVS 2005-2007)**



**Gráfico 8 – % de pessoas que participam de discussões políticas (WVS 2005-2007)**

Quando olhamos para a participação institucional, o quadro é bastante diferente. A participação eleitoral, impulsionada pelo *voto compulsório*, é consideravelmente alta: nas últimas eleições nacionais com dados disponíveis, o Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) reporta que o Brasil tem a 40ª maior taxa de comparecimento (número de pessoas que votaram dividido pelo número de pessoas aptas a votar)<sup>112</sup>. É bom lembrar que esses dados são mais precisos do que aqueles apresentados para outras formas de participação, já que se referem à toda população, e não a uma amostra.

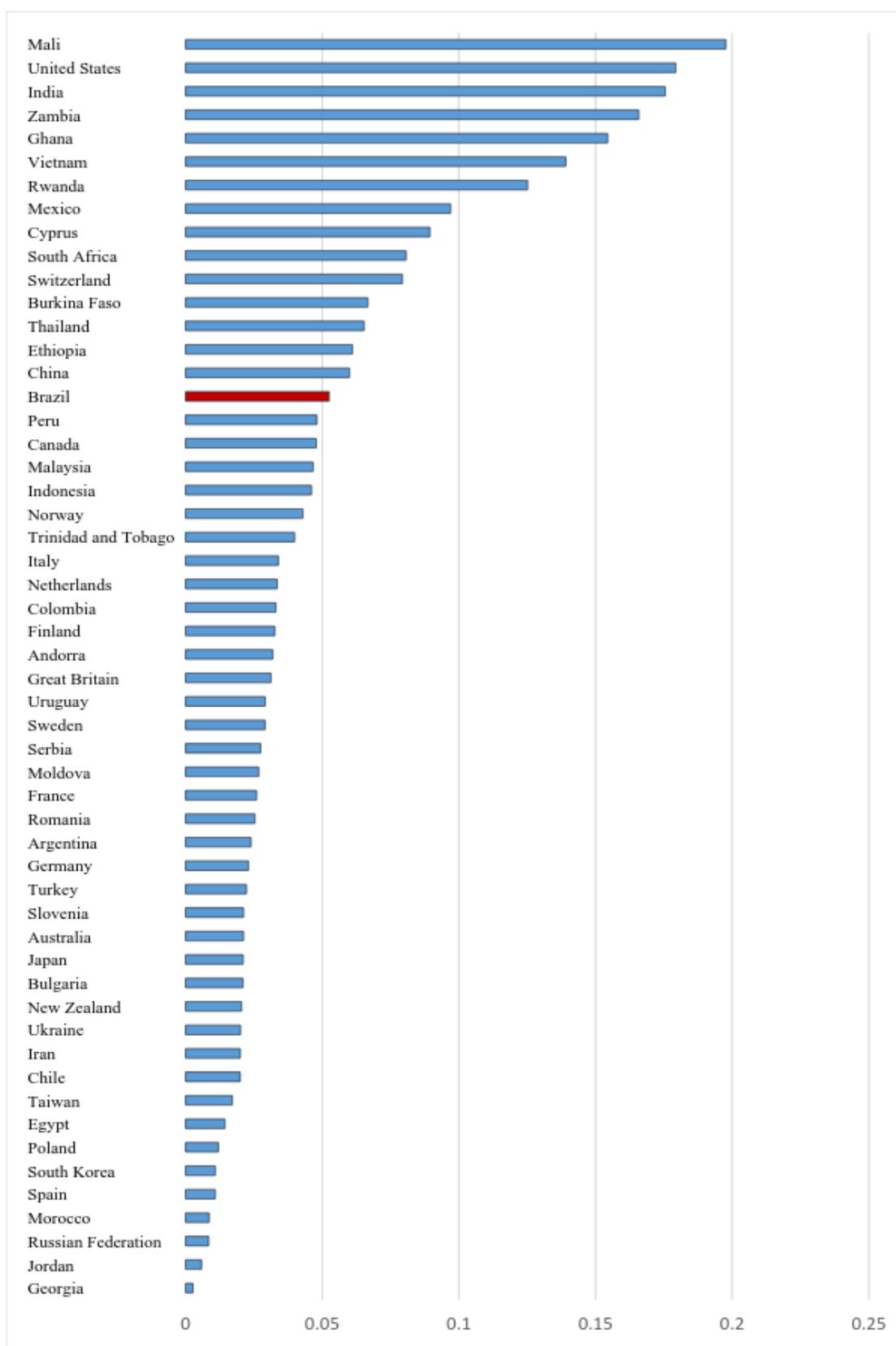
Mas se os níveis relativamente altos de participação eleitoral se explicam pela *obrigatoriedade de votar*, isso não ocorre com participação em partidos políticos. Curiosamente, mesmo com as decisões principais destes partidos serem hierarquizadas, como mencionado anteriormente, há um engajamento relativamente alto, se comparado com o resto do planeta. Ainda que o percentual não pareça alto (cerca de 5,25% dos entrevistados declararam que são membros ativos de partidos políticos), essa cifra coloca o Brasil como 16º de 54 países incluídos no World Values Survey 2005-2007.

Isso pode significar que a democracia intrapartidária em outros países é ainda menor; pode significar que nas poucas situações em que é dada a *oportunidade* de participar de atividades partidárias os cidadãos brasileiros aproveitam essa oportunidade; ou pode significar ainda uma participação *clientelista* ou voltada para a construção de carreiras políticas. Ainda assim, chama atenção o fato de que um país com índices tão baixos de confiança nos partidos políticos (e com pouca abertura dos partidos para a participação dos cidadãos em suas decisões) possa apresentar uma quantidade relativamente alta de pessoas se envolvendo com eles.

Pensando agora na evolução temporal da participação democracias mais novas apresentam muitas vezes uma tendência de declínio, após momentos de engajamento mais intenso que caracterizam os anos de “lua-de-mel” da transição democrática (INGLEHART; CATTERBERG, 2002). Não temos dados suficientes para fazer nenhuma *inferência* sobre isso, mas ainda assim é interessante verificar os dados.

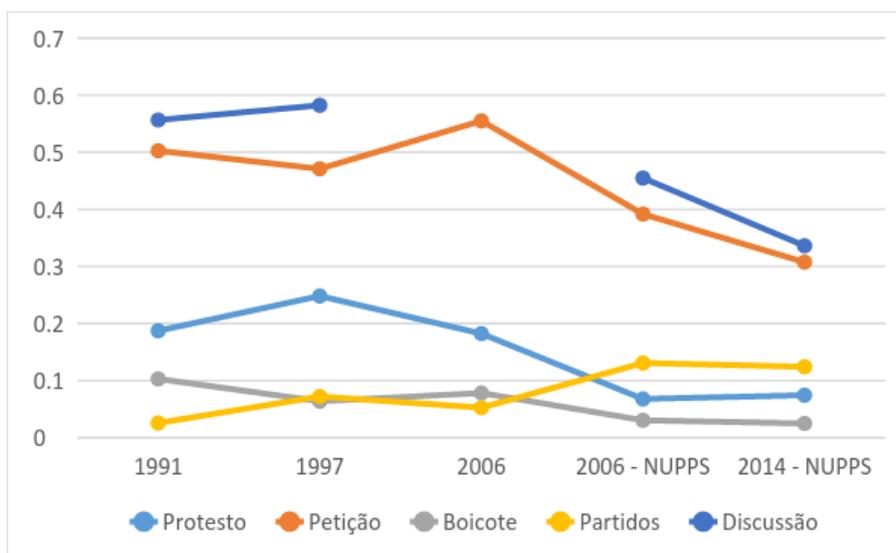
---

<sup>112</sup> Se verificarmos os dados agregados de 1945 a 2000, no entanto, a posição brasileira não é tão alta: a taxa de comparecimento dividida pelo número total de eleitores registrados dá ao Brasil a 64ª posição, mas a taxa de comparecimento pelo total de *pessoas em idade de votar* é bem menor, colocando o Brasil em 135º dentre 169 países, com cerca de 48% de comparecimento (PINTOR; GRATSCHEW; SULLIVAN, 2002). Essa diferença brutal pode ser explicada pela limitação do sufrágio, ou seja, a impossibilidade de analfabetos votarem até 1988.



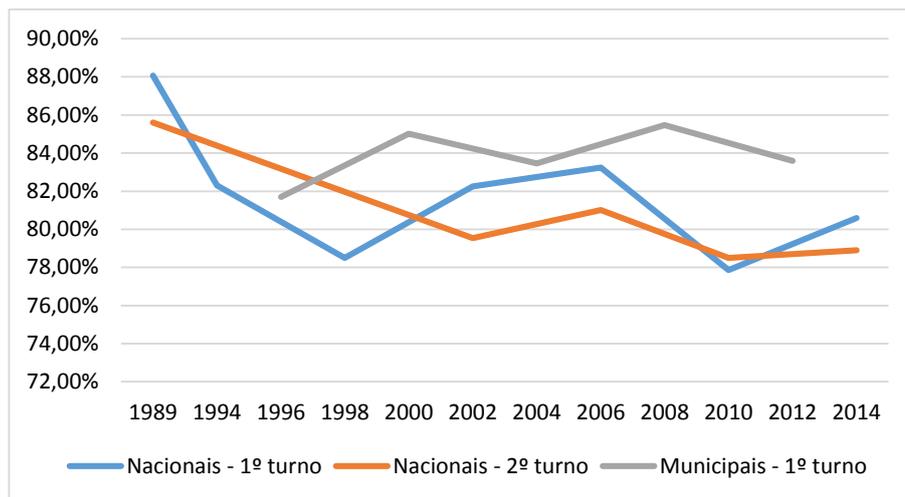
**Gráfico 9 - % de pessoas que são membros ativos de partidos políticos (WVS 2005-2007)**

Olhando para o gráfico 10, abaixo, parece que as diferenças nos níveis de participação se dão mais entre os Institutos de Pesquisa do que entre as diferentes épocas da democracia brasileira. Não há uma tendência clara de queda ou de aumento ao longo do tempo. É curioso notar que a participação em atividades partidárias, na pesquisa do NUPPS, é *ainda maior* do que nos dados do WVS, sugerindo que o brasileiro possa participar ainda mais deste tipo de atividade do que o ranking a que nos referimos acima supõe.



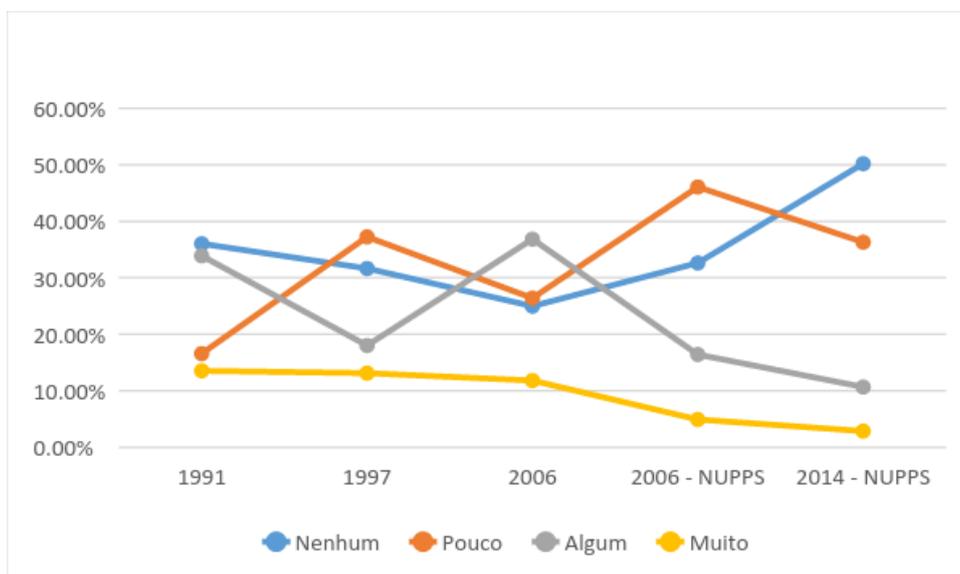
**Gráfico 10 - taxa de participação em *protestos, petições, boicotes, partidos políticos e discussões* no Brasil (WVS 1991, 1997 2006; NUPPS 2006, 2014)**

No gráfico 11, por sua vez, podemos ver a *evolução da participação eleitoral* desde o início do regime democrático atual. Aqui também não se verifica tendência clara de aumento ou queda, a não ser entre a primeira eleição e as eleições nacionais subsequentes (1994, 1998). O engajamento da sociedade brasileira para que houvessem eleições diretas explicaria o fato de 1989 ter percebido a maior taxa de participação de todo o período; enquanto a desilusão trazida pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello, junto ao efeito “lua-de-mel” após a transição, explicaria a queda em 1994.



**Gráfico 11 - % de votos sobre total de eleitores aptos (Fonte: Tribunal Superior Eleitoral)**

Por último, no gráfico 12, verificamos uma tendência de queda no *interesse por política*, mas novamente a diferença parece ser fruto dos diferentes tipos de amostra utilizados em cada pesquisa de opinião, mais do que uma clara tendência temporal.



**Gráfico 12 – Interesse por política no Brasil (WVS 1991, 1997 2006; NUPPS 2006, 2014)**

Em suma, podemos perceber que, se de um lado, Hagopian (2005) parece ter exagerado ao descrever um quadro de participação intensa (em grande parte devido ao

enfoque dessa autora na participação)<sup>113</sup>, de outro o brasileiro não é alienado, numa perspectiva de comparação internacional, como algumas descrições da nossa cultura política poderiam sugerir. Cabe agora investigar *quem participa*, em *quais atividades e por quê*.

---

<sup>113</sup> A comparação mais explícita que essa autora faz entre Brasil e Chile em termos de participação (p.147) se dá apenas com a participação eleitoral. Posteriormente (p.148), ela descreve uma forte participação em associações diversas, partidos políticos, e também cita as taxas de participação em petições, protestos e greves. Por fim, ela menciona as instituições como o Orçamento Participativo, mas não faz uma comparação explícita com o Chile em termos de todos esses outros elementos da participação. A conclusão de que o Brasil é mais participativo do que o Chile é baseada, portanto, nos índices de participação eleitoral.

## CAPÍTULO 4 – ANÁLISE EMPÍRICA DOS DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

*Rational choice models cannot explain why, ceteris paribus, the French drink more wine and the Germans drink more beer, either. They can, however, predict that wine consumption and beer consumption in each country will be affected by changes in the relative prices of the two commodities.*

Bernard Grofman, *Information, Participation and Choice: an economic theory of democracy in perspective*

Já descrevemos e justificamos as variáveis dependentes e independentes que utilizaremos nesta análise. No entanto, cabem algumas especificações, inclusive sobre os bancos de dados e métodos utilizados.

### 4.1. Desenho de Pesquisa

#### 4.1.1. Bancos de dados

As análises aqui apresentadas são realizadas com dados das seguintes *pesquisas de opinião*:

- World Values Survey (WVS) de 1991, 1997 e 2006;
- Pesquisas de opinião realizadas pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPS-USP):
  - “A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas”, de 2006 (em parceria com o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas (CESOP-UNICAMP);
  - “Brasil: 25 anos de democracia”, de 2014.

A utilização desses bancos de dados de duas instituições diferentes nos dá 3 vantagens: primeiramente, eles incluem uma quantidade considerável de formas de participação (incluindo os 7 tipos que utilizaremos aqui – com exceção da participação em Conselhos e Orçamento Participativo, que não consta no World Values Survey).

Em segundo, podemos abarcar *quatro* momentos distintos da democracia brasileira, desde o seu início (1991); passando por um momento onde tanto a economia quanto o regime democrático começavam a se estabilizar, com o controle da inflação e um Presidente eleito democraticamente concluindo seu mandato pela primeira vez (1997); posteriormente, em 2006, um momento onde as instituições democráticas se encontrava ainda mais consolidadas, tendo se passado 4 eleições federais legítimas, com uma importante troca de comando entre os dois maiores partidos (e com a Internet bastante popularizada no país e no mundo); e por fim, 2014, trazendo um cenário bastante complexo, com a Internet e as redes sociais ainda mais popularizadas (e tomadas por debates políticos) mas, sobretudo, um momento político nacional bastante complexo, resultante da maior onda de protestos que o país viu desde o Impeachment de Fernando Collor de Mello.

Em terceiro e último, a utilização de bancos de dados distintos, em especial com a existência de uma pesquisa em 2006 feita por ambos institutos, dá mais robustez a qualquer resultado encontrado.

#### **4.1.2. Variáveis Dependentes**

- *Participação não-convencional*: petições, protestos e boicotes.
- *Participação convencional*: voto e participação em atividades partidárias e campanhas políticas.
- *Participação institucional direta*: participação em Conselhos e Orçamento Participativo.
- *Participação informal*: discussões políticas.

Todas essas variáveis são *binárias* ( $y=1$  significa que a pessoa participou,  $y=0$  significa que não participou), mas para *atividades partidárias* e *discussão política* há também modelos com variáveis ordinais, já que existiam dados para isso.

As pesquisas de opinião utilizadas nas análises de participação às vezes incluem questões como “Nos últimos 5 anos você participou deste tipo de ação”<sup>114</sup> em outros casos a pergunta é “você já participou deste tipo de ação alguma vez na sua vida?”<sup>115</sup>. Curiosamente, as análises empíricas sobre participação não costumam dar nenhuma explicação sobre a diferença entre variáveis dependentes baseadas na *ação política recente* ou *ação política durante toda a vida do indivíduo*, utilizando ambas indistintamente.

Mas o uso de cada uma dessas variáveis dependentes tem implicações importantíssimas, em especial no que se refere à relação entre *idade* e *participação*: quanto maior a idade de uma pessoa, maior a probabilidade de ter participado de uma atividade *em toda sua vida*, tudo o mais constante, já que quanto maior a idade de uma pessoa, mais tempo ela teve para participar ao menos uma vez. Obviamente, isso não acontece com a *participação recente*. Parece haver na literatura um uso indiscriminado desses dois tipos de variável dependente sem qualquer preocupação com essa questão.

Sendo assim, aproveitamos a existência de uma variável existente no WVS 2006 que mede a *participação recente* (para participação não-convencional apenas). Por isso, na análise abaixo existem três variáveis relacionadas à participação *não-convencional* recente, além do voto (que *sempre se refere* à participação nas *últimas eleições nacionais*). A participação em *partidos* e *discussões* não tem uma referência temporal delimitada, mas elas também se referem ao momento atual, como veremos. O restante das variáveis aqui utilizadas se refere à participação *em toda a vida*. No Apêndice A, estão as especificações mais detalhadas de cada variável, incluindo as perguntas utilizadas para elas.

#### **4.1.3. Variáveis Independentes e correlações esperadas**

Relembrando o modelo explicativo que foi proposto no Capítulo 2, podemos resumir-lo da seguinte maneira: os diversos custos e benefícios da participação (sejam materiais ou não) se traduzem em motivações, as quais interagem com os recursos disponíveis e com fatores psicológicos e culturais (que conformam *outros tipos de*

---

<sup>114</sup> Esses são apenas exemplos comuns. Em algumas pesquisas, ao invés de perguntar se a pessoa participou nos últimos 5 anos, a pergunta é se a pessoa participou no último ano.

<sup>115</sup> No WVS de 20005-2007 (que inclui a pesquisa brasileira realizada em 2006), existem os dois tipos de pesquisa (sobre a participação recente e sobre a participação em toda a vida).

*motivações*) para resultar em participação ou não-participação, dadas as oportunidades de participação que chegam ao indivíduo.

Obviamente, não é possível controlar todos esses fatores, mas busca-se um modelo que controle e teste esses fatores diretamente ou através de *proxies*, e que, espera-se, não traga relações espúrias ou omissão de variáveis que possam trazer vieses para o modelo inteiro.

<b>VARIÁVEIS EXPLICATIVAS</b>	<b>RELAÇÃO ESPERADA COM PARTICIPAÇÃO</b>
Educação	Positiva
Renda	Positiva (ou nenhuma)
Idade	Positiva (participação convencional); Negativa (protestos e petições – participação <i>recente</i> )
Sexo (feminino)	Negativa (homens participam mais)
Etnia (branco)	Positiva (participação convencional)
Ocupação	Negativa (menos tempo disponível) OU Positiva (emprego traz mais relações sociais).
Tamanho da cidade (população)	Positiva
Internet	Positiva
Confiança interpessoal	Positiva
Participação em associações	Positiva
Confiança política	Positiva (participação convencional) e negativa (participação não convencional)

Interesse por política <sup>116</sup>	Positiva
Eficácia Externa (percepção sobre a possibilidade de influenciar o governo)	Positiva
Eficácia Interna (auto-percepção sobre capacidade de entender a política)	Positiva
Valorização da democracia	Positiva
Ideologia (Direita)	Negativa (participação não convencional)
Ideologia (pós-material)	Positiva (participação não convencional)
Extremismo ideológico	Positiva (participação convencional) Negativa (não convencional)
Altruísmo: auto-declaração sobre a importância de ajudar as pessoas próximas (WVS 2006)	Positiva
Personalidade:	Positiva (especialmente participação não-convencional)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auto-declaração sobre importância de viver aventuras e tomar riscos</li> <li>• Auto-declaração sobre importância de se comportar adequadamente</li> </ul>	Negativa (participação não-convencional)

<sup>116</sup> Foram realizados também testes com uma variável que mede o quanto a política é importante para o entrevistado, que teve resultados semelhantes mas em alguns casos com menor significância estatística do que a variável utilizada (que consiste numa pergunta direta sobre o interesse por política). Optamos por deixar uma delas apenas para haver parcimônia nos modelos.

Antes de proceder, cabe lembrar que buscou-se “limpar” e codificar os dados de maneira que não houvesse o problema alertado por Long e Freese (2006, p.65):

“Quanto maior a razão entre o maior e o menor desvio-padrão entre as variáveis do modelo, mais problemas você terá provavelmente com os métodos numéricos, devido a arredondamentos. Por exemplo, se a renda é medida em unidades de 1 dólar, esta variável provavelmente terá um desvio-padrão muito alto em relação a outras variáveis. Recodificar a renda para unidades de *mil* dólares pode resolver o problema.”

Em geral, os dados não pareciam oferecer esse problema (inclusive a renda, que estava codificada categoricamente). No entanto, a variável relacionada a tamanho da população no NUPPS, a qual criamos a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), poderia trazer problemas. Por outro lado, ter um detalhamento do tamanho populacional é útil, porque nos dá mais informação do que as poucas categorias existentes, por exemplo, nos dados do World Values Survey. A transformação *logarítmica* dessa variável pareceu a melhor solução. Outra razão para isso está na “normalização” da distribuição da variável que essa transformação traz (ver TUFTE, 1974, capítulo 3, a respeito dessa questão).

**Tabela 4.1. Estatísticas Descritivas das Variáveis Independentes (NUPPS)**

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Educacao	4004	4.075.674	2.182.532	1	8
Renda	3719	1.727.884	1.362.352	0	6
Sexo	4004	.5187313	.4997114	0	1
Idade	4004	4.014.461	1.624.882	16	89
Etnia	4002	.3795602	.4853381	0	1
Emprego	4004	.6838162	.4650437	0	1
Townsize	4004	1.247.187	2.525.883	4.346	1.13e+07
Logpop	4004	1.247.302	1.931.206	8.377.011	1.623.619
Interesse	3997	1.798.849	.8150049	1	4
Conflegis	3954	2.010.622	.832789	1	4
Conf_Pessoal	3987	2.537.748	.869721	1	4
Associacao	4003	.355983	.4788699	0	1
Democracia	3754	3.448.322	129.259	1	5
Ideologia	3856	1.010.451	4.197.735	0	16
Compreensão	3975	1.862.642	1.196.476	1	5
Influencia	3964	2.300.454	14.459	1	5
Internet	1999	.4152076	.4928811	0	1

**Tabela 4.2. Estatísticas Descritivas das Variáveis Dependentes (NUPPS)**

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Peticão	3958	.3499242	.477006	0	1
Protesto	3967	.0718427	.2582598	0	1
Boicote	3944	.0278905	.1646799	0	1
Turnout	3572	.9297312	.2556352	0	1
Dummyspartido	3998	.070035	.2552379	0	1
Partido	3999	1.163.791	.4722719	1	4
Opdummy	3996	.1363864	.3432413	0	1
Cons_op	3996	1.174.675	.4804246	1	4
Dummydiscussao	3999	.3955989	.4890401	0	1
Discussao	3999	1.554.639	.780229	1	4

**Tabela 4.3. Estatísticas Descritivas das Variáveis Independentes (WVS)**

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Educacao	4422	3.140.886	1.619.354	1	8
Renda	4266	3.143.694	2.169.863	1	10
Sexo	4431	1.528.775	.4992277	1	2
Idade	4430	3.752.235	1.409.209	18	84
Etnia	4431	.681336	.466011	0	1
Emprego	4378	.558931	.4965717	0	1
Townsize	4431	5.589.483	2.047.973	1	9
Interesse	4392	2.252.505	1.034.034	1	4
Conflegis	4395	1.856.883	.9125359	1	4
Conf_Pessoal	4385	.0643101	.2453326	0	1
Associacao	4428	.5130985	.4998848	0	1
Democracia	2545	3.131.631	.7056888	1	4
Ideologia	3874	5.560.661	2.692.151	1	10
Extremismo	3874	1.636.035	1.639.369	0	4
Altruísmo	1496	5.088.235	.8421794	1	6
Obediência	1491	4.565.392	1.255.424	1	6
Aventura	1493	2.496.316	1.437.069	1	6
Internet	1494	.2423025	.4286199	0	1

**Tabela 4.4. Estatísticas Descritivas das Variáveis Dependentes (WVS)**

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Peticao	4395	.5121729	.4999087	0	1
Protesto	4387	.2015044	.4011697	0	1
Boicote	4275	.0844444	.2780857	0	1
Turnout	1492	.8806971	.3242533	0	1
Dummyspartido	4415	.0468856	.2114178	0	1
Dummydiscussao	2898	.1711525	.3767072	0	1
Discussao	2898	173.775	.7320962	1	3

#### 4.1.4. Método de análise

As regressões abaixo apresentadas foram feitas com o software STATA (versão 12). Foram realizadas regressões logísticas com as 7 variáveis dependentes utilizadas. Além disso, foram realizados “ordinal logits” (regressões logísticas ordinais) com as variáveis ordinais disponíveis (*discussao*, *partido* e *cons\_op*). Também foram testados outros modelos, para garantir robustez aos resultados, com modelos *lineares* (método dos mínimos quadrados, ou “modelo linear de probabilidade”), *scobit*, *clogolog* e *relogit* (adaptação da regressão logística para casos onde a variável dependente é um evento raro), os quais foram incluídos no Apêndice B (já que não apresentam mudanças relevantes em relação aos modelos abaixo apresentados)<sup>117</sup>.

Como Achen (2002) menciona, é preciso haver uma justificativa para usar um modelo específico (com uma forma funcional específica), e como nem sempre é fácil justificar o modelo logístico, é interessante verificar se outros modelos apresentam alguma diferença relevante<sup>118</sup>.

As análises foram feitas com erro-padrão convencional, pois a utilização de erro-padrão robusto (a qual parece ter se tornado uma tendência entre muitos analistas) não resolveria problemas de heteroskedasticidade, como apontam especialistas em

---

<sup>117</sup> King e Zeng (2001) desenvolveram essa adaptação da regressão logística para situações onde a variável dependente tem poucos casos de  $y=1$ , o que pode fazer com que os tradicionais *logit* ou *probit* não sejam adequados, como no caso de muitas variáveis dependentes aqui utilizadas (em especial, protestos e boicotes).

<sup>118</sup> Ou seja, esse modelo depende do pressuposto de que o efeito máximo das variáveis independentes será maior em torno de  $P^*i= 0.5$ . O modelo *scobit*, desenvolvido por Nagler (1994) é especialmente útil a esse respeito, porque ele relaxa esse pressuposto. No entanto, os resultados com outros modelos foram muito próximos, com exceção do modelo linear, que diminui os *coeficientes* bastante. Porém, esse modelo não é o mais apropriado para regressões com variáveis binárias (LONG, 1997, p.39; WOOLDRIDGE, 2012).

metodologia quantitativa (GREENE, 2003)<sup>119</sup>. Por isso, nos pareceu mais importante uma preocupação com a distribuição dos dados do que tentar qualquer correção deste tipo.

Os modelos para cada ano de pesquisa foram rodados separadamente porque muitas variáveis independentes (sobretudo no WVS) eram consideravelmente diferentes de um ano para outro, o que torna uma regressão com todas observações desses anos diferentes algo inadequado. Além disso, o número de observações em cada ano é suficiente para a utilização do Método da Máxima Verossimilhança e, mais especificamente, para rodar os modelos aqui apresentados (ver LONG, 1997, p.54 sobre tamanho da amostra para modelos com variáveis categóricas). Ademais, uma amostra excessivamente grande poderia gerar muitos “falsos positivos” já que a significância estatística é uma função do número de observações também.

## 4.2. Resultados

As primeiras tabelas apresentadas acima referem-se às análises da participação não-convencional. Como podemos ver, a *educação* apresenta uma relação estatisticamente significativa e positiva com *petições* e *protestos* em ***todos modelos***, confirmando a ideia de que o nível educacional constitui um fator de desigualdade na participação não-institucionalizada também (HOOGHE; STOLLE; MICHELETTI, 2005). No entanto, o mesmo não ocorre com *boicotes*: a educação só apresentou significância estatística (ao menos no nível convencional de 5%) para os modelos de 1991 e de 2006 do WVS.

---

<sup>119</sup> De qualquer forma, o erro-padrão apresentado nos modelos *relogit*, (APÊNDICE B) é robusto.

**Tabela 4.5. Regressões logísticas para participação em petições (WVS)**

	1991	1997	2006	
Renda	<b>0.110**</b> (0.035)	0.061 (0.039)	<b>-0.067*</b> (0.031)	<b>-0.080*</b> (0.032)
Educacao	<b>0.328**</b> (0.101)	<b>0.207***</b> (0.040)	<b>0.267***</b> (0.041)	<b>0.222***</b> (0.046)
Sexo	<b>-0.294*</b> (0.121)	-0.025 (0.147)	-0.150 (0.129)	-0.196 (0.136)
Idade	0.002 (0.005)	-0.003 (0.006)	-0.006 (0.004)	-0.006 (0.004)
Etnia	-0.132 (0.148)	-0.019 (0.163)	0.207 (0.125)	0.202 (0.130)
Emprego	<b>0.296*</b> (0.126)	0.070 (0.151)	<b>0.273*</b> (0.129)	0.258 (0.132)
Townsize	<b>0.166***</b> (0.033)	0.036 (0.028)	<b>0.245***</b> (0.040)	<b>0.238***</b> (0.042)
Interesse	<b>0.333***</b> (0.058)	<b>0.498***</b> (0.078)	<b>0.294***</b> (0.066)	<b>0.285***</b> (0.069)
Conflegis	-0.117 (0.065)	<b>-0.373***</b> (0.079)	<b>-0.151*</b> (0.076)	<b>-0.169*</b> (0.078)
Conf_Pessoal	-0.156 (0.234)	0.242 (0.414)	-0.045 (0.211)	-0.116 (0.218)
Associacao	0.213 (0.120)	-0.057 (0.144)	0.065 (0.130)	0.008 (0.135)
Ideologia	-0.027 (0.022)	-0.031 (0.025)	-0.018 (0.026)	-0.016 (0.027)
Democracia				0.133 (0.101)
Altruísmo				<b>0.199**</b> (0.076)
Aventura				-0.039 (0.045)
Obediência				-0.053 (0.053)
Internet				<b>0.434*</b> (0.180)
Constant	-2.170*** (0.495)	-1.405** (0.488)	-1.630*** (0.433)	-2.439*** (0.662)
N	1378	947	1263	1218

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.6. Regressões logísticas para participação em petições (NUPPS)**

	2006		2014		
Renda	-0.012 (0.045)	-0.021 (0.045)	<b>0.132*</b> <b>(0.057)</b>	<b>0.133*</b> <b>(0.058)</b>	0.106 (0.059)
Educacao	<b>0.150***</b> <b>(0.029)</b>	<b>0.146***</b> <b>(0.029)</b>	<b>0.115***</b> <b>(0.032)</b>	<b>0.118***</b> <b>(0.032)</b>	<b>0.094**</b> <b>(0.033)</b>
Sexo	0.147 (0.111)	0.144 (0.111)	0.060 (0.124)	0.069 (0.125)	0.060 (0.125)
Idade	0.000 (0.004)	0.002 (0.004)	0.008 (0.004)	0.008 (0.004)	<b>0.009*</b> <b>(0.004)</b>
Etnia	-0.103 (0.106)	-0.111 (0.107)	-0.053 (0.121)	-0.034 (0.122)	-0.067 (0.123)
Emprego	0.217 (0.133)	0.237 (0.134)	-0.085 (0.150)	-0.085 (0.151)	-0.064 (0.152)
Logpop	<b>0.102***</b> <b>(0.024)</b>	<b>0.101***</b> <b>(0.025)</b>	<b>0.114**</b> <b>(0.040)</b>	<b>0.118**</b> <b>(0.041)</b>	<b>0.109**</b> <b>(0.041)</b>
Interesse	<b>0.231***</b> <b>(0.064)</b>	<b>0.197**</b> <b>(0.065)</b>	<b>0.560***</b> <b>(0.076)</b>	<b>0.556***</b> <b>(0.077)</b>	<b>0.550***</b> <b>(0.077)</b>
Conflegis	<b>-0.225***</b> <b>(0.067)</b>	<b>-0.220**</b> <b>(0.067)</b>	<b>-0.231**</b> <b>(0.074)</b>	<b>-0.228**</b> <b>(0.074)</b>	<b>-0.211**</b> <b>(0.075)</b>
Conf_Pessoal	-0.069 (0.073)	-0.059 (0.073)	0.135 (0.078)	0.137 (0.079)	0.120 (0.079)
Associacao	<b>0.365***</b> <b>(0.104)</b>	<b>0.349***</b> <b>(0.105)</b>	<b>0.699***</b> <b>(0.123)</b>	<b>0.684***</b> <b>(0.124)</b>	<b>0.679***</b> <b>(0.125)</b>
Democracia	0.087 (0.054)	0.090 (0.055)	0.004 (0.073)	-0.003 (0.074)	-0.008 (0.074)
Ideologia	<b>0.062***</b> <b>(0.018)</b>	<b>0.068***</b> <b>(0.018)</b>	0.024 (0.021)	0.025 (0.022)	0.023 (0.022)
Compreensão		<b>0.151**</b> <b>(0.048)</b>		-0.032 (0.051)	-0.030 (0.051)
Influência		0.015 (0.037)		<b>0.106*</b> <b>(0.042)</b>	<b>0.102*</b> <b>(0.042)</b>
Internet					<b>0.350**</b> <b>(0.128)</b>
Constant	-3.517*** (0.579)	-3.879*** (0.591)	-4.486*** (0.679)	-4.747*** (0.701)	-4.616*** (0.704)
N	1787	1779	1558	1549	1548

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.7. Regressões logísticas para participação em protestos (WVS)**

	1991	1997	2006	
Renda	0.033 (0.038)	0.062 (0.042)	-0.009 (0.039)	-0.014 (0.041)
<b>Educacao</b>	<b>0.327**</b> <b>(0.126)</b>	<b>0.181***</b> <b>(0.045)</b>	<b>0.322***</b> <b>(0.050)</b>	<b>0.243***</b> <b>(0.056)</b>
Sexo	0.232 (0.151)	0.117 (0.167)	-0.010 (0.157)	-0.020 (0.165)
Idade	-0.010 (0.007)	0.006 (0.006)	0.004 (0.005)	0.008 (0.005)
Etnia	0.083 (0.189)	-0.322 (0.190)	-0.230 (0.156)	-0.294 (0.162)
Emprego	0.153 (0.160)	0.182 (0.174)	0.039 (0.160)	-0.018 (0.165)
Townsize	0.056 (0.041)	<b>-0.087**</b> <b>(0.031)</b>	-0.029 (0.049)	-0.067 (0.052)
<b>Interesse</b>	<b>0.617***</b> <b>(0.077)</b>	<b>0.533***</b> <b>(0.084)</b>	<b>0.473***</b> <b>(0.084)</b>	<b>0.436***</b> <b>(0.086)</b>
Conflegis	-0.001 (0.085)	-0.028 (0.089)	-0.074 (0.094)	-0.095 (0.096)
Conf_pessoal	-0.249 (0.304)	<b>1.389***</b> <b>(0.417)</b>	<b>0.510*</b> <b>(0.231)</b>	0.391 (0.239)
Associacao	<b>0.636***</b> <b>(0.146)</b>	<b>0.401*</b> <b>(0.165)</b>	0.259 (0.165)	0.255 (0.171)
Ideologia	<b>-0.115***</b> <b>(0.029)</b>	<b>-0.119***</b> <b>(0.030)</b>	-0.032 (0.032)	-0.032 (0.033)
Democracia				<b>0.335*</b> <b>(0.131)</b>
Altruísmo				0.166 (0.098)
Aventura				0.024 (0.056)
Obediência				-0.068 (0.062)
Internet				<b>0.525**</b> <b>(0.199)</b>
Constant	-4.154*** (0.632)	-2.515*** (0.546)	-3.408*** (0.548)	-4.738*** (0.842)
N	1376	949	1261	1216

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.8. Regressões logísticas para participação em protestos (NUPPS)**

	2006		2014		
Renda	-0.004 (0.078)	-0.006 (0.078)	0.093 (0.092)	0.096 (0.092)	0.095 (0.094)
Educacao	<b>0.350***</b> <b>(0.058)</b>	<b>0.345***</b> <b>(0.059)</b>	<b>0.139*</b> <b>(0.055)</b>	<b>0.134*</b> <b>(0.055)</b>	<b>0.139*</b> <b>(0.058)</b>
Sexo	-0.101 (0.209)	-0.095 (0.209)	<b>-0.611**</b> <b>(0.211)</b>	<b>-0.582**</b> <b>(0.212)</b>	<b>-0.577**</b> <b>(0.212)</b>
Idade	0.004 (0.008)	0.004 (0.008)	<b>-0.017*</b> <b>(0.007)</b>	<b>-0.016*</b> <b>(0.007)</b>	<b>-0.016*</b> <b>(0.007)</b>
Etnia	-0.207 (0.205)	-0.211 (0.205)	0.062 (0.200)	0.067 (0.201)	0.061 (0.203)
Emprego	0.123 (0.265)	0.132 (0.266)	<b>-0.655**</b> <b>(0.249)</b>	<b>-0.647**</b> <b>(0.249)</b>	<b>-0.644**</b> <b>(0.249)</b>
Logpop	0.033 (0.046)	0.031 (0.046)	-0.003 (0.064)	0.005 (0.065)	0.005 (0.066)
Interesse	<b>0.507***</b> <b>(0.113)</b>	<b>0.492***</b> <b>(0.115)</b>	<b>0.585***</b> <b>(0.111)</b>	<b>0.570***</b> <b>(0.111)</b>	<b>0.557***</b> <b>(0.112)</b>
Conflegis	-0.166 (0.131)	-0.164 (0.131)	-0.180 (0.124)	-0.169 (0.125)	-0.175 (0.126)
Conf_Pessoal	0.044 (0.137)	0.052 (0.137)	-0.112 (0.128)	-0.108 (0.129)	-0.100 (0.130)
Associacao	<b>1.085***</b> <b>(0.204)</b>	<b>1.075***</b> <b>(0.205)</b>	<b>0.743***</b> <b>(0.200)</b>	<b>0.722***</b> <b>(0.201)</b>	<b>0.744***</b> <b>(0.202)</b>
Democracia	0.191 (0.121)	0.188 (0.121)	-0.227 (0.116)	<b>-0.229*</b> <b>(0.117)</b>	<b>-0.229*</b> <b>(0.117)</b>
Ideologia	-0.010 (0.035)	-0.008 (0.035)	-0.057 (0.034)	-0.056 (0.036)	-0.056 (0.036)
Compreensão		0.082 (0.076)		-0.015 (0.082)	-0.014 (0.082)
Influência		-0.003 (0.064)		0.085 (0.068)	0.080 (0.068)
Internet					-0.071 (0.219)
Constant	-6.830*** -1.147	-6.943*** -1.153	-1.788 -1.034	-2.103 -1.075	-2.090 -1.086
N	1786	1778	1563	1554	1553

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.9. Regressões logísticas para participação em boicotes (WVS)**

	<b>1991</b>	<b>1997</b>	<b>2006</b>	
Renda	0.046 (0.045)	0.075 (0.067)	-0.012 (0.056)	-0.013 (0.058)
Educacao	<b>0.554***</b> <b>(0.164)</b>	0.144 (0.082)	<b>0.210**</b> <b>(0.069)</b>	<b>0.156*</b> <b>(0.079)</b>
Sexo	-0.042 (0.195)	-0.066 (0.303)	-0.311 (0.218)	-0.308 (0.229)
Idade	0.002 (0.008)	0.018 (0.012)	0.001 (0.007)	0.011 (0.008)
Etnia	0.228 (0.256)	-0.320 (0.357)	0.100 (0.221)	0.081 (0.226)
Emprego	-0.025 (0.207)	0.265 (0.326)	0.416 (0.232)	0.390 (0.236)
Townsize	<b>0.135*</b> <b>(0.057)</b>	-0.015 (0.057)	<b>0.331***</b> <b>(0.086)</b>	<b>0.262**</b> <b>(0.089)</b>
<b>Interesse</b>	<b>0.525***</b> <b>(0.100)</b>	<b>0.592***</b> <b>(0.151)</b>	<b>0.312**</b> <b>(0.116)</b>	<b>0.327**</b> <b>(0.120)</b>
Conflegis	<b>-0.311*</b> <b>(0.121)</b>	-0.068 (0.165)	-0.035 (0.133)	-0.005 (0.135)
Conf_Pessoal	-0.576 (0.426)	0.626 (0.603)	0.558 (0.303)	0.414 (0.311)
Associacao	<b>0.453*</b> <b>(0.188)</b>	0.266 (0.307)	-0.057 (0.225)	-0.067 (0.230)
Democracia				-0.016 (0.172)
Ideologia	<b>-0.077*</b> <b>(0.037)</b>	<b>-0.146**</b> <b>(0.055)</b>	-0.071 (0.045)	-0.067 (0.046)
Altruísmo				0.196 (0.142)
Aventura				0.136 (0.074)
Obediência				<b>-0.244**</b> <b>(0.080)</b>
Internet				0.401 (0.274)
Constant	-5.509*** (0.829)	-4.839*** -1.013	-5.177*** (0.831)	-5.422*** -1.204
N	1349	927	1237	1196

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.10. Regressões logísticas para participação em boicotes (NUPPS)**

	2006		2014		
Renda	0.030 (0.118)	0.021 (0.119)	0.006 (0.151)	0.003 (0.151)	0.054 (0.154)
Educacao	0.112 (0.085)	0.093 (0.086)	-0.005 (0.085)	-0.005 (0.086)	0.048 (0.090)
Sexo	-0.473 (0.334)	-0.445 (0.336)	-0.407 (0.331)	-0.409 (0.333)	-0.391 (0.334)
Idade	0.008 (0.012)	0.010 (0.012)	-0.008 (0.012)	-0.008 (0.012)	-0.009 (0.012)
Etnia	<b>-1.017**</b> <b>(0.373)</b>	<b>-1.036**</b> <b>(0.376)</b>	0.275 (0.313)	0.278 (0.314)	0.378 (0.320)
Emprego	0.243 (0.408)	0.268 (0.413)	-0.053 (0.404)	-0.052 (0.404)	-0.073 (0.403)
Logpop	<b>0.157*</b> <b>(0.070)</b>	<b>0.150*</b> <b>(0.070)</b>	0.113 (0.104)	0.109 (0.104)	0.135 (0.107)
Interesse	<b>0.468**</b> <b>(0.172)</b>	<b>0.418*</b> <b>(0.175)</b>	<b>0.573**</b> <b>(0.176)</b>	<b>0.576**</b> <b>(0.177)</b>	<b>0.587***</b> <b>(0.177)</b>
Conflegis	-0.196 (0.202)	-0.184 (0.201)	-0.026 (0.191)	-0.029 (0.191)	-0.074 (0.192)
Conf_Pessoal	-0.292 (0.206)	-0.281 (0.207)	-0.043 (0.201)	-0.052 (0.201)	-0.017 (0.201)
Associacao	<b>1.036**</b> <b>(0.323)</b>	<b>1.005**</b> <b>(0.324)</b>	0.243 (0.323)	0.254 (0.324)	0.274 (0.325)
Democracia	0.076 (0.171)	0.062 (0.171)	-0.175 (0.181)	-0.172 (0.181)	-0.158 (0.181)
Ideologia	0.040 (0.057)	0.048 (0.057)	<b>-0.137*</b> <b>(0.055)</b>	<b>-0.125*</b> <b>(0.058)</b>	<b>-0.115*</b> <b>(0.058)</b>
Compreensão		<b>0.300**</b> <b>(0.108)</b>		0.093 (0.123)	0.094 (0.123)
Influência		-0.019 (0.100)		-0.032 (0.113)	-0.020 (0.113)
Internet					<b>-0.763*</b> <b>(0.359)</b>
Constant	-7.256*** -1.751	-7.710*** -1.760	-4.281* -1.679	-4.409* -1.729	-4.904** -1.766
N	1785	1776	1548	1540	1539

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

Na Tabela 4.11 (abaixo, na página 103), referente à *participação recente*, os resultados são semelhantes: a educação só apresenta relação estatisticamente significativa com protestos e petições. E, ainda que na regressão do WVS de 2006 para a participação

em toda vida, o *boicote* tenha apresentado uma relação com o nível educacional, na participação *recente* isso não ocorre (ainda que no modelo mais enxuto o coeficiente não esteja tão longe do limiar de significância de 5%).

A renda só apresenta uma correlação significativa para *petições*, nos modelos de 1991 e 2006 do WVS, e nos modelos de 2014 do NUPPS *quando não controlamos pelo acesso à Internet*. Isso sugere que a correlação com renda pode ser, em parte, devido ao acesso à Internet, e não à renda de forma mais ampla. Porém, é preciso ter cautela nessa afirmação, considerando primeiramente que a renda não é significativa (ou próximo disso) em outros modelos; em segundo, que em 1991 ela apresentou uma correlação significativa (mesmo a Internet sendo quase inexistente ainda); e por último, que ela é significativa para o WVS de 2006 mesmo com o controle por acesso à Internet (além disso, o coeficiente de renda não muda muito com a inclusão da variável de Internet).

O efeito do acesso à Internet, por sua vez, aparece como *fator cada vez mais importante* para a participação em petições. Os resultados também sugerem um efeito sobre *protestos e boicotes*, apesar dos coeficientes não serem estatisticamente significantes a níveis convencionais no modelo de participação para toda vida em 2006 do WVS (boicotes) e para 2014 (protestos), no NUPPS.

Controlados todos os outros fatores incluídos aqui, parece que ainda há desigualdades de gênero na *participação não-convencional*, ao contrário do que sugerem Hooghe, Stolle e Micheletti (2005) para democracias mais avançadas. No entanto, os sinais dos coeficientes aparecem trocados (sugerindo maior participação das mulheres) para as regressões de protesto do NUPPS e no WVS de 1991 e 1997, ainda que sem significância estatística nos níveis convencionais.

Os efeitos de idade, quando nos baseamos na participação durante *toda a vida* de um indivíduo, são confusos. Em alguns casos, aparecem coeficientes *positivos*, em outros *negativos*, e quase sempre não há um nível de significância estatística. Isso provavelmente está relacionado à natureza dessa variável (participação em toda a vida): como mencionamos anteriormente, *tudo o mais constante*, a chance de alguém mais velho ter participado em algum momento de sua vida de uma certa forma de ação será maior do que a de alguém mais jovem. Por outro lado, como a ação política não-convencional é, em geral, mais frequente entre os mais jovens, os sinais dos coeficientes ficam confusos (e geralmente sem significância estatística), provavelmente porque esses dois efeitos se

anulam. Não por acaso, os coeficientes de *participação recente* (nos últimos 5 anos) são *todos negativos*. Mesmo assim, eles só atingem significância estatística (a níveis convencionais) para petições.

A etnia também não parece explicar muito a participação no Brasil. A diferença entre brancos e não-brancos não atingiu significância estatística em nenhum dos modelos apresentados, exceto em alguns modelos de *protestos* e *boicotes* que acusam uma correlação *negativa* entre pessoas declaradas como brancas e a participação nessas atividades. O *status ocupacional* (variável binária para quem está atualmente empregado) também não ofereceu evidências claras em nenhum sentido. Já o *tamanho da cidade* (townsize ou logpop) apresenta evidências de que as pessoas de cidades maiores participam *mais* desses tipos de atividade (o que, como já mencionamos, pode significar *maiores oportunidades* ou *uma cultura política* diferente)<sup>120</sup>. No entanto, essa evidência é mais clara para petições, já que nas outras atividades existem até alguns sinais negativos.

Quanto às variáveis da cultura política, a evidência mais clara aqui é sobre o interesse por política (como esperado). Os coeficientes dessa variável são significantes no nível de 0,01% ou até no nível de 0,01% para quase todos os modelos de *petição* e *protestos*, e ao menos no nível de 0,05% para boicotes.

A *confiança no Parlamento*, por sua vez, apresentou correlação *negativa* com essas 3 formas de participação na maior parte dos casos, sugerindo que o descontentamento político é de fato uma das motivações de protestos, boicotes e petições no Brasil. No entanto, os coeficientes foram *estatisticamente significantes* a níveis convencionais somente em poucos casos, além de apresentarem sinais trocados para *participação recente* em um modelo de protestos e nos dois modelos de *boicotes*.

A participação recente deveria ser justamente onde a relação negativa deveria se confirmar de maneira mais contundente para podermos afirmar que o descontentamento motiva participação não-convencional (se a pessoa declara desconfiança nas instituições

---

<sup>120</sup> É bom lembrar que a variável utilizada no NUPPS é mais precisa, pois havia uma discriminação de *cada cidade* incluída na entrevista (o que nos permitiu criar uma variável para o tamanho populacional de cada uma, e depois, calcular o *logaritmo natural* desses valores para dar uma distribuição mais próxima à curva normal). No WVS, existem apenas categorias ordinais.

naquele momento e participou recentemente dessas atividades, o nexu causal fica mais provável)<sup>121</sup>.

A *confiança interpessoal* também apresenta evidências contraditórias, com alguns sinais *negativos* e *outros positivos*. Mas na maior parte dos casos não podemos afirmar que os coeficientes são distintos de zero, considerando os níveis de significância estatística convencionais. De fato, as exceções a isso são os modelos com *protesto* como variável dependente (nos modelos do WVS 1997, um dos modelos de 2006), confirmando um pouco a teoria de Benson e Rochon (2004), de que a *confiança* aumenta a participação por trazer expectativas de menores custos e maiores benefícios. Como boicotes e petições não são um ato presencial e coletivo, faz sentido que a *confiança* não traga essa mudança de expectativas. Para a *participação recente*, os coeficientes de *protestos* e *boicotes* também apresentaram significância estatística (e sinais positivos).

O associativismo, outro elemento ligado ao *capital social*, apresentou correlação *positiva* e estatisticamente significativa com a participação em diversos modelos da participação *em toda a vida* nas três formas de ação, e apenas em um modelo para participação recente em protestos. Não são resultados tão robustos quanto aqueles encontrados para a variável *interesse por política*, mas ainda assim sugerem que o associativismo possa ter um papel importante para a participação não-convencional.

As evidências sobre *apoio à democracia* são um pouco alarmantes. A grande maioria dos coeficientes não são estatisticamente significantes, mas entre as poucas exceções, verificamos *coeficientes negativos* com *protesto* como variável dependente para as regressões referentes ao ano de 2014. Há outro coeficiente para *protestos* que também é estatisticamente significativo, mas *positivo* (em um dos modelos do WVS 2006). Isso sugere que a radicalização observada em 2013 e 2014 nas reivindicações por intervenção militar ou ainda em movimentos como os *black blocks*, pode ser uma expressão de um movimento mais forte do que parecia a princípio, lembrando o alarme de Pateman (1970) sobre os perigos de uma participação intensa de pessoas que não apoiam o regime democrático.

---

<sup>121</sup> Por outro lado esses sinais trocados ou sem significância estatística para a participação recente em protestos e boicotes podem ser explicados pela estatística: havendo pouca participação recente nesses eventos (portanto, pouca variação na variável dependente), em especial para boicotes, fica difícil produzir coeficientes estatisticamente significantes e, se alguns poucos indivíduos com alto nível de confiança participaram, isso faz com que os sinais sejam invertidos.

Protestos e boicotes parecem ser atividades mais frequentes entre pessoas de ideologia de *esquerda* (coeficientes negativos). Ainda que hajam alguns coeficientes *positivos*, eles não apresentam significância estatística. Já as *petições* apresentam alguns coeficientes positivos e estatisticamente significantes, sugerindo que as pessoas de perfil ideológico à direita podem participar até mais dessas ações<sup>122</sup>.

As variáveis relacionadas a personalidade e *valores* apresentaram poucos resultados estatisticamente significantes<sup>123</sup>. Os únicos casos em que houve uma significância estatística em níveis convencionais foram para a valorização da obediência (relação negativa com boicote) e a valorização do *altruísmo* (relação *positiva* com petição). De fato, boicotes (mas protestos também) parecem depender mais de uma visão de mundo mais desafiante ou desobediente, o que não parece ser o caso para *petições*. O curioso aqui é o fato de a valorização do *altruísmo* não demonstrar relevância alguma na maior parte dos casos. A disposição para o risco/aventura não apresentou nenhum coeficiente com significância estatística.

Por último, as variáveis de *eficácia política* mostraram uma relação estatisticamente significativa (e positiva) com petições em alguns casos. Entre elas, a variável que mede a sensação de compreensão sobre o sistema político também apresentou um coeficiente positivo e estatisticamente significativo para a participação em boicotes em um dos modelos (para o ano de 2006)<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup>Como já mencionado, substituindo a variável de ideologia esquerda/direita por pós-materialismo/materialismo, não encontramos diferenças significativas nas outras variáveis, nem essa variável parecia relevante para explicar a participação. Por isso, deixamos de incluir essa variável nos resultados apresentados. Os testes com *extremismo ideológico* serão apresentados posteriormente.

<sup>123</sup> Foram realizados testes com regressões bivariadas nos quais essas variáveis (para certificar que as correlações não foram “camufladas” por outras variáveis) mas os resultados foram semelhantes às regressões multivariadas aqui mencionadas.

<sup>124</sup> A participação em protestos pode ser realmente uma ação mais impulsiva, que depende menos da percepção do indivíduo sobre sua capacidade de compreender ou influenciar a política. Isso poderia explicar o porquê da irrelevância dessas variáveis para essa atividade. Por outro lado, é uma atividade que gera um certo custo (diferentemente das outras duas), então, seria de se imaginar que o cálculo racional (aqui pensando em termos de uma racionalidade coletiva) seria mais relevante nesta atividade do que para assinar uma petição ou mesmo deixar de comprar um produto, algo que pode ser decidido (e realizado) em questão de segundos.

**Tabela 4.11. Regressões logísticas para participação não-convencional recente (WVS 2006)**

	Petição		Protesto		Boicote	
Renda	-0.007 (0.032)	-0.003 (0.030)	0.001 (0.049)	-0.004 (0.047)	0.039 (0.069)	0.047 (0.067)
Educacao	<b>0.152***</b> <b>(0.045)</b>	<b>0.201***</b> <b>(0.039)</b>	<b>0.191**</b> <b>(0.069)</b>	<b>0.289***</b> <b>(0.060)</b>	0.040 (0.096)	0.138 (0.085)
Sexo	-0.119 (0.133)	-0.081 (0.126)	-0.189 (0.198)	-0.201 (0.189)	-0.462 (0.279)	-0.468 (0.268)
Idade	<b>-0.014**</b> <b>(0.004)</b>	<b>-0.014***</b> <b>(0.004)</b>	-0.003 (0.007)	-0.009 (0.006)	0.003 (0.010)	-0.009 (0.009)
Etnia	0.080 (0.128)	0.094 (0.124)	<b>-0.517**</b> <b>(0.194)</b>	<b>-0.438*</b> <b>(0.187)</b>	0.153 (0.275)	0.159 (0.269)
Emprego	0.236 (0.131)	0.246 (0.127)	-0.269 (0.197)	-0.256 (0.193)	0.400 (0.289)	0.406 (0.287)
Townsize	<b>0.121**</b> <b>(0.042)</b>	<b>0.141***</b> <b>(0.040)</b>	<b>-0.171**</b> <b>(0.060)</b>	<b>-0.115*</b> <b>(0.057)</b>	0.102 (0.101)	<b>0.195*</b> <b>(0.097)</b>
Interesse	<b>0.258***</b> <b>(0.067)</b>	<b>0.286***</b> <b>(0.065)</b>	<b>0.508***</b> <b>(0.106)</b>	<b>0.560***</b> <b>(0.104)</b>	0.371* (0.149)	0.370* (0.144)
Conflegis	-0.088 (0.077)	-0.081 (0.075)	-0.009 (0.113)	0.022 (0.111)	0.154 (0.161)	0.134 (0.159)
Conf_Pessoal	0.209 (0.211)	0.238 (0.205)	0.388 (0.275)	0.530* (0.265)	0.585 (0.358)	0.705* (0.348)
Associacao	-0.074 (0.132)	-0.049 (0.128)	0.366 (0.210)	0.414* (0.205)	-0.420 (0.272)	-0.417 (0.265)
Democracia	0.128 (0.099)		0.215 (0.156)		-0.101 (0.206)	
Ideologia	-0.028 (0.026)	-0.029 (0.026)	0.017 (0.039)	0.015 (0.038)	-0.032 (0.055)	-0.035 (0.054)
Altruísmo	0.125 (0.075)		0.207 (0.118)		0.221 (0.173)	
Aventura	-0.026 (0.045)		0.056 (0.065)		0.089 (0.089)	
Obediência	-0.092 (0.051)		-0.080 (0.074)		<b>-0.322***</b> <b>(0.096)</b>	
Internet	<b>0.393*</b> <b>(0.167)</b>		<b>0.623**</b> <b>(0.241)</b>		<b>0.704*</b> <b>(0.335)</b>	
Constant	-1.759** (0.647)	-1.512*** (0.428)	-4.318*** -1.001	-3.202*** (0.649)	-4.321** -1.459	-4.783*** (0.981)
N	1215	1260	1216	1261	1196	1237

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

Procedendo para as outras formas de *participação*, as Tabelas 4.12 e 4.13 abaixo mostram as regressões com *participação em partidos políticos*.

Nesse caso, só podemos rejeitar a hipótese de que o *coeficiente* para *nível educacional* é nulo em um dos modelos do NUPPS 2006, nos intervalos de confiança convencionais. Portanto, parece que *educação* não é um fator relevante para participação em partidos no Brasil. O tamanho populacional das cidades, por sua vez, apresentou *correlação negativa e estatisticamente significativa* ao menos no nível de 5% em boa parte dos modelos (as exceções foram o modelo de 2014 e as regressões ordinais do NUPPS).

O *interesse por política* novamente é apontado como fator importante, apresentando coeficientes positivos, relativamente grandes e estatisticamente significantes mesmo ao nível de 0,001%. A *confiança no Legislativo* também apresenta correlação positiva, como esperado, e com alguns coeficientes *estatisticamente significantes* (os coeficientes das regressões ordinais de 2006 são negativos, mas com erro-padrão muito grande, não estando nem próximos da *significância estatística* a qualquer nível convencional).

Curiosamente, há coeficientes negativos (e significantes) para *apoio à democracia*. Ainda que seja do conhecimento de todos que existem nos quadros partidários muitas pessoas que apoiaram ou até participaram ativamente do regime militar, ainda assim é surpreendente que as pessoas que desaprovam regimes democráticos possam atuar mais dentro de partidos políticos, uma das principais instituições democráticas. Novamente, isso ocorre nos dados do NUPPS de 2014 (as regressões ordinais do NUPPS 2006 também apresentam sinal negativo, mas não são estatisticamente significantes).

Outra anomalia, também nas regressões de 2014, são os sinais negativos da variável *influencia* (relacionada à eficácia externa), mas esses coeficientes também não apresentam significância estatística. A inexistência de correlação pode se explicar pelo fato de que as pessoas podem atuar em partidos apenas para obter algum ganho próprio – independentemente dos resultados de sua ação para a sociedade (mas a correlação negativa é algo mais difícil de conceber). A variável mais relacionada à eficácia interna (*compreensão*) apresenta coeficientes *positivos* e estatisticamente significantes em todos

os modelos de *regressão ordinal* e nos modelos de 2014 das regressões logísticas. A única exceção foi o modelo de 2006, que apresenta sinal invertido e não é estatisticamente significativo.

As variáveis relacionadas com o capital social (*associacao* e *conf\_pessoal*) possuem coeficientes positivos e estatisticamente significantes em diversos modelos, também como esperado. Ideologia tem sinal negativo em *todos modelos*, sugerindo uma participação maior de pessoas com orientação de esquerda (controlados outros fatores). As variáveis de *personalidade* não apresentaram coeficientes relevantes.

Sendo assim, o perfil das pessoas que atuam em partidos políticos aqui sugerido é um tanto quanto estranho: habitantes de cidades pequenas, com pouco apreço pela democracia, de ideologia à *esquerda* e em alguns casos com pouca ou nenhuma confiança no sistema representativo.

Quanto à participação eleitoral, o nível educacional não apresentou coeficientes estatisticamente significantes em nenhum dos modelos. O mesmo se verificou com o *interesse por política*. Isso é importante, dado que essa variável apresentou correlações robustas com todas outras formas de participação neste trabalho e em toda a literatura especializada.

Os melhores preditores para esta forma de ação foram, nas regressões do WVS 2006 (o único com dados disponíveis), o tamanho da cidade (correlação negativa), e *associativismo* (correlação positiva); e, nas regressões do NUPPS, a outra variável de capital social (*confiança interpessoal*), além de *apoio à democracia*, *idade* e *emprego*, todas com coeficientes *positivos*. A correlação com status ocupacional pode estar ligada ao fato de que pessoas empregadas têm maior necessidade do *título de eleitor*, especialmente funcionários públicos (POWER, 2009).

**Tabela 4.12. Regressões logísticas – participação em atividades de partidos políticos – WVS**

Dummyspartido	1991	1997	2006	2006 - full
Renda	0.043 (0.090)	0.092 (0.070)	0.010 (0.071)	0.002 (0.077)
Educacao	-0.203 (0.283)	0.068 (0.076)	0.105 (0.088)	0.072 (0.102)
Sexo	<b>-0.888*</b> <b>(0.424)</b>	-0.101 (0.286)	0.064 (0.292)	0.039 (0.305)
Idade	-0.006 (0.017)	0.019 (0.010)	0.011 (0.009)	0.016 (0.010)
Etnia	-0.513 (0.452)	<b>-0.661*</b> <b>(0.331)</b>	-0.049 (0.282)	0.041 (0.294)
Emprego	0.267 (0.465)	-0.108 (0.296)	0.002 (0.300)	0.013 (0.308)
Townsize	<b>-0.446***</b> <b>(0.088)</b>	<b>-0.258***</b> <b>(0.052)</b>	<b>-0.327***</b> <b>(0.083)</b>	<b>-0.369***</b> <b>(0.089)</b>
Interesse	<b>1.815***</b> <b>(0.315)</b>	<b>1.226***</b> <b>(0.152)</b>	<b>1.256***</b> <b>(0.193)</b>	<b>1.310***</b> <b>(0.202)</b>
Conflegis	0.050 (0.200)	0.167 (0.151)	<b>0.330*</b> <b>(0.163)</b>	<b>0.366*</b> <b>(0.169)</b>
Conf_Pessoal	0.194 (0.700)	-0.677 (0.789)	<b>0.827*</b> <b>(0.367)</b>	0.618 (0.390)
Associacao	<b>1.405**</b> <b>(0.438)</b>	<b>0.758*</b> <b>(0.301)</b>	<b>0.998**</b> <b>(0.367)</b>	<b>0.983**</b> <b>(0.376)</b>
Ideologia	-0.104 (0.065)	0.071 (0.051)	-0.019 (0.055)	-0.015 (0.056)
Democracia				0.065 (0.249)
Altruismo				0.276 (0.189)
Aventura				0.063 (0.101)
Obediencia				-0.181 (0.110)
Internet				0.271 (0.389)
N	1385	952	1254	1208

**Tabela 4.13. Regressões logísticas – participação em atividades de partido político ou candidato – NUPPS**

Dummyspartido	2006		2014		
Renda	0.013 (0.151)	0.011 (0.151)	0.047 (0.079)	0.042 (0.080)	0.069 (0.081)
Educacao	<b>0.270*</b> <b>(0.115)</b>	<b>0.278*</b> <b>(0.117)</b>	-0.013 (0.044)	-0.015 (0.044)	0.009 (0.046)
Sexo	<b>-1.063*</b> <b>(0.495)</b>	<b>-1.074*</b> <b>(0.496)</b>	0.048 (0.168)	0.037 (0.169)	0.052 (0.170)
Idade	<b>0.035*</b> <b>(0.017)</b>	<b>0.036*</b> <b>(0.017)</b>	0.004 (0.006)	0.005 (0.006)	0.005 (0.006)
Etnia	-0.208 (0.423)	-0.211 (0.423)	-0.173 (0.168)	-0.155 (0.169)	-0.122 (0.170)
Emprego	1.172 (0.680)	1.180 (0.680)	0.335 (0.211)	0.331 (0.211)	0.321 (0.211)
Logpop	<b>-0.286*</b> <b>(0.112)</b>	<b>-0.290**</b> <b>(0.112)</b>	-0.011 (0.054)	-0.017 (0.055)	-0.010 (0.055)
Interesse	<b>0.963***</b> <b>(0.227)</b>	<b>0.951***</b> <b>(0.231)</b>	<b>0.394***</b> <b>(0.100)</b>	<b>0.392***</b> <b>(0.100)</b>	<b>0.398***</b> <b>(0.101)</b>
Conflegis	0.194 (0.244)	0.194 (0.245)	<b>0.269**</b> <b>(0.096)</b>	<b>0.272**</b> <b>(0.097)</b>	<b>0.254**</b> <b>(0.097)</b>
Conf_Pessoal	0.006 (0.276)	0.012 (0.276)	<b>0.243*</b> <b>(0.105)</b>	<b>0.243*</b> <b>(0.106)</b>	<b>0.264*</b> <b>(0.106)</b>
Associacao	<b>1.929***</b> <b>(0.511)</b>	<b>1.928***</b> <b>(0.511)</b>	0.100 (0.176)	0.118 (0.177)	0.125 (0.178)
Democracia	<b>1.181*</b> <b>(0.529)</b>	<b>1.163*</b> <b>(0.526)</b>	<b>-0.532***</b> <b>(0.089)</b>	<b>-0.533***</b> <b>(0.090)</b>	<b>-0.527***</b> <b>(0.090)</b>
Ideologia	-0.073 (0.063)	-0.075 (0.064)	<b>-0.129***</b> <b>(0.030)</b>	<b>-0.112***</b> <b>(0.031)</b>	<b>-0.110***</b> <b>(0.031)</b>
Compreensão		-0.053 (0.158)		<b>0.140*</b> <b>(0.066)</b>	<b>0.137*</b> <b>(0.066)</b>
Influência		0.073 (0.126)		-0.004 (0.060)	-0.003 (0.060)
Internet					-0.343 (0.183)
Constant	-12.452*** -3.208	-12.430*** -3.191	-1.902* (0.887)	-2.263* (0.914)	-2.398** (0.919)
N	1792	1783	1572	1563	1562

**Tabela 4.14. Regressões logísticas - Participação Eleitoral (WVS 2006)**

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Renda	-0.059 (0.045)	-0.048 (0.044)	-0.049 (0.043)
Educacao	<b>0.163*</b> <b>(0.069)</b>	<b>0.152*</b> <b>(0.060)</b>	<b>0.145*</b> <b>(0.060)</b>
Sexo	-0.045 (0.196)	-0.084 (0.187)	-0.079 (0.187)
Idade	0.001 (0.006)	0.002 (0.006)	0.002 (0.006)
Etnia	0.075 (0.189)	-0.023 (0.183)	-0.042 (0.183)
Emprego	0.366 (0.192)	0.345 (0.186)	0.351 (0.186)
Townsize	<b>-0.224***</b> <b>(0.067)</b>	<b>-0.251***</b> <b>(0.065)</b>	<b>-0.253***</b> <b>(0.065)</b>
Interesse	0.158 (0.098)	0.163 (0.095)	0.177 (0.095)
Conflegis	0.174 (0.115)	0.181 (0.113)	0.196 (0.113)
Conf_Pessoal	-0.369 (0.290)	-0.307 (0.287)	-0.298 (0.287)
Associacao	<b>0.419*</b> <b>(0.187)</b>	<b>0.366*</b> <b>(0.182)</b>	<b>0.383*</b> <b>(0.181)</b>
Democracia	0.014 (0.141)		
Ideologia	0.032 (0.039)	0.048 (0.038)	
Altruismo	-0.056 (0.111)		
Aventura	0.055 (0.066)		
Obediencia	-0.034 (0.076)		
Internet	-0.106 (0.258)		
Extremismo			-0.045 (0.057)
Constant	2.042* (0.941)	1.902** (0.638)	2.165*** (0.617)
N	1214	1260	1260

**Tabela 4.15. Regressões logísticas - Participação Eleitoral (NUPPS)**

	2006		2014		
Renda	-0.136 (0.125)	-0.104 (0.128)	0.118 (0.108)	0.119 (0.108)	0.113 (0.109)
Educacao	0.105 (0.079)	0.106 (0.080)	0.050 (0.053)	0.058 (0.054)	0.052 (0.056)
Sexo	0.402 (0.318)	0.406 (0.321)	0.357 (0.202)	0.328 (0.203)	0.328 (0.203)
Idade	<b>0.023*</b> <b>(0.011)</b>	0.021 (0.011)	<b>0.058***</b> <b>(0.008)</b>	<b>0.058***</b> <b>(0.008)</b>	<b>0.058***</b> <b>(0.008)</b>
Etnia	0.576 (0.316)	0.558 (0.318)	-0.221 (0.196)	-0.228 (0.197)	-0.237 (0.198)
Emprego	<b>1.005**</b> <b>(0.358)</b>	<b>0.988**</b> <b>(0.362)</b>	0.456 (0.258)	0.430 (0.259)	0.436 (0.259)
Logpop	0.136 (0.073)	0.132 (0.074)	-0.098 (0.068)	-0.116 (0.068)	-0.119 (0.069)
Interesse	0.073 (0.182)	0.138 (0.188)	0.253 (0.139)	0.273 (0.141)	0.267 (0.141)
Conflegis	-0.063 (0.182)	-0.032 (0.184)	-0.048 (0.118)	-0.072 (0.118)	-0.068 (0.119)
Conf_Pessoal	0.352 (0.196)	0.366 (0.198)	<b>0.549***</b> <b>(0.132)</b>	<b>0.549***</b> <b>(0.133)</b>	<b>0.546***</b> <b>(0.133)</b>
Associacao	0.148 (0.298)	0.126 (0.300)	-0.001 (0.208)	0.011 (0.210)	0.014 (0.210)
Democracia	-0.064 (0.166)	-0.044 (0.165)	<b>0.340**</b> <b>(0.110)</b>	<b>0.358**</b> <b>(0.111)</b>	<b>0.357**</b> <b>(0.111)</b>
Ideologia	0.023 (0.045)	0.025 (0.046)	-0.042 (0.033)	-0.031 (0.034)	-0.032 (0.034)
Compreensão		-0.054 (0.131)		0.134 (0.088)	0.134 (0.088)
Influência		-0.075 (0.100)		-0.078 (0.067)	-0.080 (0.067)
Internet					0.071 (0.208)
Constant	-1.375 -1.565	-1.376 -1.591	-1.359 -1.071	-1.320 -1.097	-1.265 -1.104
N	1613	1604	1402	1395	1394

\* p<0.05, \*\*p< 0.01, \*\*\*p<0.001

E quem participa dos Conselhos Sociais e do Orçamento Participativo? As evidências demonstram, mais uma vez, *interesse* com uma correlação positiva e estatisticamente significativa aos menores níveis convencionais (0,001%). O mesmo se verifica com a *participação em associações da sociedade civil* e para *ideologia* (esta última com coeficiente negativo, sugerindo, novamente, uma participação maior de pessoas de orientação ideológica de esquerda).

**Tabela 4.16. Regressões logísticas – participação em Conselhos e Orçamento Participativo (NUPPS)**

Opdummy	2006		2014		
Renda	<b>0.129*</b> (0.061)	0.119 (0.061)	-0.034 (0.076)	-0.038 (0.077)	-0.020 (0.078)
Educacao	0.006 (0.040)	0.003 (0.040)	0.047 (0.042)	0.047 (0.043)	0.065 (0.045)
Sexo	0.011 (0.157)	0.001 (0.157)	-0.013 (0.161)	-0.007 (0.162)	0.002 (0.163)
Idade	-0.001 (0.006)	0.001 (0.006)	0.006 (0.006)	0.007 (0.006)	0.007 (0.006)
Etnia	-0.266 (0.152)	-0.274 (0.153)	-0.140 (0.160)	-0.138 (0.161)	-0.112 (0.162)
Emprego	-0.181 (0.185)	-0.165 (0.186)	0.270 (0.200)	0.280 (0.201)	0.271 (0.201)
Logpop	-0.021 (0.034)	-0.024 (0.035)	-0.078 (0.051)	-0.087 (0.052)	-0.082 (0.052)
Interesse	<b>0.404***</b> <b>(0.086)</b>	<b>0.375***</b> <b>(0.088)</b>	<b>0.459***</b> <b>(0.094)</b>	<b>0.456***</b> <b>(0.094)</b>	<b>0.462***</b> <b>(0.095)</b>
Conflegis	-0.036 (0.093)	-0.026 (0.093)	<b>0.352***</b> <b>(0.092)</b>	<b>0.355***</b> <b>(0.093)</b>	<b>0.343***</b> <b>(0.093)</b>
Conf_Pessoal	<b>-0.202*</b> <b>(0.100)</b>	-0.186 (0.101)	<b>0.291**</b> <b>(0.100)</b>	<b>0.282**</b> <b>(0.101)</b>	<b>0.299**</b> <b>(0.102)</b>
Associacao	<b>0.597***</b> (0.145)	<b>0.583***</b> <b>(0.146)</b>	<b>0.893***</b> <b>(0.163)</b>	<b>0.900***</b> <b>(0.163)</b>	<b>0.907***</b> <b>(0.164)</b>
Democracia	-0.099 (0.073)	-0.090 (0.074)	<b>-0.511***</b> <b>(0.087)</b>	<b>-0.503***</b> <b>(0.088)</b>	<b>-0.498***</b> <b>(0.088)</b>
Ideologia	<b>-0.104***</b> (0.023)	<b>-0.096***</b> <b>(0.023)</b>	<b>-0.157***</b> <b>(0.028)</b>	<b>-0.139***</b> <b>(0.029)</b>	<b>-0.137***</b> <b>(0.029)</b>
Compreensão		<b>0.202***</b> <b>(0.059)</b>		<b>0.139*</b> <b>(0.063)</b>	<b>0.138*</b> <b>(0.063)</b>
Influência		-0.046 (0.052)		0.026 (0.056)	0.028 (0.056)
Internet					-0.247 (0.174)
N	1791	1782	1573	1564	1563

**Tabela 4.17. Regressões logísticas ordinais – participação em Conselhos e Orçamento Participativo (NUPPS)**

Cons_Op	2006		2014		
Renda	<b>0.132*</b> <b>(0.061)</b>	<b>0.123*</b> <b>(0.061)</b>	-0.029 (0.074)	-0.031 (0.075)	-0.013 (0.076)
Educacao	0.005 (0.040)	0.001 (0.040)	0.042 (0.042)	0.043 (0.042)	0.059 (0.044)
Sexo	0.005 (0.156)	-0.006 (0.157)	-0.022 (0.158)	-0.014 (0.159)	-0.004 (0.160)
Idade	-0.001 (0.006)	0.000 (0.006)	0.005 (0.006)	0.006 (0.006)	0.005 (0.006)
Etnia	-0.258 (0.151)	-0.266 (0.152)	-0.165 (0.158)	-0.159 (0.159)	-0.135 (0.160)
Emprego	-0.171 (0.185)	-0.161 (0.187)	0.256 (0.198)	0.262 (0.198)	0.253 (0.198)
Logpop	-0.019 (0.034)	-0.021 (0.035)	-0.080 (0.050)	-0.088 (0.050)	-0.083 (0.051)
Interesse	<b>0.428***</b> <b>(0.086)</b>	<b>0.396***</b> <b>(0.087)</b>	<b>0.455***</b> <b>(0.092)</b>	<b>0.459***</b> <b>(0.092)</b>	<b>0.464***</b> <b>(0.093)</b>
Conflegis	-0.050 (0.093)	-0.038 (0.093)	<b>0.336***</b> <b>(0.090)</b>	<b>0.334***</b> <b>(0.091)</b>	<b>0.322***</b> <b>(0.091)</b>
Conf_Pessoal	<b>-0.207*</b> <b>(0.100)</b>	-0.189 (0.101)	<b>0.286**</b> <b>(0.099)</b>	<b>0.280**</b> <b>(0.099)</b>	<b>0.296**</b> <b>(0.100)</b>
Associacao	<b>0.634***</b> <b>(0.144)</b>	<b>0.618***</b> <b>(0.145)</b>	<b>0.839***</b> <b>(0.160)</b>	<b>0.850***</b> <b>(0.161)</b>	<b>0.852***</b> <b>(0.161)</b>
Democracia	-0.088 (0.073)	-0.079 (0.074)	<b>-0.497***</b> <b>(0.086)</b>	<b>-0.489***</b> <b>(0.086)</b>	<b>-0.485***</b> <b>(0.086)</b>
Ideologia	<b>-0.107***</b> <b>(0.023)</b>	<b>-0.099***</b> <b>(0.023)</b>	<b>-0.153***</b> <b>(0.028)</b>	<b>-0.133***</b> <b>(0.029)</b>	<b>-0.131***</b> <b>(0.029)</b>
Compreensão		<b>0.193**</b> <b>(0.059)</b>		<b>0.157*</b> <b>(0.063)</b>	<b>0.156*</b> <b>(0.062)</b>
Influência		-0.032 (0.051)		0.012 (0.056)	0.014 (0.056)
Internet					-0.220 (0.172)
N	1791	1782	1573	1564	1563

A confiança pessoal também apresenta coeficientes estatisticamente significantes em quase todos modelos, sugerindo uma forte relação desses componentes do “*capital social*” com a participação nessas instituições. Nos modelos de 2014, a *confiança no Legislativo* também apresentou uma *correlação positiva* e estatisticamente significativa. A *democracia* apresenta, novamente, sinais negativos (e com significância estatística

mesmo ao nível de 0,001%, nos modelos de 2014). Por último, a variável relacionada à sensação de eficácia interna (*compreensao*) mostrou-se relevante nos 3 modelos que a incluem. Curiosamente, *educação* não apresentou significância estatística para essa variável.

Por último, a participação de caráter mais cotidiano: *discussões políticas*. O interesse por política apresenta novamente uma correlação positiva e robusta em todos os modelos.

**Tabela 4.18. Regressões logísticas – participação em discussões (WVS)**

Dummydiscussao	1991		1997		
Renda	0.024 (0.040)	0.028 (0.040)	-0.056 (0.056)	-0.052 (0.056)	-0.054 (0.056)
Educacao	<b>0.247*</b> <b>(0.125)</b>	<b>0.288*</b> <b>(0.126)</b>	<b>0.194**</b> <b>(0.061)</b>	<b>0.214***</b> <b>(0.060)</b>	<b>0.185**</b> <b>(0.061)</b>
Sexo	-0.217 (0.154)	-0.234 (0.154)	<b>-0.780***</b> <b>(0.234)</b>	<b>-0.761**</b> <b>(0.233)</b>	<b>-0.771***</b> <b>(0.234)</b>
Idade	<b>0.032***</b> <b>(0.007)</b>	<b>0.031***</b> <b>(0.006)</b>	<b>0.038***</b> <b>(0.009)</b>	<b>0.037***</b> <b>(0.008)</b>	<b>0.038***</b> <b>(0.009)</b>
Etnia	0.015 (0.192)	0.015 (0.192)	-0.164 (0.264)	-0.124 (0.266)	-0.147 (0.264)
Emprego	<b>0.341*</b> <b>(0.166)</b>	<b>0.344*</b> <b>(0.166)</b>	-0.046 (0.234)	-0.022 (0.234)	-0.062 (0.235)
Townsize	-0.055 (0.040)	-0.050 (0.040)	-0.071 (0.042)	-0.064 (0.042)	-0.072 (0.042)
Interesse	<b>1.019***</b> <b>(0.086)</b>	<b>1.002***</b> <b>(0.086)</b>	<b>1.167***</b> <b>(0.118)</b>	<b>1.169***</b> <b>(0.118)</b>	<b>1.143***</b> <b>(0.121)</b>
Conflegis	<b>-0.230**</b> <b>(0.087)</b>	<b>-0.240**</b> <b>(0.086)</b>	<b>-0.261*</b> <b>(0.121)</b>	<b>-0.289*</b> <b>(0.120)</b>	<b>-0.260*</b> <b>(0.121)</b>
Conf_Pessoal	-0.158 (0.294)	-0.172 (0.295)	0.289 (0.511)	0.200 (0.507)	0.261 (0.513)
Associacao	0.142 (0.150)	0.138 (0.150)	-0.062 (0.221)	-0.072 (0.221)	-0.062 (0.221)
Ideologia	-0.014 (0.028)		-0.047 (0.040)		-0.046 (0.040)
Extremismo		0.086 (0.046)		0.105 (0.067)	
Democracia					0.084 (0.161)
Constant	-5.156*** (0.646)	-5.411*** (0.648)	-4.490*** (0.773)	-5.081*** (0.765)	-4.658*** (0.879)
N	1370	1370	950	950	931

**Tabela 4.19. Regressões logísticas – participação em discussões (NUPPS)**

Dummydiscussao	NUPPS 2006		NUPPS 2014		
Renda	0.018 (0.045)	0.013 (0.045)	0.011 (0.057)	0.007 (0.058)	0.011 (0.058)
Educacao	<b>0.103***</b> <b>(0.029)</b>	<b>0.099***</b> <b>(0.029)</b>	0.059 (0.031)	<b>0.066*</b> <b>(0.032)</b>	<b>0.071*</b> <b>(0.033)</b>
Sexo	<b>-0.262*</b> <b>(0.110)</b>	<b>-0.255*</b> <b>(0.111)</b>	-0.135 (0.122)	-0.145 (0.123)	-0.142 (0.123)
Idade	-0.002 (0.004)	-0.001 (0.004)	<b>0.010*</b> <b>(0.004)</b>	<b>0.011*</b> <b>(0.004)</b>	<b>0.011*</b> <b>(0.004)</b>
Etnia	0.004 (0.106)	-0.007 (0.107)	0.021 (0.120)	0.037 (0.120)	0.041 (0.121)
Emprego	0.094 (0.132)	0.104 (0.133)	0.148 (0.149)	0.131 (0.150)	0.128 (0.150)
Logpop	0.013 (0.024)	0.010 (0.025)	0.030 (0.040)	0.021 (0.040)	0.022 (0.040)
Interesse	<b>0.739***</b> <b>(0.068)</b>	<b>0.716***</b> <b>(0.069)</b>	<b>0.806***</b> <b>(0.078)</b>	<b>0.804***</b> <b>(0.078)</b>	<b>0.803***</b> <b>(0.079)</b>
Conflegis	-0.086 (0.066)	-0.078 (0.066)	-0.003 (0.072)	-0.006 (0.072)	-0.010 (0.073)
Conf_Pessoal	<b>-0.154*</b> <b>(0.073)</b>	-0.141 (0.074)	<b>0.177*</b> <b>(0.077)</b>	<b>0.176*</b> <b>(0.078)</b>	<b>0.180*</b> <b>(0.078)</b>
Associacao	<b>0.242*</b> <b>(0.105)</b>	0.202 (0.105)	<b>0.584***</b> <b>(0.123)</b>	<b>0.579***</b> <b>(0.124)</b>	<b>0.584***</b> <b>(0.124)</b>
Democracia	0.063 (0.054)	0.055 (0.055)	<b>-0.261***</b> <b>(0.071)</b>	<b>-0.259***</b> <b>(0.071)</b>	<b>-0.258***</b> <b>(0.071)</b>
Ideologia	-0.025 (0.017)	-0.021 (0.018)	-0.024 (0.020)	-0.009 (0.021)	-0.009 (0.021)
Compreensão		<b>0.146**</b> <b>(0.049)</b>		<b>0.110*</b> <b>(0.050)</b>	<b>0.110*</b> <b>(0.050)</b>
Influência		0.016 (0.037)		0.033 (0.042)	0.032 (0.042)
Internet					-0.065 (0.129)
Constant	-1.442* (0.569)	-1.719** (0.581)	-2.910*** (0.661)	-3.236*** (0.681)	-3.251*** (0.683)
N	1792	1783	1572	1563	1562

Educação também apresenta uma correlação positiva e estatisticamente significativa. A confiança no Legislativo aparece com *coeficiente negativo* (e estatisticamente significativa até mesmo ao nível de 0,01% nos modelos do WVS). A confiança pessoal apresenta sinais inversos nos dois anos abordados pelo NUPPS, enquanto o *associativismo* novamente apresenta uma correlação positiva (e

estatisticamente significativa nos modelos do NUPPS). *Adesão à democracia*, novamente, apresenta sinais invertidos e estatisticamente significativa (nos modelos do NUPPS de 2014). Por fim, alguns modelos sugerem uma participação maior de homens e pessoas mais velhas.

**Tabela 4.20. Regressões ordinais - participação em discussões (NUPPS)**

Discussao	2006		2014		
Renda	-0.003 (0.041)	-0.005 (0.041)	-0.008 (0.054)	-0.012 (0.054)	-0.006 (0.055)
Educacao	<b>0.103***</b> <b>(0.027)</b>	<b>0.101***</b> <b>(0.027)</b>	0.051 (0.030)	0.059 (0.030)	<b>0.066*</b> <b>(0.032)</b>
Sexo	<b>-0.274**</b> <b>(0.103)</b>	<b>-0.265*</b> <b>(0.103)</b>	-0.146 (0.117)	-0.157 (0.117)	-0.150 (0.118)
Idade	-0.002 (0.004)	-0.002 (0.004)	<b>0.009*</b> <b>(0.004)</b>	<b>0.010*</b> <b>(0.004)</b>	<b>0.010*</b> <b>(0.004)</b>
Etnia	-0.019 (0.099)	-0.030 (0.099)	0.058 (0.114)	0.071 (0.115)	0.075 (0.115)
Emprego	0.086 (0.124)	0.088 (0.124)	0.149 (0.141)	0.127 (0.142)	0.125 (0.142)
Logpop	-0.008 (0.023)	-0.012 (0.023)	0.015 (0.037)	0.005 (0.038)	0.007 (0.038)
<b>Interesse</b>	<b>0.878***</b> <b>(0.063)</b>	<b>0.865***</b> <b>(0.064)</b>	<b>0.828***</b> <b>(0.073)</b>	<b>0.830***</b> <b>(0.074)</b>	<b>0.826***</b> <b>(0.074)</b>
Conflegis	<b>-0.136*</b> <b>(0.062)</b>	<b>-0.128*</b> <b>(0.062)</b>	-0.032 (0.069)	-0.038 (0.070)	-0.044 (0.070)
Conf_Pessoal	<b>-0.186**</b> <b>(0.068)</b>	<b>-0.170*</b> <b>(0.069)</b>	0.173* (0.074)	0.173* (0.075)	0.181* (0.075)
Associacao	<b>0.395***</b> <b>(0.098)</b>	<b>0.360***</b> <b>(0.098)</b>	<b>0.540***</b> <b>(0.118)</b>	<b>0.537***</b> <b>(0.119)</b>	<b>0.548***</b> <b>(0.119)</b>
Democracia	0.054 (0.051)	0.052 (0.052)	<b>0.277***</b> <b>(0.067)</b>	<b>-0.273***</b> <b>(0.067)</b>	<b>-0.272***</b> <b>(0.067)</b>
Ideologia	-0.016 (0.016)	-0.011 (0.016)	-0.022 (0.020)	-0.008 (0.020)	-0.008 (0.020)
Compreensão		<b>0.133**</b> <b>(0.043)</b>		<b>0.102*</b> <b>(0.047)</b>	<b>0.102*</b> <b>(0.047)</b>
Influência		-0.021 (0.034)		0.008 (0.040)	0.007 (0.040)
Internet					-0.105
N	1792		1783	1572	1563
					1562

Por último, apresentamos modelos com a variável de *extremismo ideológico* (os modelos de *discussão* e *participação eleitoral* com essa variável independente já estavam incluídos nas tabelas 4.14 e 4.18).

**Tabela 4.21. Regressões logísticas com extremismo como variável independente– participação em petições (WVS)**

Petição	1991	1997	2006	2006 – full
Renda	0.108** (0.035)	0.059 (0.039)	-0.065* (0.031)	-0.078* (0.032)
Educacao	<b>0.312**</b> <b>(0.101)</b>	<b>0.207***</b> <b>(0.040)</b>	<b>0.273***</b> <b>(0.041)</b>	<b>0.229***</b> <b>(0.046)</b>
Sexo	<b>-0.289*</b> <b>(0.121)</b>	-0.025 (0.147)	-0.151 (0.129)	-0.198 (0.136)
Idade	0.001 (0.005)	-0.004 (0.006)	-0.006 (0.004)	-0.006 (0.004)
Etnia	-0.128 (0.148)	-0.021 (0.163)	0.215 (0.125)	0.209 (0.130)
Emprego	<b>0.291*</b> <b>(0.126)</b>	0.080 (0.151)	<b>0.271*</b> <b>(0.129)</b>	0.255 (0.132)
Townsize	<b>0.164***</b> <b>(0.033)</b>	0.037 (0.028)	<b>0.244***</b> <b>(0.040)</b>	<b>0.237***</b> <b>(0.042)</b>
Interesse	<b>0.332***</b> <b>(0.057)</b>	<b>0.491***</b> <b>(0.078)</b>	<b>0.282***</b> <b>(0.066)</b>	<b>0.274***</b> <b>(0.069)</b>
Conflegis	-0.123 (0.065)	<b>-0.380***</b> <b>(0.078)</b>	<b>-0.162*</b> <b>(0.076)</b>	<b>-0.180*</b> <b>(0.078)</b>
Conf_Pessoal	-0.163 (0.233)	0.231 (0.413)	-0.053 (0.211)	-0.125 (0.218)
Associacao	0.206 (0.120)	-0.059 (0.144)	0.060 (0.130)	0.006 (0.134)
Extremismo	<b>-0.080*</b> <b>(0.035)</b>	-0.041 (0.044)	0.049 (0.041)	0.048 (0.042)
Democracia				0.127 (0.101)
Altruismo				<b>0.198**</b> <b>(0.076)</b>
Aventura				-0.039 (0.045)
Obediencia				-0.056 (0.053)
Internet				0.427* (0.656)
N	1378	947	1263	1218

**Tabela 4.22. Regressões logísticas com extremismo como variável independente—participação em protestos (WVS)**

Protesto	1991	1997	2006	2006 – full
Renda	0.038 (0.037)	0.059 (0.041)	-0.003 (0.039)	-0.007 (0.041)
<b>Educacao</b>	<b>0.381**</b> <b>(0.126)</b>	<b>0.201***</b> <b>(0.044)</b>	<b>0.334***</b> <b>(0.049)</b>	<b>0.257***</b> <b>(0.056)</b>
Sexo	0.200 (0.149)	0.136 (0.165)	-0.017 (0.157)	-0.028 (0.165)
Idade	<b>-0.015*</b> <b>(0.006)</b>	0.003 (0.006)	0.003 (0.005)	0.008 (0.005)
Etnia	0.092 (0.187)	-0.303 (0.189)	-0.216 (0.156)	-0.275 (0.162)
Emprego	0.160 (0.159)	0.215 (0.172)	0.035 (0.160)	-0.021 (0.165)
Townsize	0.063 (0.041)	<b>-0.079*</b> <b>(0.031)</b>	-0.032 (0.049)	-0.069 (0.052)
<b>Interesse</b>	<b>0.584***</b> <b>(0.076)</b>	<b>0.518***</b> <b>(0.083)</b>	<b>0.444***</b> <b>(0.084)</b>	<b>0.407***</b> <b>(0.086)</b>
Conflegis	-0.048 (0.083)	-0.080 (0.087)	-0.093 (0.094)	-0.115 (0.097)
Conf_Pessoal	-0.274 (0.299)	<b>1.231**</b> <b>(0.407)</b>	<b>0.487*</b> <b>(0.232)</b>	0.367 (0.240)
Associacao	<b>0.631***</b> <b>(0.145)</b>	<b>0.370*</b> <b>(0.164)</b>	0.251 (0.166)	0.248 (0.171)
Extremismo	0.033 (0.044)	0.021 (0.049)	<b>0.108*</b> <b>(0.049)</b>	<b>0.115*</b> <b>(0.051)</b>
Democracia				<b>0.318*</b> <b>(0.130)</b>
Altruismo				0.155 (0.098)
Aventura				0.023 (0.056)
Obediencia				-0.070 (0.062)
Internet				<b>0.508*</b> <b>(0.200)</b>
Constant	-4.641*** (0.630)	-3.163*** (0.542)	-3.644*** (0.530)	-4.864*** (0.831)
N	1376	949	1261	1216

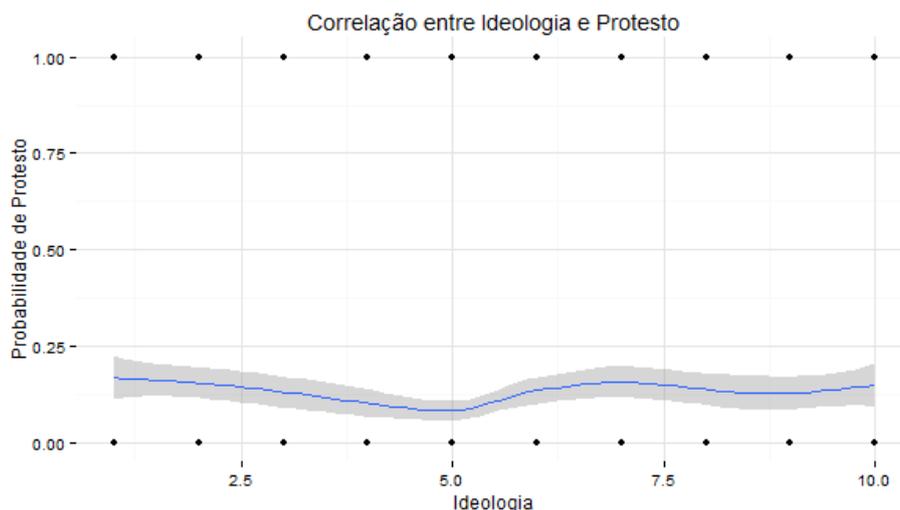
**Tabela 4.23. Regressões logísticas com extremismo como variável independente–participação em boicotes (WVS)**

Boicote	1991	1997	2006	2006 – full
Renda	0.048 (0.045)	0.074 (0.067)	-0.010 (0.056)	-0.009 (0.057)
Educacao	<b>0.591***</b> <b>(0.165)</b>	<b>0.179*</b> <b>(0.081)</b>	<b>0.223**</b> <b>(0.069)</b>	<b>0.169*</b> <b>(0.078)</b>
Sexo	-0.060 (0.195)	-0.002 (0.299)	-0.325 (0.217)	-0.331 (0.228)
Idade	-0.001 (0.008)	0.014 (0.011)	0.000 (0.007)	0.010 (0.008)
Etnia	0.230 (0.255)	-0.286 (0.355)	0.122 (0.221)	0.105 (0.226)
Emprego	-0.018 (0.207)	0.292 (0.324)	0.399 (0.232)	0.370 (0.235)
Townsize	<b>0.140*</b> <b>(0.056)</b>	-0.008 (0.057)	<b>0.331***</b> <b>(0.086)</b>	<b>0.264**</b> <b>(0.088)</b>
Interesse	<b>0.511***</b> <b>(0.100)</b>	<b>0.596***</b> <b>(0.150)</b>	<b>0.293*</b> <b>(0.116)</b>	<b>0.311**</b> <b>(0.121)</b>
Conflegis	<b>-0.341**</b> <b>(0.120)</b>	-0.149 (0.160)	-0.049 (0.132)	-0.017 (0.134)
Conf_Pessoal	-0.581 (0.424)	0.495 (0.590)	0.561 (0.302)	0.417 (0.310)
Associacao	<b>0.453*</b> <b>(0.188)</b>	0.232 (0.306)	-0.082 (0.224)	-0.091 (0.229)
Extremismo	0.031 (0.058)	0.085 (0.089)	0.055 (0.069)	0.051 (0.071)
Democracia				-0.015 (0.172)
Altruismo				0.192 (0.142)
Aventura				0.127 (0.074)
Obediencia				<b>-0.249**</b> <b>(0.080)</b>
Internet				0.380 (0.273)
N	1349	927	1237	1196

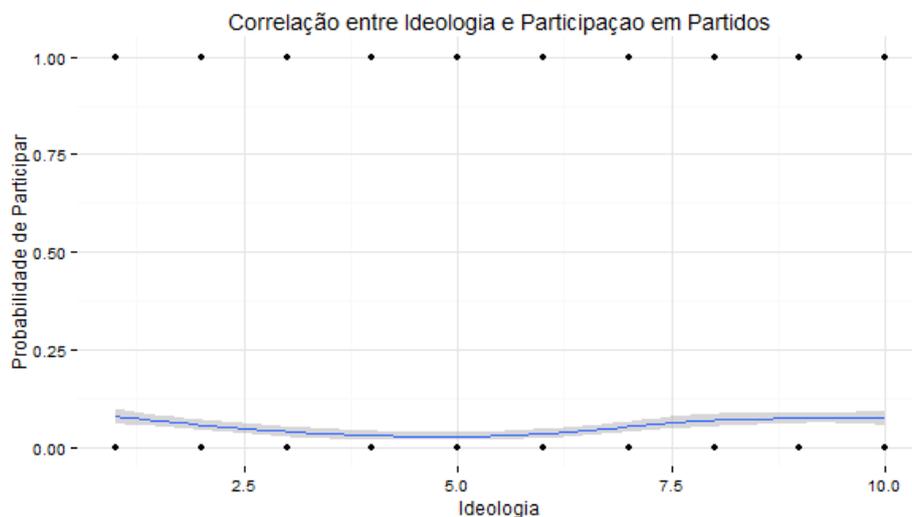
Os resultados sugerem que podemos refutar a hipótese de uma correlação entre participação e radicalismo ideológico, de maneira geral, exceto para *atividades partidárias* e *protestos*, onde alguns coeficientes apareceram como positivos e

*estatisticamente significantes*. As alterações em outros coeficientes (em relação a modelos sem a especificação dessa variável independente) são desprezíveis.

O gráfico abaixo mostra a probabilidade de protesto em função da ideologia, com uma curva “loess” (a qual permite não linearidade)<sup>125</sup>.



**Gráfico 14 – Probabilidade de Participação Recente em Protestos em função em relação à ideologia (WVS 2006)**



**Gráfico 14 – Probabilidade de Participação e atividades de partidos políticos em relação à ideologia (WVS)**

<sup>125</sup> Este e outros gráficos com o modelo “loess” foram feitos com o software R (versão 3.1.2), pois este software produz gráficos deste tipo com uma visualização mais clara do que o STATA.

**Tabela 4.24. Regressões logísticas com extremismo como variável independente – participação em partidos políticos (WVS)**

Dummyspartido	1991	1997	2006	2006 - full
Renda	0.047 (0.090)	0.102 (0.070)	0.026 (0.071)	0.016 (0.076)
Educacao	-0.126 (0.290)	0.068 (0.075)	0.126 (0.086)	0.092 (0.101)
Sexo	<b>-0.899*</b> <b>(0.425)</b>	-0.124 (0.290)	0.085 (0.293)	0.060 (0.305)
Idade	-0.015 (0.016)	0.020 (0.010)	0.011 (0.009)	0.016 (0.010)
Etnia	-0.511 (0.452)	-0.570 (0.333)	-0.023 (0.284)	0.068 (0.296)
Emprego	0.291 (0.467)	-0.095 (0.301)	-0.011 (0.300)	-0.009 (0.307)
<b>Townsize</b>	<b>-0.413***</b> <b>(0.087)</b>	<b>-0.246***</b> <b>(0.052)</b>	<b>-0.343***</b> <b>(0.084)</b>	<b>-0.380***</b> <b>(0.090)</b>
<b>Interesse</b>	<b>1.756***</b> <b>(0.322)</b>	<b>1.241***</b> <b>(0.153)</b>	<b>1.167***</b> <b>(0.192)</b>	<b>1.221***</b> <b>(0.202)</b>
Conflegis	-0.001 (0.197)	0.180 (0.149)	0.301 (0.163)	0.329 (0.170)
Conf_Pessoal	0.189 (0.690)	-0.787 (0.817)	<b>0.795*</b> <b>(0.371)</b>	0.579 (0.394)
<b>Associacao</b>	<b>1.393**</b> <b>(0.437)</b>	<b>0.804**</b> <b>(0.308)</b>	<b>1.016**</b> <b>(0.369)</b>	<b>0.995**</b> <b>(0.377)</b>
Extremismo	0.073 (0.114)	<b>0.324***</b> <b>(0.088)</b>	<b>0.194*</b> <b>(0.089)</b>	0.179 (0.092)
Democracia				0.073 (0.246)
Altruísmo				0.233 (0.190)
Aventura				0.052 (0.101)
Obediência				-0.169 (0.109)
Internet				0.238 -1.657
N	1385	952	1254	1208

O modelo *logístico* não tem uma interpretação fácil, por isso resta compreender *o quanto* cada variável impacta a participação. Portanto, passamos para interpretações sobre essas análises, e depois para uma investigação um pouco mais detalhada sobre tendências que elas podem esconder.

#### 4.2.1. Interpretações dos modelos de regressão apresentados

Como demonstrado nas análises acima, o *interesse por política* é a variável explicativa mais robusta para todas as formas de participação, exceto a participação eleitoral. Temos uma grande quantidade de modelos, portanto, focaremos nos modelos de participação não-convencional recente (WVS 2006) e nos modelos ordinais de *discussão, Conselhos/Orçamento Participativo e atividades partidárias*, além dos modelos binários para *voto*, com os dados de 2014 do NUPPS. Procedemos, inicialmente, para uma interpretação a partir da ferramenta de simulação desenvolvida por King, Tomz e Wittenberg (2000). Os intervalos de confiança utilizados são de 90%, como nos exemplos dados por esses autores.

**Tabela 4.23. Probabilidade de participação estimada, por grau de interesse (outras variáveis constantes na média)**

	Petição	Protesto	Boicote
Nenhum interesse	19,53%	3,10%	4,39%
Pouco interesse	23,60%	5,00%	5,94%
Algum interesse	28,20%	7,90%	8,04%
Muito interesse	33,26%	12,22%	10,80%

O aumento mais expressivo aqui foi para protestos: as pessoas com muito interesse têm quase quatro vezes mais chance de ter participado nos últimos 5 anos dessa atividade do que alguém que não tem interesse algum por política. Nas outras duas variáveis dependentes, também se verifica uma mudança considerável, porém menos acentuada.

Abaixo, temos a probabilidade de participar (mesmo que raramente) de Conselhos/Orçamento Participativo, atividades partidárias e discussões políticas, em função do *interesse por política*.

**Tabela 4.26. Probabilidade de participação estimada, por grau de interesse (outras variáveis constantes na média)**

	Conselhos	Partido	Discussão
Nenhum interesse	21%	15%	14%
Pouco interesse	29%	21%	26%
Algum interesse	38%	27%	43%
Muito interesse	47%	35%	61%

Podemos verificar que, de acordo com essas simulações, uma pessoa com muito interesse por política tem grandes chances de se engajar em discutir e tentar convencer outras pessoas sobre questões políticas, enquanto a pessoa com nenhum interesse terá uma chance muito pequena de fazê-lo. Se a relação entre interesse e discussão, em si, não é nada surpreendente, essas simulações nos demonstram que o efeito do interesse por política sobre a probabilidade de se engajar nesta atividade cotidiana é grande. Isso indica que a *discussão política* é raramente um ato impulsivo de pessoas que podem não ter interesse algum pelo tema, e o discutem apenas para afirmar posições em relação a outrem.

A variação nas outras duas formas de ação na tabela acima não é tão grande, mas também não é nada desprezível: pessoas com alto grau de interesse têm mais do que o dobro de probabilidade de participarem de Conselhos/ OP ou de partidos políticos do que as pessoas sem interesse algum.

Como já mencionamos, a relação de outras variáveis explicativas com a *participação* não é tão clara. Algumas variáveis podem apresentar um efeito não-linear. Por isso, utilizamos de gráficos feitos com o método “loess” (o qual permite uma curva não-linear) para verificar o impacto de fatores como a idade sobre a participação.

Passemos agora para uma interpretação que envolva também outras variáveis. Na tabela abaixo, podemos ver uma estimação da participação em *petições*, com o pacote *spost*, explicado em Long e Freese (2006). Vemos que a probabilidade de participação (recente) em petições vai de aproximadamente 25%, para alguém com nível educacional baixo e nenhum interesse por política, para 67,17% para alguém com ensino universitário completo e muito interesse.

**Tabela 4.27. Probabilidades previstas de participação recente em petições (WVS 2006)**

Nível Educacional	Interesse por Política			
	Nenhum	Pouco	Algum	Muito
Até Primário Incompleto	<b>0.2478</b>	0.2937	0.3442	<b>0.3985</b>
Primário Completo	0.2922	0.3426	0.3967	0.4535
Colegial Incompleto	0.3409	0.395	0.4518	0.5098
Colegial Completo	0.3933	0.45	0.508	0.5658
Universitário Incompleto	0.4482	0.5062	0.564	0.6202
Universitário Completo	<b>0.5044</b>	0.5623	0.6185	<b>0.6717</b>

A chance de um indivíduo ter assinado petições nos últimos 5 anos, portanto, é de menos de 25% se ele não possui o Primário Completo e não tem nenhum interesse por política, segundo nossos modelos. No entanto, mesmo não possuindo interesse algum, esse percentual dobra se verificamos o valor estimado para quem possui *Universitário Completo* (ou mais): nesse perfil, estima-se que metade das pessoas realizam essa atividade. Se olharmos a última coluna, um quadro parecido se forma: de quase 40% no menor nível educacional, a probabilidade prevista vai para 67,17% no nível mais alto.

Portanto, ainda que algumas formas de ação não apresentem uma relação robusta com a educação formal, no caso das petições públicas, olhando pelo ângulo trazido pelas simulações acima, esta variável tem um impacto maior até do que o interesse por política.

Na tabela 4.28, para verificar qual a probabilidade esperada em função de três variáveis. Aqui, incluímos *gênero*, pois essa variável mostrou-se relevante para a participação em protestos neste e em outros trabalhos (por exemplo, DALTON, 2008).

A diferença de *gênero* parece de fato importante aqui: homens apresentam, aproximadamente, o dobro de chance de terem se envolvido em protestos, controlados todos outros fatores. Isso provavelmente se explica pela maior disposição de homens a atividades que podem envolver conflito, como já mencionado. Com essas três variáveis, podemos ir de uma probabilidade de 1,87% de participação (mulheres, nenhum interesse por política, nível educacional inferior ao Primário) para 35% (homens, muito interesse por política, nível superior completo ou mais).

**Tabela 4.28. Probabilidades preditas de participação em protestos (NUPPS 2014)**

Sexo	Masculino				Feminino			
	Nenhum Interesse	Pouco Interesse	Algum Interesse	Muito Interesse	Nenhum Interesse	Pouco Interesse	Algum Interesse	Muito Interesse
Nível educacional:								
Analf./Primário								
Incompleto	<b>0.0340</b>	0.0594	0.1017	<b>0.1689</b>	<b>0.0187</b>	0.0331	0.0579	<b>0.0994</b>
Primário Completo	0.0388	0.0676	0.1152	0.1894	0.0215	0.0379	0.0660	0.1125
Ginásio Incompleto	0.0444	0.0770	0.1301	0.2117	0.0246	0.0433	0.0751	0.1272
Ginásio Completo	0.0507	0.0874	0.1467	0.2358	0.0282	0.0494	0.0854	0.1435
Ensino Médio								
Incompleto	0.0578	0.0992	0.1650	0.2618	0.0322	0.0564	0.0969	0.1614
Ensino Médio								
Completo	0.0659	0.1124	0.1851	0.2896	0.0369	0.0643	0.1098	0.1812
Universitário								
Incompleto	0.0750	0.1270	0.2070	0.3190	0.0421	0.0732	0.1241	0.2027
Universitário								
Completo ou mais	<b>0.0852</b>	0.1432	0.2308	<b>0.3500</b>	0.0481	0.0832	0.1401	<b>0.2262</b>

#### 4.2.2. Efeitos indiretos e o interesse como variável mediadora

O efeito total da escolaridade pode ser ainda maior do que esses modelos apresentam, já que a educação formal pode trazer mais interesse por política e uma maior sensação de eficácia política (mais especificamente, a sensação de que a pessoa consegue entender o mundo político à sua volta – é isso que a variável *compreensao* mede). Dessa forma, procedemos para a aplicação do método de Karlson, Holmes e Breen (KHB), para estimar esse efeito total.

**Tabela 4.29. Estimativa do efeito indireto e indireto de educação sobre a participação em petições e protestos (NUPPS)**

	(1) Peticao	(2) protesto
Educacao		
Reduced	0.176*** (10.80)	0.291*** (9.23)
Full	0.154*** (9.40)	0.263*** (8.25)
Diff	0.0219*** (6.32)	0.0280*** (5.45)
<i>N</i>	3913	3926

*t* statistics in parentheses

\*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

Os coeficientes acima são tão difíceis de ler quanto qualquer outro coeficiente de

regressões logísticas. De qualquer forma, o que se pode notar é que há uma pequena diferença nos coeficientes totais (modelo “Reduced”) e nos coeficientes que medem apenas o impacto direto da *educação* sobre a participação, com o controle por *interesse* e *compreensão* (modelo “Full”). A diferença, no entanto, é estatisticamente significativa, indicando que realmente existe um efeito indireto de educação (não captado nos modelos quando incluímos interesse por política como variável explicativa).

A razão entre os coeficientes para o modelo de *petição* é de 1,31<sup>126</sup>, o que significa que o efeito total de educação é 31% maior do que o valor estimado na regressão que inclui todas essas variáveis. Além disso, o modelo estimou que *interesse* e *compreensão* respondem por 24,50% do efeito total de educação. No caso de protestos, o efeito indireto parece ser menor. O efeito total de *educação*, neste caso, seria 10% maior do que foi estimado anteriormente, e as variáveis intermediárias respondem por apenas por 9,32% do efeito total de educação.

E quanto às formas de participação que não apresentaram correlação significativa com educação? Haveria um efeito indireto, mascarado pela variável *interesse por política*? Na estimação com o KHB, encontramos, para a participação em *Conselhos e Orçamento Participativo*, um efeito total muito maior do que as regressões anteriores acusavam.

**Tabela 4.30. Estimativa do efeito indireto e indireto de educação sobre a participação em petições e protestos (NUPPS)**

	Opdummy	Boicote	dummyspartido
Educacao			
Reduced	0.0568** (2.62)	0.125** (2.78)	0.0995*** (3.44)
Full	0.0281 (1.28)	0.0920* (2.01)	0.0756** (2.58)
Diff	0.0286*** (6.62)	0.0334*** (4.77)	0.0239*** (4.94)
<i>N</i>	3948	3900	3949

*t* statistics in parentheses \*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

As variáveis intermediárias respondem por 50,42% do efeito total de *educação*

<sup>126</sup> O comando “summary” do pacote KHB no STATA permite que essas informações sejam calculadas automaticamente e apresentadas juntamente com a regressão.

em Conselhos/OP. A diferença entre esse efeito total e o efeito direto estimado é 2,016 vezes maior. É bastante compreensível que a educação tenha um efeito mais profundo sobre a participação em Conselhos e no Orçamento Participativo, já que essas atividades requerem um grau considerável de informação (no entanto, se isso é verdade, esse efeito deveria se manifestar diretamente, e não através de um maior interesse por política).

Com boicotes e atividades partidárias a mudança não é tão grande: *interesse* e *compreensao* respondem por 26,42% do efeito de educação sobre a participação em boicotes e por 24,05% do efeito em atividades partidárias. A diferença entre os coeficientes é de 36% (boicotes) e 31% (partidos).

Outras variáveis explicativas também podem ter seu efeito “mascarado” pela variável *interesse*, devido a uma multicolinearidade. Para investigar essa questão, realizamos regressões com *interesse* como variável dependente<sup>127</sup>.

Como podemos ver na Tabela 4.31, a *educação* apresenta correlação robusta com o *interesse por política*. Duas variáveis da *cultura política* (confiança no Legislativo e apoio à democracia) também apresentaram correlação positiva e estatisticamente significativa em todos os modelos. A *renda* apresentou correlação estatisticamente significativa em alguns modelos (aqueles que não possuíam *democracia* nem as variáveis relacionadas à personalidade entre as variáveis independentes). Outros fatores como *altruísmo* e fatores ligados ao *capital social*, que poderiam guardar uma relação com o interesse por política, não apresentaram relação estatisticamente significativa.

Nos dados das pesquisas do NUPPS, a *educação* também aparece, em todos modelos, com correlação positiva e estatisticamente significativa. A *renda* também apresenta correlação significativa em alguns modelos (os que se referem a 2014). A confiança no Legislativo também apresentou uma relação significativa, mas apenas para os modelos de 2006. Ademais, *sexo* apresentou uma relação estatisticamente significativa, sugerindo que os homens são *mais* interessados por política do que as mulheres. As variáveis do capital social apresentaram uma correlação relevante (em especial, *associacao*, sendo a *confiança interpessoal* estatisticamente significativa, ao nível de 5%, apenas em 2006 e com sinais invertidos – sugerindo uma relação negativa).As outras

---

<sup>127</sup> A utilização de modelos de regressão em duas etapas (two-stage), com uma *variável instrumental*, poderia ser útil para examinar essa questão e analisar a direção causal entre *participação* e *interesse*. No entanto, a dificuldade em achar uma variável instrumental adequada cria um obstáculo para esta tarefa.

variáveis da *cultura política* (*ideologia, democracia* e as duas variáveis relacionadas à eficácia política – *compreensao e influencia*) também aparecem como positivamente correlacionadas com o interesse (e estatisticamente significantes mesmo no limiar de 0,001%) nas regressões do ano de 2006.

**Tabela 4.31. Regressões ordinais (ologit) com interesse por política como variável dependente (WVS)**

Interesse	2006			1997		1991
renda	-0.005 (0.027)	0.005 (0.027)	<b>0.109***</b> <b>(0.032)</b>	<b>0.099**</b> <b>(0.033)</b>	0.003 (0.026)	<b>0.127***</b> <b>(0.029)</b>
<b>educacao</b>	<b>0.167***</b> <b>(0.039)</b>	<b>0.203***</b> <b>(0.036)</b>	<b>0.252***</b> <b>(0.033)</b>	<b>0.225***</b> <b>(0.034)</b>	<b>0.229***</b> <b>(0.035)</b>	<b>0.713***</b> <b>(0.087)</b>
sexo	-0.179 (0.114)	<b>-0.234*</b> <b>(0.110)</b>	-0.209 (0.124)	-0.207 (0.126)	-0.241* (0.109)	-0.321** (0.104)
idade	0.004 (0.004)	0.002 (0.004)	-0.001 (0.005)	-0.001 (0.005)	0.004 (0.003)	0.004 (0.004)
etnia	-0.088 (0.109)	-0.072 (0.108)	0.124 (0.140)	0.100 (0.142)	-0.059 (0.107)	0.043 (0.128)
emprego	0.023 (0.112)	0.031 (0.111)	-0.174 (0.128)	-0.239 (0.131)	0.018 (0.109)	0.232* (0.109)
townsize	-0.045 (0.035)	-0.031 (0.034)	-0.041 (0.024)	-0.033 (0.025)	-0.025 (0.033)	-0.037 (0.028)
<b>conflegis</b>	<b>0.549***</b> <b>(0.066)</b>	<b>0.555***</b> <b>(0.066)</b>	<b>0.351***</b> <b>(0.065)</b>	<b>0.369***</b> <b>(0.066)</b>	<b>0.543***</b> <b>(0.065)</b>	<b>0.169**</b> <b>(0.057)</b>
conf_pessoal	0.033 (0.178)	0.039 (0.177)	0.527 (0.326)	0.409 (0.327)	0.025 (0.175)	0.007 (0.212)
associacao	0.034 (0.113)	0.058 (0.111)	<b>0.252*</b> <b>(0.122)</b>	<b>0.299*</b> <b>(0.125)</b>	0.066 (0.110)	<b>0.311**</b> <b>(0.103)</b>
<b>democracia</b>	<b>0.282**</b> <b>(0.087)</b>	<b>0.291***</b> <b>(0.085)</b>		<b>0.530***</b> <b>(0.085)</b>		
ideologia	0.039 (0.023)	0.043 (0.023)	0.028 (0.022)	0.021 (0.022)	<b>0.050*</b> <b>(0.023)</b>	<b>0.062**</b> <b>(0.019)</b>
altruismo	0.043 (0.063)					
aventura	0.014 (0.039)					
obediencia	-0.028 (0.044)					
Internet	<b>0.290*</b> <b>(0.146)</b>					
N	1220	1237	932	952	1266	1385

\* p<0.05, \*\* 0.01; \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.32. Regressões logísticas ordinais (ologit) com interesse como variável dependente (NUPPS)**

Interesse	2006		2014		
Renda	0.001 (0.040)	-0.011 (0.040)	<b>0.176***</b> <b>(0.049)</b>	<b>0.179***</b> <b>(0.050)</b>	<b>0.163**</b> <b>(0.050)</b>
Educacao	<b>0.136***</b> <b>(0.025)</b>	<b>0.119***</b> <b>(0.026)</b>	<b>0.112***</b> <b>(0.027)</b>	<b>0.109***</b> <b>(0.027)</b>	<b>0.098***</b> <b>(0.028)</b>
Sexo	<b>-0.496***</b> (0.097)	<b>-0.491***</b> (0.097)	<b>-0.480***</b> (0.105)	<b>-0.468***</b> (0.106)	<b>-0.470***</b> (0.106)
Idade	-0.000 (0.004)	0.001 (0.004)	0.003 (0.004)	0.003 (0.004)	0.004 (0.004)
Etnia	0.080 (0.094)	0.066 (0.094)	-0.025 (0.103)	-0.022 (0.103)	-0.039 (0.104)
Emprego	0.031 (0.117)	0.079 (0.118)	0.005 (0.128)	0.001 (0.128)	0.013 (0.129)
Logpop	0.012 (0.022)	0.013 (0.022)	-0.028 (0.034)	-0.028 (0.034)	-0.032 (0.035)
Conflegis	<b>0.276***</b> <b>(0.058)</b>	<b>0.267***</b> <b>(0.059)</b>	0.086 (0.062)	0.095 (0.062)	0.102 (0.062)
Conf_pessoal	<b>-0.147*</b> <b>(0.064)</b>	<b>-0.136*</b> <b>(0.065)</b>	0.062 (0.066)	0.063 (0.067)	0.055 (0.067)
Associacao	<b>0.522***</b> <b>(0.093)</b>	<b>0.479***</b> <b>(0.093)</b>	<b>1.055***</b> <b>(0.107)</b>	<b>1.042***</b> <b>(0.108)</b>	<b>1.043***</b> <b>(0.108)</b>
Democracia	<b>0.231***</b> <b>(0.048)</b>	<b>0.214***</b> <b>(0.049)</b>	0.104 (0.063)	0.104 (0.063)	0.100 (0.063)
Ideologia	<b>0.054***</b> <b>(0.016)</b>	<b>0.059***</b> <b>(0.016)</b>	-0.017 (0.018)	-0.013 (0.018)	-0.014 (0.018)
Compreensão		<b>0.164***</b> <b>(0.042)</b>		0.020 (0.043)	0.022 (0.043)
Influência		<b>0.139***</b> <b>(0.033)</b>		0.067 (0.036)	0.063 (0.037)
Internet					0.160 (0.110)
N	1792	1783	1574	1565	1564

\* P<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.32. Regressões com participação como variável dependente sem a variável explicativa “interesse” (NUPPS- 2006)**

	Petição	Protesto	Boicote	Voto	Partido	Cons/OP	Discussão
Renda	-0.020 (0.045)	0.006 (0.079)	0.029 (0.121)	-0.106 (0.127)	0.048 (0.063)	<b>0.128*</b> <b>(0.062)</b>	0.002 (0.041)
Educacao	<b>0.154***</b> <b>(0.029)</b>	<b>0.369***</b> <b>(0.058)</b>	0.120 (0.086)	0.113 (0.079)	-0.023 (0.040)	0.019 (0.040)	<b>0.126***</b> <b>(0.026)</b>
Sexo	0.113 (0.110)	-0.193 (0.206)	-0.513 (0.333)	0.375 (0.317)	-0.286 (0.155)	-0.081 (0.154)	<b>-0.396***</b> <b>(0.100)</b>
Idade	0.002 (0.004)	0.004 (0.008)	0.011 (0.012)	0.021 (0.011)	-0.000 (0.006)	0.000 (0.006)	-0.002 (0.004)
Etnia	-0.105 (0.107)	-0.219 (0.204)	<b>-1.033**</b> <b>(0.376)</b>	0.559 (0.318)	-0.217 (0.152)	-0.257 (0.152)	-0.012 (0.097)
Emprego	0.242 (0.134)	0.109 (0.266)	0.280 (0.414)	<b>1.003**</b> <b>(0.361)</b>	0.027 (0.188)	-0.145 (0.186)	0.095 (0.121)
Logpop	<b>0.101***</b> <b>(0.024)</b>	0.032 (0.046)	0.146* (0.071)	0.133 (0.074)	-0.002 (0.035)	-0.020 (0.034)	-0.009 (0.023)
Compreensão	<b>0.165***</b> <b>(0.047)</b>	<b>0.106</b> <b>(0.076)</b>	<b>0.319**</b> <b>(0.108)</b>	-0.042 (0.130)	<b>0.165**</b> <b>(0.060)</b>	<b>0.214***</b> <b>(0.058)</b>	<b>0.179***</b> <b>(0.042)</b>
Influência	0.027 (0.036)	0.034 (0.063)	0.013 (0.099)	-0.068 (0.100)	0.057 (0.050)	-0.006 (0.051)	0.028 (0.033)
Conflegis	<b>-0.199**</b> <b>(0.067)</b>	-0.107 (0.130)	-0.115 (0.197)	-0.011 (0.182)	-0.007 (0.091)	0.002 (0.091)	-0.033 (0.060)
Conf_pessoal	-0.072 (0.073)	0.056 (0.137)	-0.269 (0.208)	0.354 (0.197)	-0.107 (0.101)	<b>-0.213*</b> <b>(0.101)</b>	<b>-0.199**</b> <b>(0.067)</b>
Associacao	<b>0.389***</b> <b>(0.104)</b>	<b>1.179***</b> <b>(0.202)</b>	<b>1.098***</b> <b>(0.321)</b>	0.150 (0.298)	0.107 (0.146)	<b>0.677***</b> <b>(0.143)</b>	<b>0.491***</b> <b>(0.096)</b>
Democracia	0.105 (0.054)	0.218 (0.121)	0.106 (0.171)	-0.034 (0.164)	-0.091 (0.071)	-0.042 (0.073)	<b>0.121*</b> <b>(0.050)</b>
Ideologia	<b>0.070***</b> <b>(0.018)</b>	0.007 (0.035)	0.059 (0.057)	0.026 (0.045)	<b>-0.107***</b> <b>(0.023)</b>	<b>-0.092***</b> <b>(0.023)</b>	0.005 (0.016)
N	1782	1781	1779	1607	1786	1785	1786

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

Por fim, verificamos como as outras variáveis independentes se comportam quando suprimimos “interesse” das regressões principais realizadas na seção anterior. A variável *renda* aparece como estatisticamente significativa em alguns modelos (sobretudo para a participação em *petições*). O nível educacional, por sua vez, continua apresentando uma relação indistinta de zero em alguns modelos, mesmo com a supressão de “interesse”. Essas evidências, somadas à forte correlação entre interesse e educação e aos efeitos indiretos da educação sobre a participação (com *interesse* como variável mediadora),

sugerem que o efeito da educação pode ser parcialmente camuflado pela variável *interesse*, mas não é totalmente camuflado em casos onde a educação parece realmente não afetar a participação (sobretudo em atividades partidárias). A variável *associação* também apresenta correlação significativa em grande parte dos modelos (a correlação entre participação política, associativismo e interesse é um pouco mais complexa, pois podemos argumentar que os três fatores se influenciam mutuamente).

**Tabela 4.33. Regressões com participação como variável dependente sem a variável explicativa “interesse” (NUPPS- 2014)**

	Petição	Protesto	Boicote	Voto	Partido	Cons/OP	Discussão
renda	<b>0.167**</b> (0.056)	0.139 (0.090)	0.049 (0.147)	0.140 (0.108)	0.045 (0.078)	-0.004 (0.073)	0.060 (0.053)
educacao	<b>0.143***</b> (0.031)	<b>0.171**</b> (0.055)	0.029 (0.085)	0.068 (0.053)	0.006 (0.044)	0.071 (0.042)	<b>0.095**</b> (0.029)
sexo	-0.034 (0.122)	<b>-0.650**</b> (0.208)	-0.504 (0.328)	0.283 (0.202)	-0.038 (0.166)	-0.088 (0.157)	<b>-0.287*</b> (0.114)
idade	0.008 (0.004)	<b>-0.015*</b> (0.007)	-0.006 (0.011)	<b>0.058***</b> (0.008)	0.007 (0.006)	0.007 (0.006)	<b>0.010*</b> (0.004)
etnia	-0.052 (0.120)	0.028 (0.198)	0.245 (0.313)	-0.241 (0.196)	-0.175 (0.167)	-0.178 (0.157)	0.031 (0.112)
emprego	-0.088 (0.149)	<b>-0.636**</b> (0.245)	-0.052 (0.401)	0.424 (0.258)	<b>0.418*</b> (0.210)	0.277 (0.197)	0.099 (0.139)
logpop	<b>0.107**</b> (0.040)	-0.014 (0.064)	0.085 (0.103)	-0.119 (0.068)	-0.026 (0.054)	<b>-0.098*</b> (0.050)	-0.010 (0.037)
compreensão	-0.033 (0.050)	-0.014 (0.081)	0.094 (0.123)	0.134 (0.088)	<b>0.133*</b> (0.065)	<b>0.145*</b> (0.062)	<b>0.092*</b> (0.046)
influência	<b>0.119**</b> (0.041)	0.106 (0.067)	-0.013 (0.113)	-0.069 (0.067)	0.016 (0.059)	0.028 (0.055)	0.034 (0.039)
conflegis	<b>-0.200**</b> (0.073)	-0.141 (0.123)	-0.004 (0.189)	-0.060 (0.118)	<b>0.296**</b> (0.096)	<b>0.341***</b> (0.090)	0.006 (0.067)
conf_pessoal	0.148 (0.077)	-0.087 (0.128)	-0.031 (0.202)	<b>0.557***</b> (0.132)	<b>0.243*</b> (0.106)	<b>0.287**</b> (0.099)	<b>0.191**</b> (0.073)
associacao	<b>0.899***</b> (0.119)	<b>0.967***</b> (0.192)	0.515 (0.310)	0.118 (0.204)	0.322 (0.167)	1.055*** (0.154)	<b>0.875***</b> (0.113)
democracia	0.021 (0.072)	-0.186 (0.115)	-0.141 (0.180)	<b>0.373***</b> (0.110)	<b>-0.531***</b> (0.088)	<b>-0.470***</b> (0.085)	<b>-0.228***</b> (0.066)
ideologia	0.022 (0.021)	-0.054 (0.035)	<b>-0.126*</b> (0.058)	-0.031 (0.034)	<b>-0.115***</b> (0.031)	<b>-0.137***</b> (0.029)	-0.012 (0.020)
N	1549	1554	1540	1395	1563	1564	1563

\* p<0.05; \*\* p<0.01; \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.34. Regressões com participação como variável dependente sem a variável explicativa “interesse” (WVS-1991)**

	petição	protesto	boicote	partido	discussão
renda	<b>0.129***</b> <b>(0.034)</b>	0.067 (0.036)	0.078 (0.044)	0.159 (0.084)	<b>0.086*</b> <b>(0.036)</b>
educacao	<b>0.459***</b> <b>(0.098)</b>	<b>0.552***</b> <b>(0.120)</b>	<b>0.738***</b> <b>(0.158)</b>	0.234 (0.272)	<b>0.552***</b> <b>(0.114)</b>
sexo	<b>-0.337**</b> <b>(0.119)</b>	0.132 (0.146)	-0.142 (0.193)	<b>-0.995*</b> <b>(0.396)</b>	<b>-0.325*</b> <b>(0.144)</b>
idade	0.003 (0.005)	-0.006 (0.006)	0.004 (0.008)	0.001 (0.015)	<b>0.032***</b> <b>(0.006)</b>
etnia	-0.135 (0.146)	0.065 (0.183)	0.247 (0.253)	-0.377 (0.428)	-0.039 (0.178)
emprego	<b>0.325**</b> <b>(0.124)</b>	0.236 (0.156)	0.036 (0.206)	0.325 (0.439)	<b>0.403**</b> <b>(0.155)</b>
townsize	<b>0.155***</b> <b>(0.032)</b>	0.039 (0.040)	<b>0.120*</b> <b>(0.056)</b>	<b>-0.457***</b> <b>(0.085)</b>	-0.067 (0.037)
conflegis	-0.089 (0.064)	0.045 (0.081)	<b>-0.257*</b> <b>(0.118)</b>	0.122 (0.186)	-0.122 (0.079)
conf_pessoal	-0.155 (0.230)	-0.239 (0.293)	-0.524 (0.419)	0.291 (0.650)	-0.046 (0.267)
associacao	<b>0.251*</b> <b>(0.118)</b>	<b>0.720***</b> <b>(0.141)</b>	<b>0.559**</b> <b>(0.184)</b>	<b>1.582***</b> <b>(0.411)</b>	<b>0.285*</b> <b>(0.137)</b>
ideologia	-0.016 (0.021)	<b>-0.094***</b> <b>(0.027)</b>	-0.069 (0.037)	-0.079 (0.064)	0.010 (0.026)
N	1382	1381	1354	1390	1374

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

**Tabela 4.35. Regressões com participação como variável dependente sem a variável explicativa “interesse” (WVS-1997)**

	petição	protesto	boicote	partido	discussão
renda	<b>0.082*</b> ( <b>0.039</b> )	<b>0.086*</b> ( <b>0.041</b> )	0.118 (0.066)	<b>0.135*</b> ( <b>0.065</b> )	0.019 (0.050)
educacao	<b>0.247***</b> ( <b>0.039</b> )	<b>0.209***</b> ( <b>0.044</b> )	<b>0.193*</b> ( <b>0.081</b> )	0.124 (0.069)	<b>0.252***</b> ( <b>0.055</b> )
sexo	-0.018 (0.145)	0.058 (0.163)	-0.093 (0.299)	-0.227 (0.263)	<b>-0.768***</b> ( <b>0.213</b> )
idade	-0.005 (0.006)	0.006 (0.006)	0.017 (0.012)	0.020* (0.009)	<b>0.032***</b> ( <b>0.008</b> )
etnia	0.018 (0.161)	-0.242 (0.185)	-0.190 (0.360)	-0.444 (0.298)	-0.032 (0.241)
emprego	0.039 (0.150)	0.097 (0.171)	0.130 (0.322)	-0.230 (0.274)	-0.147 (0.215)
townsize	0.031 (0.028)	<b>-0.090**</b> ( <b>0.031</b> )	-0.040 (0.056)	<b>-0.274***</b> ( <b>0.049</b> )	<b>-0.092*</b> ( <b>0.038</b> )
conflegis	<b>-0.277***</b> ( <b>0.075</b> )	0.056 (0.085)	0.035 (0.160)	<b>0.324*</b> ( <b>0.135</b> )	-0.033 (0.107)
conf_pessoal	0.329 (0.404)	<b>1.411***</b> ( <b>0.408</b> )	0.734 (0.599)	-0.522 (0.768)	0.472 (0.468)
associacao	-0.026 (0.142)	0.446** (0.162)	0.247 (0.307)	<b>0.864**</b> ( <b>0.283</b> )	0.061 (0.203)
democracia	<b>0.217*</b> ( <b>0.093</b> )	<b>0.289**</b> ( <b>0.112</b> )	0.282 (0.216)	<b>0.434*</b> ( <b>0.196</b> )	<b>0.391**</b> ( <b>0.146</b> )
ideologia	-0.018 (0.025)	<b>-0.111***</b> ( <b>0.029</b> )	<b>-0.150**</b> ( <b>0.055</b> )	0.054 (0.047)	-0.045 (0.036)
N	929	932	911	934	933

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

Resta ainda entender em que circunstâncias um aumento no interesse se traduz em aumento na participação e porque isso nem sempre ocorre. De forma semelhante, ainda é necessário explicar que motivações levam alguém a participar mesmo com um baixo grau de interesse por política (algo que é raro, segundo nossos resultados sugerem – com exceção da participação eleitoral), e como essa participação pode gerar interesse. Essas questões fogem ao escopo do presente trabalho, mas são bastante importantes para entender o fenômeno da participação mais detalhadamente.

**Tabela 4.36. Regressões com participação como variável dependente sem a variável explicativa “interesse” (WVS-2006)**

	Petição	Protesto	Boicote	Voto	Partido
renda	-0.010 (0.031)	-0.008 (0.048)	0.030 (0.066)	-0.064 (0.044)	0.013 (0.072)
educacao	<b>0.170***</b> <b>(0.044)</b>	<b>0.227***</b> <b>(0.067)</b>	0.050 (0.093)	<b>0.172*</b> <b>(0.069)</b>	0.164 (0.096)
sexo	-0.142 (0.131)	-0.244 (0.193)	-0.497 (0.270)	-0.029 (0.194)	-0.186 (0.287)
idade	<b>-0.012**</b> <b>(0.004)</b>	-0.001 (0.006)	0.002 (0.009)	0.002 (0.006)	<b>0.018*</b> <b>(0.009)</b>
etnia	0.055 (0.126)	<b>-0.542***</b> <b>(0.189)</b>	0.229 (0.268)	0.056 (0.187)	-0.232 (0.278)
emprego	0.200 (0.128)	-0.267 (0.191)	0.395 (0.278)	0.359 (0.191)	0.038 (0.289)
townsize	<b>0.117**</b> <b>(0.041)</b>	<b>-0.178**</b> <b>(0.059)</b>	0.035 (0.094)	<b>-0.231***</b> <b>(0.066)</b>	<b>-0.338***</b> <b>(0.084)</b>
conflegis	-0.005 (0.073)	0.116 (0.107)	<b>0.297*</b> <b>(0.150)</b>	<b>0.224*</b> <b>(0.112)</b>	<b>0.603***</b> <b>(0.156)</b>
conf_pessoal	0.254 (0.206)	0.415 (0.264)	0.503 (0.353)	-0.321 (0.289)	0.518 (0.368)
associacao	-0.053 (0.130)	0.347 (0.204)	-0.378 (0.263)	<b>0.365*</b> <b>(0.186)</b>	<b>0.969**</b> <b>(0.364)</b>
democracia	0.149 (0.097)	0.268 (0.152)	0.025 (0.202)	0.046 (0.140)	0.193 (0.238)
ideologia	-0.024 (0.026)	0.017 (0.038)	-0.019 (0.054)	0.031 (0.039)	0.020 (0.056)
altruismo	0.137 (0.074)	<b>0.240*</b> <b>(0.116)</b>	0.061 (0.158)	-0.056 (0.109)	0.287 (0.182)
aventura	-0.022 (0.044)	0.051 (0.063)	0.073 (0.087)	0.051 (0.065)	0.057 (0.097)
obediencia	-0.089 (0.050)	-0.093 (0.071)	<b>-0.307***</b> <b>(0.093)</b>	-0.030 (0.075)	-0.187 (0.103)
internet	<b>0.419*</b> <b>(0.165)</b>	<b>0.664**</b> <b>(0.234)</b>	<b>0.756*</b> <b>(0.325)</b>	-0.051 (0.256)	0.273 (0.368)
N	1236	1237	1215	1235	1229

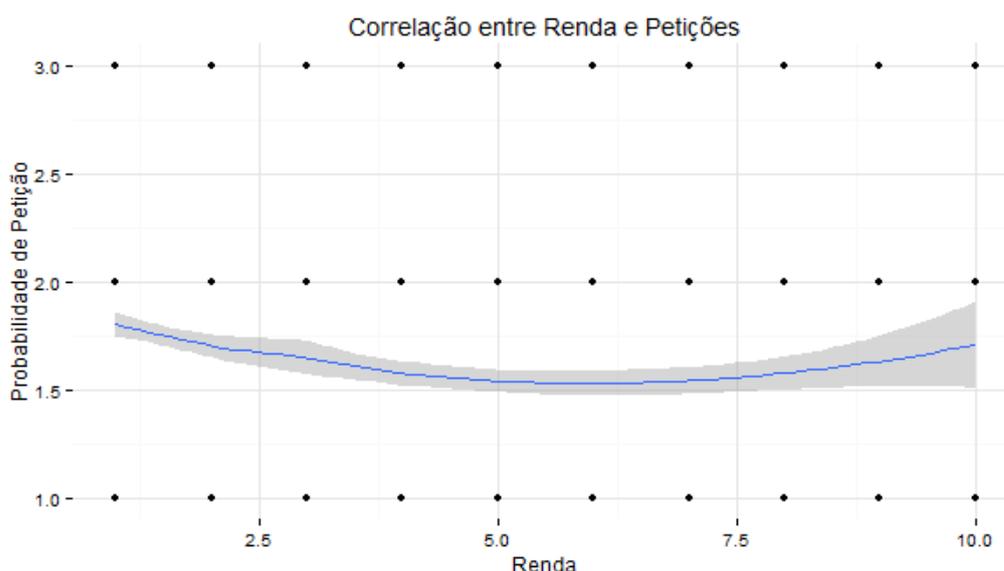
\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

### 4.2.3. Efeitos não-lineares das variáveis explicativas

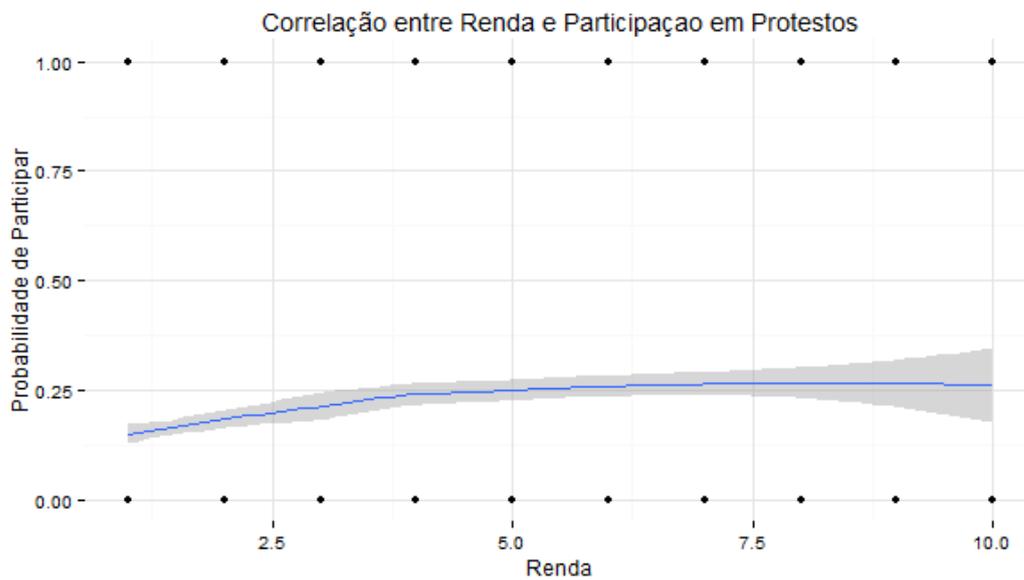
Fatores como *renda e idade* podem apresentar uma relação não-linear com a participação. De fato, olhando para os dados das amostras, verificamos, por exemplo, no NUPPS, os poucos indivíduos que constam nas categorias mais altas de renda não participaram da maioria das atividades aqui abordadas. Isso pode ter contribuído para os coeficientes sem significância estatística. Na próxima página, vemos a relação entre *renda* e as 3 formas não-convencionais de participação que estamos analisando.

O gráfico para petições é um pouco estranho, pois sugere uma curva em U (quando o que poderíamos imaginar seria um U invertido: a classe média participa mais). Já o gráfico para a participação em protestos apresenta esse U invertido, corroborando as teorias de que essa é, de fato, uma forma de ação da classe média (essa ideia foi defendida com muita frequência, inclusive pela imprensa internacional, para explicar as ondas de protestos que, em 2013, varreram o Brasil - um país que reduziu bastante seus níveis de pobreza nas últimas décadas).

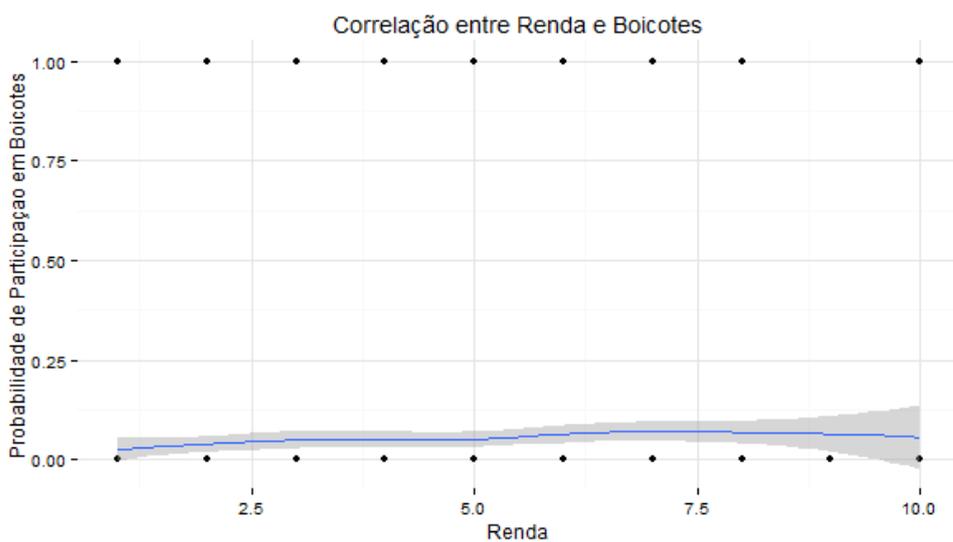
Aqui, novamente, a tendência em relação ao ato de boicotar produtos não é clara. Pensando em outras formas de participação, também podem haver efeitos não-lineares. O gráfico 19 apresenta uma relação entre renda e participação nos Conselhos e OP.



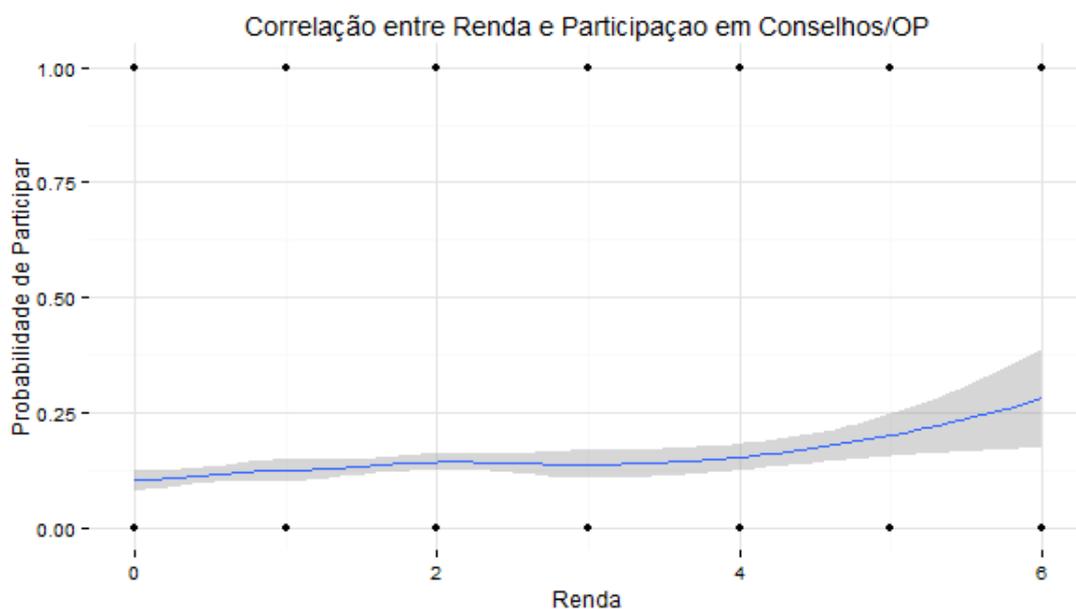
**Gráfico 16 – Curva loess – probabilidade de assinar petições em relação a categorias de renda (WVS)**



**Gráfico 17 – Curva loess – probabilidade de participar de protestos em relação a categorias de renda (WVS)**



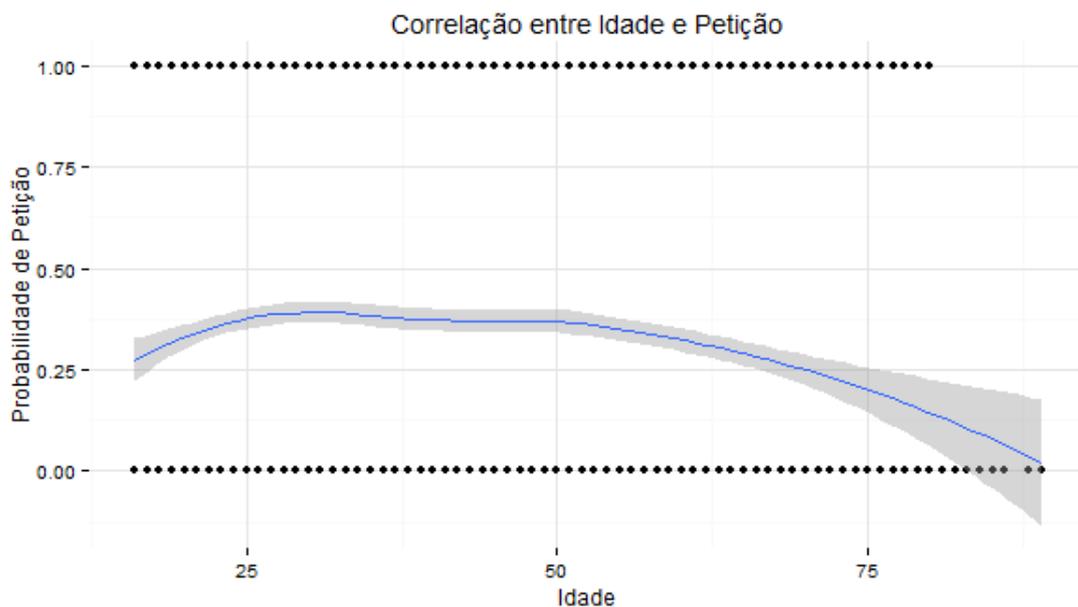
**Gráfico 18 – Curva loess – probabilidade de participar de boicotes em relação a categorias de renda (WVS)**



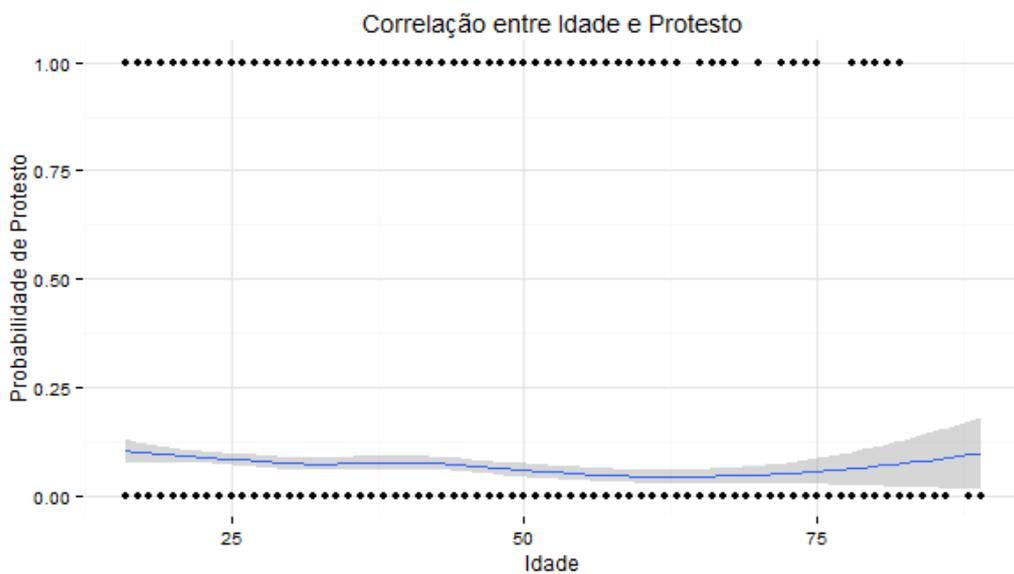
**Gráfico 19 – Curva loess – probabilidade de participar de Conselhos e Orçamento Participativo em relação a categorias de renda (WVS)**

O gráfico sugere um aumento constante da probabilidade de participar com cada aumento nas categorias de renda. Isso é importante especialmente no caso de Orçamento Participativo, já que uma relação com renda pode ter efeitos distributivos consideráveis nas políticas públicas influenciadas por esse Orçamento.

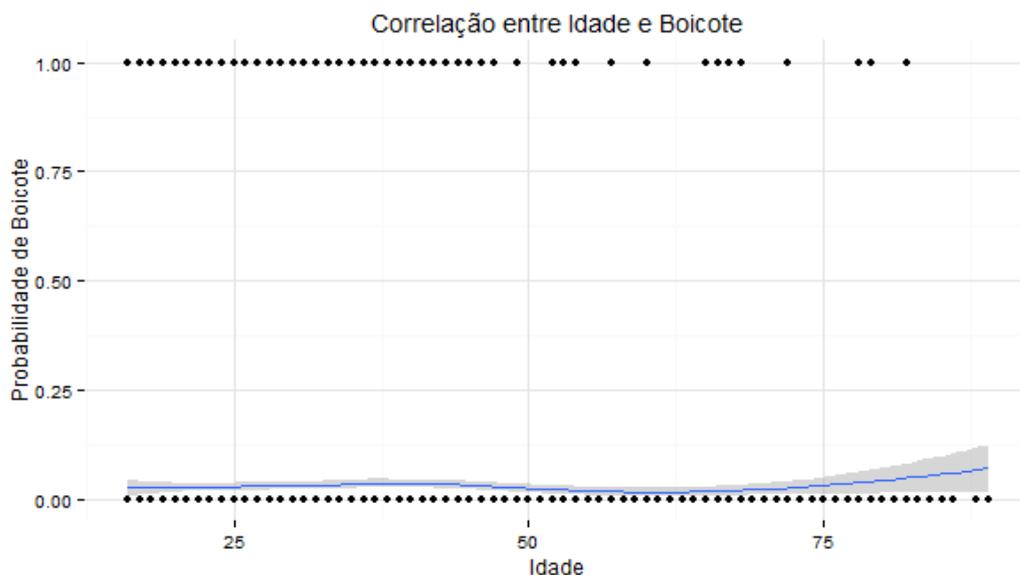
Passando para a questão etária, vemos que a sugestão do gráfico abaixo é de uma curva em U invertido. Parece haver uma tendência de aumento da participação em petições até a faixa dos 25 anos, mantendo uma constância para as próximas faixas etárias e depois declinando gradualmente na terceira idade. Isso pode ser uma decorrência de dois fatores: os mais jovens têm menos interesse por política e, possivelmente, por formas de participação que necessitam de mais informação, como as petições. Em segundo, os mais idosos (em média) possuem menos familiaridade com as mídias sociais.



**Gráfico 20 – Curva loess – probabilidade de participar de petições por idade (NUPPS 2006 e 2014)**



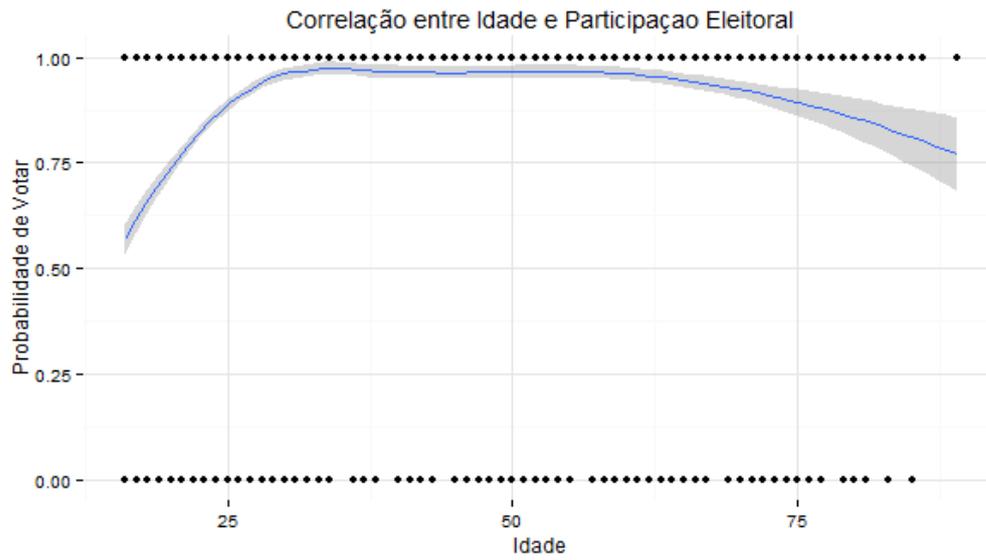
**Gráfico 21 – Curva loess- Probabilidade de participar de protestos por idade (NUPPS 2006 e 2014)**



**Gráfico 22 – Curva loess – probabilidade de participar de boicotes por idade (NUPPS 2006 e 2014)**

Para protestos e boicotes, gráficos semelhantes não apresentaram uma tendência clara. No caso dos protestos, a tendência de aumento do interesse por política com o aumento da idade pode ser anulada por uma menor disponibilidade de tempo, menor vigor físico para se locomover e participar de atividades desgastantes (como podem ser muitas manifestações), e menor contato com ambientes onde o protesto é algo frequente (como a vida universitária). Em relação aos boicotes, o número de pessoas que declaram ter participado dessa atividade é tão pequeno que dificulta a detecção de qualquer tendência.

Para finalizar, apresentamos um gráfico sobre a probabilidade de votar em relação à idade. Aqui parece haver um aumento considerável entre a faixa dos 20 e 30 anos, e um declínio a partir dos 60 anos de idade. Cabe notar que isso não é fruto do voto facultativo para pessoas de 16 a 18 anos ou acima de 70. Tomou-se aqui o cuidado de fazer análises que excluía essas populações.



**Gráfico 23 – Curva loess – probabilidade de votar por idade (NUPPS)**

## CONCLUSÃO

Este trabalho pretende contribuir para a compreensão sobre a participação política no Brasil, e em especial, sobre como as desigualdades sociais e a cultura política podem afetá-la. Esses são temas importantes para a *qualidade da democracia*.

O esforço aqui realizado não foi apenas com o objetivo de fazer contribuições empíricas sobre a participação política no caso brasileiro: também pretende-se, a partir dessas contribuições, dialogar criticamente com a literatura internacional de participação, em especial no que se refere às complexas relações causais entre os diversos determinantes da participação e esta última.

Dessa forma, buscou-se detectar também efeitos indiretos e tendências não-lineares de algumas variáveis explicativas. Mas ainda é preciso entender melhor os *mecanismos causais* aqui envolvidos.

Em geral, as correlações aqui apontadas são semelhantes ao que as análises mostram para outros países para formas convencionais e não-convencionais de ação. O interesse por política aparece como fator bastante relevante. Por isso, um dos caminhos para compreender melhor a participação reside justamente na compreensão de *quem* se interessa por política e *por quê*.

Por outro lado, nenhum dos modelos testados apresentou uma relação estatisticamente significativa entre interesse e *participação* eleitoral. Isso sugere que existem muitas pessoas votando sem interesse, e que o voto compulsório, apesar de equalizar a participação política por um lado, como já defendia Lijphart (1997), por outro, traz pessoas sem interesse ou informação sobre a política às urnas. Somando isso ao fato de que o sistema eleitoral brasileiro é de difícil compreensão<sup>128</sup>, podemos ter uma participação eleitoral com níveis relativamente altos mas com efetividade baixa.

A inexistência de uma correlação entre participação eleitoral e interesse também pode significar que o voto obrigatório *não está criando* mais interesse e engajamento nas pessoas, como alguns defensores dessa regra sempre apontaram. Essa questão foge aos objetivos da análise aqui proposta, mas é de suma importância para compreender a *qualidade da democracia* brasileira.

---

<sup>128</sup> Especialmente nas eleições para deputados, como afirma Kinzo (2006).

Entre os fatores socioeconômicos, a *educação* permanece sendo um fator que gera desigualdade na participação, exatamente como ocorre em outras nações. No entanto, isso só se verificou para a participação em protestos, petições e discussões públicas. As análises com o método de Karlson, Holmes e Breen sugerem que há um efeito indireto importante da *educação* sobre a participação em Conselhos e no Orçamento Participativo também.

Esta forma de participação que acabamos de mencionar parece ser explicada em larga medida pelo *capital social* também. Não obstante, é preciso cautela ao observar isso de maneira positiva. Considerando o que autores como Romão (2011) levantaram (uma forte influência das elites políticas na mobilização de cidadãos para participarem desses Conselhos), a questão que fica é se essa forte correlação com a participação em associações não é, em parte, fruto dessa mobilização feita por lideranças, ou seja, se não são sempre as mesmas pessoas participando de instituições diversas, talvez com aspirações a uma carreira política (ou com objetivos clientelistas). Como já apontado neste trabalho, ainda falta muito a compreender no que tange os condicionantes da participação nos Conselhos e no Orçamento Participativo. Espera-se ter contribuído para lançar luz sobre essa questão com a análise aqui apresentada.

A participação em *boicotes* é outra atividade na qual ainda é preciso avançar muito se pretendemos entender suas causas. A quantidade pequena de pessoas que se engajam nesta atividade dificulta a análise. No entanto, parece haver uma crescente atenção sobre o “consumerismo”, não apenas na ciência política mas também vindo de outras áreas, o que pode gerar análises interessantes<sup>129</sup>.

As petições, outra forma de ação pouco estudada, têm, por sua vez, o benefício de serem frequentes, facilitando análises como a que acabamos de apresentar. Além disso, a frequência cada vez maior com que as petições são feitas via Internet pode facilitar o desenvolvimento de pesquisas com designs diferenciados, como pesquisas de opinião online e experimentos com survey embutidos nessas pesquisas.

---

<sup>129</sup> Um bom exemplo disso é o estudo de Farah (2014), que busca entender até que ponto as crenças e orientações normativas de um indivíduo podem afetar suas decisões de compra e boicote, ao realizar um experimento para ver o quanto as pessoas estariam dispostas a pagar (a mais) por um produto devido a essas orientações. Essa forma de ação política, assim como as *doações financeiras*, têm a vantagem de permitir estudos como esse, ou seja, experimentos que possam medir *o quanto* uma pessoa está disposta a praticar aquela ação.

Não parece haver diferenças significativas entre os pontos temporais abordados nesta análise, com exceção da proliferação da Internet e o efeito que isso parece ter trazido, principalmente, sobre a participação em *petições*. Além disso, os modelos realizados com as pesquisas do NUPPS de 2014 sugerem um aumento na participação de pessoas com visões antidemocráticas, o que pode ser um problema para a qualidade da democracia no país.

Deixando de lado a educação, outras fontes comuns de desigualdades políticas não apresentaram uma relação tão clara com a participação. No entanto, alguns desses desequilíbrios parecem persistir. Pessoas do sexo feminino *não participam mais de boicotes*, como sugeriram Marien, Hooghe e Quintelier (2010). Além do mais, o sexo masculino parece mais ativo em outras formas de ação, a ponto de ter quase o dobro de chance de participar de protestos do que as mulheres, segundo nossas previsões. A etnia, por sua vez, não parece ter nenhuma relação significativa com a participação no Brasil atual.

A confiança interpessoal e a participação em associações demonstraram uma importância considerável para explicar algumas formas de ação, mostrando, mais uma vez, o papel da cultura política. Isso tem grandes chances de estar relacionado com a questão das *oportunidades políticas*, mencionada por diversas vezes nas primeiras partes deste trabalho.

Da mesma forma, o tamanho da cidade poderia apresentar uma relação *positiva* com a participação (considerando que em cidades maiores, em tese, há mais oportunidades). No entanto, o que se configurou foi uma relação “olsoniana”: há um percentual maior de pessoas participando em cidades menores, onde (possivelmente) as pessoas têm contato mais direto com o sistema político e onde suas ações podem contar mais para o resultado final de cada atividade política.

As variáveis da cultura política relacionadas à eficácia ou confiança institucional não apresentaram resultados em boa parte dos modelos. No entanto, a *confiança política* apresentou relações coerentes com a literatura (correlações negativas com a participação não-convencional), podendo ser um fator importante para explicar o momento que o país vive.

Por fim, cabe lembrar, mais uma vez, da relação entre *apoio à democracia* e participação, já que alguns modelos apontaram para uma recente guinada autoritária dos cidadãos politicamente ativos. Como só temos, até o momento, uma única amostra de dados de 2014, e mesmo nessa amostra essa tendência não se apresentou em todos os modelos, ainda é cedo para dizer se essa tendência é real ou se foi apenas uma coincidência dos dados. De qualquer forma, é um fator alarmante e pode ser um indicativo de um novo momento da cultura política brasileira, com uma escalada da radicalização ideológica dos cidadãos mais engajados (ou um engajamento dos cidadãos mais radicais)<sup>130</sup>.

Para compreender a participação no Brasil, é preciso ter a capacidade de compreender a complexidade e os paradoxos que envolvem não apenas a cultura e estrutura política deste país, mas que são inerentes às ciências sociais em geral. Afinal, os estudiosos dessa área precisam aprimorar sua “tolerância com a ambiguidade”, como diz Manski (1995).

Portanto, precisamos entender que podem existir diversos tipos de indivíduo (para não falar de ambiguidades dentro de um mesmo indivíduo): cidadãos críticos (politicamente ativos e informados, com confiança baixa no sistema), cidadãos “cínicos” (também desconfiados, porém com pouco engajamento). Talvez estejamos testemunhando no Brasil o nascimento de um outro tipo de cidadão, mais controverso do que esses supracitados: um indivíduo também com baixa confiança política, bastante engajamento, mas pouco apoio à democracia. Seria como uma mistura do cidadão cínico com o cidadão crítico, alguém que busca (por vezes de maneira impulsiva e desesperada), afetar o sistema político, mas não acredita nele e começa a desenvolver (ou renovar) uma simpatia pelo autoritarismo.

Os resultados aqui apresentados sugerem uma necessidade de discutir as maneiras de engajar os cidadãos na política. Se estamos assistindo, desde 2013, a um momento de mobilização popular sem precedentes, com cada vez mais pessoas participando não apenas de manifestações nas ruas, mas também de discussões políticas, por outro lado o

---

<sup>130</sup> Porém, pode haver um lado positivo nisso: a participação pode aumentar o apoio à democracia (FINKEL, 1987; MULLER; SELIGSON; TURAN, 1987). Portanto, talvez o engajamento de pessoas com uma ideologia mais autoritária poderia mudar essa ideologia, tornando essas pessoas mais democráticas.

Estado brasileiro tem se mostrado apático para responder a toda essa mobilização. Isso talvez explique esse possível “engajamento autoritário” apontado nas análises acima.

Ademais, se pretendemos romper os círculos viciosos formados pelo *populismo*, *desigualdade social* e *desigualdade política* (aliada a uma fraca capacidade das instituições de representar os interesses dos cidadãos), é preciso reduzir as desigualdades educacionais que parecem estar no cerne destes círculos viciosos. E se outros fatores socioeconômicos como *etnia* não se apresentaram como fontes de desigualdade na participação política, ainda assim é necessário refletir sobre o porquê de ainda haverem desigualdades políticas mesmo havendo uma participação equalizada entre grupos étnicos (ainda que isso não seja objeto do presente trabalho).

O Estado brasileiro precisa atualizar sua capacidade de representação. Se o voto obrigatório traz uma qualidade desejável para a democracia (igualdade de participação), por outro lado, não basta obrigar os cidadãos a votarem sem despertar um interesse real pela política e, principalmente, sem que as reivindicações políticas da população encontrem nas instituições como os partidos políticos um caminho para serem atendidas.

Ainda que participação seja só um dos diversos desafios da democracia, é um dos principais deles. Compreender todas as relações aqui apresentadas com a participação e com o interesse permite um melhor entendimento sobre a qualidade da democracia brasileira, além de auxiliar na identificação de novas agendas de pesquisa sobre isso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil**. Lynne Rienner Publishers, 2000.
- ACHEN, Christopher H. **Toward a new political methodology: microfoundations and ART**. *Annual Review of Political Science*, v. 5, n. 1, p. 423-450, 2002.
- ALDRICH, John H. **Rational choice and turnout**. *American Journal of Political Science*, p. 246-278, 1993.
- ALESINA, Alberto; GIULIANO, Paola. **Family ties and political participation**. *Journal of the European Economic Association*, v. 9, n. 5, p. 817-839, 2011.
- ALMOND, Gabriel A. **Comparative political systems**. *The Journal of politics*, v. 18, n. 03, p. 391-409, 1956.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Boston: Little, Brown & Company, 1963.
- ALTMAN, David; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Assessing the quality of democracy: Freedom, competitiveness and participation in 18 Latin American countries**. *Democratization*, v. 9, n. 2, p. 85-100, 2002.
- AMORA, Gustavo Freitas. **Raça e representação política: uma análise das eleições para Deputado Federal no Distrito Federal, 2006**. 2008.
- ANDERSEN, Kristi. **Working women and political participation, 1952-1972**. *American Journal of Political Science*, p. 439-453, 1975.
- ANDREWS, George Reid. **Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928**. *Hispanic American Historical Review*, p. 491-524, 1988.
- ANDREWS, George Reid. **Black political protest in São Paulo, 1888-1988**. *Journal of Latin American Studies*, v. 24, n. 01, p. 147-171, 1992.
- ARCE, Moises; BELLINGER, Paul T. **Low-intensity democracy revisited: The effects of economic liberalization on political activity in Latin America**. *World Politics*, v. 60, n. 01, p. 97-121, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. *Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury*. 3ª ed. Brasília: UNB, 1997.

AVRITZER, Leonardo. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 561-598, 2002.

\_\_\_\_\_. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático.** Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Ed.). **Reforma política no Brasil.** Editora UFMG, 2006.

BÄCK, Maria; CHRISTENSEN, Henrik S. **Social trust and Political Participation – a multilevel analysis of 25 European democracies.**

BAQUERO, Marcello. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.

BARBER, Michael. **Ideological donors, contribution limits, and the polarization of state legislatures.** Typescript. Princeton, NJ: Princeton University, 2013.

BARNES, Samuel Henry; KAASE, Max; ALLERBECK, Klaus R. **Political action: Mass participation in five western democracies.** Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.

BATTLE, Esther S.; ROTTER, Julian B. **Children's feelings of personal control as related to social class and ethnic group.** Journal of personality, 1963.

BELL, Daniel. **The end of ideology.** New York: Free Press, 1960.

BEN-ELIEZER, Uri. **The meaning of political participation in a nonliberal democracy: The Israeli experience.** Comparative Politics, p. 397-412, 1993.

BENSON, Michelle; ROCHON, Thomas R. **Interpersonal Trust and the Magnitude of Protest A Micro and Macro Level Approach.** Comparative Political Studies, v. 37, n. 4, p. 435-457, 2004.

BERELSON, Bernard R. **Voting: A study of opinion formation in a presidential campaign.** University of Chicago Press, 1954.

BEST, Samuel J.; KRUEGER, Brian S. **Analyzing the representativeness of Internet political participation.** Political Behavior, v. 27, n. 2, p. 183-216, 2005.

BLAIS, André. **What affects voter turnout?** *Annu. Rev. Polit. Sci.*, v. 9, p. 111-125, 2006.

BLAIS, André; AARTS, Kees. **Electoral systems and turnout.** *Acta Politica*, v. 41, n. 2, p. 180-196, 2006.

BOBO, Lawrence; GILLIAM JR, Franklin D. **Race, sociopolitical participation, and black empowerment.** *The American Political Science Review*, p. 377-393, 1990.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. **Legitimacy and political participation in eight Latin American nations.** In: *Midwest Political Science Meeting*, Chicago, IL. 2009.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo A. **Participação convencional e não convencional na América Latina.** *Revista Latino-Americana de Opinião Pública*, v. 1, p. 53-76, 2010.

BORGE, Rosa; CARDENAL, Ana S. **Surfing the net: A pathway to participation for the politically uninterested?.** *Policy & Internet*, v. 3, n. 1, p. 1-29, 2011.

BRADY, Henry E.; MCNULTY, John E. **Turning out to vote: The costs of finding and getting to the polling place.** *American Political Science Review*, v. 105, n. 01, p. 115-134, 2011.

BRADY, Henry E.; SCHLOZMAN, Kay Lehman; VERBA, Sidney. **Beyond SES: A resource model of political participation.** *American Political Science Review*, p. 271-294, 1995.

\_\_\_\_\_. *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

BREEN, Richard; KARLSON, Kristian Bernt; HOLM, Anders. **Total, direct, and indirect effects in logit and probit models.** *Sociological Methods & Research*, p. 164-191, 2013.

BREHM, John; RAHN, Wendy. **Individual-level evidence for the causes and consequences of social capital.** *American journal of political science*, p. 999-1023, 1997.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. **El contexto político de la participación comunitaria en América Latina,** *Cad. Saúde Pública*, v. 14, n. Sup 2, p. 141-147, 1998.

BRUHN, Kathleen. **Urban protest in Mexico and Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay L. **The Private Roots of Public Action: Gender, Equality, and Political Participation.** Harvard University Press, 2001.

BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay L.; VERBA, Sidney. **Gender and the pathways to participation: The role of resources.** The Journal of Politics, v. 56, n. 04, p. 963-990, 1994.

\_\_\_\_\_. **What happened at work today? A multistage model of gender, employment, and political participation.** The Journal of Politics, v. 61, n. 01, p. 29-53, 1999.

CABANNES, Yves. **Les budgets participatifs en Amérique Latine.** Mouvements, n. 5, p. 128-138, 2006.

CARR, Jered B.; TAVARES, Antonio. **So Close, yet so Far Away? The Effects of City Size, Density and Growth On Local Civic Participation.** Journal of Urban Affairs, v. 35, n. 3, p. 283-302, 2013.

\_\_\_\_\_. **City Size and Political Participation in Local Government Reassessing the Contingent Effects of Residential Location Decisions Within Urban Regions.** Urban Affairs Review, v. 50, n. 2, p. 269-302, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania: tipos e percursos.** Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996.

CHIRIBOGA, Manuel. **Desigualdad, exclusion étnica y participacion politica: el caso de Conaie y Pachacutik en Ecuador.** Alteridades, v. 14, n. 28, p. 51-64, 2004.

CHO, Wendy K. Tam; RUDOLPH, Thomas J. **Emanating political participation: untangling the spatial structure behind participation.** British Journal of Political Science, v. 38, n. 02, p. 273-289, 2008.

COFFÉ, Hilde; BOLZENDAHL, Catherine. **Same game, different rules? Gender differences in political participation.** Sex Roles, v. 62, n. 5-6, p. 318-333, 2010.

COHEN, Erik H.; VALENCIA, José. **Political protest and power distance: Towards a typology of political participation.** Bulletin de Méthodologie Sociologique, v. 99, n. 1, p. 54-72, 2008.

CONGE, Patrick J. **The concept of political participation: toward a definition.** Comparative Politics, Vol. 20, No. 2, pp. 241-249, 1988.

CONWAY, Margaret M. **Political participation in the United States**. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1990.

CORNWALL, Andrea; COELHO, Vera Schatten (Ed.). **Spaces for change? The politics of citizen participation in new democratic arenas**. Zed Books, 2007.

COSTA, Homero De Oliveira. **Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais, 1989-2002**. Editora Sulina, 2007.

COSTA, Frederico Lustosa da; CUNHA, Augusto Paulo Guimarães. **Sete teses equívocas sobre a participação cidadã: O dilema da democracia direta no Brasil**. Organizações & Sociedade, v. 17, n. 54, 2014.

CURINI, Luigi; JOU, Willy; MEMOLI, Vincenzo. **How moderates and extremists find happiness: Ideological orientation, citizen–government proximity, and life satisfaction**. International Political Science Review, v. 35, n. 2, p. 129-152, 2014.

DAHL, Robert Alan. **After the revolution: authority in a good society**. New Haven, CT: Yale University Press, 1970.

\_\_\_\_\_, Robert Alan. **Polyarchy: participation and opposition**. Yale University Press, 1973.

DAHLERUP, Drude; FREIDENVALL, Lenita. **Quotas as a ‘fast track’ to equal representation for women: Why Scandinavia is no longer the model**. International Feminist Journal of Politics, v. 7, n. 1, p. 26-48, 2005.

DALTON, Russell J. **Democratic Choices, Democratic Challenges: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies**. Oxford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. Sage, 2008.

DALTON, Russell J.; VAN SICKLE, Alix; WELDON, Steven. **The individual–institutional nexus of protest behaviour**. British Journal of Political Science, v. 40, n. 01, p. 51-73, 2010.

DALTON, Russell; WELDON, Steven. **Democratic Structures and Democratic Participation: The Limits of Consensualism Theory**. Elections and Democracy: Representation and Accountability, p. 113, 2014.

DA MATTA, Roberto. **Você sabe com quem está falando? Carnavais, malandros e heróis.** Rio de Janeiro: Zahar, p. 139-193, 1979.

DAY, Neil. **Political participation and democracy in Britain.** Cambridge University Press, 1992.

DE LIMA PEROSA, Lilian Maria Farias. **A hora do clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República.** Annablume, 1995.

DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo (Ed.). **Assessing the quality of democracy.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

DYE, Thomas R.; ZEIGLER, L. Harmon. **The Irony of Democracy,** Balmont. 1970.

EASTON, David. **A systems analysis of political life.** New York: Wiley, 1967.

\_\_\_\_\_. **A re-assessment of the concept of political support.** British journal of political science, v. 5, n. 04, p. 435-457, 1975.

EYSENCK, Sybil B.G.; EYSENCK, H. J. **Scores on three personality variables as a function of age, sex and social class.** British Journal of Social and Clinical Psychology, v. 8, n. 1, p. 69-76, 1969.

EKMAN, Joakim; AMNÅ, Erik. **Political participation and civic engagement: Towards a new typology.** Human affairs, v. 22, n. 3, p. 283-300, 2012.

ELKIN, Stephen L.; SOLTAN, Karol E. (Ed.). **Citizen competence and democratic institutions.** Penn State Press, 2007.

ENOS, Ryan D.; FOWLER, Anthony. **Pivotality and Turnout: Evidence from a Field Experiment in the Aftermath of a Tied Election.** Political Science Research and Methods, p. 1-11, 2014.

FARAH, Maya F. **An Expectancy-Value Approach to the Study of Beliefs Underlying Consumer Boycott Intention.** International Journal of Business and Management, v. 9, n. 10, p. p101, 2014.

FERGUSON, Thomas; ROGERS, Joel (Ed.). **The Political economy: readings in the politics and economics of American public policy.** ME Sharpe, 1984.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão.** Lua Nova, v. 44, 1998.

FINKEL, Steven E. **Reciprocal effects of participation and political efficacy: A panel analysis.** American Journal of Political Science, p. 891-913, 1985.

\_\_\_\_\_. **The effects of participation on political efficacy and political support: Evidence from a West German panel.** The Journal of Politics, v. 49, n. 02, p. 441-464, 1987.

FINKEL, Steven E.; MULLER, Edward N.; OPP, Karl-Dieter. **Personal influence, collective rationality, and mass political action.** The American Political Science Review, p. 885-903, 1989.

FORNOS, Carolina A.; POWER, Timothy J.; GARAND, James C. **Explaining voter turnout in Latin America, 1980 to 2000.** Comparative Political Studies, v. 37, n. 8, p. 909-940, 2004.

FOWLER, James H.; KAM, Cindy D. **Beyond the self: Social identity, altruism, and political participation.** Journal of Politics, v. 69, n. 3, p. 813-827, 2007.

FOWLER, James H. et al. **Genes, Games, and Political Participation.** Man is by nature apolitical animal: Evolution, biology, and politics, p. 207-223, 2011.

FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; GONÇALVES, Flavio. **O Sistema Educacional Brasileiro E Os Mecanismos Perpetuadores Da Desigualdade.** Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

FRANCISCO, Michel Neil Trindade. **Democracia e déficit de participação política no Brasil.** Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2006.

FRANKLIN, Mark N. **Voter turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945.** Cambridge University Press, 2004.

FREY, R. Scott; AL-ROUMI, Ali. **Political democracy and the physical quality of life: the cross-national evidence.** Social Indicators Research, v. 47, n. 1, p. 73-97, 1999.

GENNARO, Corinna; DUTTON, William. **The Internet and the public: Online and offline political participation in the United Kingdom.** Parliamentary Affairs, v. 59, n. 2, p. 299-313, 2006.

GEYS, Benny. **Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research.** Electoral Studies, v. 25, n. 4, p. 637-663, 2006.

GIUGNI, M.; LORENZINI, J. Employment Situation. In: **Social Capital, and Political Participation: A Survey of Unemployed and Precarious Youth in Geneva**. Paper presented at the seminar on “Economic/Social Exclusion and Collective Action: Asia and Europe Compared”, Limerick. 2010. p. 16-17.

GODBOUT, Jacques T. **La participation politique: leçons des dernières décennies**. Institut québécois de recherche sur la culture, 1991. Disponível em: [http://www.stes-apes.med.ulg.ac.be/Documents\\_electroniques/MET/MET-PAR/ELE%20MET-PAR%20A-8105.pdf](http://www.stes-apes.med.ulg.ac.be/Documents_electroniques/MET/MET-PAR/ELE%20MET-PAR%20A-8105.pdf) Acesso em 23/10/2014.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. Edições Loyola, 1995.

GOMES, Flávio. **Negros e política:(1888-1937)**. Zahar, 2005.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

GRIFFIN, John D.; NEWMAN, Brian. **Are voters better represented?** Journal of Politics, v. 67, n. 4, p. 1206-1227, 2005.

HAGOPIAN, Frances. **Brazil and Chile: Assessing the Quality of Democracy in Latin America**, p. 123-62, 2005.

HAGUE, Rod; HARROP, Martin; BRESLIN, Shaun. **Comparative government and politics**. London: Palgrave Macmillan, 2004.

HALE, Thomas; HELD, David (Ed.). **The Handbook of Transnational Governance: Institutions and Innovations**. Polity, 2011.

HELLWIG, David J. **Racial paradise or run-around? Afro-North American views of race relations in Brazil**. American Studies, p. 43-60, 1990.

HERO, Rodney E.; CAMPBELL, Anne G. **Understanding Latino political participation: exploring the evidence from the Latino national political survey**. Hispanic Journal of Behavioral Sciences, v. 18, n. 2, p. 129-141, 1996.

HICKEY, Samuel; MOHAN, Giles (Ed.). **Participation--from tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development**. Zed Books, 2004.

HJORTH, Charlotte. **Ten Years of Democratic IDEAs**. IDEA Publications, Ten Years of Supporting Democracy Worldwide, p. 85, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Paz e terra, 2006.

HOFFER, Eric. **The True Believer; Thoughts on the Nature of Mass Movements**. New York: Harper and Row, 1951.

HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind. **Good girls go to the polling booth, bad boys go everywhere: Gender differences in anticipated political participation among American fourteen-year-olds**. *Women & Politics*, v. 26, n. 3-4, p. 1-23, 2004.

HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; MICHELETTI, Michele. **Politics in the supermarket: Political consumerism as a form of political participation**. *International political science review*, v. 26, n. 3, p. 245-269, 2005.

HOOGHE, Marc; MARIEN, Sofie. **How to reach members of Parliament? Citizens and members of Parliament on the effectiveness of political participation repertoires**. *Parliamentary Affairs*, gss 057, 2012.

HOOGHE, Marc; MARIEN, Sofie; QUINTELIER, Ellen. **Inequalities in Non-institutionalised Forms of Political Participation: A Multi-level Analysis of 25 countries**. *Political Studies*, v. 58, n. 1, p. 187-213, 2010.

HUNTINGTON, Samuel. **Political Order in Changing Societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

INGLEHART, Ronald. **Post-materialism in an environment of insecurity**. *The American Political Science Review*, p. 880-900, 1981.

\_\_\_\_\_. **The Persistence of Materialist and Post-Materialist Value Orientations: Comments on Van Deth's Analysis**. *European Journal of Political Research*, v. 11, n. 1, p. 81-91, 1983.

INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. **Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline**. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence**. Cambridge University Press, 2005.

INMAN, Kris; ANDREWS, Josephine. **Corruption and Political Participation in Africa: Evidence from Survey and Experimental Research.** Midwest Political Science Association, April, p. 3-6, 2009.

JACKMAN, Robert W. **Political institutions and voter turnout in the industrial democracies.** The American Political Science Review, p. 405-423, 1987.

JENNINGS, M. Kent. **Another look at the life cycle and political participation.** American Journal of Political Science, p. 755-771, 1979.

JÚNIOR, João Feres; EISENBERG, José. **Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança.** Revista Dados, v. 49, n. 3, 2006.

KAASE, Max. **Interpersonal trust, political trust and non-institutionalised political participation in Western Europe.** West European Politics, v. 22, n. 3, p. 1-21, 1999.

KIM, Joohan; WYATT, Robert O.; KATZ, Elihu. **News, talk, opinion, participation: the part played by conversation in deliberative democracy.** Political communication, v. 16, n. 4, p. 361-385, 1999.

KING, Gary; TOMZ, Michael; WITTENBERG, Jason. **Making the most of statistical analyses: Improving interpretation and presentation.** American journal of political science, p. 347-361, 2000.

KING, Gary; ZENG, Langche. **Logistic regression in rare events data.** Political analysis, v. 9, n. 2, p. 137-163, 2001.

KINZO, Maria D'Alva. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

KLANDERMANS, Bert. **How group identification helps to overcome the dilemma of collective action.** American Behavioral Scientist, v. 45, n. 5, p. 887-900, 2002.

KLANDERMANS, Bert et al. **The demand and supply of participation: Social-psychological correlates of participation in social movements.** The Blackwell companion to social movements, p. 360-379, 2004.

KNAUER, James T. **Motive and goal in Hannah Arendt's concept of political action.** The American Political Science Review, p. 721-733, 1980.

KOHLER, Ulrich; KARLSON, Kristian Bernt; HOLM, Anders. **Comparing coefficients of nested nonlinear probability models.** Stata Journal, v. 11, n. 3, p. 420-438, 2011.

KOSTADINOVA, Tatiana; POWER, Timothy J. **Does democratization depress participation? Voter turnout in the Latin American and Eastern European transitional democracies.** Political Research Quarterly, v. 60, n. 3, p. 363-377, 2007.

KURTZ, Marcus J. **The dilemmas of democracy in the open economy: Lessons from Latin America.** World Politics, v. 56, n. 02, p. 262-302, 2004.

LANIADO, Ruthy Nadia. **Troca e reciprocidade no campo da cultura política.** Sociedade e Estado, v. 16, n. 1-2, p. 222-244, 2001.

LAVALLE, Adrian Gurza. **Após a participação: nota introdutória.** Lua Nova, São Paulo, v. 84, p. 13-23, 2011.

LEIGHLEY, Jan E. **Attitudes, opportunities and incentives: A field essay on political participation.** Political research quarterly, v. 48, n. 1, p. 181-209, 1995.

LEIGHLEY, Jan E.; VEDLITZ, Arnold. **Race, ethnicity, and political participation: Competing models and contrasting explanations.** The Journal of Politics, v. 61, n. 04, p. 1092-1114, 1999.

LIEN, Pei-te. **Ethnicity and political participation: A comparison between Asian and Mexican Americans.** Political Behavior, v. 16, p. 237-264, 1994.

LIJPHART, Arend. **Unequal participation: democracy's unresolved dilemma.** American political science review, p. 1-14, 1997.

LONG, J. Scott. **Regression models for categorical and limited dependent variables. Advanced quantitative techniques in the social sciences,** Sage Publications, 1997.

LONG, J. Scott; FREESE, Jeremy. **Regression models for categorical dependent variables using Stata.** Stata press, 2006.

LOVE, Joseph L. **Political participation in Brazil, 1881-1969.** Luso-Brazilian Review, p. 3-24, 1970.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government.** Cambridge University Press, 1997.

MANSKI, Charles F. **Identification problems in the social sciences.** Harvard University Press, 1995.

MARTINS JÚNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. **O índice de participação e a importância da educação.** Opinião Pública, v. 10, n. 2, p. 268-287, 2004.

- MARSHALL, Thomas H. **Citizenship and social class**. Cambridge, 1950.
- MARX, Anthony W. **Making race and nation: A comparison of South Africa, the United States, and Brazil**. Cambridge University Press, 1998.
- MASON, David S. **Attitudes toward the market and political participation in the postcommunist states**. *Slavic Review*, p. 385-406, 1995.
- MCALLISTER, Ian. **Political behaviour: citizens, parties and elites in Australia**. Melbourne: Longman Cheshire, 1992.
- MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. **Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático**. *Revista Katálysis*, v. 10, n. 2, p. 143-153, 2007.
- MILLER, Arthur H. et al. **Group consciousness and political participation**. *American Journal of Political Science*, p. 494-511, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros ea democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. Editora Atica, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A desconfiança nas instituições democráticas**. *Opin. Publica*, Campinas, v. 11, n. 1, p.33-63, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O desempenho do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão (1995-2006)**. In: Moisés, J. A. et alii, *O DESEMPENHO DO CONGRESSO NACIONAL NO CONTEXTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO*, e-book, Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, capítulo 1, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Democratização e cultura política de massas no Brasil**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 26, 1992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200002>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil**. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.
- MULGAN, Richard. **Aristotle and the value of political participation**. *Political Theory*, p. 195-215, 1990.
- MULLER, Edward N.; OPP, Karl-Dieter. **Rational choice and rebellious collective action**. *The American Political Science Review*, p. 471-488, 1986.

- MULLER, Edward N.; SELIGSON, Mitchell A.; TURAN, Ilter. **Education, participation, and support for democratic norms.** *Comparative Politics*, p. 19-33, 1987.
- NAGLER, Jonathan. **Scobit: an alternative estimator to logit and probit.** *American Journal of Political Science*, p. 230-255, 1994.
- NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil.** Zahar, 2002.
- NICHOLS, Mary P. **Citizens and statesmen: a study of Aristotle's Politics.** Rowman & Littlefield Publishers, 1991.
- NIE, Norman H. **Participation in America: Political democracy and social equality.** University of Chicago Press, 1987.
- NORRIS, Pippa (Ed.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government: Global Support for Democratic Government.** Oxford University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Count every voice: Democratic participation worldwide.** Working Paper, 2001. Disponível em <https://sites.google.com/site/pippanorris3/>
- \_\_\_\_\_. **Democratic phoenix: Reinventing political activism.** Cambridge University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Democratic deficit: Critical citizens revisited.** Cambridge University Press, 2011.
- NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. **Who demonstrates? Antistate rebels, conventional participants, or everyone?** *Comparative politics*, p. 189-205, 2005.
- OLIVER, J. Eric. **City size and civic involvement in metropolitan America.** *American Political Science Review*, p. 361-373, 2000.
- OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the theory of group.** Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa.** *Novos estudos*, v. 31, p. 25-40, 1991.
- O'NEILL, Daniel; SHANLEY, Mary Lyndon (Ed.). **Illusion of Consent: Engaging with Carole Pateman.** Penn State Press, 2010.

PATEMAN, Carole. **Participation and democratic theory**. Cambridge University Press, 1970.

PINTOR, Rafael López; GRATSCHEW, Maria; SULLIVAN, Kate. **Voter turnout rates from a comparative perspective**. IDEA Publications, Voter turnout since 1945: a global report, p. 75-94, 2002.

POWER, Timothy. **Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006**. Journal of Politics in Latin America, v. 1, n. 1, p. 97-122, 2009.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. **Desconfiança política na América Latina**. Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. **Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990–2005: a research communication**. Latin American Research Review, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone**. Journal of democracy, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Making democracy work: Civic traditions in modern Italy**. Princeton university press, 1994.

RAUSCHENBACH, Rolf. **Participation as influencing or decision-making? Conceptual considerations and observations on Brazilian practices**. 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Grupo de Trabalho 04, Controles democráticos e legitimidade (GT04). 2012.

\_\_\_\_\_. **Processes of direct democracy on the federal level in Brazil: An inventory and a research outlook**. C2D (Center for Research on Direct Democracy) Working Paper Series, 40/2012, University of Zurich, 2012. Disponível em: [http://www.c2d.ch/files/C2D\\_WP40.pdf](http://www.c2d.ch/files/C2D_WP40.pdf). Acesso em 20/09/2014.

RENNÓ, Lucio R. **Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina**. Opinião pública, v. 7, n. 1, p. 33-59, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina**. Revista de Sociologia e Política, v. 21, 2003.

RENNÓ, Lucio R.; SMITH, Amy E.; LAYTON, Matthew L.; PEREIRA, Frederico B. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**, 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2011. v. 1.

RIBEIRO, Gladys S. **O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil**. Cadernos Cedec, v. 22, n. 58, p. 21-45, 2002.

RIKER, William H.; ORDESHOOK, Peter C. **A Theory of the Calculus of Voting**. American political science review, v. 62, n. 01, p. 25-42, 1968.

ROMÃO, Wagner D. M. **Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política**. Lua Nova, v. 84, p. 353-364, 2011.

RUBENSON, Daniel. **Can Social Capital Account for Differences in Political Participation Across American Cities**. In: APSA Annual Meeting, Washington DC. 2005.

SALISBURY, Robert H. **Research on political participation**. American Journal of Political Science, p. 323-341, 1975.

SAMUELS, David. **Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil**. Dados, v. 40, n. 3, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme; GUIMARÃES, Fabrícia. **Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil y outros países**. FGV Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e participação**. Repositório IPEA, 2005.

SCHLEGEL, Rogerio. **Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente**. 2011. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**, trans. George Schwab (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1976), v. 26, p. 28, 1996.

SCHMITTER, Philippe C. **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford University Press, 1971.

\_\_\_\_\_. **Still the century of corporatism?** The Review of politics, v. 36, n. 01, p. 85-131, 1974.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Socialism, capitalism and democracy**. Harper and Brothers, 1942.

SCHUSSMAN, Alan; SOULE, Sarah A. **Process and protest: Accounting for individual protest participation**. *Social forces*, v. 84, n. 2, p. 1083-1108, 2005.

SCHUTZ, Alfred. **Concept and theory formation in the social sciences**. In: *Collected Papers I*. Springer Netherlands, 1972. p. 48-66.

SCHWARTZ, Shalom H. **Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries**. *Advances in experimental social psychology*, v. 25, n. 1, p. 1-65, 1992.

SCHWARTZ, Thomas. **Your vote counts on account of the way it is counted: An institutional solution to the paradox of not voting**. *Public Choice*, v. 54, n. 2, p. 101-121, 1987.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. Oxford University Press, 1999.

SHI, Tianjian. **Political participation in Beijing**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten; RÖCKE, Anja. **Participatory budgeting in Europe: potentials and challenges**. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 32, n. 1, p. 164-178, 2008.

SMITH, Amy Erica. **Legitimate grievances: Preferences for democracy, system support, and political participation in Bolivia**. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 3, p. 102-126, 2009.

SOLT, Frederick. **Economic inequality and democratic political engagement**. *American Journal of Political Science*, v. 52, n. 1, p. 48-60, 2008.

STÜRMER, Stefan; SIMON, Bernd. **Pathways to Collective Protest: Calculation, Identification, or Emotion? A Critical Analysis of the Role of Group-Based Anger in Social Movement Participation**. *Journal of Social Issues*, v. 65, n. 4, p. 681-705, 2009.

STUTZER, Alois; FREY, Bruno S. **Political participation and procedural utility: An empirical study**. *European Journal of Political Research*, v. 45, n. 3, p. 391-418, 2006.

- TAYLOR, Michael A. **Channeling frustrations: institutions, economic fluctuations, and political behavior.** *European Journal of Political Research*, v. 38, n. 1, p. 95-134, 2000.
- TEORELL, Jan. **Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda.** *European Journal of Political Research*, v. 45, n. 5, p. 787-810, 2006.
- TESKE, Nathan. **Political activists in America: The identity construction model of political participation.** Cambridge University Press, 1997.
- THOMAS, Clive S. (Ed.). **Political parties and interest groups: Shaping democratic governance.** Lynne Rienner Publishers, 2001.
- TRANJAN, J. Ricardo. **Civil Society and Participation: A Literature Review.** Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, 2012.
- TUFTE, Edward R. **Data analysis for politics and policy.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1974.
- UHLANER, Carole Jean. **“Relational goods” and participation: Incorporating sociability into a theory of rational action.** *Public choice*, v. 62, n. 3, p. 253-285, 1989.
- VALENTINO, Nicholas A. et al. **Election night’s alright for fighting: The role of emotions in political participation.** *The Journal of Politics*, v. 73, n. 01, p. 156-170, 2011.
- VAN DETH, Jan W. **Ranking the ratings: The case of materialist and post-materialist value orientations.** *Political Methodology*, p. 407-431, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Studying political participation: towards a theory of everything?** Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research, Grenoble, p. 6-11, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A conceptual map of participation.** *Acta Politica*, Vol. 49, pp. 349–367, 2014. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/ap/journal/v49/n3/pdf/ap20146a.pdf>
- VECCHIONE, Michele; CAPRARA, Gian Vittorio. **Personality determinants of political participation: The contribution of traits and self-efficacy beliefs.** *Personality and Individual Differences*, v. 46, n. 4, p. 487-492, 2009.

VERBA, Sidney et al. **Race, ethnicity and political resources: Participation in the United States.** British Journal of Political Science, v. 23, n. 04, p. 453-497, 1993a.

\_\_\_\_\_. **Citizen Activity: Who Participates? What Do They Say?** American Political Science Review, v. 87, n. 02, p. 303-318, 1993b.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H. **Participation in America: Political Democracy and Social Equality.** New York, 1972.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-on. **Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison.** CUP Archive, 1979.

VRÁBLÍKOVÁ, Kateřina. **How context matters? Mobilization, political opportunity structures, and nonelectoral political participation in old and new democracies.** Comparative Political Studies, Comparative Political Studies, Vol 47(2) 203–229, 2014.

WAMPLER, Brian. **Participatory budgeting in Brazil: contestation, cooperation, and accountability.** Penn State Press, 2010.

WELCH, Susan. **Women as political animals? A test of some explanations for male-female political participation differences.** American Journal of Political Science, p. 711-730, 1977.

WHITELEY, Paul; SEYD, Patrick. **Rationality and party activism: Encompassing tests of alternative models of political participation.** European Journal of Political Research, v. 29, n. 2, p. 215-234, 1996.

\_\_\_\_\_. **High-intensity participation: the dynamics of party activism in Britain.** University of Michigan Press, 2002.

WINTERS, Matthew. **Explaining Variation in the Structural Correlates of Protest Participation.** In: APSA 2009 Toronto Meeting Paper, 2009.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. **Introductory econometrics: A modern approach.** Cengage Learning, 2012.

ZUKIN, Cliff et al. **A new engagement? Political participation, civic life, and the changing American citizen.** New York, NY, 2006.

## APÊNDICE A – CODIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE

### Variáveis Dependentes

- *Participação não-convencional recente* (WVS 2006) – referem-se à pergunta:

*“Nos últimos cinco anos, o(a) Sr(a) participou de alguma das seguintes atividades?”*

-Assinou um abaixo-assinado (*peticao\_recente*)

-Participou de boicotes (*boicote\_recente*)

-Participou de manifestações pacíficas (*protesto\_recente*)

- *Participação não-convencional em toda a vida*

Nas pesquisas do WVS 1991, 1997 e 2006, essa variável se refere à pergunta:

*“Aqui estão algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já ... [ver atividades abaixo], se poderia vir a fazer ou não faria sob hipótese alguma?”*

- ASSINOU UM ABAIXO ASSINADO (*peticao*)

-PARTICIPOU DE UM BOICOTE (*boicote*)

-PARTICIPOU DE PASSEATAS, MANIFESTAÇÕES PERMITIDAS POR LEI (*protesto*)

Nas pesquisas do NUPPS, a questão é quase idêntica:

*Agora vou ler algumas diferentes formas de ação política que as pessoas podem realizar e gostaria que me dissesse se já fez, se você poderia fazer ou se nunca faria, em nenhuma circunstância:*

-Assinar uma petição ou abaixo-assinado (*peticao*)

-Participar de boicotes - por ex. deixar de pagar de impostos, aluguéis, etc. (*boicote*)

-Participar de manifestações autorizadas (*protesto*)

- *Participação em partidos políticos* (*dummyspartido; partido*)

No WVS 1991, a variável disponível para esse ano é ligeiramente diferente das variáveis para 1997 e 2006, baseada na questão:

*“Por favor, leia cuidadosamente essa lista de organizações e atividades voluntárias. O sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades? **Partidos ou grupos políticos**”*

No WVS de 1997 e 2006, foram considerados como  $y=1$  (participa) aqueles que responderam “pertencem e participo” (em oposição àqueles que responderam “pertencem, mas não participo” ou “não pertencem e não participo” para a seguinte questão:

*“Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias. Gostaria de saber se o(a) Sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações: **Partidos políticos**.*

Nas pesquisas do NUPPS, a pergunta foi:

*“Algumas pessoas participam de atividades políticas e outras não. Gostaria de saber com que frequência você participa das seguintes atividades: **trabalha para um candidato ou partido político**”*

*-Muito frequentemente (x=4)*

*-Frequentemente (x=3)*

*-Quase nunca (x=2)*

*-Nunca (x=1)*

Para a variável binária *dummyspartido*, consideramos  $x=0$  para quem respondeu “nunca”, e  $x=1$  para quem respondeu qualquer outra opção. Para a variável ordinal *partido*, a codificação segue os valores entre parênteses acima.

- *Discussão política (dummydiscussao, discussao)*

No WVS 1997 e 2006, foi utilizada a pergunta:

*“Quando o Sr.(a)/você está com seus amigos, costuma conversar sobre política ou não? (SE SIM) Frequentemente ou só as vezes?”*

Nas pesquisas do NUPPS a pergunta foi igual à de *partidos políticos* (acima), e a codificação para *dummydiscussao* segue a codificação da variável binária anterior, da mesma forma que a codificação para a variável *discussao* segue a codificação da variável ordinal anterior.

- *Participação eleitoral (turnout)*

Nas pesquisas do NUPPS, a questão realizada foi: “*Em quem você votou nas últimas eleições presidenciais?*”

O WVS (2006)<sup>131</sup> perguntou: “*O(A) Sr(a) votou na última eleição para o Congresso Nacional do Brasil (Deputado Federal ou Senador)?*”

Pessoas que declararam que *não tinham idade para votar* foram excluídas da amostra nessas análises.

- *Conselhos e Orçamento Participativo (opdummy, cons\_op)*

A questão realizada foi:

“*Gostaria de saber com que frequência você participa das seguintes atividades: **Conselhos Locais/ Orçamento Participativo***”

Aqui, da mesma forma que nas outras variáveis que eram, originalmente, ordinais (*partido* e *discussao*), mantivemos a codificação original (*nunca, quase nunca, frequentemente, muito frequentemente*) para a variável ordinal *cons\_op*, e criamos uma variável binária a partir disso, chamada *opdummy*, separando aqueles que *nunca* participam dessas atividades daqueles que participam (independentemente de sua frequência).

## Variáveis Independentes

### World Values Survey

#### *Renda*

Para todos os anos, a variável tem 10 categorias. No entanto, na versão de 1991 essa variável foi medida de uma maneira nada usual: perguntou-se

Em 1997 e 2006, a variável foi medida de maneira mais comum, com

#### NUPPS

Optou-se por medir a renda de duas maneiras distintas nesta pesquisa: para metade da amostra, utilizou-se uma variável categórica, para a outra metade, a pergunta era aberta e a pessoa falava o valor da renda que recebe. A variável para renda aqui utilizada é a

---

<sup>131</sup> Não houve pergunta sobre participação eleitoral nos outros anos.

baseia-se numa recodificação dessa segunda metade somada à outra metade em sua versão original, transformando tudo numa única variável categórica.

## *Educação*

### *World Values Survey*

Esta variável também foi medida de maneiras diferentes a cada ano e com pouca clareza. No banco de dados que utilizamos, juntamos as pesquisas dos 3 anos, apenas por conveniência. No entanto, como já alertado, não é possível realizar análises com base nas variáveis dependentes que utilizamos, porque as categorias são bastante diferentes.

1991 – 4 categorias (o questionário tem 6 opções, mas as variáveis existentes no banco agregaram algumas dessas categorias)

1997 – 8 categorias – de primário incompleto até superior completo

2006 – 6 categorias - havia uma categoria para “nenhuma educação formal” com apenas 20 pessoas, segundo o Codebook do WVS de 2005-2007 (no questionário brasileiro de 2005 também aparece essa categoria). No banco de dados, na variável respectiva, essa categoria já aparece agregada com a seguinte.

NUPPS - As categorias utilizadas na pesquisa foram as seguintes:

- 1 Analfabeto/Primário Incompleto
- 2 Primário Completo
- 3 Ginásio Incompleto
- 4 Ginásio Completo
- 5 Ensino Médio Incompleto
- 6 Ensino Médio Completo
- 7 Universitário Incompleto
- 8 Universitário Completo ou mais

*Sexo* – variável binária para ambos os bancos de dados (1= feminino, 0=masculino)

*Idade* – número de anos completos pela pessoa no dia da entrevista, conforme declarado.

*Etnia* – variável binária (1=branco; 0= todas as outras)

*Emprego* – variável binária (1= trabalha no momento; 0= não trabalha no momento)

*Townsize* – tamanho populacional da cidade onde foi realizada cada entrevista

-Dividida em categorias, no WVS – foram mantidas as categorias originais do banco)

-No NUPPS, utilizamos os dados da estimativa do IBGE de 2007 para a pesquisa de 2006 e do censo de 2010 para a pesquisa de 2014.

*Logpop* – log natural do tamanho da cidade (acima), o que só foi possível com os dados do NUPPS

*Interesse*- variável ordinal de 4 categorias:

1 –Nenhum interesse

2-Pouco interesse

3-Algum interesse

4-Muito interesse

*Conflegis* – variável ordinal de 4 categorias, baseada em pergunta sobre o quanto o indivíduo confia no Congresso Nacional:

1 –Nenhuma confiança

2-Pouca confiança

3-Alguma confiança

4-Muita confiança

*Conf\_pessoal* – em todas as pesquisas baseada na pergunta:

*“Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?”*

Os valores são:

1= podemos confiar na maioria das pessoas

0= todo cuidado é pouco no trato com os outros.

*Associacao* – variável binária

1= participa de alguma associação

0= não participa de nenhuma.

Não foram considerados partidos políticos ou Conselhos, porque essas constam nas variáveis dependentes. Além disso, a intenção dessa variável é medir a participação em *associações* que não possuam um objetivo clara e diretamente político.

*Democracia* –

No banco de dados do NUPPS de 2006, utilizamos a seguinte pergunta:

*“Agora vou ler uma afirmação e quero que você me diga se concorda ou discorda:*

*A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo.*

*(SE CONCORDA, PERGUNTAR): Concorda muito ou concorda pouco?*

*(SE DISCORDA PERGUNTAR): Discorda pouco um discorda muito?”*

Codificamos a variável da seguinte forma:

1= discorda muito

2= discorda um pouco

3= não concorda nem discorda

4= concorda um pouco

5= concorda muito

No NUPPS 2014, a variável se refere à seguinte pergunta:

*“Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais?”*

1= *Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático*

2= *Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura*

3= *A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo*

\*No banco de dados original, as categorias 1 e 2 estavam invertidas. Consideramos mais conveniente, para os propósitos deste trabalho, ordená-las como descrito acima.

No World Values Survey, utilizamos as respostas à seguinte pergunta: *“Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo: -Ter um sistema político democrático.”*

Recodificamos a variável para ter os seguintes valores:

1= péssimo

2=ruim

3=bom

4=ótimo

*Ideologia –*

Nos dados do NUPPS, elaboramos um índice baseado no posicionamento do indivíduo em temas ligados à *igualdade*, de acordo com as seguintes questões:

Pesquisa de 2006:

*“Desta série de frases, gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com as seguintes afirmações:*

*-O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual*

*-Nós teríamos menos problemas no Brasil, se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade*

*-Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres*

*-Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais.”*

Pesquisa de 2014:

*“Desta série de frases, gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com as seguintes afirmações:*

*-Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais.”*

*“Destas frases, indique se concorda ou discorda de cada ideia apresentada:*

*-Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros;*

*-Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais oportunidades do que as ricas.”*

Nos dados do World Values Survey, partimos de uma classificação subjetiva, baseada no auto-posicionamento da pessoa. A pergunta na qual nos baseamos foi: *“Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr.(a) colocaria sua visão nesta escala?”*

*-A escala é de 1 a 10, sendo 1=esquerda e 10=direita.*

Extremismo ideológico – construído a partir da variável *ideologia*. Quanto mais próximo do centro, menor o valor. Dessa forma, temos a seguinte correspondência:

ideologia=5 ou 6, extremismo=0

ideologia=4 ou 7, extremismo=1

ideologia=3 ou 8, extremismo=2

ideologia=2 ou 9, extremismo=3

ideologia=1 ou 10, extremismo=4

*Compreensao* – Baseada na pergunta: “*Vou ler algumas frases sobre política e gostaria de saber se você discorda ou concorda :*

*- a política e o governo parecem tão complicados que as pessoas não conseguem entender o que está acontecendo”*

Codificamos a variável da seguinte forma:

1= discorda muito

2= discorda um pouco

3= não concorda nem discorda

4= concorda um pouco

5= concorda muito

*Influencia* – O enunciado da questão e a codificação são iguais à variável acima, mas essa variável é baseada no item:

*“pessoas em geral não têm como influenciar no que o governo faz”*

*Internet* – variável binária (1= possui acesso à Internet 0= não possui acesso)

As perguntas relacionadas a personalidade e valores no World Values Survey possuem 6 categorias, e foram baseadas no seguinte enunciado:

*“Agora irei descrever algumas pessoas. Usando este cartão indique se a descrição é muito parecida, se é parecida, se é parecida com o(a) Sr(a) em algumas coisas, se é diferente em algumas coisas, diferente ou se é muito diferente do(a) Sr.(a):”*

*Obediencia* = Para essa pessoa é importante se comportar de maneira correta e evitar fazer qualquer coisa que as pessoas achem errado.

*Altruismo* = Para essa pessoa, o importante é poder ajudar as pessoas que estão próximas e se preocupar com o bem-estar delas.

*Aventura* = Ter uma vida emocionante é o importante para essa pessoa. Aventuras e riscos são parte fundamental da vida.

**APÊNDICE B – MODELOS ALTERNATIVOS PARA VARIÁVEIS  
DEPENDENTES BINÁRIAS**

**TABELA B.1.RELOGIT PARA PROTESTO E BOICOTE**

	Protesto		Boicote	
	2006	2014	2006	2014
renda	-0.005 (0.076)	0.095 (0.093)	0.022 (0.110)	0.059 (0.136)
educacao	0.339*** (0.062)	0.135* (0.059)	0.092 (0.095)	0.045 (0.084)
sexo	-0.092 (0.213)	-0.566** (0.209)	-0.425 (0.334)	-0.378 (0.312)
idade	0.004 (0.009)	-0.015* (0.007)	0.010 (0.013)	-0.009 (0.011)
etnia	-0.204 (0.213)	0.064 (0.196)	-0.983** (0.370)	0.376 (0.315)
emprego	0.120 (0.266)	-0.641** (0.245)	0.227 (0.441)	-0.109 (0.352)
logpop	0.031 (0.046)	0.005 (0.062)	0.146* (0.069)	0.131 (0.099)
interesse	0.486*** (0.118)	0.548*** (0.107)	0.415* (0.184)	0.579*** (0.171)
Compreensão	0.083 (0.082)	-0.011 (0.086)	0.297* (0.120)	0.096 (0.107)
Influência	-0.002 (0.067)	0.079 (0.065)	-0.014 (0.110)	-0.018 (0.115)
conflegis	-0.161 (0.127)	-0.170 (0.126)	-0.178 (0.192)	-0.069 (0.194)
conf_pessoal	0.049 (0.142)	-0.096 (0.130)	-0.280 (0.242)	-0.012 (0.179)
associacao	1.055*** (0.201)	0.734*** (0.205)	0.974** (0.322)	0.284 (0.317)
democracia	0.175 (0.140)	-0.229* (0.115)	0.033 (0.193)	-0.164 (0.163)
ideologia	-0.009 (0.033)	-0.055 (0.036)	0.043 (0.050)	-0.112* (0.051)
internet		-0.068 (0.222)		-0.731* (0.341)
Constant	- 6.760*** -1.266	- -2.039* (0.975)	- 7.297*** -1.850	- 4.699*** -1.357
N	1778	1553	1776	1539

**Tabela B.2. Modelos Scobit para participação não-convencional – NUPPS**

main	Petição		Protesto		Boicote	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
renda	-0.023 (0.051)	0.086 (0.044)	-0.010 (0.101)	0.104 (0.121)	0.020 (0.115)	0.050 (0.149)
educacao	0.165** (0.058)	0.075** (0.026)	0.412*** (0.120)	0.142* (0.066)	0.093 (0.083)	0.046 (0.087)
sexo	0.159 (0.131)	0.049 (0.099)	-0.145 (0.270)	-0.598* (0.275)	-0.449 (0.326)	-0.384 (0.326)
idade	0.002 (0.005)	0.006 (0.003)	0.006 (0.010)	-0.016 (0.008)	0.010 (0.012)	-0.009 (0.011)
etnia	-0.116 (0.121)	-0.054 (0.096)	-0.140 (0.266)	0.064 (0.212)	-1.004** (0.366)	0.381 (0.312)
emprego	0.267 (0.169)	-0.038 (0.118)	0.138 (0.324)	-0.672 (0.345)	0.243 (0.401)	-0.062 (0.391)
logpop	0.115* (0.047)	0.081** (0.031)	0.027 (0.058)	0.008 (0.071)	0.148* (0.068)	0.133 (0.104)
interesse	0.216* (0.088)	0.406*** (0.055)	0.595** (0.198)	0.577** (0.206)	0.405* (0.166)	0.573*** (0.171)
Compreensão	0.175* (0.083)	-0.022 (0.040)	0.131 (0.122)	-0.007 (0.099)	0.283** (0.102)	0.088 (0.119)
Influência	0.016 (0.042)	0.078* (0.033)	0.014 (0.084)	0.081 (0.071)	-0.015 (0.095)	-0.017 (0.110)
conflegis	-0.252* (0.112)	-0.174** (0.059)	-0.239 (0.200)	-0.185 (0.157)	-0.180 (0.193)	-0.072 (0.186)
conf_pessoal	-0.065 (0.083)	0.088 (0.062)	0.102 (0.182)	-0.110 (0.155)	-0.266 (0.197)	-0.001 (0.195)
associacao	0.396* (0.172)	0.555*** (0.096)	1.320** (0.437)	0.763** (0.267)	0.992** (0.315)	0.289 (0.315)
democracia	0.101 (0.067)	-0.005 (0.058)	0.234 (0.156)	-0.240 (0.150)	0.061 (0.167)	-0.162 (0.176)
ideologia	0.075** (0.028)	0.018 (0.017)	-0.014 (0.044)	-0.059 (0.042)	0.047 (0.055)	-0.113* (0.056)
internet		0.284** (0.101)		-0.077 (0.231)		-0.757* (0.349)
Constant	-3.790*** (0.665)	-16.268 -466.289	-6.230*** -1.453	-1.659 -3.254	-18.985 -1.051.206	-16.634 -864.597
lnalpha						
Constant	-0.384 (0.832)	12.363 -466.291	-1.451 -1.157	-0.398 -2.775	11.331 -1.051.205	11.708 -864.595
N	1779	1548	1778	1553	1776	1539

**Tabela B.3. Regressões lineares (Linear Probability Model) para participação não-convencional (NUPPS)**

	Petição		Protesto		Boicote	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
renda	-0.002 (0.010)	0.023 (0.012)	0.001 (0.005)	0.007 (0.007)	0.001 (0.003)	0.002 (0.005)
educacao	0.034*** (0.006)	0.019** (0.006)	0.021*** (0.003)	0.009* (0.004)	0.002 (0.002)	0.001 (0.002)
sexo	0.033 (0.024)	0.012 (0.024)	-0.005 (0.013)	-0.037* (0.015)	-0.011 (0.008)	-0.011 (0.009)
idade	0.000 (0.001)	0.002* (0.001)	0.000 (0.000)	-0.001* (0.001)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
etnia	-0.022 (0.023)	-0.016 (0.024)	-0.011 (0.012)	0.002 (0.014)	-0.022** (0.008)	0.009 (0.009)
emprego	0.046 (0.029)	-0.017 (0.029)	0.002 (0.015)	-0.045* (0.018)	0.005 (0.010)	-0.003 (0.011)
logpop	0.023*** (0.005)	0.021** (0.008)	0.001 (0.003)	-0.000 (0.005)	0.004* (0.002)	0.003 (0.003)
interesse	0.052*** (0.014)	0.115*** (0.015)	0.036*** (0.008)	0.050*** (0.009)	0.012* (0.005)	0.020*** (0.006)
conflegis	-0.049*** (0.014)	-0.039** (0.014)	-0.010 (0.008)	-0.012 (0.009)	-0.003 (0.005)	-0.002 (0.005)
conf_pessoal	-0.015 (0.016)	0.024 (0.015)	0.004 (0.009)	-0.007 (0.009)	-0.006 (0.005)	-0.001 (0.006)
associacao	0.082*** (0.023)	0.143*** (0.025)	0.068*** (0.012)	0.059*** (0.015)	0.025** (0.008)	0.008 (0.010)
democracia	0.019 (0.012)	-0.001 (0.014)	0.009 (0.006)	-0.015 (0.009)	0.001 (0.004)	-0.005 (0.005)
ideologia	0.013*** (0.004)	0.004 (0.004)	-0.000 (0.002)	-0.004 (0.003)	0.001 (0.001)	-0.003* (0.002)
Compreensão		-0.006 (0.010)	0.008 (0.006)	-0.001 (0.006)	0.011** (0.004)	0.003 (0.004)
Influência		0.020* (0.008)	0.000 (0.004)	0.007 (0.005)	-0.000 (0.003)	-0.001 (0.003)
internet		0.070** (0.025)		-0.005 (0.015)		-0.021* (0.010)
Constant	-0.285* (0.124)	-0.438*** (0.132)	-0.171* (0.067)	0.113 (0.080)	-0.071 (0.043)	0.001 (0.051)
R-squared	0.084	0.128	0.071	0.055	0.027	0.011
N	1787	1548	1778	1553	1776	1539

**Tabela B.4. Cloglog para participação não-convencional (NUPPS)**

	Petição		Protesto		Boicote	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
renda	-0.016 (0.033)	0.086 (0.044)	-0.004 (0.071)	0.075 (0.085)	0.020 (0.115)	0.050 (0.149)
educacao	0.109*** (0.022)	0.075** (0.026)	0.323*** (0.054)	0.130* (0.055)	0.093 (0.083)	0.046 (0.087)
sexo	0.114 (0.083)	0.049 (0.099)	-0.083 (0.193)	-0.531** (0.197)	-0.449 (0.326)	-0.384 (0.326)
idade	0.000 (0.003)	0.006 (0.003)	0.003 (0.008)	-0.015* (0.007)	0.010 (0.012)	-0.009 (0.011)
etnia	-0.105 (0.081)	-0.054 (0.096)	-0.238 (0.189)	0.058 (0.188)	-1.004** (0.366)	0.381 (0.312)
emprego	0.173 (0.102)	-0.038 (0.118)	0.117 (0.246)	-0.580** (0.225)	0.243 (0.401)	-0.062 (0.391)
logpop	0.071*** (0.018)	0.081** (0.031)	0.030 (0.042)	0.002 (0.060)	0.148* (0.068)	0.133 (0.104)
interesse	0.153** (0.047)	0.406*** (0.055)	0.453*** (0.105)	0.512*** (0.101)	0.405* (0.166)	0.573*** (0.171)
Compreensão	0.103** (0.033)	-0.022 (0.040)	0.066 (0.068)	-0.029 (0.075)	0.283** (0.102)	0.088 (0.119)
Influência	0.013 (0.027)	0.078* (0.033)	-0.010 (0.059)	0.077 (0.063)	-0.015 (0.095)	-0.017 (0.110)
conflegis	-0.152** (0.051)	-0.174** (0.059)	-0.140 (0.121)	-0.152 (0.117)	-0.180 (0.193)	-0.072 (0.186)
conf_pessoal	-0.043 (0.055)	0.088 (0.062)	0.036 (0.126)	-0.077 (0.119)	-0.266 (0.197)	-0.001 (0.195)
associacao	0.251** (0.078)	0.555*** (0.096)	0.995*** (0.193)	0.707*** (0.188)	0.992** (0.315)	0.289 (0.315)
democracia	0.066 (0.042)	-0.005 (0.058)	0.173 (0.114)	-0.204 (0.107)	0.061 (0.167)	-0.162 (0.176)
ideologia	0.052*** (0.014)	0.018 (0.017)	-0.006 (0.032)	-0.051 (0.033)	0.047 (0.055)	-0.113* (0.056)
internet		0.284** (0.101)		-0.059 (0.203)		-0.757* (0.349)
Constant	-3.254*** (0.442)	-3.906*** (0.539)	-6.623*** -1.056	-2.170* (0.987)	-7.655*** -1.702	-4.926** -1.698
N	1779	1548	1778	1553	1776	1539

**Tabela B.5. Modelos alternativos para participação eleitoral**

	Scobit 2006	Cloglog2006	Cloglog2014	WVS Scobit	WVS Cloglog
renda	-0.034 (0.039)	-0.034 (0.039)	0.033 (0.040)	-0.032 (0.019)	-0.026 (0.019)
educacao	0.028 (0.024)	0.028 (0.024)	0.011 (0.022)	0.064* (0.029)	0.056* (0.025)
sexo	0.105 (0.091)	0.105 (0.091)	0.142 (0.083)	-0.020 (0.085)	-0.030 (0.081)
idade	0.006 (0.003)	0.006 (0.003)	0.019*** (0.003)	0.001 (0.002)	0.002 (0.002)
etnia	0.174 (0.092)	0.174 (0.092)	-0.129 (0.082)	0.030 (0.080)	-0.019 (0.077)
emprego	0.302** (0.108)	0.302** (0.108)	0.231* (0.103)	0.165* (0.083)	0.157 (0.081)
logpop	0.044* (0.022)	0.044* (0.022)	-0.039 (0.028)		
interesse	0.037 (0.054)	0.037 (0.054)	0.116* (0.055)	0.068 (0.042)	0.074 (0.041)
compreensao	-0.011 (0.039)	-0.011 (0.039)	0.046 (0.035)		
influencia	-0.026 (0.030)	-0.026 (0.030)	-0.035 (0.029)		
conflegis	-0.010 (0.055)	-0.010 (0.055)	-0.013 (0.048)	0.077 (0.047)	0.086 (0.046)
conf_pessoal	0.122* (0.061)	0.122* (0.061)	0.228*** (0.052)	-0.191 (0.128)	-0.151 (0.125)
associacao	0.048 (0.089)	0.048 (0.089)	0.057 (0.088)	0.188* (0.081)	0.172* (0.079)
democracia	-0.017 (0.050)	-0.017 (0.050)	0.136** (0.047)	0.008 (0.061)	
ideologia	0.012 (0.014)	0.012 (0.014)	-0.016 (0.014)	0.020 (0.016)	
internet			0.056 (0.087)	-0.023 (0.107)	
townsize				-0.087*** (0.026)	-0.097*** (0.024)
altruismo				-0.019 (0.045)	
aventura				0.023 (0.027)	
obediencia				-0.015 (0.031)	
extremismo					-0.019 (0.024)
N	1604	1604	1394	1214	1260

**Tabela B.6. Modelos alternativos para participação em Partidos – WVS 1991 e 1997**

main	1997			1991		
	Scobit	Cloglog	Relogit	Scobit	Cloglog	Relogit
renda	0.082 (0.062)	0.082 (0.062)	0.092 (0.068)	0.044 (0.094)	0.038 (0.077)	0.045 (0.080)
educacao	0.073 (0.065)	0.073 (0.065)	0.064 (0.073)	-0.209 (0.294)	-0.180 (0.258)	-0.205 (0.302)
sexo	-0.069 (0.254)	-0.069 (0.254)	-0.096 (0.273)	-0.951 (0.589)	-0.690 (0.388)	-0.830* (0.401)
idade	0.016 (0.008)	0.016 (0.008)	0.019 (0.011)	-0.007 (0.018)	-0.004 (0.015)	-0.005 (0.016)
etnia	-0.586* (0.286)	-0.586* (0.286)	-0.651* (0.316)	-0.532 (0.486)	-0.479 (0.410)	-0.528 (0.437)
emprego	-0.128 (0.260)	-0.128 (0.260)	-0.111 (0.272)	0.277 (0.481)	0.236 (0.434)	0.216 (0.478)
townsize	-0.231*** (0.045)	-0.231*** (0.045)	-0.250*** (0.050)	-0.458*** (0.119)	-0.410*** (0.079)	-0.426*** (0.093)
interesse	1.106*** (0.134)	1.106*** (0.134)	1.185*** (0.145)	1.852*** (0.402)	1.710*** (0.294)	1.723*** (0.296)
conflegis	0.158 (0.135)	0.158 (0.135)	0.161 (0.152)	0.060 (0.214)	0.011 (0.182)	0.055 (0.202)
conf_pessoal	-0.601 (0.723)	-0.601 (0.723)	-0.452 (0.774)	0.246 (0.783)	-0.010 (0.612)	0.306 (0.785)
associacao	0.633* (0.270)	0.633* (0.270)	0.726* (0.294)	1.447** (0.523)	1.283** (0.411)	1.318** (0.421)
ideologia	0.056 (0.046)	0.056 (0.046)	0.069 (0.056)	-0.106 (0.068)	-0.099 (0.056)	-0.100 (0.065)
Constant	-18.613 -824.857	-5.797*** (0.902)	-5.897*** -1.000	-5.156 -2.633	-5.628*** -1.598	-5.144** -1.680
Inalpha Constant	12.815 -824.857			-0.314 -1.758		
N	952	952	952	1385	1385	1385

**Tabela B.7. Modelos alternativos para participação em Partidos - WVS 2006**

	Scobit	Cloglog	Relogit
renda	0.069 (0.164)	0.003 (0.066)	0.010 (0.076)
educacao	0.110 (0.131)	0.092 (0.080)	0.101 (0.089)
sexo	-0.053 (0.419)	0.105 (0.271)	0.060 (0.292)
idade	0.016 (0.015)	0.009 (0.008)	0.011 (0.009)
etnia	-0.105 (0.401)	-0.033 (0.259)	-0.049 (0.279)
emprego	-0.034 (0.413)	0.028 (0.278)	-0.008 (0.290)
townsize	-0.546 (0.392)	-0.284*** (0.075)	-0.318*** (0.075)
interesse	1.634* (0.698)	1.180*** (0.178)	1.221*** (0.203)
conflegis	0.427 (0.274)	0.309* (0.150)	0.321 (0.168)
conf_pessoal	1.343 -1.004	0.685* (0.326)	0.831* (0.387)
associacao	1.252 (0.647)	0.947** (0.349)	0.941* (0.367)
ideologia	-0.001 (0.083)	-0.020 (0.051)	-0.017 (0.064)
Constant	-5.827*** -1.603	-7.107*** (0.996)	-6.981*** -1.170
lnalpha Constant	-1.926 -1.571		
N	1254	1254	1254

**Tabela B.8. Modelos alternativos para participação em discussão (WVS 1991, 1997)**

dummydiscussao	SCOBIT		CLOGLOG	
	1991	1997	1991	1997
Renda	0.020 (0.031)	0.020 (0.031)	-0.055 (0.055)	-0.048 (0.043)
Educacao	0.184 (0.101)	0.184 (0.101)	0.190** (0.067)	0.154** (0.049)
sexo	-0.151 (0.127)	-0.151 (0.127)	-0.763** (0.264)	-0.628** (0.198)
idade	0.025*** (0.005)	0.025*** (0.005)	0.037** (0.012)	0.027*** (0.007)
etnia	-0.022 (0.156)	-0.022 (0.156)	-0.158 (0.263)	-0.107 (0.220)
emprego	0.269 (0.139)	0.269 (0.139)	-0.050 (0.231)	-0.060 (0.195)
townsize	-0.042 (0.032)	-0.042 (0.032)	-0.068 (0.047)	-0.042 (0.033)
interesse	0.886*** (0.072)	0.886*** (0.072)	1.149*** (0.177)	1.015*** (0.099)
conflegis	-0.179* (0.070)	-0.179* (0.070)	-0.255* (0.128)	-0.207* (0.102)
conf_pessoal	-0.075 (0.230)	-0.075 (0.230)	0.299 (0.505)	0.387 (0.414)
associacao	0.137 (0.120)	0.137 (0.120)	-0.055 (0.223)	-0.011 (0.183)
ideologia	-0.014 (0.023)	-0.014 (0.023)	-0.048 (0.040)	-0.054 (0.034)
Constant	-18.670 -916.628	-4.713*** (0.527)	-4.588*** -1.100	-4.199*** (0.651)
Lnalpha				
Constant	13.957 -916.628		0.132 -1.053	
N	1370	1370	950	950